



EXTRAPRENSA

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

USP

CELACC/ECA/USP
v. 11 n. 2 (2018)
ISSN: 1519-6895

**Mediações Culturais
e Diversidade na
América Latina**

[EQUIPE EDITORIAL]**Diretor**

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Editor Responsável

Prof. Dr. Silas Nogueira

Editores Científicos

Profª Dra. Fabiana Félix do Amaral e Silva

Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano

Prof. Dr. Wilton Garcia

Editor Executivo

João Roquer

Luís Antonio Matos

Capa e Projeto Gráfico

Jaqueline Restrepo Díez

Diagramação

Carol Ohashi

Revisão de Textos

Daniel Marcondes

Lilian Moraes

Conselho Deliberativo

Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt (UNESP)

Prof. Dr. José Luiz Proença (USP)

Profª Drª Kátia Maria Kodama (UNESP)

Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly (USP)

Profª Drª Luiza Cristina Lusvarghi (UNINOVE)

Prof. Dr. Ricardo Alexino Ferreira (USP)

Conselho Científico

Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho (USP)

Prof. Dr. Alfonso Gumucio Dagron (UNESCO) Bolívia

Profª Drª Andreia Terzariol Couto (UNIP)

Profª Drª Maria Ângela Pavan (UFRN)

Prof. Dr. Angel Mestres Vila (Universitat de Barcelona)
Espanha

Prof. Dr. Enio Moraes Jr (ESPM)

Profª Drª Fabiana Lopes Cunha (UNESP)

Prof. Dr. Jordi Tresserras (Universitat de Barcelona)
Espanha

Prof. Dr. Luis Pablo Martínez (Universitat de València)
Espanha

Profª Drª Maria Thereza Oliveira Azevedo (UFMT)

Profª Drª Marta Regina Maia (UFOP)

Prof. Dr. Paul Heritage (University of London)
Reino Unido

Prof. Dr. Valdemar Filho Siqueira (UFERSA)

Prof. Dr. Wilton Garcia (FATEC/UNISO)



CELACC
Centro de Estudos
Latino-Americanos
sobre Cultura
e Comunicação

Centro de Estudos
Latino-Americanos sobre Cultura
e Comunicação (Celacc)

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443
Prédio 09, Sala 08 Cidade Universitária
Butantã – São Paulo – SP
CEP. 05508-010
Tel/Fax: (11) 3091-4327



EXTRAPRENSA

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Ano XI – n. 2 (jan. – jun. 2018)



Extraprensa: cultura e comunicação na América Latina / Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. – v. 11, n. 2 (jan./jun. 2018) – São Paulo: CELACC-ECA-USP, 2018.

Mediações culturais e diversidade na América Latina.
Semestral
ISSN 1519-6895
e-ISSN 2236-3467

1. Comunicação – América Latina 2. Cultura – América Latina I. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação.

CDD 21.ed. – 301.16098

Elaborado por: Sarah Lorenzon Ferreira CRB-8/6888

07

A interpretação da cultura através dos dados: o *big data* a partir da epistemologia do Sul

Renata Lipia Lima, Vinicius Romanini

39

A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder

Dennis de Oliveira

69

Argentina-Brasil: intercâmbio internacional em la educación tecnológica

Andrea Hidalgo, Elizabeth Herrera, Wilton Garcia

101

A Comissão da Verdade na Imprensa: justiça de transição, memória e jornalismo de reconhecimento

Tamy Basso, Vitor Blotta

145

A democracia participativa no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC): reflexões sobre a efetividade dos seus mecanismos

Danilo Junior Oliveira

175

Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil

Humberto Bersani

211

Economia Cultural e Criativa: uma perspectiva histórica para compreender a formação do campo na contemporaneidade

Karina Poli

23

Acesso aos dados do Facebook e o jornalismo independente na América Latina

Daniela Osvald Ramos, Egle Müller Spinelli, Mário Arruda

58

A performance de Regina José Galindo: luta e resistência na América Latina

Cláudia Fazzolari

83

O pluralismo das forças do trabalho como condição da estratégia socialista na obra de István Mészáros

Frederico Daia Firmiano

123

Metacrítica: experiências jornalísticas que configuram narrativas da diversidade

Marta Regina Maia, Dayane do Carmo Barretos

158

Presença travesti e mediação sociocultural nos palcos brasileiros: uma periodização histórica

Emerson Silva Meneses, Martin Jayo

197

Por que estudar línguas africanas no Brasil?

Margarida Petter

Apresentação

Mediações Culturais e Diversidade na América Latina

Mediações Culturais e Diversidade na América Latina foi o tema escolhido para reunir os artigos da presente edição da Revista Extraprensa, servindo como fio condutor e como elemento que intermedia as discussões apresentadas pelos autores em seus distintos campos de pesquisa.

Fazendo um caminho inverso ao da escrita de um texto que se adéqua ao tema proposto, tivemos uma temática que se fez presente naturalmente nos trabalhos dos discentes, docentes e pesquisadores convidados para essa edição. São artigos resultantes das pesquisas em andamento dos autores que realizam a mediação de campos de discussão distintos e heterogêneos.

Em um primeiro momento, os leitores poderão estranhar a variedade de temas ora apresentados, porém, no decorrer de uma leitura mais atenta, perceberão conexões inusitadas e instigantes, que possibilitam diálogos a respeito da diversidade cultural proposta na pauta dessa edição.

A trajetória histórica da América Latina não está desassociada da sua história cultural. O desafio proposto na linha editorial da Extraprensa é o de encontrar intervenções - outro sinônimo para mediações - apresentadas por pesquisadores, através da reflexão e da escrita de assuntos atuais ou passados, que sirvam para representar esse caleidoscópio cultural latino-americano à luz da contemporaneidade.

Os artigos apresentados traduzem a complexidade da pós-modernidade em abordagens tão distintas como “*A performance de Regina José Galindo: luta e resistência na América Latina*”, de Cláudia Fazzolari, e “*A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder*” de Dennis de Oliveira.

No primeiro, a autora aborda a performance da artista guatemalteca sobre a violência sofrida por mulheres da etnia Ixil durante o conflito armado que assolou o país. Aqui, mediações possíveis podem ser pensadas em situações similares de violências étnicas ocorridas em um passado recente e ainda presentes em diversos países latino-americanos, pois os traumas resultantes dos processos ditatoriais vividos por esses países ainda se fazem sentir no seio de suas comunidades.

No segundo, o autor analisa a violência das sociedades latino-americanas como um processo lógico de um sistema de colonialidade do poder no qual essas sociedades estão enredadas. Episódios violentos, como ditaduras e conflitos militares, por exemplo, são deflagrados justamente para manter esses países em seus lugares de subalternidade, fora da estrutura de poder hegemônico dos países ditos centrais.

A transmissão e a acumulação de dados tornaram-se um grande desafio para a nossa sociedade informatizada e hiperconectada. Como proceder ao gerenciamento dessa massa de informações em benefício das sociedades periféricas? Como preservar a diversidade e espe-

cificidade multicultural das sociedades latino-americanas? Combater a hegemonia digital das grandes estruturas globais de poder em defesa de um sistema próprio de formulação e análise de dados, desenvolvido por países periféricos, essa é a proposta discutida no artigo: “A interpretação da cultura através dos dados: o Big Data a partir da epistemologia do Sul” de Renata Lima e Vinicius Romanini.

Em certo sentido, a temática acima dialoga com o texto a seguir: “Acesso aos dados do Facebook e o jornalismo independente na América Latina” de Daniela Osvald, Egle Müller e Mário Arruda. Segundo os autores, a pesquisa na comunicação digital necessita de procedimentos claros e democráticos para ser realizada de forma que a totalidade de seu conteúdo seja disponibilizada e não resulte em falhas de interpretação. É importante ter acesso aos dados para melhor interpretá-los, além de expandir as conexões de acesso aos veículos de jornalismo independentes latino-americanos.

O trabalho “Argentina-Brasil: intercâmbio internacional em educación tecnológica”, do trio de pesquisadores Andrea Hidalgo, Elizabeth Herrera e Wilton Garcia, apresenta-nos um debate a partir de um questionamento: “como desenvolver projetos internacionais que possam promover efetivamente a diversidade cultural na América Latina?”. Partindo da exemplificação de uma experiência de intercâmbio acadêmico entre duas instituições universitárias, uma brasileira e outra portenha, os autores discorrem sobre aproximações identitárias, socioculturais e políticas entre Brasil-Argentina e a importância de se reconhecer códigos

interculturais latino-americanos para a promoção do desenvolvimento político, social e econômico no Mercosul.

O texto “O pluralismo das forças do trabalho como condição da estratégia socialista na obra de István Mészáros”, de Frederico Daia, trata da crise estrutural do capital no mundo contemporâneo a partir da análise da obra “Para além do capital: rumo a uma teoria da transição”, do referido filósofo húngaro. Transição que Mészáros encarna como um desafio teórico e político a ser enfrentado.

A cobertura jornalística da Comissão Nacional da Verdade é o objeto de análise do artigo “A Comissão da Verdade na Imprensa: justiça de transição, memória e jornalismo de reconhecimento” de Tamy Basso e Vitor Blotta. Partindo de uma análise das pautas jornalísticas abordadas pelos principais jornais do Estado de São Paulo, sobre a Comissão, os autores destacam o teor conservador e reativo desses veículos de comunicação, demonstrando a parcialidade e um viés refratário às ações do Estado na condução dos trabalhos realizados pela referida Comissão.

“Metacrítica: experiências jornalísticas que configuram narrativas da diversidade”, de Marta Maia e Dayane Barretos, propõe uma reflexão sobre o surgimento de novos discurso narrativos que o tempo presente propicia ao jornalismo. Este importante meio de comunicação, atuando como mediador social, possibilita discursos diversos sobre os fatos analisados, produzindo e redefinindo saberes, crenças e valores.

“A democracia participativa no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC):

reflexões sobre a efetividade dos seus mecanismos”, de Danilo de Oliveira, parte de uma análise sobre a importância da participação social nos processos de elaboração das políticas públicas nacionais. Tal participação somente foi alcançada a partir do processo de redemocratização pelo qual o Estado brasileiro passou, desde a década de 80 do século passado. O processo de elaboração do SNC contou com ampla participação da sociedade brasileira, fruto desse movimento de redemocratização.

“Presença travesti e mediação socio-cultural nos palcos brasileiros: uma periodização histórica”, de Emerson Meneses e Martin Jayo, aborda o panorama cultural da transgeneridade nas artes cênicas no Brasil. Discute a atuação que artistas transgêneros e travestis tiveram como interventores sociais e culturais ao atuarem no cenário artístico nacional por mais de cinco décadas. Essa visibilidade no cenário cultural-artístico brasileiro contribuiu para uma maior democratização e aceitação social do universo transgênero.

O racismo é uma problemática presente nos países latino-americanos, sobretudo no Brasil, servindo como um elemento de opressão social, segundo a análise presente no artigo *“Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil”* de Humberto Bersani. A partir de reflexões teóricas basilares de intelectuais e historiadores brasileiros sobre a formação socioeconômica do Brasil, o autor discorre sobre uma proposta para a compreensão do racismo estrutural do país.

O artigo *“Por que estudar línguas africanas no Brasil?”*, de Margarida Petter, instiga um tema pouco abordado entre os

pesquisadores: o aprendizado de línguas africanas. Essa vertente do conhecimento seria a base para acessar camadas mais profundas do rico universo multicultural das culturas de matriz africana presentes, sobretudo, no Brasil. Essa leitura enseja uma reflexão sobre a mesma questão que poderia ser colocada em relação ao aprendizado de línguas de povos originários da América Latina.

Através de uma contextualização histórica das fases evolutivas das políticas culturais internacionais, é possível identificar o campo de ação da Economia Cultural e Criativa na sociedade contemporânea. A pesquisa *“Economia cultural e criativa: uma perspectiva histórica para compreender a formação do campo na contemporaneidade”*, de Karina Poli, analisa a convergência entre cultura, criatividade e processo de inovação como elemento determinante na aproximação dos campos políticos e econômicos com a cultura. Faz uma análise do contexto europeu, mas com desdobramentos presentes no cenário latino-americano, mediando o campo da economia criativa em desenvolvimento na região.

Esperamos que a apreciação dessas treze abordagens, aqui pontuadas, forneça aos leitores um eixo para reflexões distintas e, ao mesmo tempo, convergentes, que permitam pensar as questões abordadas em realidades de diferentes contextos históricos, culturais e geográficos latino-americanos.

Boas mediações!

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Agosto de 2018

Coordenador do CELACC

A
INTERPRETAÇÃO
DA CULTURA
ATRAVÉS
DOS DADOS:
O BIG DATA
A PARTIR DA
EPISTEMOLOGIA
DO SUL

[ARTIGO]

Renata Lípia Lima

*Universidade de São Paulo.
Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação.*

Vinicius Romanini

*Universidade de São Paulo.
Escola de Comunicações e Artes*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A revolução digital, acompanhada pela introdução dos dispositivos móveis conectados on-line às redes sociais, produziu uma nova esfera para a circulação da informação e produção de cultura. Um dos efeitos da cibercultura é a acumulação de um fabuloso volume de dados sobre as ações e transações dos usuários nas redes. O *big data* passou a ser analisado com ferramentas de visualização e interpretação para atender aos propósitos do atual estágio do sistema capitalista e aos dos interesses detentores do poder em busca de uma hegemonia digital. Defendemos a necessidade de uma Epistemologia do Sul na formulação desses algoritmos e esquemas interpretativos para garantir que a diversidade e complexidade das culturas periféricas sejam preservadas e, também, para a formulação de ações de resistência e de afirmação das identidades culturais ameaçadas.

Palavras-chave: Big Data. Epistemologia do Sul. Visualização de Dados. Literacia de Dados.

The digital revolution, followed by the introduction of mobile devices connected online in social networks, has produced a new dimension for the circulation of information and production of culture. One of the effects of the cyberculture is the accumulation of a fabulous amount of data about the actions and transactions of the users of the networks. The so called Big data has been treated with special tools of visualization and interpretation to meet the purposes of the current stage of the capitalist system, as well as the holders of political power in search of a digital hegemony. We advocate the need for Southern Epistemology in the formulating of these algorithms and interpretative schemes to ensure that the diversity and complexity of the peripheral cultures of the system are preserved, as well as for the resistance of the threatened cultural identities.

Keywords: Big Data. Southern Epistemology. Data Visualization. Data Literacy

La revolución digital, acompañada por la introducción de los dispositivos móviles conectados en línea en redes sociales, ha producido una nueva esfera para la circulación de la información y producción de cultura. Uno de los efectos de la cibercultura es la acumulación de un fabuloso volumen de datos sobre las acciones y transacciones en los usuarios de las redes. El *big data* pasó a ser tratado con herramientas especiales de visualización e interpretación a partir de algoritmos programados para atender a los propósitos de la actual etapa del sistema capitalista, así como de los poseedores del poder político en busca de una hegemonía digital. Defendemos por la necesidad de la epistemología del sur en la formulación de estos algoritmos y esquemas interpretativos para asegurar la diversidad y complejidad de las culturas periféricas del sistema sino también como una base para formulación de acciones de resistencia y afirmación de las identidades culturales amenazadas.

Palabras clave: Big Data. Epistemología del Sur. Visualización de Datos. Literacia de los Datos.

Introdução

Tendo como premissa que a cultura é um conjunto de hábitos mentais, valores, atitudes e normas compartilhadas por todos os elementos de um organismo social, consideramos que a disputa em torno de sua introyecção se dá, sobretudo, em cima dos receptores, que são produtores de sentido e disseminadores do que absorvem. Existe uma combinação de consentimento e força, de imposição e permissão, mas sempre permeada de um determinado questionamento e instabilidade. Esse jogo de forças é constante e indissociável do campo da cultura (HALL, 2016).

Perceber os elementos que compõem essa disputa, levando em conta esse novo e desafiador território que é a internet, confere ao *big data* uma fundamental importância na interpretação das sociedades hipermodernas. De fato, a partir da era digital e dos dispositivos conectados em tempo real nas redes sociais, essa confrontação se tornou ainda mais obscura e acirrada, visto que os meandros de obtenção de poder e informação ainda estão sendo descobertos e modificados com a mesma velocidade que a tecnologia produz esses dispositivos. Não há ingenuidade alguma, por exemplo, nos “quizzes divertidos” que circulam entre os usuários das redes sociais, criados por especialistas em psicologia social e aplicados com o propósito de garimpar informações estratégicas sobre o perfil dos respondentes que depois serão vendidas para empresas de marketing e de propaganda política, que fazem fortunas durante os períodos eleitorais. Exemplos recentes, como a eleição de Trump nos Estados Unidos da Améri-

ca ou o Brexit (plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia), comprovam o papel cada vez mais importante e determinante que o uso político e ideológico do *big data* tem para destinos das sociedades midiaticizadas digitalmente.

O processo de trabalhar esses dados digitais brutos, de forma científica e tecnicamente apurada, dá-se, naturalmente, de maneira complexificada. As informações colhidas dos usuários das redes devem ser interpretadas por diversos profissionais a fim de auferir tudo – ou próximo disso – que essa grande quantidade de informações tem a revelar desse novo espaço: sua veloz transformação e como essas mudanças impactam diretamente nossa realidade de tempo e espaço, como nos relacionamos afetivamente e como nossas experiências estão sendo formatadas pelas ferramentas de produção e fruição estética do ciberespaço. Surge, portanto, um conjunto de novos problemas e questionamentos que devem ser trabalhados na esfera do que Lev Manovich denominou “humanidades digitais” (MANOVICH, 2015, p. 69).

A consequência da chegada das humanidades digitais é que nossa concepção e consciência dos dados que circulam no ciberespaço já não pode mais ser dissociada do nosso entendimento de cultura. Inclusive, saber ler esses dados é ter posição privilegiada em nossa sociedade, pois eles nos apresentam de forma muito específica padrões e comportamentos. Por exemplo: diariamente o Google processa mais de 3 bilhões de pesquisas; desse total, 15% são inéditas. O mecanismo de pesquisa rastreia 20 bilhões de sites diariamente, conseguindo armazenar 100 petabytes

de informação (GARCIA, 2017). Esse é um exemplo claro de como esse volume de dados diz muito sobre nós e nossa forma de conceber o mundo.

Com base nessa asserção, é possível inferir que uma parte considerável do *big data* é constituída de cultura e que essa formação se dá de forma dialógica e dialética. A chamada cibercultura globalizada pode até criar níveis de consenso supranacionais sobre temas da contemporaneidade, mas não cancela o jogo de forças e de poder que atua no cerne do tecido social. Assim, o trabalho de interpretação das culturas é tarefa para os que estudam as humanidades de forma geral, e não apenas para os cientistas e técnicos que organizam e manipulam os dados a fim de obterem uma produção numérica com propósitos estatísticos ou de inovação tecnológica (SHÄFER; VAN ES, 2017), como advogam certas corporações especializadas em transformar as relações entre dados em oportunidades de negócios ou em estratégias político-eleitorais.

Este é o ponto que desejamos destacar: essa interpretação de dados e todo o arcabouço teórico que a sustenta produzem narrativas e leituras formatadas a partir da visão de mundo dos países do Norte, baseada naquela realidade de mundo, necessidades e questões específicas. A epistemologia que produz conhecimento e estratégias a partir do *big data* atende aos interesses do “Norte”, onde as ferramentas e algoritmos são criados e programados para funcionar. Sobre esse conceito de Norte, explica Edgard Morin:

Na verdade, o que hoje denominamos Norte era há algumas décadas chama-

do de Ocidente, quando o opúnhamos ao Oriente; ele se tornou Norte, oposto do Sul, quando o termo “Terceiro Mundo” caiu em desuso. Para o Sul, existe de fato uma hegemonia do Norte, que é a hegemonia da técnica, da economia, do cálculo, da racionalização, da rentabilidade e da eficiência. Essas noções não devem ser rejeitadas, embora um pensamento do Sul talvez deva se expressar de maneira consciente e crítica a respeito delas pelo fato de que essa hegemonia insufla intensamente seu dinamismo no planeta como um todo. E mais ainda porque o Norte está atualmente devorando – ou tentando devorar – o Sul (2011, p. 9).

Reside aqui nossa principal questão como cientistas das humanidades digitais na cultura latino-americana: sobre a importância e necessidade de se interpretar esse grande volume de dados a partir de nossas concepções de mundo e realidade, com nossa Epistemologia do Sul. Ou seja, levando em conta nossas demandas, nosso paradigma, para dessa forma conseguir apreender dessa leitura sócio cultural do mundo digital o que, de fato, significa em nosso corpo social esse conjunto de informações.

Big data – definição e histórico

A história do *big data*, enquanto termo, pode ser considerada recentíssima. Contudo, a nossa capacidade de armazenar grandes quantidade de informações e analisá-las remonta às mais antigas eras

da História: a Biblioteca de Alexandria talvez seja a maior coleção de dados no mundo antigo, hospedando até meio milhão de pergaminhos. No entanto, nosso empenho neste trabalho é de tratar sobre a grande quantidade de dados e a visualização dos algoritmos como fonte de informação.

Posto isso, encontramos em uma compilação de dados do Fórum Econômico Mundial de 2015¹ uma série de referências sobre as possíveis utilizações e a origem do termo *big data*. Acredita-se que o termo tenha sido utilizado pela primeira vez em 1989: no artigo de Erik Larson para a revista Harper's Magazine, em que ele tratava sobre a origem do lixo eletrônico. Dez anos depois, o termo é novamente cunhado no artigo *Exploração Visual de Conjuntos de Dados Gigabyte em Tempo Real*, publicado pela Association for Computing Machine – esse artigo, inclusive, faz menção ao pioneiro da computação, Richard W. Hamming (1999, p. 17), fazendo ponderações a respeito do que ele considera a finalidade da tecnologia computacional: “O objetivo da computação é a percepção, e não os números”.

Todavia, foi apenas em 2008 que o conceito foi exposto ao grande público através do trabalho publicado pela Revista *Wired*, em um artigo de Chris Anderson. O ano de 2009 é o marco da utilização do *big data* com fins comerciais: empresa média dos EUA armazenava mais de 200 terabytes de dados de acordo com o relatório *Big Data: The Next Frontier para*

Inovação, Competição e Produtividade?, publicado pelo McKinsey Global Institute em meados de 2011.

Estes dados nos demonstram que o *big data* não é um fenômeno novo ou isolado, mas que faz parte de uma longa evolução da captura e uso de dados. Esse grande volume de informações se apresenta como mais um passo, dentre tantos outros, na trajetória do processamento de dados e da internet. Contudo, trata-se de um ponto de inflexão, pois a partir dele a concepção acerca da sociedade e dos negócios que a permeiam está sendo mudada estruturalmente.

Podemos definir o *big data* como um imenso conjunto de dados de tanto tamanho, complexidade, variedade e de difícil visualização, que os métodos tradicionais de processamento de dados não são capazes de analisá-los da maneira devida. Por isso, junto desse grande volume informacional, vêm sendo constantemente desenvolvidos e aprimorados novos sistemas de armazenamento e tratamento de dados que nos propiciem maior clareza na detecção de diversos elementos de uma determinada conjuntura digital (PODEROSO, 2014).

Frequentemente utilizado pelo mercado como ferramenta de diagnóstico e previsão de um panorama estipulado, a partir do *big data* é possível obter indicativos de riscos, possibilidades e estratégias que coloquem as corporações em vantagem na voraz corrida mercadológica. Entendemos de toda forma o *big data* como uma incomensurável fonte de comportamentos e padrões sociais, a partir da qual é possível tecer inferências a respeito de um determinado fazer e comporta-

[1] Fórum Econômico Mundial – envolve os principais líderes políticos, empresariais e outros da sociedade para moldar agendas globais, regionais e industriais, com sede em Genebra, na Suíça.

mento cultural que os algoritmos podem fornecer. Por isso, a visualização desses dados é ponto substancial nessa perspectiva. Dado que determinada ferramenta é que nos dará a possibilidade de enxergar através de imagens as informações que buscamos.

Visualização de Dados e a Analítica Cultural de Lev Manovich

Assistimos à proliferação de um conjunto crescente de dispositivos digitais que, por sua vez, estão produzindo uma inundação de informações coletadas em tempo real e armazenadas em gigantescos centros de memória que servem às corporações digitais. Os dados brotam de desktops, laptops, smartphones e até de uma nova geração de computadores acoplados a objetos do uso cotidiano – inclusive utensílios domésticos, pulseiras de análise das condições de saúde e vestimentas – e ficam disponíveis para quem pode acessá-los e, principalmente, correlacioná-los para extrair padrões e inferências valiosas. Diversas agências de negócios e de governos estão descobrindo os usos estratégicos dessas grandes bases de dados, e poderosas novas ferramentas de software e técnicas são inventadas para analisar os dados. As implicações para empresas, governos, democracia e cultura são enormes e, por ora, difíceis de mensurar de forma precisa (BOLILER, 2010, p. 8).

Os softwares se apresentam como ferramentas de coleta e formatação de dados com um potencial de conteúdo muito significativo. Acreditamos que a tarefa

primeira no tocante a esse assunto seja interpretar o algoritmo não como resultado de uma equação matemática, mas como um conjunto de hábitos sistematizado. Podemos, dessa maneira, interpretar determinados modos de fazer, processos e estratégias, que aquela linguagem nos apresenta. Nas palavras de Shäfer e Van Es (2017, p. 20):

The singular focus on code as a form of knowledge that is required when working with data distracts from considering what is actually coded. The ‘content’ of software is not code per se but rather a procedure expressed in code; and knowledge about these procedures is what needs to be developed.²

Estudar esses dados a partir da perspectiva das humanidades pressupõe, necessariamente, interdisciplinaridade a fim de buscarmos o avanço no conhecimento da forma proposta. Pois, se analisarmos a maneira como esses códigos – e o modo de vida que eles sugerem – vêm interferindo em nosso cotidiano, na forma como nos relacionamos com o tempo, com o espaço e uns com os outros, perceberemos que nossas perspectivas vêm sendo cada vez mais precedidas pelo computador, pelas tecnologias e pela velocidade. Segundo Lipovetsky:

Protesta-se contra o frenesi do ritmo de trabalho, mas não se suporta a espera

[2] O foco unilateral no código como uma forma de conhecimento que é requerida quando se trabalha com data evita que consideremos o que é realmente codificado. O “conteúdo” do software não é o código por si mesmo, mas sim o procedimento expresso no código; e conhecimento sobre esses procedimentos é o que precisa ser desenvolvido. (Tradução nossa).

no caixa do supermercado ou as lenti-
dões do computador. Gosta-se de cami-
nhar ou andar de bicicleta, mas quem
está disposto a renunciar ao avião para
descobrir o mundo? Quem quer renun-
ciar à imediatez dos e-mails? Como nos
falta cada vez mais tempo, há necessi-
dade de ganhar tempo e ir mais depres-
sa [...] (2015, p. 253).

Isso posto, precisamos, então, debruçarmo-nos sobre esse conjunto de informações algorítmicas com as perguntas corretas. Ou seja, não podemos apenas visualizar a informação sem atribuir algum tipo de significado ao que enxergamos. Trata-se de uma fonte. Portanto, é preciso depurá-la, averiguar de diversas perspectivas o que ela pode apresentar. É necessário também considerar que a ferramenta de leitura desses dados é um intermediador dessa informação e, portanto, é preciso levar em conta para que a ferramenta foi projetada e, além disso, quem a projetou. Assim, mantemos em vista pressupostos intencionais importantes na leitura imagética desses dados propiciados pelo software. Esse olhar crítico viabiliza a conexão entre a informação e a experiência, sendo fundamental a habilidade e especialidade do pesquisador para identificar e conferir confiabilidade na construção de sentido. Citando Schäfer e Van Es (2017, p. 32): “[the] point here is that data are always preconstituted, shaped by the parameters for their selection”.³

Por exemplo, um software criado para auxiliar o departamento pessoal de

uma grande empresa a selecionar profissionais para cargos de gerência a partir de *big data* coletado em redes sociais como LinkedIn, onde profissionais exibem suas qualidades e feitos profissionais, tenderá a ter um viés sexista e racista porque repetirá preconceitos vigentes em nossas sociedades ocidentais, onde homens brancos têm muito mais chance de subir na carreira e atingir cargos de chefia do que homens negros ou – neste caso, com menos chances ainda – se forem mulheres negras. O uso do *big data* a partir de uma epistemologia do Norte, sem uma contrapartida crítica de quem resiste a esses preconceitos e até xenofobias, ampliaria o fosso cultural e social que já separa naturalmente países ricos e pobres, gerando ainda mais concentração de poder e incomunicação entre as partes.

Levando todas essas asserções em consideração, encontramos na Analítica Cultural de Lev Manovich⁴ (2015, p. 73) o apoio para esse conjunto de procedimentos na análise cultural das grandes bases de dados. Nas palavras de Manovich, temos explicitado os interesses práticos do termo:

Quando comecei a pensar sobre Analítica Cultural em 2005, as Humanidades Digitais e a Computação Social estavam apenas começando como campos de pesquisa. Senti a necessidade de introduzir esse novo termo para sinalizar que o trabalho de nosso laboratório não será simplesmente uma parte das Humanidades Digitais ou da Computação Social, mas abrangerá o assunto estu-

[3] [o] ponto aqui é que data são sempre pré-constituídos, e formatados pelos parâmetros que os selecionaram. (Tradução nossa).

[4] Professor da City University of New York, que desde 2005 vem trabalhando o conceito de Analítica Cultural.

dado em ambos os campos. Como humanistas digitais, estamos interessados em analisar artefatos históricos – mas também estamos igualmente interessados na cultura visual contemporânea digital (Ibidem, p. 73).

Manovich (2015) faz uma importante ponderação sobre a Analítica Cultural: o interesse pela simbiose entre as Humanidades Sociais e a Computação Social. Essa perspectiva é a respeito do modo como os dois campos podem contribuir juntos, e não isoladamente. Ambos podem auxiliar em uma leitura menos enrijecida dos dados e com possibilidades interpretativas muito maiores.

Essa é uma das sustentações teóricas pela qual queremos aqui interpretar o resultado algorítmico. O grande conjunto de dados é mais uma possibilidade de repensar as postulações e estimativas sobre o que é sociedade e como estudá-la, e da mesma forma o que é cultura. Grupos de pessoas de diferentes países e contextos socioeconômicos compartilham imagens, vídeos, textos e fazem escolhas estéticas específicas ao fazer isso. Por causa dessa sobreposição, no caso de um grande volume de dados culturais, os tipos de perguntas investigadas pela sociologia e outras áreas das humanidades são altamente relevantes.

É interesse da Analítica Cultural tudo que seja criado por todo mundo; assim nos aproximamos da cultura da mesma maneira que os linguistas analisam os idiomas ou que biólogos estudam a vida na terra. O objetivo é enxergar cada manifestação cultural ao invés de amostras seletivas (MANOVICH, 2015, p. 74).

Além disso, ele faz um adendo muito importante sobre essa leitura, dado que as redes sociais e a internet não são utilizadas por todas as pessoas do mundo: trata-se de uma amostragem específica de um determinado meio que queremos estudar. Por isso, levar em conta a ferramenta de análise, junto com o objeto e o que queremos inferir a partir dele, é ponto fundamental para que, a partir desse recorte, seja possível vislumbrar as informações socioculturais que buscamos.

A leitura do grande volume de dados oferece uma oportunidade para repensar as suposições sobre o que é sociedade e cultura hoje em dia e como estudá-la. Nas palavras de Manovich:

Ao invés de dividir a história cultural usando uma dimensão (tempo), ou duas (tempo e localização geográfica) ou um pouco mais (por exemplo, mídia, gênero), dimensões infinitas podem ser manipuladas. O objetivo da análise [...] não será apenas descobrir novas semelhanças, afinidades e clusters no universo dos artefatos culturais, mas, antes de tudo, nos ajuda a questionar o nosso senso comum das coisas, onde certas dimensões são dadas como certas (2015, p. 81).

Precisamos, por fim, estar interessados em discutir fundamentos teóricos e conceituais e, através da análise e de experimentos, encontrar os geradores de sentido e conhecimento que abranjam cada vez mais áreas e que auxiliem na construção de uma epistemologia.

Alfabetização para a leitura de dados

Seguindo neste percurso da leitura cultural de dados, da sua análise crítica e do seu não descolamento do contexto socioeconômico, uma obrigação consequente é a de informar e formar usuários, público em geral, sobre os muitos fatores que compõem um conjunto de dados: como se dão análise de forma, de imagem, o processo de visualização dessas informações e como é necessária a leitura crítica desse cenário.

Como anteriormente citado, a leitura crítica do *big data* nos possibilita apreender daquele determinado conjunto de dados informações substanciais sobre um particular público/usuário pesquisado. Nesse sentido, a alfabetização de dados (*data literacy*) torna-se indispensável.

Refletindo sobre a definição do termo *alfabetização*, encontramos: processo de aquisição do código linguístico e numérico; letramento (Michaelis, 2017). Já no Infopedia temos: capacidade de usar a leitura e a escrita como forma de adquirir conhecimentos, desenvolver as próprias potencialidades e participar ativamente na sociedade (Infopedia, 2017). A partir dessas fixações, conseguimos inferir que temos a mesma necessidade quando nos referimos à leitura de dados: dar ao indivíduo condições para que ele possa, por si, compreender e operacionalizar a partir daquela lógica numérica. Ressignificar e produzir conhecimento é vital na construção desse novo saber humano.

A leitura desorientada de dados, prática incentivada em resultados precisos e

objetivos, pode gerar consequências problemáticas. Stevenson e Wagoner (2016) apontaram, em uma discussão a respeito da leitura crítica de dados, que a aceitação sem discernimento de resultados calculados por computador pode gerar um conhecimento esvaziado de sentido e uma passividade moral e intelectual que não se posicionará de maneira argumentativa diante das imagens. É preciso considerar a importância da instrumentalização da leitura de dados e impacto social no processo epistêmico.

Encontramos em alguns pesquisadores a menção da importância da literacia de dados fornecidos a colaboradores e empregados de instituições, como forma de preparo e interação dentro daquela organização. Todavia, consideramos que essa alfabetização se faz imprescindível e urgente a todos, não só dentro das grandes corporações. Capacitar leitores de dados críticos e capazes de inferir por si a partir da grande base de dados é passo imprescindível na construção e democratização de acesso a esse conhecimento.

Temos aqui as habilidades apontadas como necessárias para a alfabetização em dados⁵:

- Saber quais dados são apropriados para finalidade específica.
- Interpretar visualizações de dados, como gráficos e tabelas.
- Pensar criticamente sobre as informações produzidas pela análise de dados.

[5] ROASE, Margareth. That literacy. **Techtarget**, [2017]. Disponível em: <<http://whatis.techtarget.com/definition/data-literacy>>. Acesso em 19/09/2017.

- Compreender ferramentas e métodos de análise de dados e quando e onde usá-los.
- Reconhecer quando os dados estão sendo falsificados ou usados de maneira equivocada.
- Comunicar informações sobre dados a pessoas que não possuem alfabetização de dados, uma habilidade às vezes anunciada como storytelling⁶ de dados.

Verificamos, assim, que o que apontamos até então como necessidades para a leitura cultural do *big data* não se descola da necessidade de educar e formar para a leitura, sobretudo crítica, dessas informações.

Encontramos em Antonio Gramsci um esteio fundamental na abordagem deste trabalho: instrumentalizar o leitor com os códigos e procederes dessas ferramentas para que ele possa ter criticidade na leitura sociocultural desses dados. Gramsci (2004) nos apresenta essa concepção quando expõe acerca da necessidade de subversão do senso comum – que ele descreve vir carregado de equívocos e esforço de manutenção do status quo – como base da construção de uma visão de mundo que não seja subordinada a interesses mercadológicos e nem de uma determinada classe social que ideologicamente servem para o escoramento dos grupos dominantes na ponta socioeconômica de nosso corpo organizacional.

[6] Storytelling é um termo da língua inglesa que se refere a uma narrativa. Consiste em um método que utiliza palavras ou recursos audiovisuais para transmitir uma história ou descrição.

Não podemos encerrar em fins monetários, ou para poucos, uma nova linguagem e leitura que propicie uma nova interação com o mundo e suas proposições. Faz-se necessário garantir essa interação ao usuário desse mundo digital, para que atue no ciberespaço com consciência ativa do que recebe e do que produz de dados, dos seus vestígios e de como sua interação e manifestação de mundo é encarada social e mercadologicamente. Subverter a ordem hegemônica que controla o mundo, não só digital, começa por essa construção consciente de um novo posicionamento sociocultural, que, nos tempos de hoje, perpassa obrigatoriamente pelo mundo em dígitos. Gramsci explica sobre esse processo:

Toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação (2004, p. 56).

O empoderamento do usuário/receptor/produtor é ponto estrutural desse processo, pois a partir dele é que será possível assentar e expressar novas concepções de mundo e colocar esse usuário como protagonista dessa nova direção intelectual e moral que temos na internet. Saber se situar diante dos debates de concepção ideológica e simbólica, entender e se posicionar diante desta nova organização social é ponto crucial nessa construção sistêmica.

O big data e a Epistemologia do Sul

Avançando em nossa proposição sobre a leitura crítica e cultural do grande conjunto de dados, levando em conta a premissa de Gramsci (2004) sobre a subversão social dessa leitura, encontramos na Epistemologia do Sul a perspectiva de mundo pela qual pretendemos entender e interpretar essa realidade.

A teoria interpretativa do *big data*, sua própria concepção, softwares de leitura e produção de dados representativos, todo o arcabouço teórico e tecnológico que o sustenta, vêm do Norte industrial de forma verticalizada. Nossa árdua tarefa reside em abstrair essas concepções e informações, de forma dialógica e dialética, a fim de elaborar uma síntese que cumpra com as necessidades dos “suis” do mundo:

O que é hegemônico no Norte produz agora a cegueira a respeito da globalização e da crise da humanidade. É a cegueira do pensamento fundado essencialmente no cálculo, cego para a existência, a alegria, o sofrimento, a infelicidade, a consciência, cego para o lado humano da humanidade (MORIN, 2015, p. 15).

Fruto de nossa colonização e formação de identidade, da manutenção de uma determinada classe subjugadora, que reside não só no Norte, mas que encontra seus representantes nos “suis” do mundo, a ideia de que precisamos nos referenciar em todos os modelos de vida apresentados pelo Norte vem sendo diretriz socioeconômica e cultural. Nas pala-

bras de Mia Couto (2005) sobre o atraso de Moçambique:

[...] não se localiza na economia, mas na incapacidade de gerarmos um pensamento produtivo, ousado, inovador. Um pensamento que não resulte da repetição de lugares-comuns, de fórmulas e de receitas já pensadas pelos outros. (...) Às vezes pergunto-me de onde vem a dificuldade em nos pensarmos como sujeitos da história? Vem sobretudo de termos legado sempre aos outros o desenho da nossa própria identidade. Primeiro, os africanos foram negados. O seu território era a ausência, o seu tempo estava fora da história. Depois, os africanos foram estudados como um caso clínico. Agora são ajudados a sobreviver no quintal da História.

Podemos utilizar, salvaguardando determinados aspectos, essa explicação do escritor moçambicano para a formação socioeconômica da América Latina e África. Com alagoes e dificuldades similares, procuramos subsistir na periferia do mundo com todas as especificidades que esses macro e microcosmos exigem, mas conectados por esse sul global (SOUZA, 1995, p. 1-6).

Quando pensamos em tecnologia e seu emprego social, verificamos de forma muito categórica e lesante o peso da perspectiva do Norte em nossas realizações. Que se dão, em larga medida, como campo exploratório ou de testes para as novas ambições vindas hierarquicamente deles para nós.

Pensar nessas investigações críticas do grande conjunto de dados a partir

das nossas premissas e demandas, pode, num prazo médio de tempo, colocar-nos em uma outra posição dentro dessa conjuntura global. Não se trata, fundamentalmente, de um antagonismo vazio. Da disputa por mercado ou coisa que valha. Trata-se, sobretudo, de encontrar nosso lugar no mundo e considerar, a partir dele, o que devemos e como podemos, de forma colaborativa e sistêmica, melhorar e avançar em nossas proposições socioeconômicas e culturais.

A essência do Sul está na forma de sua existência e não fora dela. A epistemologia do Norte nos coloca a todos numa única e mesma forma de essência e de existência: aquela do homem ocidental, branco, europeu, da tecnologia moderna, do progresso... essa forma seria a verdadeira essência do existir humano. O que foge disso é patológico, feio, desumano (DANTAS, 2014).

Reconhecer nossas problemáticas e potencialidades é a base na qual nossas teorias interpretativas devem residir. Pensar em como essa leitura cultural dos algoritmos, dos fazeres no mundo digital, pode contribuir para o nosso desenvolvimento é mais uma possibilidade que encontramos de produzir nosso conhecimento e interpretar nossa realidade.

Neste ponto, recorremos a Martin-Barbero⁷ (1987), que nos aponta a necessidade de estudarmos as transformações das várias identidades a fim de conseguir apreender a heterogeneidade que com-

põe a problemática recepção/reprodução e enfocar a resistência de práticas que mirem nosso desenvolvimento e necessidades sulistas. Ou seja, o processo histórico que foi percorrido é parte intrínseca do processo de recepção/produção/transmissão de informação e de construção social. Trata-se de um campo de constante tensão a ser conquistado, dentro da cultura e do consumo, que podemos tomar nossas necessidades como diretriz nessa captura e interpretação de dados. Sobre a construção epistemológica das Ciências Sociais na América Latina, diz Martin-Barbero⁸:

[...] nesse texto eu estaria criticando certos preconceitos existentes na própria esquerda latino-americana de que pensar e fazer teoria era um luxo, algo para países ricos, e que nós devíamos ligar diretamente o que pesquisávamos à ação política, que a pesquisa se justificava ao servir dentro de uma estratégia de ação política. O mais interessante é que, justamente naquele momento, começávamos a nos conscientizar de toda a dependência que existia em função da ausência de teoria. Ou seja, não só tínhamos uma teoria da dependência, como também começávamos a ver que boa parte da dependência era dependência intelectual (LOPES, p. 145).

Apontamos aqui a urgência na construção das nossas teorias e bases fundamentais de desenvolvimento de pesquisas que privilegiem nossa forma de ser e estar no mundo, como o Professor Milton San-

[7] Jesús Martín-Barbero é semiólogo, antropólogo e filósofo colombiano, nascido na Espanha.

[8] Entrevista concedida à Professora Maria Immacolata Vassalo de Lopes por ocasião de um curso ministrado por ele no Programa de Pós-Graduação em Ciências Comunicação da USP.

tos⁹ apontava em seus estudos, precisamos a todo custo ser modernos, construir novas perspectivas sobre nossa maneira de existir, de agir, a partir de quem somos e onde estamos.

[...]enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam (SANTOS, 1996, p. 25).

Existe aqui uma importante observação a fazer a respeito dessa Epistemologia: não se trata também de ignorar todas as heranças deixadas pelo Norte e sair em busca de um “Sul maravilha”¹⁰. É lidar com as particularidades e propriedades do Sul global. É ter alternativas à dicotomia Norte-Sul, levando como premissa nossas complexidades, com diferentes teorias do conhecimento e enfoques. É ter criatividade e soluções coletivas que nos ajudem a avançar, mas é, sobretudo, ter crítica.

Acreditamos que essa construção se dará de maneira paulatina e solidária. Pois, para criar essa rede colaborativa epistêmica que compreenda a periferia do mundo e suas necessidades, serão necessários grandes e muitos esforços. Contudo, se criarmos nossa infraestrutura

[9] Milton Almeida dos Santos (1926-2001) foi um geógrafo brasileiro. Destacou-se por seus trabalhos em diversas áreas da geografia, em especial nos estudos de urbanização do Terceiro Mundo. Foi um dos grandes nomes da renovação da geografia no Brasil ocorrida na década de 1970.

[10] Edgar Morin em entrevista para o Sesc em 2017.

capaz de revelar esses fluxos complexos, assumirmos uma postura crítica e consciente a respeito dos paradigmas em que estamos inseridos, estruturarmos processos socioeducacionais que nos permitam capilarizar essa perspectiva, chegaremos a resultados, presumimos, muito frutíferos e representativos, não só da resistência interpretativa cultural do *big data*, mas também da construção de uma realidade social que tenha no cerne de suas questões as necessidades e premências do nosso lado do globo. ■

[RENATA LIPIA LIMA]

Bacharela e licenciada em História pela Universidade de São Paulo. Desde 2010, à frente do Núcleo de Educação Patrimonial da Fundação Osesp, promovendo pesquisas, elaborando materiais didáticos, treinando educadores e realizando atendimento ao público em visitas pelo Complexo Cultural Júlio Prestes. Especialista em Administração Pública da Cultura pela UFRGS. Pós-graduanda em Mídia, Informação e Cultura pelo Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação da ECA-USP.

E-mail: renata.lipia.lima@usp.br

[VINICIUS ROMANINI]

Possui graduação em Ciências da Comunicação (Jornalismo, 1990), mestrado (2001) e doutorado (2006) em Ciências da Comunicação, todos pela Universidade de São Paulo. Seu pós-doutorado foi pela Universidade de Indiana (EUA), em 2014. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Filosofia e Teoria da Comunicação, Filosofia da Linguagem e Semiótica. É pesquisador do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC), do Centro de Lógica e Epistemologia da Ciência (CLE/Unicamp), bem como do Projeto UniTwin da Unesco (Unesp).

E-mail: vinicius.romanini@usp.br

Referências

ANDERSON, Chris. The end of theory: the data deluge makes the scientific method obsolete. Revista **Wired**, New York, Aug. 2008. 06/08/2008. Disponível em: <<https://www.wired.com/2008/06/pb-theory/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BOLILER, David. **The promise and peril of Big Data**. Washington: Aspen Institute, 2010. Disponível em: <<https://www.emc.com/collateral/analyst-reports/10334-ar-promise-peril-of-big-data.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

BRYNSON, Steve et al. Vissually exploring gigabyte data sets in real time. **Magazine Communications of the ACM**, New York, v. 42, n. 8, Aug, 1999. p. 82-90. Disponível em: <<https://dl.acm.org/citation.cfm?id=310930.310977&coll=DL&dl=GUIDE>>. Acesso em: 20 out. 2017.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

COUTO, Mia. **Os sete sapatos sujos**. Oração de sapiência na abertura do ano lectivo no ISCTEM. Março de 2005. Disponível em <<http://macua.org/miacouto/MiaCoutoISCTEM2005.html>> Acesso em: 10 mai. 2018

25Fortaleza, v. 13 n. 3. set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1984-2201&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2017.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. **Cartografia dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte. Autêntica, 2001.

GARCIA, Marco Antonio. Big Data: conceitos, técnicas e ferramentas. **CETAX**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.cetax.com.br/materiais/curso-big-data-parte1.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos v. 1 (1910-1920)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HALL, Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

INFOPIEDIA. Porto: Editora Porto: 2003. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/>> Acesso em: 20 set. 2017.

LARSON, Erik. **What sort of car-rt-sort am I? Junk mail and the search for self Real.** Disponível em <<https://harpers.org/archive/1989/07/what-sort-of-car-rt-sort-am-i-junk-mail-and-the-search-for-self/>> Acesso em: 20 out. 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo:** resposta a uma sociedade desorientada. Tradução de Maria Lúcia. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. Uma aventura epistemológica. **Matrizes**, São Paulo, v. 2, n. 2, jan./jul. 2009. p. 143-162.

MANOVICH, Lev. A Ciência da Cultura? Computação social, humanidades digitais e analítica cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 9, n. 2, jul./dez. 2015. p. 67-83.

MARR, Bernard. A brief history of big data everyone should read. **World Economic Forum**, New York, 25 Feb. 2015. Agenda. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2015/02/a-brief-history-of-big-data-everyone-should-read/>> Acesso em: 29 set. 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Comunicação e mediações culturais. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 23, n. 1. jan./jun. 2000. p. 151-163.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 15 out. 2017.

MORIN, Edgar. Para um pensamento do Sul. In.: **Para um pensamento do Sul:** diálogos com Edgar Morin. Rio de Janeiro: SESC, 2011. p. 8-21.

PODEROSO, Celso. Big Data Science: estatística básica, | #2 |. **FIAPX**, 2014. Disponível em: <<http://www.fiap.com.br/FIAPx/cursos/big-data-desafios-opportunidades-e-tendencias/os-3-vs>>. Acesso em: 15 set. 2017.

ROASE, Margaret. That literacy. **Techtarget**, [2017]. Disponível em: <<http://whatis.techtarget.com/definition/data-literacy>>. Acesso em: 12/09/2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition.** New York: Routledge, 1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec; Edusp, 1996.

SCHÄFER, Mirko Tobias; VAN ES, Karin. **The datafied society**: studying culture through data. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017.

STEVENSON, Dru; WAGONER, Nicholas J. Bargaining in the shadow of Big Data. **Florida Law River**, Florida, v. 67, n. 4, Mar. 2016. Disponível em: <<http://scholarship.law.ufl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1292&context=flr>>. Acesso em 3 Nov. 2017.

ACESSO AOS DADOS DO FACEBOOK E O JORNALISMO INDEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA

[ARTIGO]

Daniela Osvald Ramos

Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes

Egle Müller Spinelli

Escola Superior de Propaganda e Marketing

Mário Arruda

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Compreender o acesso aos dados das mídias sociais é de extrema relevância, principalmente quando um dos maiores serviços de mídia social, o Facebook, altera constantemente suas APIs (Application Programming Interface), a Interface de Programação de Aplicativos que permite a extração de dados da plataforma. Este estudo mostra os desafios e dificuldades de ter acesso aos dados para explorar o alcance das conexões e associações nas páginas de iniciativas de jornalismo digital na América Latina. Para esta verificação, pretendeu-se realizar a mineração de dados no Facebook em três veículos independentes latino-americanos – Jota (Brasil), Meio (Brasil) e Nómada (Guatemala) – a partir de três ferramentas: o Netvizz, aplicativo locado no Facebook para extração de dados; o software livre Gephi para gerar gráficos e análises de rede; e o aplicativo pago Social Monitor, que monitora o engajamento nas redes sociais.

Palavras-chave: Facebook. Dados. Jornalismo Independente. Transparência. América Latina.

The access to social media data has become extremely relevant, especially when one of the largest social media services, Facebook, constantly changes its APIs (Application Programming Interface), that allows the extraction of data from the platform. This study shows the challenges and difficulties of accessing data to explore the reach of connections and associations on the pages of digital journalism initiatives in Latin America. For this verification, it was intended to perform data mining on Facebook in three independent Latin American vehicles – Jota (Brazil), Meio (Brazil) and Nómada (Guatemala) – from three tools: Netvizz, a data collection and extraction application on Facebook; Gephi, a open source software to generate graphs and network analysis, and the paid application called Social Monitor, which monitors social networking engagement.

Keywords: Facebook. Data. Independent Journalism. Transparency. Latin America.

La comprensión del acceso a los datos de los medios sociales es de extrema relevancia, principalmente cuando uno de los mayores servicios de medios sociales, Facebook, cambia constantemente sus API (Application Programming Interface), la Interfaz de Programación de Aplicaciones que permite la extracción de datos de la plataforma. Este estudio muestra los desafíos y dificultades para acceder a los datos para explorar el alcance de las conexiones y asociaciones en las páginas de iniciativas de periodismo digital en América Latina. Para esta verificación, se pretendió realizar la minería de datos en Facebook en tres vehículos independientes latinoamericanos – Jota (Brasil), Medio (Brasil) y Nómada (Guatemala) – a partir de tres herramientas: el Netvizz, aplicación de Facebook para la extracción de datos; el software libre Gephi para generar gráficos y análisis de red; y la aplicación pagada Social Monitor, que monitorea el compromiso en las redes sociales.

Palabras clave: Facebook. Datos. Periodismo Independiente. Transparência. América Latina.

Introdução

Iniciamos a pesquisa para este artigo com a seguinte indagação: “É possível entender a atuação das organizações jornalísticas no Facebook a partir dos dados gerados pelas suas páginas?” Para tanto, foram eleitas três marcas de jornalismo independente com base no Anuário Brio de Jornalismo 2018. Dentre os cinco projetos em destaque, foram selecionados os brasileiros Jota¹ e Meio² e o guatemalteco Nómada³, por estabelecerem estratégias digitais em diferentes plataformas, terem presença no Facebook e serem representantes latino-americanos. O Jota existe desde 2014 e é um site que oferece informações exclusivas, análises e notícias de bastidores jurídicos. O Meio surgiu em 2017 e é uma newsletter distribuída por e-mail de segunda a sexta que traz as principais notícias do dia para serem lidas rapidamente no ambiente digital. O Nómada foi lançado em 2014, na Cidade da Guatemala, e é um meio jornalístico que aborda política e cotidiano.

A partir dessas três iniciativas, pesquisamos qual seria a metodologia de análise de redes sociais possível de ser aplicada nesses casos. Nessa etapa inicial, por meio do uso de ferramentas gratuitas

que extraem dados das páginas do Facebook e geram grafos – Netvizz e Gephi –, foi constatado que tanto o Jota como o Meio não davam total acesso aos dados que pudessem indicar percepções de padrões de uma rede por meio de estruturas de visualização de dados. Apenas o projeto Nómada estava aberto⁴ para a mineração de dados na rede social Facebook. Com isso, surgiu um questionamento para a pesquisa – da proposta inicial, que era comparar e analisar dados a partir da formação de rede (grafos), partiu-se para a indagação sobre como analisar dados extraídos com o auxílio de diferentes ferramentas, já que o acesso ao *Application Programming Interface* (API) do Facebook⁵ está cada vez mais restrito.

A questão do monopólio do Facebook sobre as informações na rede e o recente escândalo de venda de dados de domínio privado extraídos do Facebook pela Cambridge Analytica culminaram na diminuição do acesso, antes público, de níveis de dados. O acesso aos dados foi se restringindo aos poucos na história do Facebook. Por exemplo, em 30 de abril de 2015, a rede social já tinha descontinuado algumas funcionalidades de sua *Graph Application Programming Interface* ao extinguir a função de procura por palavras-chave (*search*), que retornava postagens e comentários de perfis e de páginas que correspondiam a termos determinados (ALVES, 2016, p. 68). Em janeiro de 2018, uma mudança de algoritmo passou a privilegiar mensagens de familiares e amigos

[1] JOTA: notícias que fazem diferença, c.2014. Informações institucionais de qualidade: Justiça, STF, STJ, TJs, Carf, Cade, agências reguladoras e Legislativo. Notícias, bastidores e análise. Disponível em: <<https://www.jota.info/>>. Acesso em: 2 Ago. 2018.

[2] CANAL MEIO S.A. **Meio**, c2016-2018. Apresenta notícias do Brasil e do mundo. Disponível em: <<https://www.canalmeio.com.br/>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

[3] NÓMADA, c2014. Apresenta notícias sobre política e cotidiano. Disponível em: <<https://nomada.gt/>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

[4] Extração de dados feita em 29 de março de 2018.

[5] GRAPH API. In: Facebook, c2018. Disponível em: <<https://developers.facebook.com/docs/graph-api/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

na *timeline* do Facebook, fazendo com que o conteúdo informativo ficasse em segundo plano na mediação do algoritmo, a não ser que fossem comentadas por pessoas da rede do usuário. Desde o dia 6 de fevereiro de 2018, o Facebook parou de disponibilizar informações dos usuários que realizam comentários nas publicações das páginas. Ou seja, a partir de agora não é mais possível extrair informações como nome, foto e ID do usuário, ao menos que você tenha um *token* de CRM⁶ da página (AVISO, 2018).

Em 4 de abril de 2018 o Facebook, por causa do vazamento de dados de usuários relacionado ao caso da Cambridge Analytica, passa a fazer constantes alterações nas APIs⁷ de acesso aos dados da plataforma para garantir a segurança e privacidade dos usuários como política corporativa, o que implica na descontinuação de algumas funcionalidades de plataformas e ferramentas de monitoramento de dados nessa rede social.

Nesse contexto, questões que envolvem opacidade, transparência e a natureza dos dados extraídos das mídias sociais passa a ser um assunto importante a ser discutido quando se pensa na democratização das informações para o fortalecimento de processos democráticos.

[6] O CRM (Customer Relationship Management) é um gerenciador das ferramentas de comunicação com o cliente. Apenas com a permissão do administrador da página do Facebook é possível ter acesso aos dados dos usuários.

[7] É importante compreender que a API é, por um lado, um conjunto de comandos técnicos para realizar ações, mas de outro é uma documentação que representa as políticas empresariais do Facebook para acesso ao seu banco de dados (ALVES, 2016, p. 75).

Pela dificuldade de aplicação das ferramentas gratuitas (Netvizz e Gephi) inicialmente selecionadas para a pesquisa de análise dos casos selecionados, optou-se em apresentar neste artigo uma discussão das possibilidades de análise dos dados abertos dessas marcas no decorrer do estudo, a partir de ferramentas que eram acessíveis aos pesquisadores na época das análises, mostrando um pouco da diversidade metodológica possível para a análise de redes sociais. Verificou-se que, com as últimas mudanças na API do Facebook, as ferramentas selecionadas para esta pesquisa (Netvizz e Gephi) não conseguiam mais ter acesso aos dados das páginas selecionadas, apenas aos da página Nómada, que teve a extração de dados realizada antes da mudança. Dessa maneira, optou-se em utilizar uma ferramenta paga e acessível aos pesquisadores, denominada Social Monitor⁸, para análise de audiência e verificação de estratégias digitais das iniciativas jornalísticas Jota e Meio.

1. Opacidade e transparência de dados

O contexto da opacidade e transparência de dados gerados pelos usuários de formatos de mídias sociais como o Facebook vai além da discussão pretendida aqui e se expande para uma reflexão sobre o uso de *big data* para a criação de modelos de

[8] SOCIAL MONITOR. Disponível em: <<http://www.socialmonitor.com.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

sistemas diversos que podem ser usados por governos, empresas e diversas instituições, às vezes de forma a aumentar a desigualdade e ameaçar a democracia, como aponta O'Neil (2016). A autora, uma matemática que trabalhou no mercado financeiro e o abandonou após a crise de 2008, dedica-se a explicar de que elementos e como é programada a caixa preta de análises, com funções geralmente preditivas e de padrões de *big datas* modelados por algoritmos diversos.

Um elemento crucial para o tratamento de dados é a definição de um modelo, definido por ela como uma representação abstrata de um processo (O'NEIL, 2016, p. 18), através do qual o processo de análise se dará. O'Neil (2016, p. 15-31) descreve três etapas: análise de estatísticas do esporte beisebol; modelo pessoal; e o modelo do *recidivism risk* ("risco de reincidência"), este último aplicado no sistema penal estadunidense. O primeiro é baseado em estatísticas públicas rigorosas das temporadas esportivas, o que deixa o modelo dinâmico e com a possibilidade de ser acompanhado publicamente. É um exemplo de um modelo que utiliza um *proxy*⁹ público no tratamento dos dados, ou seja, os dados e as possíveis correlações efetuadas entre eles são de domínio público, transparentes.

Mas seu foco é o reconhecimento do que chama *weapons of math destruc-*

tion ("armas de destruição matemática", em tradução livre), ou seja, modelagens de análise de dados que necessariamente contêm os seguintes elementos: opacidade no tratamento dos dados, escala de aplicabilidade e dados que causam algum tipo de dano. Como um dos exemplos, ela analisa um modelo utilizado pelo sistema de segurança penal nos Estados Unidos, o *recidivism risk*, que mede um provável índice de reincidência criminal (O'NEIL, 2016, p. 23-7), e que já afeta a população negra e hispânica daquele país. Entre seus componentes, está um questionário que os detidos à espera de julgamento precisam responder na prisão. No entanto, os próprios presos não sabem que esse questionário será insumo para o cálculo desse índice de reincidência e também não são informados do peso matemático que cada resposta tem na análise final. Assim, perguntas como "Tem familiares com antecedentes criminais?" afeta muito mais a família de negros e hispânicos do que de brancos e produz um alto índice de pessoas dessas origens encarceradas por mais tempo.

O outro modelo descrito seria um construído de acordo com as necessidades pessoais para resolver um problema específico, por exemplo, "o que cozinhar para a minha família quando eu estiver ausente?". O'Neil (2016, p. 20) descreve como construiria esse modelo, que critérios usaria, em que medida estes seriam respeitados, ou seja, as variáveis, e deixa claro que, de certa forma, um modelo sempre vai refletir, principalmente em seus pontos cegos, os julgamentos e prioridades do seu criador. Mas e quando seu criador é uma empresa gigante da web, como o Google, Amazon ou Facebook?

[9] Em tradução livre do inglês, *proxy* significa "representante", "autoridade", "procurador". O termo é utilizado na área da informática para designar o elemento que intermedeia as requisições de acesso a conteúdo de um computador pessoal para um outro computador conectado à internet, geralmente de acesso público.

And yet many companies go out of their way to hide the results of their models or even their existence. One common justification is that the algorithm constitutes “a secret sauce” crucial to their business. It’s *intellectual property*, and it must be defended, if need be, with legions of lawyers and lobbyists. In the case of web giants like Google, Amazon, and Facebook, these precisely tailored algorithms alone are worth of billions of dollars¹⁰ (O’NEIL, 2016. p. 29).

Ou seja, para responder a uma das perguntas que nos fizemos quando no início desta pesquisa – “Qual é a natureza da pesquisa em comunicação digital: que dados são estes?” –, chegamos à conclusão parcial de que são dados oriundos de um modelo de opacidade, o que ficou ainda mais evidente no já citado caso do Facebook com a Cambridge Analytics. O’Neil (2016) chama esse modelo de WMD (sigla para *Weapons of Math Destruction*), mas na área do marketing digital é uma estratégia de negócio chamada *walled garden*, ou “jardim murado”: o que acontece naquele território só é de conhecimento do detentor dos muros. *A Walled Garden is a closed ecosystem in which all the operations are controlled by the ecosystem operator* (POULPIQUET, 2017). ¹¹

[10] “E, no entanto, muitas empresas se esforçam para esconder os resultados de seus modelos ou até mesmo sua existência. Uma justificativa comum é que o algoritmo constitui “um molho secreto” crucial para seus negócios. É propriedade intelectual, e deve ser defendido, se necessário, com legiões de advogados e lobistas. No caso de gigantes da web como Google, Amazon e Facebook, esses algoritmos precisamente adaptados valem bilhões de dólares.” Tradução livre dos autores.

[11] “Um Jardim Murado é um ecossistema fechado no qual todas as operações são controladas pelo operador do ecossistema.”, em tradução livre dos autores.

Dessa forma, os dados disponíveis para a pesquisa da distribuição de conteúdos pelos novos modelos de negócio que também são conglomerados de mídia, como a rede social objeto do nosso enfoque, serão sempre parciais. As marcas de jornalismo que analisamos estão dentro do que pode ser chamado de um posicionamento “independente”, mas, para além do conteúdo, o que está em jogo é a democratização e regulação de acesso aos dados gerados pela mídia da qual se usam para propagar seu conteúdo. Nesse ambiente, o modelo algorítmico de tratamento dos dados (*inputs*) dos seus usuários não é levado a escrutínio público. Dessa forma, é o resultado dos *inputs* e das dinâmicas que o Facebook promove entre e a partir deles, como a venda de dados pessoais sem conhecimento prévio do público, cujos resultados nos aparecem como novos fenômenos midiáticos. O exemplo mais recente é a discussão do uso do Facebook nas últimas eleições políticas estadunidenses. Esse resultado é um pouco diferente do que conhecíamos do efeito pelo jogo de forças de influência das publicações tradicionais da imprensa profissional, seja da indústria da comunicação ou independente, pois envolve estratégias de publicação de conteúdo altamente personalizadas, que envolvem análises de um grande volume de dados (*big data*) em tempo real. Esse tipo de estratégia de uso de dados contou com um fator de opacidade para que acontecesse. E o que é transparente para os pesquisadores do campo? É a nossa discussão a seguir, na qual discorreremos sobre as metodologias em curso adotadas para análise das redes sociais digitais e como as aplicamos em nossos objetos, a partir do acesso (ou não) aos dados públicos das marcas disponibilizadas pelo Facebook.

2. Metodologia: análise de mídias sociais

A análise de redes sociais na internet consiste em um trabalho interdisciplinar, uma compilação de métodos estruturados que, segundo as premissas da Análise de Redes Sociais (ARS), parte do princípio de que ao estudar as “estruturas decorrentes das ações e interações entre os atores sociais, é possível compreender elementos a respeito desses grupos e, igualmente, generalizações a seu respeito” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 115). Ao iniciar a pesquisa para este artigo, partimos das indagações iniciais – “Qual é o alcance de marcas jornalísticas independentes no Facebook? Qual é a rede, com quem se relacionam?” –, e iniciou-se a escolha de casos que se adequassem a este escopo. Selecionamos três veículos independentes na América Latina – Jota (Brasil), Meio (Brasil) e Nómada (Guatemala) – por terem sido indicadas pelo Anuário Brio de Jornalismo 2018 dentre os cinco projetos que valem a pena acompanhar, principalmente por estabelecerem estratégias digitais que utilizam a rede social como forma de engajar a audiência. Queríamos partir da compreensão dessas iniciativas nas redes sociais como “nós”, conforme definidos por Fragoso, Recuero e Amaral (2011), representados pelos atores envolvidos e suas representações (nesta pesquisa indicados pelas páginas do Facebook) e as possíveis arestas ou conexões que estabelecem, para discorrer sobre ferramentas e softwares *open source* de análise de redes sociais e indicar metodologias quantitativas e qualitativas desse campo.

Extrair dados e gerar visualizações dessas redes é um desafio para o pesquisador, principalmente porque os algoritmos

das redes sociais operam em um terreno nebuloso e são alterados a todo momento conforme os interesses e necessidades dos proprietários das empresas de tecnologia, no caso deste estudo, o Facebook. Antes das últimas mudanças no API, essa plataforma permitia monitorar *fan pages* e grupos públicos, mas sempre dificultou o acesso a grupos privados ou perfis pessoais, mesmo públicos. O Facebook também possibilita que os usuários da plataforma configurem certa privacidade de acesso aos dados, podendo até fechar informações caso não queiram que os dados sejam analisados por terceiros. Dessa maneira, se o usuário ou grupos pesquisados tiverem dados privados ou exclusivos, as ferramentas de monitoramento não conseguem extrair as informações.

Enquanto as organizações adotam a mídia social para a colaboração e comunicação, há uma necessidade crescente de ferramentas que auxiliem a mapear e a medir redes sociais empresariais. Enquanto nossa sociedade adota a mídia social como um novo fórum para o discurso público, criando uma praça virtual, há uma necessidade crescente de ferramentas e métodos que possam documentar esses espaços (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 10-1).

Este estudo mostra, a partir da experiência de uso com ferramentas e softwares *open source*, como o aplicativo Netvizz¹² e o software Gephi¹³ e a ferra-

[12] Disponível em: <<https://apps.facebook.com/107036545989762/>>. Acesso em 2/8/2018.

[13] THE GEPHI CONSORTIUM. Gephi: makes graphs handy, c2008-2017. Disponível em: <<https://gephi.org/>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

menta paga Social Monitor, possibilidades de análise a partir da característica da extração dos dados e, principalmente, as barreiras e dificuldades encontradas para desenvolver pesquisas científicas na área. Das três iniciativas selecionadas – Jota e Meio (Brasil) e Nómada (Guatemala) – apenas a última apresentava os dados abertos para a análise por meio de ferramentas gratuitas (Netvizz e Gephi), os quais foram extraídos no dia 29 de março de 2018, antes das ações de restrição de acesso aos dados pelo Facebook, ocorridas em 4 de abril de 2018. As páginas no Facebook do Jota e do Meio já apresentavam o fechamento de dados pela forma como foram configuradas pelos próprios veículos, mesmo antes das últimas condições restritivas da rede social. Essa situação ocasionou a busca de alternativas para a análise dos dados dessas páginas, o que foi possível pelo acesso dos pesquisadores à ferramenta Social Monitor, utilizada pelos maiores portais de notícias do Brasil para identificar o engajamento de conteúdo de páginas nas redes sociais, por meio da mensuração de número de likes, posts, comentários, compartilhamentos, reações e novos seguidores. Estas duas páginas foram monitoradas para este estudo durante 19 dias – de 23 de abril a 11 de maio de 2018.

3. Análise dos Casos

No que toca à extração de dados do Facebook a partir do aplicativo Netvizz, o que

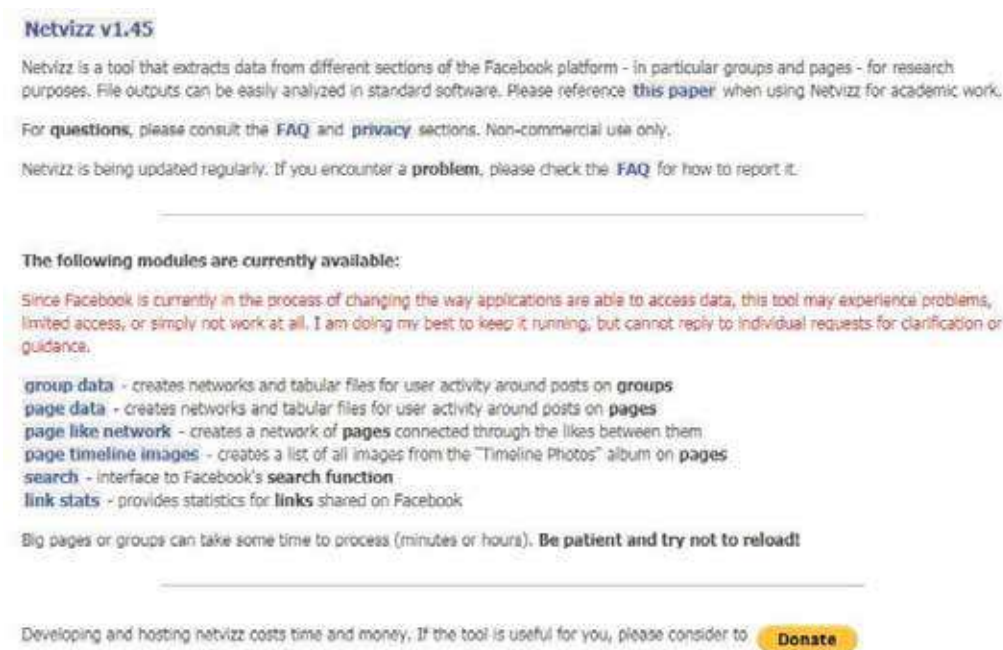
constatamos é que suas possibilidades se encontram extremamente reduzidas. O estágio do próprio aplicativo pode ser visto como um rastro das rápidas transformações resultantes do embate de forças em âmbito comercial, institucional e ético pelo qual passa o Facebook e outros sites de redes sociais. A questão da privacidade de dados, uma preocupação bem mais próxima de uma ética hacker no passado, hoje é um tema central em diferentes estratos políticos.

O efeito de tal embate é o conjunto de restrições pelo qual sofre o Netvizz hoje. Um aplicativo categorizado no Facebook como referente à educação, ele foi largamente utilizado por empresas de publicidade e marketing para visualização de nichos de mercado – era uma chave que abria atalhos para a chegada na mina de ouro de dados personalistas armazenados no Facebook. E de certo modo, isso feria diretamente os próprios termos de uso do site de redes sociais que o abriga: o Facebook promete que não entregará dados pessoais a terceiros, somente servindo como um veículo para mensagens.

Diante disso, a chave-mestra foi ficando cada vez mais restrita, como mostra a Figura 1. Hoje, os nomes dos usuários e sua localidade são mantidos em sigilo. A única ferramenta que ainda é capaz de produzir a visualização de redes é a chamada *page like network*, que se refere à extração de dados que mostram os *likes* que uma página dá em outra. Isso se mantém devido ao caráter público do *like* – interação banal a um primeiro olhar, mas que pode evidenciar interações de concordância ideológica, política, estética, etc.

[Figura 1]

Print screen da interface do aplicativo Netvizz em 27.04.2018



Fonte: Netvizz (2018).

Mas vale salientar também que, seja qual for a extração de dados, não existe garantia de que a imagem gerada seja correspondente à rede presente no Facebook. Isso porque temos sempre uma extração parcial relacionada a apenas um dos quesitos que montam as redes – a frequente mudança dos quesitos de relevância de dados no Facebook não muda apenas a circulação momentânea de dados, mas age sobre a própria rede de páginas e usuários, já que a rede não é estanque, mas se estabelece justamente por suas relações momentâneas orientadas pela circulação.

Isso se comprova ainda mais quando utilizamos o Gephi para montagem de gráficos a partir dos dados extraídos no Netvizz. No Gephi é preciso escolher os quesitos que fazem a forma da imagem, como veremos no tópico seguinte. No entanto, é a partir da visualização dos gráfi-

cos e da análise de como agem os quesitos de relevância em relação à sua forma é que podemos entender as redes formadas a partir do complexo gerenciamento de dados do Facebook.

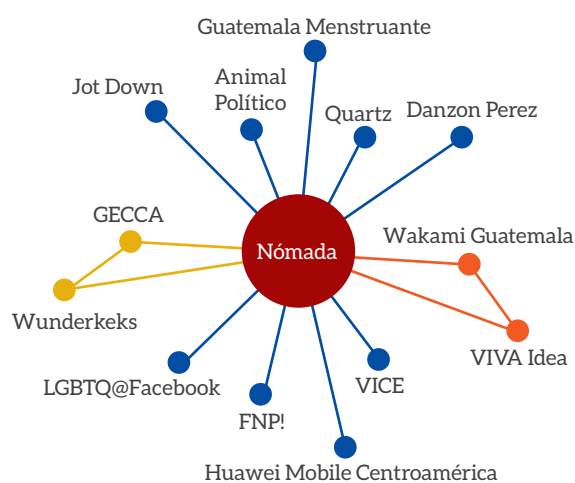
3. 1. Análise de Rede – Página Nómada

A partir da ferramenta *page like network*, do Netvizz, extraímos dados da página Nómada, no Facebook, nas duas profundidades possíveis: *depht 1*, que se refere à extração da rede formada por *likes* que a página Nómada deu ou recebeu diretamente; e *depth 2*, que observa não apenas os *likes* da página Nómada, mas também os *likes* das páginas que ela curtiu. Esse segundo processo constitui uma rede mais complexa, mostrando conexões indiretas que também constituem o nicho de interesse em que a página Nómada está circunscrita.

As figuras a seguir foram produzidas através do uso do aplicativo Gephi e são constituídas de páginas do Facebook (pontos) e suas conexões entre si (linhas). As páginas nomeadas são as que contam com o maior número de conexões.

Para uma melhor visualização, estabelecemos critérios de relevância principalmente em relação a dois quesitos: modularidade e grau (RECUERO, 2014). A modularidade é relacionada com a formação de bolhas devido a conexões das páginas entre si (evidenciada através das cores). Já o grau é relacionado ao número de conexões que uma página mantém com outras na rede analisada (o que é explicitado através do tamanho do ponto – quanto maior mais conexões tem a página).

[Figura 2]
Rede de conexões por likes da página Nómada em profundidade baixa (depht 1)



Fonte: Nómada (2018).

[Tabela 1]
Descrição das conexões por likes da página Nómada

Página	Categoria	Modularidade	Grau de entrada	Grau de saída	Grau
Nómada	Media/News Company	0	2	13	15
Wakami Guatemala	Retail Company	1	1	2	3
GECCA	Consulting Agency	2	1	2	3
VIVA Idea	Nonprofit Organization	1	2	0	2
Wunderkeks	Bakery	2	2	0	2
Huawei Mobile Centroamérica	Product/Service	0	1	0	1
FNPI	Nonprofit Organization	0	1	0	1
Animal Político	News & Media Website	0	1	0	1
Quartz	Media/News Company	0	1	0	1
VICE	Media/News Company	0	1	0	1
Jot Down	Magazine	0	1	0	1
LGBTQ@Facebook	Community	0	1	0	1
Guatemala Menstruante	Community	0	1	0	1
Danzon Perez	Community	0	1	0	1

Fonte: Nómada (2018).

Essa primeira extração nos permite visualizar uma rede com a página Nómada como central, ou seja, o nó de origem. Observamos que Nómada tem o número maior de conexões dessa rede, já que as outras páginas pouco fazem conexão entre si. Isso evidencia como há uma certa heterogeneidade aqui disposta. Mas, ao analisar que tipo de conexão é feita, observamos que a maior parte dos *likes* partiu da página Nómada (por exemplo, o grau de saída 13), estatística que dá a ver que essa rede é constituída em sua maioria por interação ativa da página Nómada.

No que toca ao jornalismo, as páginas Animal Político, Quartz, VICE e Jot Down e FNPI são as principais conexões. Observamos que a linha editorial desses veículos se assemelha muito em forma e conteúdo, flertando com o jornalismo cultural por uma via ideológica mais alinhada às políticas progressistas. A extração de dados evidencia que existem também conexões com páginas de caráter ativista relacionado a políticas de gênero e sexualidade, como a LGBT@Facebook e a Guatemala Menstruante.

Chegamos, pois, a algo pouco improvável: a rede de *likes* reflete basicamente a linha editorial do jornal Nómada. Mas a partir disso podemos justamente perceber o quanto a própria interface do Facebook influi na construção das redes. O like é um gostar. E as redes online, inclusive dos veículos de jornalismo, são constituídas através do gostar, da concordância, do interesse. É claro que se pensarmos do ponto de vista do jornalista, este constitui uma série de percursos que buscam contornar diversas barreiras, inclusive as algorítmicas, para a apuração de notícias.

No entanto, o usuário comum, o leitor, não necessariamente despende tempo tentando alcançar informações que estejam para além da bolha de interações das páginas que acompanha. É muito mais provável que um usuário acabe conhecendo uma página que esteja na rede de conexões da página que já acompanha. Nesse sentido, cabe no mínimo pensarmos o que significa a diversidade jornalística, onde ela começa e onde ela termina, e qual é o alcance do jornalismo independente. E, pelo que estamos vendo, não significa apenas em relação às notícias, mas as próprias interações das páginas podem ser importantes nesse quesito.

3. 2. Jota e Meio – Social Monitor

O que podemos ver a partir dos dados extraídos pela ferramenta Social Monitor,¹⁴ criada para orientar a compreensão de jornalistas e gestores que trabalham em veículos de mídia, dos assuntos mais propagados em tempo real, são as métricas geradas a partir dos dados públicos das publicações realizadas no Facebook e que podem ser consolidadas pela ferramenta ao longo de um determinado período, como por exemplo, no nosso caso, 19 dias. Assim, em cada dia, temos o número de posts de cada marca, o número dos likes, reações, comentários e compartilhamentos e, ainda, seguidores que a marca perdeu ou ganhou. São as métricas geralmente mais utilizadas para a análise da eficácia de propagação, pois geram números compreensíveis; por exemplo, no dia 20 de maio, dia posterior ao casamento da família real britânica, o post com maior índice de viralidade e com

[14] Dados acessados em 20 de maio de 2018.

mais de 19 mil likes foi da página “Ajudar o povo de humanas a fazer miçanga”, que postou a seguinte imagem:

[**Figura 3**]

Post com índice mais alto de aceitação no Facebook em 20 de maio de 2018



maria capitolina
@antrindade

eu poderia dormir hj até tarde igual uma princesa disney mas infelizmente meu relógio biológico já acostumou a ser empregado do sistema capitalista

Fonte: Social Monitor (2018)¹⁵

Diferente da análise anterior, da página Nómada, que nos fala da rede criada em torno e pela marca, aqui não conseguimos visualizar uma dinâmica de como a mensagem se propaga pela rede ou por quem ou quais mecanismos tornam possível que aquela mensagem se propague mais do que outras e em que nichos. O que conseguimos apreender nesse caso é somente o efeito que a mensagem nesta rede desconhecida aparece aos nossos olhos, ou seja, a audiência medida - as métricas de cada postagem. Anteriormente, os administradores das páginas podiam escolher abrir publicamente o nível que permitia a análise feita a partir da Nómada, mas, atualmente, estes dados foram fechados a priori pelo sistema do Facebook.

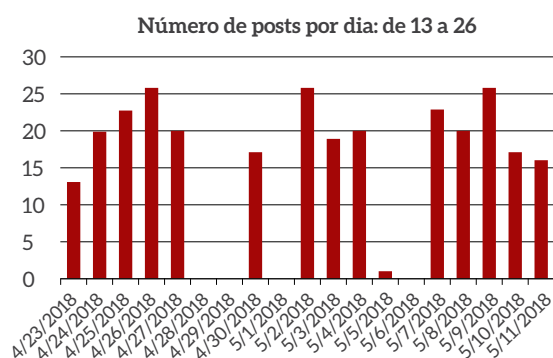
[15] SOCIAL MONITOR, c2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2wVKaQJ>>. Acesso em: 20 maio de 2018.

Dessa forma, visualizamos o que é de interesse do público no Social Monitor. É importante citar também que os dados que nos permitiram visualizar e analisar a Nómada não estão abertos pelo Jota e Meio. No Social Monitor, conseguimos rapidamente saber, por exemplo, que o Jota posta mais de dez vezes por dia (ver figura 3) e que, no seu dia (24/4/2018) de mais compartilhamentos (1080), ganhou novos 58 seguidores, enquanto que em outro dia (25/4) de menos compartilhamentos (390), ganhou 102 novos seguidores. Pode-se analisar cada post de cada dia e cruzar os dados do conteúdo versus mais comentados, os que, por exemplo, geraram mais reações de raiva, os mais comentados, ler os comentários na página da marca, e assim por diante. Mas, fora a análise de conteúdo e das métricas de propagação, que interessam diretamente aos estrategistas de conteúdo das marcas, o que o público em geral pode esperar desse tipo de extração e possibilidade de análise de dados é o efeito e as discussões que as mensagens (*posts*) geram. Isso dá uma ideia do que repercute na esfera pública criada pelo FB. No entanto, o quanto essa esfera é ou não pública (no sentido de que nem todos que interagem recebem a mesma informação no seu *feed* de conteúdo e, ainda, que o alcance das páginas foi reduzido em comparação com o alcance dos posts de amigos e da família) seria outra discussão para a qual não teremos mais espaço neste artigo, mas a qual endereçamos para a discussão da propagação do jornalismo independente na mídia social.

O Meio atua basicamente como uma *newsletter* diária enviada diretamente ao público cadastrado e adotou o Facebook mais como uma estratégia de pre-

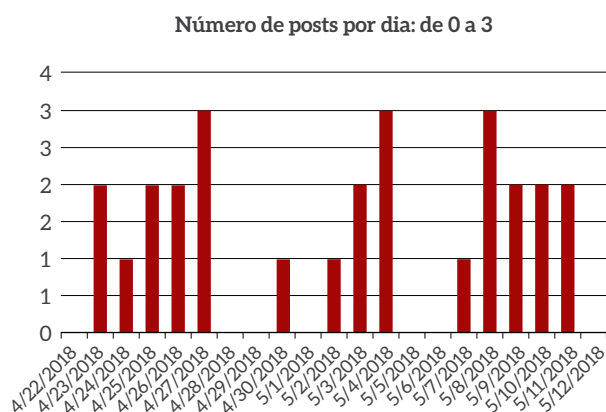
sença, e não de propagação de conteúdo. O Meio posta no máximo duas vezes por dia (ver figura 5), e os posts são linkados para o texto da *newsletter*, disponível em um site. Através da comparação entre as estatísticas das duas marcas geradas por essa ferramenta, vemos que a quantidade de posts por dia influencia no número de likes e compartilhamentos, bem como na frequência com que cada marca ganha novos seguidores. Com 10 a 20 posts por dia, o Jota ganha novos seguidores frequentemente, enquanto o Meio tem um índice de perda frequente.

[Figura 4]
Número de posts do Jota por dia.



Fonte: Social Monitor (2018).

[Figura 5]
Frequência de postagem do Meio



Fonte: Social Monitor (2018).

Considerações Finais

As duas análises implicam na visão de duas dinâmicas diferentes das redes, que não são excludentes, ao contrário, pois poderiam ser sobrepostas para que melhor pudéssemos entender tanto o próprio funcionamento do modelo de propagação de conteúdo do Facebook, ou seja, seu algoritmo, quanto a eficácia e o alcance do jornalismo independente. No entanto, não foi possível aplicar a mesma metodologia de análise para todas as marcas, de forma a sobrepor as análises. O Social Monitor, por outro lado, serve às marcas brasileiras, e não analisa marcas estrangeiras, como o caso da Nómada.

A modularidade, relacionada com a formação de bolhas devido a conexões das páginas entre si, e o grau, relacionado ao número de conexões que uma página mantém com outras na rede analisada, são os atributos dos dados que nos possibilitam a visualização de territórios de sentidos gerados a partir da interação na rede social do Facebook. A possibilidade de observação da circulação dos conteúdos nestes territórios, o que poderíamos nomear de formação de uma esfera pública temporária, no caso do Meio e Jota, foi impossível de ser entendida no nosso caso, pelas limitações expostas no artigo.

Assim, os dados circulam, mas não são puros; são mediados a partir de modelos cujo funcionamento desconhecemos. Para ter um acesso mínimo a esses dados, mesmo que mediados, o pesquisador da área da comunicação precisa desenvolver meios de acesso a esses dados de forma interdisciplinar e quase sempre envol-

vendo um grupo, como é o caso de dois em destaque no cenário brasileiro. Como o Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC - <http://www.labic.net/>), locado na Universidade Federal do Espírito Santo, comandado pelo docente Fábio Malini e que atua em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação daquela instituição. Na Universidade de São Paulo, temos o docente Pablo Ortellado coordenando o grupo de pesquisa Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai), ligado ao curso de Gestão Pública na USP Leste.

Ou seja, o futuro da pesquisa em comunicação digital nos parece apontar para a interdisciplinariedade, para a formação de redes entre pesquisadores e para uma clareza sobre a natureza dos dados extraídos das diversas redes sociais que operam com base no *input* e cruzamento de dados que formam, hoje, o panorama da comunicação social contemporânea. Esse processo pode trazer mais transparência na compreensão da natureza dos dados gerados pelos diversos formatos de rede social e, consequentemente, mais transparência no acesso às informações e fortalecimento da dimensão democrática da comunicação digital. ■

[DANIELA OSVALD RAMOS]

Professora e pesquisadora no Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM). Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). É integrante dos grupos de pesquisa: COM+ (ECA-USP) e Semiótica da Comunicação.

E-mail: dosvald@gmail.com

[EGLE MÜLLER SPINELLI]

Doutora em Ciências da Comunicação (ECA-USP). Professora e pesquisadora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, da Escola Superior de Propaganda e Marketing (PPGCOM-ESPM). É integrante dos grupos de pesquisa: COM+ (ECA-USP) e Lógicas e Modelos de Gestão em Jornalismo (ESPM-SP).

E-mail: egle.spinelli@espm.br

[MÁRIO ARRUDA]

Doutorando no Programa de Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa Semiótica e Culturas da Comunicação (GPESC).

E-mail: marioarruds@gmail.com

Referências

ALVES, Marcelo. Abordagens da coleta de dados nas mídias sociais. In: SILVA, Tarcízio; STABILE, Max (Orgs.). **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais**: metodologias, aplicações e inovações. São Paulo: Uva Limão, 2016.

ARRUDA, Mario. **Ecologia da bolha algorítmica**: liberdade e controle nas redes de comunicação online. 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

AVISO importante! Facebook muda API para visualização de informações dos usuários. **Buzzmonitor**, 16 fev. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2BCKPHp>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CANAL MEIO S.A. **Meio**, 2016-2018. Apresenta notícias do Brasil e do mundo. Disponível em: <<https://www.canalmeio.com.br/>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

CONSTINE. Josh. Facebook restricts APIs, axes old Instagram platform amidst scandals. **TechCrunch**, San Francisco, 4 abr. 2018. Disponível em: <<https://tcrn.ch/2M3PZ5b> />. Acesso em: 20 abr. 2018.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

GRAPH API. In: Facebook, 2018. Disponível em: < <https://bit.ly/1mAJRfT> >. Acesso em: 29 mar. 2018.

JOTA: notícias que fazem diferença, 2014. Apresenta notícias sobre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Disponível em: <<https://www.jota.info/>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

NÓMADA, c2014. Apresenta notícias sobre política e cotidiano. Disponível em: <<https://nomada.gt/>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

O'NEIL, Cathy. **Weapons of math destruction**: how big data increases inequality and threatens democracy. New York: Broadway Books, 2016.

POULPIQUET, Pierre de. What is a Walled Garden? And why it is the strategy of Google, Facebook and Amazon Ads platform? **Medium**, 3 nov. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2IOcXYL>>. Acesso em: 19 maio 2018.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. **Análise de redes para mídia social**. Editora Sulina, Porto Alegre, 2015.

RECUERO, Raquel. Contribuições da análise de redes sociais para o estudo das redes sociais na internet: O caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma. **Revista Fronteiras**: estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 1-18, maio/ago. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2LnGDhe>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SOCIAL MONITOR. Disponível em: <<http://www.socialmonitor.com.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

THE GEPHI CONSORTIUM. Gephi: makes graphs handy, 2008-2017. Disponível em: <<https://gephi.org/>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

A VIOLÊNCIA
ESTRUTURAL NA
AMÉRICA LATINA
NA LÓGICA DO
SISTEMA DA
NECROPOLÍTICA
E DA
COLONIALIDADE
DO PODER

[ARTIGO]

Dennis de Oliveira

*Universidade de São Paulo.
Escola de Comunicações e Artes*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo propõe considerar a violência como um processo lógico das sociedades latino-americanas, imersas na colonialidade do poder. Assim, os atos violentos não são atitudes episódicas, mas produto da tipologia de poder constituída para se manter os lugares subalternos dos países do continente no sistema-mundo. Para tanto, articulam-se os conceitos de violência, do psicólogo Martín-Baró, necropolítica, de Mbembe, e colonialidade do poder, de Quijano. As bandeiras da democracia, da justiça social, da igualdade, dos direitos humanos e do combate ao racismo são necessariamente articuladas num projeto de descolonialidade do poder.

Palavras-chave: Violência e Política. Violência e Racismo. Violência e Colonialidade do Poder.

This article proposes to consider violence as a logical process of Latin American societies, immersed in the coloniality of power. Thus, violent acts are not episodic attitudes but a product of the typology of power constituted to maintain the subaltern places of the continent's countries in the world-system. For that, the concepts of violence of the psychologist Martín-Baró, necropolitic, of Mbembe, and coloniality of the power, of Quijano are articulated. The flags of democracy, social justice, equality, human rights and the fight against racism are necessarily articulated in a project of decoloniality of power.

Keywords: Violence and Politics. Violence and Racism. Violence and Coloniality of Power.

Este artículo propone considerar la violencia como un proceso lógico de las sociedades latinoamericanas, inmersas en la colonialidad del poder. Así, los actos violentos no son actitudes episódicas sino producto de la tipología de poder constituida para mantener los lugares subalternos de los países del continente en el sistema-mundo. Para ello, se articulan los conceptos de violencia, del psicólogo Martín-Baró, necropolítica, de Mbembe, y colonialidad del poder, de Quijano. Las banderas de la democracia, justicia social, igualdad, derechos humanos y combate al racismo son necesariamente articuladas en un proyecto de descolonialidad del poder.

Palabras clave: Violencia y Política. Violencia y Racismo. Violencia y Colonialidad del Poder.

Introdução

Um pouco antes de o governo federal ter decretado a intervenção militar no Rio de Janeiro, em fevereiro, e uma vereadora negra oriunda dos bairros periféricos e opositora das políticas repressivas das forças de segurança ter sido brutalmente assassinada em 14 de março, foi feita uma pesquisa sobre a adoção da pena de morte no Brasil. Essa pesquisa foi feita nos dias 29 e 30 de novembro de 2017 pelo Instituto Datafolha¹.

Segundo o instituto, o apoio à pena capital bateu recorde: 57% dos entrevistados eram favoráveis, enquanto que, em 2008, o apoio era de 47%. A pesquisa ainda mostrou que o apoio à pena de morte era maior entre homens (60% contra 54% entre mulheres); entre pessoas com renda de até 5 salários mínimos (58% contra 42% entre os que ganham mais de 10 salários mínimos); entre católicos (63% contra 50% entre os evangélicos e apenas 42% entre os ateus) e entre pessoas de 25 a 34 anos (61% contra 52% entre os que tem mais de 60 anos).

O que salta aos olhos nesta pesquisa é o apoio a uma violência institucionalizada pelo Estado em um momento de crise de credibilidade nas instituições. Em outras palavras, um aparente paradoxo: ao mesmo tempo em que se desconfia das instituições, defende-se um poder de

“vida e morte”, a ser atribuído a estas mesmas instituições. Uma inferência possível de ser feita é que a desconfiança se dá pela não resolução imediata de problemas sentidos no cotidiano, de modo que a resolução passaria pelo aumento do poder desta instituição para que passasse a funcionar plenamente – a ponto de poder decidir sobre a vida de um ser humano.

Outro elemento a ser discutido nos resultados dessa pesquisa é o apoio à adoção da pena capital ser maior entre os religiosos. Entre os católicos, 63%; entre os evangélicos, 50%; entre os kardecistas, 51%; entre os que professam religiões afrobrasileiras, 54%; entre os que tem outras religiões, 55%. Já entre os ateus, a maioria é contra a pena de morte (54% a 46%). Ironicamente, o mandamento “Não matarás” está sendo mais defendido entre os ateus.

E, finalmente, outro elemento para se refletir é o apoio maior da pena de morte entre as pessoas mais pobres, justamente aquelas que sofrem as maiores dificuldades nos aparatos judiciários e que têm sido as principais vítimas da violência institucional do Estado. Parece mais um outro paradoxo que justamente os setores sociais mais vitimados pelo Estado desejem dar mais poder ainda a uma instituição que os oprime.

Esse conjunto de situações estimula uma reflexão sobre a violência como elemento estruturante das relações sociais para além de considerá-la meramente como comportamentos desviantes. Por isso, este artigo tem a proposta de refletir sobre a violência como componente intrínseco às dinâmicas da estrutura social

[1] APOIO à pena de morte no Brasil é a mais alta desde 1991. Datafolha, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/08/b29e-802ac9aa4689aa7d66fbc24a52e045d6de.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

capitalista contemporânea com o objetivo de apresentar perspectivas de compreensão dos posicionamentos como os demonstrados pela pesquisa do Datafolha.

Para tanto, o artigo apresenta no seu eixo central reflexões conceituais de três autores: um é o psicólogo social Ignacio Martín-Baró (2012), o outro é o filósofo camaronês Achille Mbembe (2016) e, finalmente, o conceito de colonialidade do poder proposto por Annibal Quijano (2005). A opção por estes autores tem também uma perspectiva política de se contrapor a um certo imperialismo epistemológico que reserva aos países do centro do capitalismo (EUA e Europa) o papel de produtores dos eixos teóricos e epistêmicos do pensamento social, cabendo aos latino-americanos e africanos meramente os estudos empíricos ou aplicados de tais teorias. Rompendo com esta tradição, o objetivo deste artigo é demonstrar que é necessário – e possível – constituir marcos conceituais construídos a partir da periferia do capitalismo para entender os problemas a partir das singularidades do continente latino-americano.

1. A violência como fenômeno psicossocial do capitalismo

Os estudos sobre violência do psicólogo social Ignacio Martín-Baró foram sistematizados de forma brilhante em um artigo de autoria de Karina Oliveira Martins e Fernando Lacerda Júnior (2014). Nesse artigo, os autores apresentam uma evolução do conceito de violência de Martín-Baró

desde os primeiros escritos (não publicados), quando da sua estada na Colômbia, até o seu envolvimento intelectual com a insurgência armada contra a ditadura em El Salvador, o que o levou a ser assassinado por uma tropa comandada pelo coronel Inocente Montaña quando era docente da Universidade Centroamericana Jose Simón Cañas, na capital salvadorenha, em 16 de novembro de 1989.

Destaca-se nesse artigo de Martins e Lacerda Júnior (2014) a demonstração de que esse envolvimento de Martín-Baró com a realidade salvadorenha teve papel importante na sua formação intelectual demonstrada na evolução do conceito sobre violência (MARTINS; LACERDA JÚNIOR, 2014). Destaca-se também nesse artigo uma importante revisão bibliográfica dos principais artigos do autor, inclusive alguns não publicados.

Ignacio Martín-Baró destaca nos seus últimos escritos que a violência é uma componente estrutural do capitalismo, por se tratar de um sistema de divisão de classes sociais. Entretanto, a violência não se reduz a desigualdade social.

Segundo ele,

A violência estrutural não se reduz à distribuição inadequada dos recursos disponíveis que impede a satisfação das necessidades básicas da maioria; além disso, a violência estrutural exige o ordenamento da desigualdade opressiva por meio de uma legislação que ampara os mecanismos de distribuição social da riqueza e que produz uma força coercitiva que obriga a maioria a respeitar tais mecanismos (MARTÍN-BARÓ, 2012, p. 402).

A partir desta constatação, o psicólogo social salvadorenho elabora uma teoria da violência que é sistematizada por Martins e Lacerda Júnior a partir de quatro instâncias: a estrutural propriamente dita, a institucional, a dimensão do aspecto pessoal e a dimensão ideológica.

Além disso, Martín-Baró (2012) alerta que a violência não se resume apenas aos atos com intencionalidade de causar um dano no outro – que ele chama de *agressão* –, mas se espalha para uma situação de opressão estabelecida em que os atores podem ser diluídos em dispositivos impessoais e cristalizados em comportamentos naturalizados.

Por esta razão, a violência, na sua dinâmica estrutural, é inerente ao sistema capitalista, uma vez que tal sistema se baseia na desigualdade entre as classes. Para além disso, é importante considerar que, nas sociedades da periferia do capitalismo, que se caracterizam por mecanismos de superexploração do trabalho (MARINI, 1990) e pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) essa violência estrutural se intensifica.

Por isso que a segunda instância da violência definida por Martín-Baró (2012) tem grande importância: a violência institucional. A manutenção dessa estrutura violenta inerente ao capitalismo produz um tipo de violência contra a população majoritária que está incorporada na ordem social, que é mantida pelas instituições sociais e que é justificada e legalizada na ordem normativa (MARTÍN-BARÓ, 2012), o que leva a uma “normatização” e “naturalização” da violência como prática sociopolítica.

Assim, essa dinâmica institucional gera o que Martín-Baró chama de “espiral” da violência, isto é, o desencadeamento de um processo que vai se autonomizando das suas estruturas e, dessa forma, cria-se um ciclo de retroalimentação (MARTINS; LACERDA JÚNIOR, 2014).

Na dinâmica racial em países marcados pelo colonialismo e pela escravização como os do continente latino-americano, a violência institucional se manifesta principalmente pelo racismo, que serviu como ideologia legitimadora da exploração do trabalho escravo e da colonização e, depois, da superexploração do trabalho (MARINI, 1990) e da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). Consequentemente, a violência se articula com outras duas dinâmicas da formação dos Estados nesses países: a lógica da concentração de renda e patrimônio e a concepção restrita de cidadania (OLIVEIRA, 2017).

A partir dessa concepção da institucionalidade da violência, Martín-Baró (2012) apresenta os fatores constitutivos dela: a sua estrutura formal, o aspecto pessoal, o contexto possibilitador e o fundo ideológico.

Por estrutura formal, Martín-Baró (2012) entende se a violência é utilizada como ação instrumental (portanto medida pela sua eficácia) ou como um fim em si mesma (isto é, um ato agressivo com a intencionalidade de causar dano a outro). Neste sentido, os apoiadores da pena de morte acreditam que esta violência institucional pode ter uma eficácia instrumental (combater a “violência” disseminada como atos agressivos), o que explicaria o aparente paradoxo de pessoas religiosas

majoritariamente a apoiarem e também outro aparente paradoxo do apoio à pena de morte vir de pessoas que justamente sofrem a maior carga da violência de Estado, que são os mais pobres.

A espiral de violência disseminada a partir da violência institucional nestes segmentos sociais os faz buscar uma saída instrumental aparentemente eficaz para conter essa espiral: aumentar o poder de ação violenta por parte do Estado.

Outro aspecto importante é o trânsito entre a violência como ato instrumental e a violência como ato agressivo (um fim em si mesmo). As atitudes violentas contra mulheres e crianças, por exemplo, transitam de uma perspectiva da agressão (causar danos a outro) para a instrumental (vista como eficaz para manter determinada ordem) de acordo com o aspecto pessoal do agressor.

Para Martín-Baró, [...] é possível eliminar elementos pessoais por meio de mecanismos que possibilitam a despersonalização do ato violento. Por exemplo, pode-se, tal como procedem as instituições militares, criar redes hierárquicas que convertem a violência em uma questão mais administrativa que individual, facilitando atos profundamente destrutivos, como a tortura. Quando há um desmembramento da execução do ato violento, cada sujeito efetiva uma porção da totalidade do ato, fazendo com que a responsabilidade pessoal se limite à precisão técnica. A violência só é enxergada pelo encadeamento de diferentes atos específicos cuja relação não é imediatamente visível, fazendo com que o executor do ato violento não

se sinta agente do ato (MARTINS; LACERDA JÚNIOR, 2014, p. 578).

Entretanto, para além dessa estrutura que permite que o ato violento se realize a partir de um encadeamento institucional que o despersonaliza (na mesma perspectiva da alienação da produção da mercadoria, o que aponta para a constituição de uma “indústria da violência”), a colocação do sujeito da violência dentro de uma perspectiva social, desindividualizando-o e interpelando-o como um sujeito social com determinado papel institucionalizado (por exemplo, o homem que agride a mulher e os filhos se coloca como “marido” ou “pai” e, portanto, “chefe da família” em uma perspectiva patriarcal), favorece o trânsito da agressão para a violência instrumental. Daí, a agressão familiar se transforma em instrumento eficaz para a manutenção de determinada ordem.²

Para Martín-Baró (2012), a violência também depende de um contexto possibilitador, isto é, “tanto o ambiente imediato quanto as mediações históricas de uma dada situação social que pode propiciar ou não, facilitar ou não o desencadeamento e a execução da violência” (MARTINS; LACERDA JÚNIOR,

[2] Note-se aqui que a violência doméstica não se limita apenas às agressões físicas, mas também às de cunho psicológico e econômico. A hierarquização patriarcal das famílias se estrutura pelo comando masculino sobre a mulher e os filhos e filhas, e a violência – inclusive a *agressão física* – se transforma em uma ação institucional medida pela sua eficácia em manter essa ordem. Por isso, os segmentos mais conservadores consideram que lutas contra o machismo e contra a violência doméstica em todos os níveis são destrutivas da ordem familiar.

2014). Além da sociedade capitalista, que pode ser considerada, pela sua lógica, um contexto possibilitador da violência, acrescentam-se as singularidades das sociedades do capitalismo periférico da América Latina: seu passado colonial e escravocrata, bem como seu lugar subalterno no sistema-mundo do capital, dão contornos específicos à violência, incluídos aí o racismo e o machismo.³

E, com todos estes processos combinados, chega-se ao fundo ideológico, definido como “valores, processos de racionalização e interesses sociais constitutivos do ato violento em uma realidade social configurada por conflito de classes” (MARTINS; LACERDA JÚNIOR, 2014, p. 579). Com isso, as ações violentas podem ser legitimadas e aceitáveis, inserindo-se nas dinâmicas de sociabilidades.

[3] Isso porque a ordem escravocrata é atravessada profundamente pelo ordenamento patriarcal. A unidade produtiva no escravismo colonial eram as grandes famílias dos latifundiários, tendo o patriarca (o homem, latifundiário) como o centro do poder, as mulheres e filhos como subordinados e os trabalhadores escravizados como os subalternos. Esse ordenamento social não se modificou radicalmente com o fim do sistema de trabalho escravo e a independência dos países da América Latina porque se manteve a colonialidade do poder de que fala Quijano e também porque não houve mecanismos de integração dos escravizados na sociedade (em função da transfiguração para o capitalismo dependente marcado pela superexploração da mão de obra). Nesse sentido, é compreensível que os movimentos feministas dissociados das dinâmicas de classe e raça tendem a primeiramente enfrentar a primeira instância dessa relação de poder que é a de gêneros *dentro da Casa Grande* e manter as hierarquias em relação à *Senzala*. Os dados mais recentes sobre violência doméstica no Brasil apontam que caiu o homicídio de mulheres brancas, mas cresceu o de mulheres negras.

Martín-Baró (2012), ao analisar esses processos em contextos de guerras prolongadas (como o que vivenciou em El Salvador) aponta para os efeitos psicossociais da violência tendo em vista as classes sociais (e os seus lugares nestes conflitos), o envolvimento (sendo autor, vítima ou meramente expectador) e a temporalidade maior ou menor do conflito. Para ele, tais situações podem implicar a cristalização de uma relação social disforme e desumanizadora, marcada por uma sociabilidade pela violência, e também uma polarização social marcada por critérios morais (bons e maus). Com isso, as mediações sociais entre as diferenças se esvaem totalmente e o lugar da política é, metaforicamente, ocupado pela polícia.

Nesse sentido, entende-se que o capitalismo na sua fase neoliberal e que se organiza institucionalmente pela Ação Direta do Capital, conceito derivado da ação direta dos anarquistas (ações voltadas para criar pressões e constrangimentos às instituições do capital).

O conceito que propomos aqui de “Ação Direta do Capital” inverte os sinais: o capital, monopolizado e transnacionalizado, utiliza de todos os mecanismos de pressão e constrangimento, inclusive violentos, para impedir qualquer ação regulatória ou controladora. A Ação Direta do Capital inclui até mesmo a “desobediência” explícita de normas existentes, utilizando o seu poderio para criar uma situação de facto que transforma a situação *de jure* em algo sem sentido (OLIVEIRA, 2014, p. 98).

Martín-Baró, ao tratar do fundo ideológico que legitima a violência, fala da agressividade exigida das pessoas no mercado de trabalho (MARTÍN-BARÓ, 2012). Em um momento de flexibilização e desregulação das relações de trabalho e a colocação da responsabilidade do sucesso/fracasso nas costas dos indivíduos, o contexto possibilitador da violência e seus efeitos psicossociais não se resumem apenas a situações declaradas de guerra, mas à própria forma contemporânea do capitalismo. Para tanto, considera-se importante discutir o conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2016) e articulá-lo com as formas contemporâneas de acumulação de riquezas do capitalismo.

2. A necropolítica como variante institucional do capitalismo flexível

Em artigo publicado na revista *Supere aude*, Leomir Cardoso Hilario defende a ideia de que o conceito de necropolítica de Achille Mbembe é uma variação do conceito foucaultiano de *biopolítica* adequada à periferia do capitalismo e também ao momento do capitalismo contemporâneo, marcado pela chamada acumulação flexível (HILARIO, 2016).

Mbembe (2016) discorre sobre o seu conceito de necropolítica no artigo intitulado *Necropolitics*. E, de fato, começa por um ajuste de contas com o conceito foucaultiano de biopoder, fazendo as seguintes indagações:

Alguém poderia resumir nos termos acima o que Michel Foucault entende

por biopoder: aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle. Mas sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação antagônica que coloca essa pessoa contra seu ou sua assassino/a? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder? (MBEMBE, 2016).

Estas indagações de Mbembe sinalizam para um distanciamento conceitual que ele faz da tradição da modernidade. Contrariamente a pensadores críticos ocidentais que consideram episódios violentos, como os campos de concentração nazistas, como rupturas de um ordenamento racional (visto como estrutura central da esfera pública) e garantidor da autonomia do sujeito, o pensador camaronês afirma que a construção da soberania do poder é uma instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição de corpos humanos e conjunto de populações (MBEMBE, 2016).

Neste artigo, Mbembe faz primeiramente uma associação do conceito

de *política* com o de *morte*. Política é o trabalho da morte e o tornar-se sujeito, afirma o pensador camaronês. Em Hegel, (2007 apud MBEMBE, 2016), a morte apresenta-se como negatividade da condição natural humana transposta pela constituição do ser social. Assim, à medida que vai se constituindo como ser histórico e social, por meio da sua racionalidade, o ser humano vai se defrontando com a sua condição “natural” e natureza propriamente dita, que se colocam como sua “negatividade”. A morte é, então, a negatividade dessa condição sócio-histórica do ser humano. A política, como realização dessa perspectiva sócio-histórica marcada pela racionalidade, tem na morte a sua negatividade. O ser humano torna-se sujeito, portanto, na sua luta histórica contra a morte (negatividade da sua condição histórica).

Dessa forma, quando a morte é exercida como ato do próprio ser humano é a apropriação de um atributo da natureza para a dimensão sócio-histórica. Por isso, a normatização dessas atitudes por meio dos contratos sociais é o ápice dessa apropriação e controle dessa negatividade; o que sinaliza para uma distinção entre uma morte provocada a partir de um ato racionalizado (por exemplo, uma execução de um condenado à morte ou a morte de um conjunto de pessoas por conta de um processo revolucionário ou uma guerra) e uma morte causada por um acidente, doença ou por um ato criminoso que, por essa condição de ser delituoso, foge à normatividade do contrato social. Assim, nesta perspectiva hegeliana, o monopólio da violência por parte do Estado é uma resultante desta instituição – o Estado – ser

a síntese da racionalidade da coletividade social (MBEMBE, 2016).

Contrapondo-se a essa visão hegeliana, Mbembe apresenta a do antropólogo George Bataille (1988), para quem a morte estrutura a ideia de política, soberania e sujeito. Isso devido a três fatores: primeiro, a morte, para Bataille, significa a “putrefação da vida, o fedor, que é a sua fonte e, ao mesmo tempo, a sua condição repulsiva”; é o gerenciamento dos excessos.

Em segundo lugar,

Bataille firmemente ancora a morte no reino da despesa “absoluta” (a outra característica da soberania), enquanto Hegel tenta manter a morte dentro da economia do conhecimento absoluto e da significação. A vida além da utilidade, diz Bataille, é o domínio da soberania. Sendo esse o caso, a morte é o ponto no qual destruição, supressão e sacrifício constituem uma despesa tão irreversível e radical – e sem reservas –, que já não podem ser determinados como negatividade. A morte é o próprio princípio do excesso – uma “antieconomia”. Daí a metáfora do luxo e do “caráter luxuoso da morte” (BATAILLE, 1988 apud MBEMBE, 2017, p. 145).

E, finalmente, em terceiro lugar, Bataille apresenta uma articulação entre morte, soberania e sexualidade – esta última vista como violência e dissolução dos limites de si e do corpo e também como a realização dos impulsos humanos polarizados (excreção e apropriação) e o regime de tabus entre eles.

Com isso, Bataille (1988), diferente de Hegel, associa a política com uma transgressão em espiral, como uma diferença que desorienta a própria ideia do limite.

A partir dessas considerações, Mbembe (2016) define a soberania como o “direito de matar”. Esse direito de matar é construído a partir do conceito foucaultiano de “biopoder” com as condições de estado de exceção e estado de sítio.

Para fundamentar esta posição, Mbembe (2016) aproxima-se do conceito de política proposto por George Bataille – *política como superação dos limites para conquistar a soberania (do poder)*. Por isso, terror, barbaridades e morte estão presentes nos processos de construção da sociedade secular e racional da Modernidade. Mbembe (2016) destaca, nesses processos, a Revolução Francesa,

a industrialização da morte e o racismo como tecnologia para as políticas de extermínio e do exercício do biopoder de que fala Foucault (2015).

Por isso, Mbembe (2016) afirma que o deslocamento do conceito de biopoder (gerenciamento dos corpos e da vida dentro dos parâmetros da sociedade capitalista industrial) de que fala Foucault (2015) se transfigura para a necropolítica e o necropoder por que se realiza dentro de uma situação política do estado de exceção e do estado de sítio. A soberania, então, para Mbembe, citando Carl Schimdt (2000 apud MBEMBE, 2016), é o poder de decidir o estado de exceção. Por isso, esta soberania se realiza, primeiramente, no espaço da “colônia”, onde se exercita o “poder fora da lei” e a paz é substituída pela “guerra sem fim”. O quadro abaixo sintetiza esta ideia:

[Quadro 1] Construção da Soberania



Fonte: Oliveira (2018)

Pra Mbembe (2016), esse exercício da soberania – que significa uma forma da ação política na perspectiva de Bataille (1988) de agir para além dos limites em

busca da soberania – primeiramente se realiza na definição dos territórios (no contexto da formação e afirmação dos Estados nacionais) e também na cristalização do

poder dos Estados colonizadores sobre as colônias. Por isso, para ele, a ocupação colonial não é apenas a conquista territorial, mas a imposição de um ordenamento de classificação racial e social com objetivos muito nítidos: o exercício pleno da soberania do poder que, para isso, destrói estruturas eventualmente existentes.

Nesse sentido, o pensamento de Mbembe (2016) se aproxima de Frantz Fanon (1991), que defende que a ocupação colonial reorganiza os espaços dividindo-os em compartimentos, estabelecendo fronteiras externas e internas – personificadas pela presença de quartéis e postos policiais, regulados pela linguagem de pura força e presença imediata e pela ação frequente de tropas repressivas. E a expressão da soberania do poder é dada pela capacidade de definição de vidas que importam e que não importam, de quem é dispensável e quem não é.

E aqui se percebe que o exercício da necropolítica está diretamente vinculado a um *locus* – a colônia, o lugar do exercício do “poder sem limites”. E também que a categoria “raça” é fundamental nesse processo, pois como, afirma Foucault (2015), antes que ideológica, raça é uma categoria científica que sustenta os projetos de supremacia racial e é uma das bases da constituição do biopoder.

Com isso, a necropolítica não se resume apenas a disseminação da morte como prática política, mas fundamentalmente como um processo de constituição da soberania do poder por meio da estruturação de espaços como subalternizados (colônias) em que se exerce o

poder sem lei (ou, por fora de qualquer normatividade contratual, o exercício da superação em espiral dos limites, como afirma Bataille) e que se fundamenta racionalmente pela mobilização da categoria raça como um dispositivo científico-racional.

Para Leomir Cardoso Hilário, a necropolítica “é a forma política adequada ao capitalismo em crise estrutural, no sentido que atende aos seus objetivos” (2016, p. 205). Isto porque a desregulação dos contratos de trabalho leva a precarização social ao extremo e a militarização e barbarização aparecem como modelos de gestão possível.

3. Securitização, meritocracia e salvacionismo como processos articulados

Observa-se nos últimos anos uma reconfiguração do pensamento conservador no continente latino-americano a partir da articulação de três componentes ideológicos.

O primeiro é o reforço da ideologia da meritocracia, em que se vincula o acesso aos direitos de cidadania e bem-estar social, inclusive ao trabalho qualificado, ao *mérito*. Com isso, se legitimam os mecanismos excludentes da atual fase flexível do capitalismo, realizando aquilo que Bauman chama de desresponsabilização coletiva e responsabilização individual pelos problemas (BAUMAN, 2003).

A ideologia da securitização é o segundo componente ideológico. Exemplificando o caso do Brasil:

O fato do processo político brasileiro de transição da ditadura militar para a democracia institucional ter sido feito por um acordo por cima impediu uma ruptura institucional com o modelo repressivo presente nos órgãos de segurança (OLIVEIRA, 2017, p. 33).

Por essa razão, a forte presença das estruturas repressivas e militares mesmo em democracias institucionais é uma característica dos países latino-americanos. Mais que um problema institucional, se revela como algo institucionalizado e cristalizado ideologicamente.

No ano de 1989, a Escola Superior de Guerra, instituição das Forças Armadas brasileiras que funcionou como um “think tank” das doutrinas que sustentaram a ditadura militar (1964-1985), elaborou um documento intitulado “Estrutura do Poder Nacional para o Século XXI”, que no capítulo da “ordem social” aponta que o crescimento da miserabilidade é um fator de risco para a desestabilização do sistema, razão pela qual pregam a manutenção do papel de “polícia” das Forças Armadas para o controle dos cinturões de miséria e o contingente de “menores” abandonados que tenderiam a se transformar em “criminosos”. Importante mencionar dois aspectos referentes a esse documento: ele foi elaborado para intervenção nas primeiras eleições presidenciais diretas realizadas após o fim da ditadura militar e também no bojo da discussão que pautou a Assembleia Nacional Constituinte do papel das Forças Armadas no ordenamento democrático.

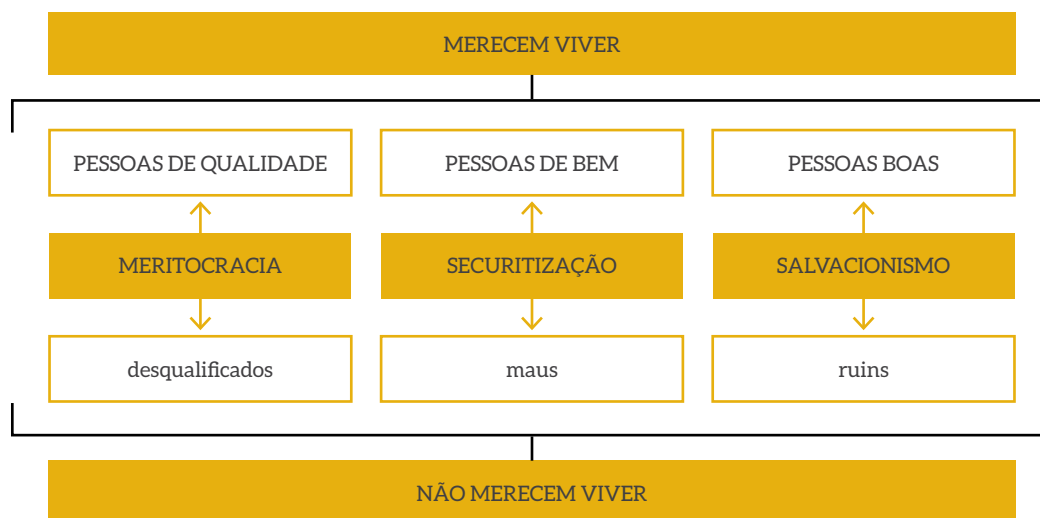
Assim, as práticas repressivas da ditadura permaneceram não mais no controle da esfera pública institucional (que impedia a livre organização partidária, das entidades do movimento social, da liberdade de imprensa) mas na contenção das periferias – o sujeito periférico passa a ser o novo “inimigo interno”, a quem a soberania do poder de que fala Mbembe (2016) coloca na condição de submisso à necropolítica. No mesmo sentido, para o autor, os territórios periféricos tornam-se arquétipos da colônia, onde se exerce o poder sem limites e a guerra sem fim.

Por estarem na condição de “vidas nuas” (AGANBEM, 2010)⁴ a única possibilidade de transcendência desses sujeitos periféricos está na dimensão religiosa – aqui é que entra o terceiro componente ideológico, a ideologia salvacionista. A pregação moral e religiosa se demonstra como a possibilidade de salvação da situação de miserabilidade, daí a grande repercussão nesses territórios periféricos do discurso religioso que, inclusive, reforça a ideologia da meritocracia ao acrescentar a dimensão divina nos critérios avaliativos de mérito.

Tem-se, assim, o seguinte esquema:

[4] O conceito de vida nua de Aganbem refere-se àquelas vidas que não são qualificadas por não estarem inseridas na esfera pública – na *Ágora*. Deriva este conceito da distinção aristotélica entre *bios* (vida qualificada por agir na *Pólis*, ter a dimensão política) e *zoe* (vida marcada meramente pela sua existência sem qualquer participação na *Pólis*).

[Quadro 2]
Intersecção das narrativas seletivas



Fonte: Oliveira (2018)

A articulação desses três componentes ideológicos forma uma estrutura de poder que reparte simbolicamente o território periférico em espaços dos que merecem viver e dos que não merecem viver, dentro dos critérios operados pela meritocracia, pela securitização e pelo salvacionismo. Os corpos das vidas nuas dos territórios periféricos são gerenciados, portanto, pela articulação desses componentes ideológicos, e a necropolítica atua no sentido de definir quais vidas importam ser preservadas – e mesmo em relação às não preservadas que se encaixem nos critérios dos que “merecem viver” também têm o seu sacrifício justificado pelo fato de estarem em um território dirigido por um poder sem limites e uma guerra sem fim e também por ainda estarem na condição de uma “vida nua”.⁵

[5] Um caso que revela esta situação foi o assassinato da jovem Maria Eduarda, de 13 anos, no dia 31 de março de 2017 em uma escola pública no Rio de Janeiro.

Há aqui uma ressignificação do conceito de colônia de Frantz Fanon (1991) citado por Mbembe (2016). As periferias são os novos espaços coloniais, nos quais as intervenções do Poder Soberano dá-se pelas compartimentações do espaço periférico a partir da articulação das três narrativas acima mencionadas e expressas por suas instituições legitimadoras – a igreja, a escola, o trabalho e a polícia. Todas elas interpelam os sujeitos periféricos no sentido de saírem da zona das vidas nuas. Evidente que, internamente a essas instituições, existem

Policiais atiraram contra supostos traficantes perto de uma escola e balas “perdidas” vindas dos guardas atingiram a adolescente que fazia aula de educação física na escola. Na operação, quatro supostos traficantes também morreram, mas toda a consternação foi para a morte da menina que se encaixa entre as vidas nuas que merecem viver – embora a justificativa do caso tenha sido a operação de reprimir os supostos traficantes que se encaixam nas vidas nuas que não merecem viver. Diante disso, o que se depreende das narrativas hegemônicas é que a morte da adolescente foi um “dano colateral”.

contradições internas que não as permitem serem monolíticas. Existem lutas internas a partir de pressões dos próprios sujeitos periféricos e mesmo operadores dessas instituições que não coadunam com os valores hegemônicos, tornando-as mais complexas e contraditórias. Entretanto, este é um assunto que deve ser aprofundado em outro momento. O que importa aqui é reter a existência de um processo de colonialidade do poder intrínseco aos mecanismos de violência nas periferias.

A necropolítica tem, assim, o principal objetivo de conter os espaços periféricos dentro da sua subalternidade colonial.

4. A colonialidade do poder, a necropolítica e a violência sistêmica

O intelectual peruano Annibal Quijano, em um artigo do início dos anos 2000, propõe o conceito de “colonialidade do poder” para definir as estruturas políticas na América Latina. Segundo ele,

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo

sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (QUIJANO, 2005, p. 117).

A colonialidade do poder se insere, segundo Quijano (2005), na estrutura do sistema-mundo do capitalismo global. Para Quijano, as hierarquias desse sistema-mundo se expressam, principalmente, pelo acesso ao trabalho qualificado (e as suas normas reguladoras) e a categoria raça é a definidora dessas clivagens.

Para Quijano,

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (QUIJANO, 2005, p. 117).

Com base nisso, o intelectual peruano afirma que se formaram, no continente americano, identidades sociais novas – índios, negros, mestiços – e redefiniram-se outras, como os colonizadores espanhóis e portugueses, que foram unificados como “europeus”. À medida que tais identidades eram a base para as estratificações e relações sociais, elas passaram a ser parâmetros de classificação social da população a partir dos quais criou-se um instrumento eficaz de legitimação dos sistemas de dominação e exploração desde os períodos coloniais.

Esse sistema de dominação e exploração é transfigurado na constituição das hierarquias do sistema-mundo pós-colonização. Para Quijano (2005), a raça passa a significar uma classificação que legitima o acesso ao trabalho qualificado. Por isso, os sistemas de regulação e pactuação do trabalho, que para o pensamento marxiano indicam uma racionalização das relações do trabalho à medida que as mesmas são desmistificadas e colocadas dentro de normatizações sociais, ficam distantes da classe trabalhadora latino-americana. A inclusão nesta dimensão do “desencantamento” do mundo colocada pelas revoluções burguesas é interdita para os povos latino-americanos, em função da classificação racial imposta.

Para Quijano (2000), o capitalismo mundial significou que, pela primeira vez na história da humanidade, se constituiu um sistema global de controle do trabalho articulando distintos mecanismos (desde o trabalho assalariado ao não pago). Explicando a articulação dos diversos mecanismos de controle do trabalho e a classificação racial, ele afirma:

O fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores. O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer. A eliminação dessa prática colonial não termina, de fato, senão com a derrota dos encomendeiros, em meados do século XVI. A reor-

ganização política do colonialismo ibérico que se seguiu implicou uma nova política de reorganização populacional dos índios e de suas relações com os colonizadores. Mas nem por isso os índios foram daí em diante trabalhadores livres e assalariados. Daí em diante foram adscritos à servidão não remunerada. A servidão dos índios na América não pode ser, por outro lado, simplesmente equiparada à servidão no feudalismo europeu, já que não incluía a suposta proteção de nenhum senhor feudal, nem sempre, nem necessariamente, a posse de uma porção de terra para cultivar, no lugar de salário. Sobretudo antes da Independência, a reprodução da força de trabalho do servo índio se fazia nas comunidades. Mas mesmo mais de cem anos depois da Independência, uma parte ampla da servidão indígena era obrigada a reproduzir sua força de trabalho por sua própria conta. E a outra forma de trabalho não-assalariado, o não pago simplesmente, o trabalho escravo, foi restrita, exclusivamente, à população trazida da futura África e chamada de negra (QUIJANO, 2000, p. 120).

Mais adiante, ele afirma que:

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma

atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2000, p. 120).

Isso significa que as desigualdades raciais não são obra do acaso ou anomalia da sociedade, mas produto de uma lógica de poder construída desde os tempos da colonização. É esta a essência da colonialidade do poder, conceito proposto por Quijano (2000; 2015).

A legitimação desse poder ocorre pelo afastamento das raças tidas como inferiores dos espaços onde se hegemoniza a racionalidade. Isso porque é a razão o elemento norteador dos contratos normativos, justamente estes que possibilitam o que Quijano (2000; 2015) chama de “trabalho pago”. Para tanto, um dos elementos da classificação racial é a construção de uma narrativa que aparta as subjetividades étnicas subalternas dos espaços da racionalidade. Nesse sentido, a obra de Gilberto Freyre (1992), em *Casa Grande e Senzala*, é sintomática especialmente pelo conceito de “equilíbrio de antagonismos”. Para Freyre, a formação social brasileira é

[...] um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O ban-

deirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominante sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo (FREYRE, 1992, p. 53).

A ideia de equilíbrio de antagonismos não é uma criação de Freyre. Já era mencionada em várias discussões na Inglaterra, particularmente em relação aos conflitos de classe oriundos do nascente capitalismo industrial naquele país. Entretanto, ao contrário do que se pensava entre os britânicos, de que os antagonismos de classe seriam equilibrados e negociados dentro das estruturas parlamentares, para Freyre (1992) o *locus* desse equilíbrio de antagonismos era a família patriarcal.

Isso porque Freyre considera que a “cultura em contato” imediatamente se molda, abre-se para o diálogo, torna-se permeável. E a miscigenação é o processo da realização desse equilíbrio que transforma os antagonismos em harmonia.

Entre tantos antagonismos contunentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, (temos) condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil: a miscigenação (FREYRE, 1992, p. 54).

O que importa reter aqui deste pensamento de Freyre é justamente o deslocamento do processo de negociação e conflito do campo da política para o pessoal e cultural e a realização dessa negociação em uma perspectiva idílica. Em outras palavras, não se trata de uma negociação baseada em uma racionalidade mas em outras ca-

tegorias – Freyre, por exemplo, dá destaque ao clima, à sexualidade, a experiências culturais anteriores, entre outros fatores, o que reforça a ideia do afastamento das etnias subalternizadas (no caso aqui, a população negra) da dimensão da racionalidade.

Um exemplo disso é o fato de que somente em 2016 foram estendidos os direitos trabalhistas aos trabalhadores domésticos no Brasil. Isso apesar das leis trabalhistas no Brasil serem dos anos 1940. As reações contrárias a essa extensão da legislação trabalhista a uma categoria de trabalhadores embute dois aspectos: o primeiro, o de querer centrar os antagonismos sociais das relações de trabalho no campo das relações familiares privadas (uma retomada da ideia de Gilberto Freyre) e, segundo, pelo fato da esmagadora maioria da categoria de trabalhadores domésticos ser composta por mulheres negras, a ideia implícita da incapacidade delas ingressarem em um regime de trabalho mediado por contratos normativos, submetendo-se a lógicas de trabalho análogo à escravidão.

É por isso que Quijano (2005) associa a racionalidade a eurocentrismo. A negação da racionalidade nas mediações sinaliza também que a razão é um atributo exclusivo da civilização europeia.

De acordo com essa perspectiva, a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mitococien-

tífico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. Mesmo assim, a única categoria com a devida honra de ser reconhecida como o Outro da Europa ou “Occidente”, foi “Oriente”. Não os “índios” da América, tampouco os “negros” da África. Estes eram simplesmente “primitivos”. Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica. Essa perspectiva binária, dualista, de conhecimento, peculiar ao eurocentrismo, impôs-se como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo. Não seria possível explicar de outro modo, satisfatoriamente em todo caso, a elaboração do eurocentrismo como perspectiva hegemônica de conhecimento, da versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais mitos fundacionais: um, a ideia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p. 122).

Tem-se, assim, uma situação em que a colonialidade do poder se expressa não apenas pela negação da autodeterminação dos povos do continente latino-americano, mas também da negação da própria subjetividade dos povos deste continente, imersos em uma condição de subalternização pela classificação racial que lhes interdita o ingresso na dimensão da esfera pública racional. Por

isso, a colonialidade do poder também se manifesta pela restrição da democracia, do estatuto dos direitos civis e humanos, enfim, restringe a ordem social da Modernidade aos povos brancos. A colonialidade do poder interdita a vida qualificada, restringe as vidas dos povos não brancos, negros e indígenas à condição de vidas nuas.

Considerações finais

Articulando os pensamentos dos autores Martín-Baró (2012), Mbembe (2016) e Quijano (2005), temos então que os povos latino-americanos enfrentam:

uma sociabilização pela violência, conforme afirma Martín-Baró (2012), uma vez que a persistência de ações violentas nos panoramas sociais dos países latino-americanos cria uma situação de que a inserção social se dá pela violência, disseminando-a por todos os poros da sociedade;

o exercício da necropolítica por parte dos Estados nacionais como forma de reenquadrar os territórios periféricos, gerenciar as políticas de morte das vidas nuas, exercendo a soberania por meio do direito autoatribuído de poder matar;

a colonialidade do poder, de que fala Quijano (2005), expressa pela seleção racial no ingresso no trabalho formalizado que se realiza por meio dos mecanismos da sociabilização pela violência e da soberania pela necropolítica.

Assim, temos que o racismo não é apenas uma manifestação comportamental,

mas uma arquitetura lógica interna às dinâmicas da colonialidade do poder e da necropolítica. Isso porque o racismo é uma lógica processual intrínseca a esses processos, independente de eventuais políticas pontuais. A superação do racismo passa, portanto, pela ruptura com essas lógicas, o que significa romper com a estrutura da colonialidade do poder e com a expressão da necropolítica.

O mesmo ocorre com a violência. Não se trata de anomalias ou desvios comportamentais, mas práticas inseridas nas lógicas sociais desses sistemas de poder. Mesmo em momentos de relativa redução das práticas violentas, ela sempre está à espreita como “reserva argumentativa”. A manutenção de aparelhos repressivos sofisticados e equipados não ocorre à toa, assim como as constantes ameaças de rupturas do ordenamento social. A sociabilidade pela violência é resultante desse ordenamento social da colonialidade do poder.

Dessa forma, há uma articulação indivisível entre agendas de equidade racial e social, democratização, justiça social e autodeterminação nacional – que se colocam dentro da perspectiva da descolonialidade do poder. ■

[DENNIS DE OLIVEIRA]

Professor associado da Universidade de São Paulo (Brasil), coordenador do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc/USP), autor dos livros “Cultura e Comunicação na América Latina: integrar para além do mercado” (Celacc, 2010); “Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire” (Appris, 2017) e “A luta contra o racismo no Brasil” (Fórum, 2017). Professor do Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina da USP.
E-mail: dennisol@usp.br

Referências

AGANBEM, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Humanitas, 2010.

APOIO à pena de morte no Brasil é a mais alta desde 1991. **Datafolha**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/08/b29e802ac9aa4689aa7d66fbcdc24a52e045d6de.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FANON, Frantz. **The wretched of the Earth**. New York: Grove Weidenfeld, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 194-210, jan./jun. 2016.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialetica de la dependência**. Cidade do México: Editora Era, 1990.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Acción y ideología**: psicología social desde Centro América. San Salvador: UCA, 2012.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JÚNIOR, Fernando. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. **Pepsic**: revista de psicologia política, São Paulo, v. 14, n. 31, p. 569-589, set./dez. 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

OLIVEIRA, Dennis. O combate ao racismo é uma luta anticapitalista. In: **A luta contra o racismo no Brasil**. São Paulo: Fórum, 2017. p. 12-35.

OLIVEIRA, Dennis. Movimentos sociais e uma cultura política em tempos de ação direta do capital. **Aracê**: direitos humanos em revista, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 89-109, jn. 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

A PERFORMANCE
DE REGINA
JOSÉ GALINDO:
LUTA E
RESISTÊNCIA
NA AMÉRICA
LATINA

[ARTIGO]

Cláudia Fazzolari

*Universidade de São Paulo.
Escola de Comunicações e Artes*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Regina José Galindo, artista guatemalteca, tem orientado suas performances à proposição de zonas de conflito na mais recente memória política de seu país. Em sua errância caribenha, recupera, no próprio corpo, a carga explosiva de situações que, pouco a pouco, contaminam todo o público. O contexto de *La Verdad*, projeto artístico resultante da anulação da sentença condenatória de Efraín Ríos Montt, pode ser compreendido como moção de repúdio da artista e gesto consciente de penalização. Para a performance, a criadora aciona, em um intervalo de quase uma hora e meia, a leitura dos testemunhos de mulheres sobreviventes do conflito armado vivido na Guatemala. Com dificuldade crescente, em virtude de anestésico aplicado em sua boca, entre pausas, Galindo descortina, página após página, um documento que contém os registros dos crimes praticados por ordem do ditador Ríos Montt. Com sua ação reelabora, assim, os atos de horror impostos às mulheres da etnia Ixil, propondo uma revisão do trauma.

Palavras-chave: Violência. Regina José Galindo. Performance. Política.

Regina José Galindo, a Guatemalan artist, has guided her performances towards the proposition of the conflict zones in the most recent political memories of her country. In her Caribbean wandering, she revives, in her own body, an explosive load of situations that gradually engage the whole public. The context of *La Verdad*, an artistic project based on the annulment of the guilty sentence of Efraín Ríos Montt, can be seen as the artist's motion of refusal and a conscious gesture of punishment. For the performance, the artist displays, during one hour and a half, the testimonies of the women who have survived the armed conflict that took place in Guatemala. With increasing difficulty, due to an anesthetic applied to her mouth, during breaks, Galindo unveils, page after page, a document with the records of the crimes that were committed by order of the dictator Ríos Montt. In her performance, Galindo elaborates on the horrific acts that were imposed on the Ixil women, proposing a re-examination of the trauma.

Keywords: Violence. Regina José Galindo. Performance. Policy.

Regina José Galindo, artista guatemalteca, ha orientado sus performances a la propuesta de zonas de conflicto en la más reciente memoria política del país. En su recorrido caribeño, recupera, en su propio cuerpo, la carga explosiva de situaciones que, poco a poco, contaminan a todo el público. El contexto de *La Verdad*, proyecto artístico resultante de la anulación de la sentencia condenatoria de Efraín Ríos Montt, puede ser comprendido como moción de repudio y gesto deliberado de penalización. Para la performance, la creadora acciona la lectura de testimonios, en un intervalo de casi hora y media, de mujeres sobrevivientes del conflicto armado vivido en Guatemala. Con creciente dificultad, en virtud de anestésico aplicado en su boca, entre pausas, Galindo explora, página tras página, un documento que contiene registros de los muchos crímenes cometidos por orden del dictador Ríos Montt. Con su acción reelabora así los actos de horror impuestos a la etnia Ixil proponiendo una revisión del trauma.

Palabras clave: Violencia. Regina José Galindo. Actuación. La Política.

Introdução

Em 21 de novembro de 2013 a artista guatemalteca Regina José Galindo (1974)¹ ocupava uma das salas do Centro Cultural de España², na Cidade da Guatemala, apresentando zonas de conflito na mais recente memória política do país e recuperava, em seu próprio corpo, uma carga explosiva que, pouco a pouco, contaminava todo o público.

A criadora ativava uma performance, sobre um imaginário sangrento, quando, com sua voz, acionava *La Verdad*³, um projeto artístico resultante da anulação da sentença condenatória de Efraín Ríos Montt, genocida que deixou mais de 200.000 mortos no país, em uma circunstância onde nunca, de fato, houve justiça. Em um intervalo de hora e meia, Regina José Galindo leu testemunhos de sobreviventes do conflito armado vivido na Guatemala e, de momento em momento, um agente externo, um dentista, aplicou doses regulares de anestésicos em sua boca. Com agravada dificuldade, entre pausas, a artista prosseguiu a leitura do documento contendo registros dos muitos crimes praticados por ordem do ditador Ríos Montt. Com sua ação, revelava os atos de horror impostos às comunidades indígenas para propor uma forma de revisão do trauma.

Compreender as estratégias de combate criadas por Galindo ao elaborar suas obras como peças políticas e propor um percurso pelo contexto de seu projeto, destacando as linhas de força que conduzem *La Verdad* (2013), são objetivos desta proposição. Ao problematizar as estratégias de enfrentamento dos horrores da colonização, criadas pela artista, como dinâmicas frequentes em sua prática crítica, analisamos seus exercícios de desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2007) compreendidos como centrais à complexa trama de decisões que fundamenta a construção das linhas de raciocínio deste artigo.

Partiremos do pensamento de Anibal Quijano (1998; 2005), como guia, para destacar de que forma o projeto da artista guatemalteca incorpora uma estratégia de destruição da colonialidade do poder, base para uma discussão sobre identidade em política. Dessa maneira, pretende-se verificar como o conceito da obra, presente em uma exposição pública de grande visibilidade, potencializa o debate acerca de uma humanidade negada que agoniza, entre memórias gravadas em corpos que a criadora escancara, propondo manobras de combate e revisão dos rumos históricos de impunidades, ainda vivos na atualidade.

[1] REGINA JOSÉ GALINDO. Disponível em: <<http://www.reginajosegalindo.com/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

[2] CENTRO CULTURAL DE ESPAÑA, Guatemala, Disponível em: <<https://cceguatemala.org/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

[3] LA VERDAD: Regina José Galindo. Direção: José Juárez. Ação: Regina José Galindo e outros. Ciudad de Guatemala: Centro de Cultura de España, 2013. 1 vídeo (70 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aNMjcPVgXZM>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

Primeira reação à suspensão da sentença condenatória: o ato performático

O projeto *La Verdad* (2013), compreendido como um capítulo na prática performática de

Regina José Galindo⁴, estabelece importante movimentação crítica no marco do juízo final contra o general e ex-presidente Efraín Ríos Montt, por delitos de genocídio, terrorismo e torturas, segundo sentença promulgada em 10 de maio de 2013, na Cidade da Guatemala.

Enquanto ação performática, a obra foi estruturada de forma muito simples, característica nem sempre frequente nas obras⁵ da artista. Em um recinto institucionalizado, nas dependências do Centro de Cultura de España, Galindo revelava, em leitura pública, os depoimentos de dezenas de mulheres, recuperados nos registros dos sobreviventes do massacre no Triângulo Ixil apresentados no *Tribunal Primero A de Mayor Riesgo*⁶ da Guatemala, em abril de 2013.

A condenação do ditador a oitenta anos de prisão, em uma decisão histórica,

[4] Jovem criadora guatemalteca, Galindo pertence a uma geração de latino-americanos que conheceu de perto o acontecimento dos Acordos de Paz, firmados no país em 1996. Em sua prática artística, sempre se comprometeu lucidamente com a crítica mais ácida no enfrentamento às estruturas de poder constantemente associadas à cultura da violência. Grande parte de sua itinerância deu-se pela América Latina, contudo há uma década suas performances consolidaram-se também em outros continentes.

[5] As performances de Regina José Galindo têm sido marcadas por extrema exposição do corpo, com submissão e sofrimento presentes na grande maioria de suas proposições críticas. Traçando-se uma breve cronologia de trabalhos, em uma década, em dezenas de suas ações foram frequentes tanto o uso de diversas formas de tortura e humilhação como a sedação do próprio corpo. Com a prática performática, a criadora propõe concretamente ação de justiça, independente de decisão da autoridade do Estado.

[6] *Tribunal Primero A de Mayor Riesgo* da Guatemala é o tribunal competente para processos designados pela Corte Suprema de Justiça como espaço de atenção à magistrados, fiscais, acusados e testemunhas onde se requer medidas extraordinárias de segurança incluindo decisões especiais de logística.

nunca foi suficiente para confrontar todo o sistema de justiça do país. Resultado do uso de uma manobra jurídica, frequente instrumento utilizado por grupos de poder para perpetrar a impunidade, em menos de três semanas depois da sentença promulgada, a Corte de Constitucionalidad de Guatemala anulava a decisão, compreendida como ato sem qualquer efeito jurídico.

Quando conhecemos a obra *La Verdad* (2013), presenciemos uma voz isolada que recria as imagens dos crimes praticados, resgatando, ao incorporar cada relato, os testemunhos dos massacres narrados pelos sobreviventes da etnia Ixil, povos indígenas do norte da Guatemala. Tais comunidades indígenas, compreendidas pelas forças armadas da Guatemala como redes de apoio à guerrilha insurgente, foram dizimadas, sob o comando de Ríos Montt, conforme testemunhos apresentados entre março e abril de 2013 à Corte Suprema.

Em todos os relatos, revividos por Galindo, reside grande dor física e psíquica em uma densa carga de horrores, quase inenarráveis, sobre os abusos sofridos pelos povos indígenas brutalmente subjulgados pela ação das tropas do governo Ríos Montt. Importante documento publicado pela Federación Internacional de Derechos Humanos (FIDH), intitulado *Genocidio en Guatemala: Ríos Montt culpable*⁷ reúne excertos de todo o processo, em um volume com mais de setenta páginas, contendo os registros das condições de extremo so-

[7] FIDH - Federación Internacional de Derechos Humanos. Genocidio en Guatemala: Ríos Montt culpable, Paris, n. 613e, jul. 2013. Informe de Guatemala. Disponível em: <https://www.fidh.org/IMG/pdf/informe_guatemala613esp2013.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

frimento, humilhação e morte instituídas pelo regime do ditador guatemalteco.

Conforme o documento mencionado, pode-se acompanhar o duro teor das declarações:

[...] Era un sargento quien daba las órdenes a los soldados." Una testigo sobreviviente Ixil explicó que había escuchado a un soldado decir "Ríos Montt nos dijo que se acabara con toda esa basura Ixil porque colaboran con la guerrilla". "(...) Nos llevaron al destacamento y allí nos violaban muchos soldados, yo estuve diez días y me violaron muchas veces y a otras mujeres también." "Abusaron de mí toda la noche fueron como veinte soldados pero al final perdí la consciencia (FIDH, 2013. p. 13).

Cabe destacar que o informe realizado com apoio da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA) trouxe importante contribuição ao ampliado debate internacional sobre os resultados de uma derrota legal e jurídica que também a Galindo causou indignação pública e incorporou-se aos seus projetos críticos.

Como sabemos, a artista mantinha, há uma década, confronto aberto com a presença do ditador Ríos Montt na cena nacional, desde que a performance intitulada *Quién puede borrar las huellas?* trouxe a Galindo reverberação de um ato além de suas fronteiras.

A ação performática *¿Quién puede borrar las huellas?*⁸ (2003) pode ser considerada

um marco na trajetória da criadora, especialmente por expor a crise política que vivia a Guatemala quando a artista criou e acionou a proposta de uma simples caminhada em local público, no centro da cidade da Guatemala, com os pés descalços, marcando a sangue humano a calçada, no trajeto entre a Corte Suprema e o Palácio Presidencial.

De fato, o elemento chave do ato de desobediência, à época, configurava-se como uma reação à presença de Efraín Ríos Montt na campanha presidencial de 2003 – após ter liderado o golpe de Estado em 1982 e governado o país como “presidente” até 1983 – estabelecendo regime de extrema violência contra o povo guatemalteco e que, apesar de todas as denúncias e acusações de genocídio, persistia como personagem central da cena política e, naquela altura, articulava candidatura, de fato, para retorno ao Executivo.

Desde as marcas deixadas pelo genocida na memória recente do país, Galindo acionava a raiz de cada denúncia mantendo-se ligada ao percurso de atrocidades que assolara a Guatemala e, com a performance *La Verdad* (2013), ampliava então a ressonância dos crimes.

Diante da leitura dos testemunhos, interrompida várias vezes por força exterior que comentaremos, criava-se uma obstrução controlada prevista para desestabilizar e desconcertar o público, estruturando o fio condutor da obra em um relato performático, materializado como ritual de interdição calculada para entorpecer todo o ambiente.

A criadora guatemalteca tem construído sua itinerância performática como resultado de um discurso que afronta as perversidades do poder, estabelecendo, por

[8] ¿QUIÉN puede borrar las huellas? Regina José Galina, 2003. Disponível em: <<http://www.reginajosegalindo.com/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

exemplo, a reconfiguração das noções de fronteira a partir de recentes fenômenos migratórios, propondo reações a fraturadas situações políticas encarnadas em seu corpo.

Para Regina José Galindo, o anestésico aplicado em sua boca, por sete vezes, funcionava assim, como estratégia que, de fato, não silenciava a dor psíquica, nem impedia completamente a ação, mas revivia o drama das mulheres indígenas, como reação indignada diante da anulação da sentença condenatória de um genocida.

La Verdad: um capítulo de horror na história recente da Guatemala

Na atualidade, a Guatemala segue sendo um país que, como outros tantos na América Latina, desconhece legítima justiça para crimes históricos que envolveram barbárie e morte impostas por ordem e ação do Estado, contra comunidades indígenas, submetidas a humilhações e massacres, especialmente durante o governo de Efraín Ríos Montt.

De uma maneira muito direta, por meio de um projeto de intervenção na vida cotidiana de seus contemporâneos, Galindo insiste em tornar mais visíveis as cicatrizes dos inúmeros crimes cometidos no país, quando transforma seu próprio corpo em um dispositivo crítico e relembra o cotidiano de crueldade, reclamando atenção para um ambiente cindido por traumas políticos e sociais ainda em permanente convulsão.

Quando elabora seu plano de ação, a criadora determina, com sua leitura, um pa-

norama doloroso de testemunhos de muitas vozes silenciadas, que, para o julgamento e Ríos Montt⁹, revelaram variadas formas de tortura e mortes, perpetradas contra o povo Ixil. No início da performance, conhecemos o tom de desespero dos relatos

[...] de verdad fue dura la violencia por eso es que no se puede olvidar ese tiempo [...]a las mujeres primero las agarran, pasan sus ganas con ellas, y despues de eso, despues, les dan la muerte [...]" (GALINDO, 2013).¹⁰

Durante a performance pública, exatamente aos cinco minutos de leitura, um agente externo, um homem, interrompeu a ação e aplicou a primeira dose de anestésico na boca da artista, na bochecha direita, por cerca de quarenta segundos; em seguida Galindo, prosseguindo com o relato ainda sem maiores obstáculos, deu sequência aos horrores.

Como sabemos, a trajetória da criadora tem reunido componentes que, conforme a crítica de arte Rosina Cazali (PISANI, 2011), assume o exercício performático como oportunidade de conectar-se com a dor coletiva, dismantelandando estruturas de poder que se implicam na cultura da violência. Cada ação da artista envolve complexas decisões e muitas vezes inclui

[9] O general da reserva José Efraín Ríos Montt faleceu em 1º de abril de 2018. Cabe apontar que o militar manteve-se resguardado de qualquer processo penal enquanto atuou no Congresso, como deputado eleito pelo partido Frente Republicano Guatemalteco (FRG). Fez uso de imunidade parlamentar até o final de seu mandato, encerrado em 14 de janeiro de 2012.

[10] Fala de Regina José Galindo em sua performance *La Verdad* em 2013, no Centro de Cultura de España, Ciudad de Guatemala, Guatemala.

práticas autopunitivas que acionam formas de mediação cultural como instâncias legitimadoras de um conflitivo corpo vivo.

[Figura 1]
Cena de *La Verdad*



Fonte: Centro Cultura da España (2013)

Cada interrupção anestésica programada para o ato performático pode ser compreendida como uma e outra das muitas estratégias da defesa dos acusados – José Efraín Ríos Montt e José Mauricio Rodríguez Sánchez¹¹ – para frear e calar definitivamente cada testemunho, recurso destinado ao apagamento dos massacres que, em distintas operações militares, dizimaram as comunidades indígenas.

Assim sendo, quase nove minutos depois da primeira dose, era aplicada a segunda, em um minuto silencioso que interrompeu o tom da narrativa conduzida pela artista. Desde então, a leitura se transformara em um esforço complicado dada a condição já comprometida de articulação das palavras. Galindo, contudo, seguiu com os testemunhos apresentados na audiência no *Tribunal de Sentencia Primero A de Mayor Riesgo*.

[11] José Mauricio Rodríguez Sánchez foi diretor da Inteligência Militar (G-2) no governo do general José Efraín Ríos Montt.

No minuto vinte e cinco da narrativa, outra dose aplicada na bochecha esquerda intensificava a obstrução, e, para retomar a leitura do documento, a criadora apresentava maior dificuldade e fazia uma pausa para recompor o itinerário dos depoimentos. Quando seguiu com o relato de cada testemunho, a artista respirava com dificuldade e demonstrava, com a voz abafada, o estado de torpor farmacológico que adensava a narrativa na metade do ato público.

Nessas circunstâncias, a ação, denunciando os horrores vividos nas aldeias, também lançava Galindo no fosso do sofrimento de uma atmosfera cada vez mais contaminada.

No minuto trinta e cinco, o profissional retornou à sala para aplicar a quarta dose. A partir daí, para recuperar a leitura, Galindo necessitou de mais tempo e tardou quase um minuto para retomar o texto. Então prosseguiu:

[...] las mujeres todas encerradas en la escuela, ahí en la escuela niñas, viejas, todas violadas en la escuela, [...] muchas mujeres nos acostumbramos a ir escondernos con los niños en los montes para no ser violadas [...] (GALINDO, 2013).

Desde então, mais lentamente e com pausas regulares, seguiu já com necessidade de apoio de um copo de água e, com movimentos de pescoço, tentava suportar o efeito do anestésico. Na sequência, no fundo da bochecha direita, o medicamento foi aplicado pela quinta vez em quase um minuto de pausa. Desta maneira, o retorno ao documento se transformou em um ritual resistente, com dificuldades aumentadas: a boca com o lábio

superior bloqueado já não respondia ao curso do ato performático programado.

[**Figura 2**]
Cena de *La Verdad*



Fonte: Centro Cultura da España (2013)

As palavras passaram a sair com morosidade e o relato se compreendia por partes, por episódios. Outra, outra e outra vez o anestésico foi aplicado em sua boca, tornando quase improvável o mínimo articular do testemunho, porém o torpor que dominava o ambiente recordava duramente a crueldade vivida por todas, entre violações e mortes.

[...] que culpa tenía mi niña [...] a todas, ahí nos juntaron a todas, nos llamaron al salon parroquial, nos dijeron y ahí dentro del salon parroquial a todas nos violaron [...] como duele, duele cuando yo pienso en eso, en el olor a quemado [...] cuando yo regresé a mi casa, todo quemado a mi casa, me lo quemaron con mi bebé de três meses, me lo quemaron mi casa con mi bebé de três meses la dentro [...] los soldados nos quitaron la verguenza, nos dejaron desnudas [...] eso fue, fue triste, tantas cosas tristes [...] (GALINDO, 2013).

Para encerrar o ato performático, com a dinâmica do relato completamente prejudicada, com diversas longas pau-

sas, Regina José Galindo, em seus últimos oito minutos, soltou as palavras possíveis, quase sem abrir a boca, minutos de grunhidos, de onde saltava toda a verdade.

[...] yo sufrí en mi propio cuerpo, por eso digo que es mentira lo que dice ese señor que no pasó nada, yo digo que si es verdad, yo digo que si es verdad, yo lo vivi, ese dolor fue verdad, ese dolor fue verdad, yo lo vivi (GALINDO, 2013).

Assim, a violência contra as comunidades da etnia Ixil, silenciada por décadas, entre inúmeras tentativas de impedir o juízo, mesmo com fatos comprovados e testemunhos dos sobreviventes sobre as perversidades cometidas, especialmente contra as mulheres, funcionara como dramático motor de uma denúncia e como performance tomava um alcance ampliado, recebendo renovada atenção da cena contemporânea internacional.

Conforme Quijano (2005), compreendemos que a concepção de raça como categoria mental da modernidade permitiu acomodar um efetivo instrumento de dominação e possibilitou a estrutura que submeteu comunidades indígenas em toda a América Latina. Parece-nos importante indicar que as recentes atrocidades vividas pelas comunidades da etnia Ixil nada mais são que prolongamentos de uma perversa lógica de controle assentada na noção de raça para a manutenção da colonialidade do poder:

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi cons-

truída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p. 117).

De fato, a ação performática trouxe para uma audiência ampliada o contexto de uma obra que insiste em manter-se comprometida em um embate público frente às encruzilhadas políticas. Para as comunidades da etnia Ixil, submetidas pelos comandos do Estado e mantidas em situação de alta vulnerabilidade, havia sido o racismo o motor consciente e constante de ações extremas, como afirmaram no processo antropólogos, sociólogos, historiadores, psicólogos e juristas ao concluir que o racismo contribuíra para o genocídio. Como afirmou Marta Elena Casaus Arzú (FIDH, 2013), o racismo autorizava considerar os indígenas como seres inferiores, coisificando-os, estigmatizando-os e desumanizando-os. O racismo operava como ideologia do Estado, como máquina de extermínio contra o grupo Ixil.

Para que o passado não seja esquecido: toda a violência de *La Verdad*

Para nos aproximarmos da extensão dos horrores da memória de um genocídio, autorizado pela história da anulação de uma sentença condenatória, reavivados por Galindo em um ato performático, propusemos acompanhar o raciocínio de Quijano (2005) para melhor compreender as intencionalidades de tais silêncios programados. Como evidência incontornável, o padrão de dominação estabelecido pela ideia de raça determinou no passado e ainda determina na atualidade a tortura, o tratamento degradante, o abuso, o deslocamento forçado, tendo sido estratégia central da violência sexual sofrida pelas mulheres da etnia Ixil, na ditadura de Ríos Montt. A ação sistemática, conforme denuncia o testemunho das vítimas, foi utilizada como arma de guerra, tamanha a violência sexual que destruiu, física e psicologicamente, o tecido comunitário Ixil.

Com base no pensamento do investigador peruano, compreendemos como funcionam as manobras de uma estratégia de morte, que guia representações consolidadas em toda a América Latina. De fato, sobre invisibilidades construídas desde o apagamento de identidades outras e segundo a lógica de horrores reestabelecida aqui para o quadro do recente massacre vivido na Guatemala, percebemos como a invenção de uma ideia de identidade negativa e desviante deságua em mecanismos de dominação justificados como eixos naturais da mais imperiosa centralidade da colonialidade do poder.

A performance – essa prática de terminologia instável – assume sua dimensão política e, por decisão da artista, mostra-se como estratégia ativa de mediação cultural e ação libertadora de uma consciência em transe.

Conforme afirma AIZPURU (2009), apesar de todas as colonizações político-culturais de nossos corpos, esse grito continua vivo, acionando reações na cena contemporânea.

Nunca ausente em suas performances, em imersão plena, em primeira pessoa, Galindo é autora de uma trajetória de combate performático que procura subverter todo o entorno.

Acompanhar as forças de enfrentamento criadas por suas performances – ao libertar suas obras como peças políticas – requer contato com a reversão dos traumas de nossas conectadas histórias e de suas muitas cicatrizes ainda tão presentes na América Latina. Desde que a artista assumiu seu lugar no panorama de disputas de visibilidade do sistema de arte, seus projetos têm sido especialmente guiados por firme convicção na vitalidade da desobediência epistêmica como marcha de um combate incessante.

Cada ato performático, em toda sua precariedade humana, é contextualizado pela artista como chave de sua indignação diante das metástases de nosso tecido social esgarçado.

Para Regina José Galindo (2013), ao propor nova exposição pública dos testemunhos de violências impostas às mulheres Ixil no transcurso da política de terra arrasada autorizada por Efraín Ríos

Montt – leitura pouco a pouco limitada por força da ação de um agente que operava uma manobra de relativa interdição –, uma ferida aberta na história da Guatemala voltava a mostrar-se entre os centros de poder. De fato, no imaginário do sistema de arte, circulava agora a ação performática que, ao deparar-se com milhares de audiências, pela videodocumentação, dava a conhecer toda arbitrariedade resultante de nova ação institucionalizada: a anulação do julgamento. ■

[CLÁUDIA FAZZOLARI]

Possui Habilitação em Artes Plásticas pela Universidade Estadual Paulista UNESP (1989), mestrado em Artes pela Universidade Estadual Paulista UNESP (1995) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo USP (2000). Pós-doutora em Teoria e Crítica de Arte pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Professora do Curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, CELACC, ECA/USP. É Secretária Geral da ABCA (Associação Brasileira de Críticos de Arte) e membro da AICA (Associação Internacional de Críticos de Arte). Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Teoria, Fundamentos e Crítica de Arte, atuando principalmente nos seguintes temas: arte contemporânea, crítica de arte, curadoria, poéticas visuais de mulheres artistas.
E-mail: cfazzolari@gmail.com

Referências

AIZPURU, Margarita. Performanceras: mujer, arte y acción, una aproximación. **Zehar**. La Rioja, n. 65, p. 28-65, 2009.

FAZZOLARI, Claudia. O registro de realidades alteradas e a performance em Regina José Galindo. **Croma: estudos artísticos**. Lisboa, v. 2, n. 4, p. 194-201, jul./dez. 2014.

FIDH – Federación Internacional de Derechos Humanos. **Genocídio en Guatemala**: Ríos Montt culpable, Paris, n. 613e, jul. 2013. Informe de Guatemala. Disponível em: <https://www.fidh.org/IMG/pdf/informe_guatemala613esp2013.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

Herkenhoff, Paulo. Virginia Pérez-Ratton y Centroamérica: arte, pensamiento y propuesta. **ISTMO: revista virtual de estudios literarios y culturales centroamericanos**, Managua, n. 22, enero/jun. 2011. Disponível em: <http://istmo.denison.edu/n22/articulos/01_herkenhoff_paulo_form.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

LA VERDAD: Regina José Galindo. Direção: José Juárez. Interpretes: Regina José Galino e outros. Ciudad de Guatemala: Centro de Cultura de España, 2013. (70 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aNMjcPVgXZM>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

LEO, Jana. **El viaje sin distancia**: perversiones del tiempo, el espacio y el dinero ante el límite en la cultura contemporánea. Murcia: Editorial CENDEAC, 2006.

MARGEM ESQUERDA: revista da Boitempo. São Paulo: Boitempo, n. 29, 2º sem. 2017.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**: dossiê literatura, língua e identidade, Niterói, n. 34, p. 287-324, 1º sem. 2007.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Del Signo, 2014.

PISANI, Ida (Org.). **Regina José Galindo**. Milão: Silvana Editoriale, 2011.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-126.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**. Marília, ano 17, n. 37. 2002. p. 4-28.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Ecuador Debate**, Quito, n. 44, p. 227-238, ago. 1998. Disponível em: <<http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/6042/1/RFLACSO-ED44-17-Quijano.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

ARGENTINA-
BRASIL:
INTERCAMBIO
INTERNACIONAL
EN EDUCACIÓN
TECNOLÓGICA

[ARTIGO]

Andrea Hidalgo

Universidad Tecnológica Nacional: Facultad Regional Avellaneda

Elizabeth Herrera

Fatec Itaquaquecetuba

Wilton Garcia

Fatec Itaquaquecetuba e Universidade de Sorocaba

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este texto é um relato de experiência e apresenta uma reflexão crítica sobre a experiência de intercâmbio (2013-2017) da Faculdade de Tecnologia [Fatec] de Itaquaquecetuba, Brasil e da Universidade Tecnológica Nacional de Avellaneda-UTN, Argentina. Das mediações culturais à diversidade na América Latina, o foco dessa proposta destaca a aprendizagem do espanhol para os brasileiros para as relações comerciais com os países do MERCOSUL. Como resultado, interessa considerar, estrategicamente na atualidade, algumas singularidades da América Latina, sobretudo na relação Argentina-Brasil.

Palavras-chave: Argentina. Brasil. Intercâmbio. Internacionalização. Espanhol.

This text is an experience speech and shows a critical reflection on the exchange experience (2013-2017) of the Faculty of Technology [Fatec] of Itaquaquecetuba, Brazil and the National Technological University of Avellaneda-UTN, Argentina. From cultural mediations to diversity in Latin America, the focus of this proposal highlights the learning of Spanish for Brazilians for trade relations with the MERCOSUR countries. As result, it is interesting to consider, strategically at present, some singularities of Latin America, especially in the Argentina-Brazil relationship.

Keywords: Argentina. Brazil. Exchange. Internationalization. Spanish Language.

Este texto es un relato de experiencia y presenta una reflexión crítica sobre la experiencia de intercambio (2013-2017) de la Facultad de Tecnología [Fatec] de Itaquaquecetuba, Brasil y la Universidad Tecnológica Nacional de Avellaneda-UTN, Argentina. De las mediaciones culturales a la diversidad en América Latina, el foco de esta propuesta destaca el aprendizaje del español para los brasileños para las relaciones comerciales con los países del MERCOSUR. Como resultado, interesa considerar, estratégicamente en la actualidad, algunas singularidades de América Latina, sobre todo, en la relación Argentina-Brasil.

Palabras clave: Narrativas. Periodismo. Metacrítica. Diversidad.

Introdução

Oracular,
la palabra poética envuelve
en los jubones del misterio una fragancia
hermética.
Sábese que la poesía no es comunicación:
busca el salto de la aliteración
o de la metáfora la reverberación intensiva
de sones y colores, susurros e ideas.
Las idas de la idea
como caballitos de mar por la piel dulce.
(...)
El poeta hace versos que no se entienden.
(PERLONGHER, 1997, p. 149)

Aquí la imagen y la literatura se acercan y crean nuevas referencias. Si “la poesía no es comunicación [...]. El poeta hace versos que no se entienden” (PERLONGHER, 1997, p. 149). En ese caso, la producción de conocimiento encuentra directamente la producción de subjetividad y se afinan con desplazamientos que la poesía, en su literacidad, permite articular las ideas y los ideales para (re)pensar la vida.

El escritor Néstor Perlongher nació en Avellaneda (Argentina) y falleció en San Pablo (Brasil). Su obra literaria inquietante es pertinente en los dos países y en la América Latina. Su voz estridente refleja activa y creativamente la realidad latinoamericana. El epígrafe de este texto hace un homenaje a quien trabajó y defendió la cultura en su manera viva: una poesía que sangra a los ojos de una condición política como posicionamiento de mundo. En realidad, el autor desafía al sistema convencional a volver sobre sus propias decisiones. De las dificultades señaladas en sus palabras, la solución -creativa y tecnológica-

surge en forma de metáfora para divergir del ambiente con su irreverencia.

Este texto es un relato de experiencia y presenta una reflexión crítica sobre la experiencia de intercambio internacional de la Facultad de Tecnología Facultad de Tecnología [Fatec] de Itaquaquecetuba, San Pablo, Brasil y la Universidad Tecnológica Nacional Facultad de Avellaneda-UTN- FRA, Buenos Aires, Argentina. Se realizaron dos visitas, en 2013 y 2017, ofreciendo cursos de corta duración con visitas técnicas en la capital argentina. Partiendo de las mediaciones culturales y la diversidad en América Latina, el enfoque de esta propuesta revela su impacto en el proceso de enseñanza-aprendizaje del español para los brasileños, en particular, en las relaciones comerciales con los países del MERCOSUR.

Desde esta perspectiva, surge una pregunta para problematizar el debate: ¿cómo desarrollar proyectos internacionales que puedan promover efectivamente la diversidad cultural en América Latina?

En la actualidad, estamos hablando de países hermanos (Argentina-Brasil) que tienen una relación de vecindad compatible con la aproximación geográfica. Tal vez, ser vecino significa compartir beneficios y dificultades, lo que puede propiciar al desarrollo de diversas alianzas en lo económico, así como también a la formación del sujeto y su educación profesional tecnológica. Estos dos países popularmente son rivales, pero poseen un significativo caudal de oportunidades. Y eso debe ser tenido en cuenta para cuestiones identitarias, económicas, socioculturales y políticas.

En este mirar inter/multi/transdisciplinario, elegimos dos categorías (experiencia y diversidad), las cuales enuncian los *estudios contemporáneos* (CANCLINI, 2016; GUMBRECHT, 2015) –que aproximan los estudios culturales y las tecnologías emergentes– como referenciales teóricos. En el fondo, nuestra propuesta resalta ideas, impresiones, nociones, conceptos y/o fundamentos crítico-conceptuales sobre la contemporaneidad.

La noción de “contemporáneo” desestabiliza cualquier sistema, al asumir “nuevas/otras” perspectivas capaces de afrontar la hegemonía. Lo que despierta en la actualidad una (re)dimensión diferente de lo que ya pasó. De esta manera, la dinámica de lo espacial-temporal es parcial, efímera, inacabada y/o escurridiza en su propia imprevisibilidad. La contemporaneidad envuelve lo intempestivo: aquello que, de hecho, paradójicamente, no asegura una representación.

En este caso, el recorrido metodológico destaca un relato de experiencia con abordaje cualitativo en tres niveles: observación, descripción y discusión. Observar, describir y discutir promueven un cuidado –de rigor y criterio– con el desarrollo justo de esta investigación. Son niveles que se complementan, como ocurre en cada etapa. Por lo tanto, sujeto, objeto y contexto son examinados por tal metodología para puntuar una reflexión crítica sobre el tema tratado: una alianza educacional Argentina-Brasil de acuerdo con un tipo de *internacionalización cooperativa* (GUADILLA, 2005).

Ante estos apuntes iniciales, nuestro texto consta de tres temas: 1) *El Intercambio* enuncia algunas descripciones y/o im-

presiones sobre el asunto, de forma inter/multi/transdisciplinar; 2) *La Experiencia Internacional* describe el proceso necesario para consolidar la cooperación entre ambas instituciones de enseñanza tecnológica, en la región periférica (Avellaneda e Itaquaquecetuba) de grandes centros urbanos como Buenos Aires y San Pablo; 3) El *MERCOSUR* contextualiza, de modo geopolítico-cultural, el debate; e 4) En *La discusión* interesa considerar las singularidades de América Latina, sobre todo en la relación Argentina-Brasil.

1. El Intercambio

El concepto de intercambio se presenta como una mezcla de puntos heterogéneos que pueden ser simples o profundos, de acuerdo con cada influencia que se pueda recibir o expresar. El cambio metafóricamente atraviesa pasajes, puentes. En cualquier relación social uno influencia al otro y, tal vez, eso alterna/altera la condición del otro en el mundo. Cuando se mezclan diferentes personas, objetos y sus contextos, el encuentro provoca cierta contaminación que surge de la mezcla e interacción entre sus protagonistas.

En portugués se habla de *troca*, *permuta*, *barganha* o *negociación/agencia*, es hacer u obtener una cosa a cambio de la otra. De acuerdo con la RAE (2014), intercambio es: “reciprocidad e igualdad de consideraciones y servicios entre entidades o corporaciones análogas de diversos países o del mismo país”. Tal experiencia contiene variaciones múltiples, según escribe el chileno Maturana (2001). Entonces, cualquier

intercambio sería sustituir personas, cosas y/o lugares y eso, directamente, altera el sentido de la vida. De esa manera, alterar la vida y las cosas es un enorme desafío plural. Para el argentino Canclini:

Sin embargo, los estudios sobre los imaginarios de los jóvenes y la creatividad con que ensayan nuevos lugares y proyectos sociales incita a salir de esta sombría descripción. Los jóvenes, especialmente los que se dedican a actividades creativas, son exaltados como creadores de nuevas oportunidades de desarrollo y renovadores de tendencias. Los emprendimientos de estos jóvenes que renuevan y expanden la producción de música, diseño, gastronomía y artes visuales llevó a imaginar en ciudades como la de México, Barcelona, Seattle y muchas otras la posibilidad de que, en tanto ciudades creativas, generaran empleos y dinamismo económico para revertir la escasez de trabajos y la exclusión. La creatividad como detonante de nuevas formas de acceso para los jóvenes y para renovar la vida urbana (2017, p. 22-23).

Como expresa el autor, parece que la juventud ni se preocupa por los cambios, por el contrario, están siempre abiertos al desarrollo creativo de las múltiples posibilidades, cuando experimentan variables inimaginables, incluso con la cultura digital. Cambiar es su lema. Los jóvenes están ampliamente abiertos para recibir y dar información. Con los cambios, el ejercicio creativo posibilita experimentar nuevas dinámicas sociales. Y la renovación puede ser una solución interesante para enfrentarse a los problemas contemporáneos, como el empleo, por ejemplo. En esa línea de pensamiento, consideramos que es vi-

tal el pensamiento creativo para generar respuestas a los enfrentamientos cotidianos. La elección de visitar nuevos lugares permite transformar y madurar.

Por supuesto, un intercambio internacional se transforma en algo más complejo y de naturaleza transcultural estratégicamente, porque las mediaciones culturales (MARTÍN-BARBERO, 2003) de los países son bastante notorias. Estas mediaciones se desdoblan por relacionar diversas culturas y sus sustratos. Es decir, se trata de evaluar las condiciones adaptativas de las influencias y de los cambios que engendran en cada dinámica social. Mediar es intentar balancear una situación. De este modo, las mediaciones culturales sobrepasan la idea de un simple proceso comunicacional –que en la actualidad destaca las tecnologías emergentes– para valerse de la perspectiva humana, en la cual se considere al sujeto en su sujeción intersubjetiva. De este complejo tejido de representaciones, urge la información.

El intercambio es un puente flexible que valora la alteridad, la diferencia y la diversidad, al esparcir novedades. La diversidad en cualquier intercampo abarca un expresivo de desigualdad social, que dibuja nuestra América Latina. Desgraciadamente, observamos la desigualdad social como factor recurrente en la cultura latina. Esto necesita ser revisado para avanzar con el estado democrático de derecho que garantiza la dignidad humana. Es una cuestión política y, a la vez, epistemológica, porque se vale del cambio que proyecta al Ser Humano siempre para adelante, y nunca para atrás.

Por lo tanto, nuestra expectativa sería promover esa experiencia de intercam-

bio internacional, en América Latina, a fin de producir transformaciones en las vidas de los alumnos con la educación tecnológica. En América Latina, en particular, se verifica un conjunto expresivo de rastros que representan capas distintas, de acuerdo con cada micro región.

Como ejercicio intercambiable, la transformación proyecta objetivos a ser conquistados. Esto es solicitar para que ellos, los estudiantes, consigan conocer, un poco más, la riqueza y la diversidad cultural de nuestro gran continente. América Latina –y sus ideologías transnacionales– tiene sus valores distintos a ser despertados por los propios latinoamericanos. Son valores que no siempre son divergentes, aunque apuntan hacia diversos hibridismos culturales investigados por Canclini (2016), que llevan a verificar el proceso de producción de subjetividad.

Una frontera separa, divide, limita y, también, institucionaliza la diferencia. Sin embargo, hay que abrir las puertas de los campos de imposibilidades para generar posibilidades. Más que eso, hay que trabajar la diversidad. Cuando la gente tiene la oportunidad de vivir algo diferente, probablemente, establece una (re)configuración interna/externa sobre la vida.

2. La experiencia internacional

De Argentina a Brasil, hay cuestiones complejas que involucran nuestra forma de hacer frente a la diferencia. El bagaje aca-

démico y cultural adquirido durante esta experiencia internacional de estudiantes brasileños en la Argentina contribuye, de hecho, a la formación del sujeto y a su educación profesional tecnológica. Más que eso es su sujeción intersubjetiva.

La primera experiencia de intercambio internacional fue realizada en 2013 con 28 alumnos de la Fatec de Itaquaquecetuba en la UTN de Avellaneda, en Argentina. La segunda experiencia fue hecha por 21 alumnos de Secretariado, Gestión de Negocios y Agronegocios de las Fatecs de Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes y Carapicuíba fue efectuada entre el 5 y el 12 de noviembre de 2017. Obsérvese el cuadro siguiente:

[Cuadro 1] Intercambio Internacional

Argentina – Brasil
Buenos Aires – San Pablo
Avellaneda – Itaquaquecetuba
Universidad Tecnológica Nacional – Facultad de Tecnología
Facultad Regional Avellaneda – FATEC Itaquá

Fuente: Autores (2018).

Fueron experiencias instigadoras que generaron preocupación en varios aspectos: el protocolo de pasar por la aduana; viajar en avión por primera vez; conocer otro país; practicar la lengua española con los habitantes de Buenos Aires; realizar visitas técnicas en empresas e instituciones; examinar los procesos profesionales; comunicarse con personas diferentes; observar las diferencias culturales, la alimentación, el comportamiento, etc.

También consideramos que es fundamental que el estudiante universitario tenga la apertura y la madurez intelectual para conocer el mundo, en el momento de su formación como sujeto y su educación profesional tecnológica. Se crearon actividades académicas y culturales para usufructuar esta experiencia internacional en un país diferente. Esta relación fortalece deliberadamente a todos y puede ayudar a pensar en nuevos desafíos intelectuales y críticos entre ambos países. Lo que puede generar proyectos futuros para capacitar mucho mejor a los estudiantes y profesores.

Nuestra premisa, más específica, es actuar en la consolidación positiva de los vínculos académicos, científicos y tecnológicos capaces de incrementar la cooperación educacional para los ciudadanos de los dos países latinos. De la realidad profesional y personal, esta experiencia internacional proporciona la inmersión de los alumnos en situaciones reales del idioma español, en la Argentina. Para la organización de un proyecto teórico y político, Hidalgo y Herrera afirman:

[...] como educadores, debemos fomentar acciones que propicien el conocimiento de mundo tan necesario en el escenario actual y con esta premisa nos dispusimos a trabajar de manera conjunta para realizar un Programa Internacional, de una semana de estudios en Argentina en la UTN-FRA. Este programa, busca desde lo teórico, trabajar el idioma español con fines específicos y desde lo práctico, una inmersión en la cultura de otros países, más específicamente de la cultura argentina (2017, p. 102).

Desde el punto de vista de la comunicación y la cultura, la lengua expresa los modelos culturales de una civilización. Entonces, la percepción de cualquier realidad está mediatizada por el lenguaje. Las exigencias de la lengua particular que constituye el medio de expresión de la sociedad a la cual pertenecen. Sin duda, es necesaria la existencia de una complejidad que intercomunica las distintas expresiones de la cultura latinoamericana y las lenguas a través de las cuales habla el pueblo, la historia y la cultura; en este camino, entendemos, estamos trabajando.

Se sabe que el idioma español tiene su origen en el latín, de donde también proviene la lengua portuguesa. Por lo tanto, son lenguas hermanas, que contienen extensas similitudes y profundas diferencias, incluso y especialmente en los aspectos culturales. La frontera, es decir, los límites entre el español y el portugués, pueden estar más cerca si tenemos una vez más a una América Latina fuerte, capaz de hacerse escuchar ante el resto del mundo.

A través de la lengua, la movilidad internacional permite que los estudiantes universitarios¹ se beneficien de dicha experiencia, lo cual contribuye para que sean futuros profesionales con formación de sujeto y educación profesional tecnológica intelectual y pensamiento crítico. Hoy es

[1] Los cursos tecnológicos del Centro Paula Souza son ofrecidos a través de las Facultades de Tecnología- FATEC, presentan en sus contenidos curriculares el idioma español, en la mayoría de sus cursos (ARNOUX, 2007). En Fatec Itaquaquecetuba; Secretariado tiene los seis semestres de duración, 320 horas del idioma y Gestión comercial 120 horas, durante tres de los seis semestres del curso.

imprescindible la crítica, la cual moviliza sus planes internos, es base de la cultura material de los pueblos, además de abrir el camino para diferentes experiencias profesionales vinculadas con el área comercial.

3. MERCOSUR

Atendiendo a los desafíos de la contemporaneidad, intente imaginar un mercado que preserva la buena vecindad. El otro, que está cerca, nunca es percibido como una amenaza, sino como una posibilidad de alianza. Este tipo de mercado preservacionista, por lo tanto, es capaz de defender los intereses de los que están geográficamente más próximos. Esto también hace más asequible la circulación de las mercancías y, consecuentemente, de las culturas.

Por medio del Tratado de Asunción, el 26 de marzo de 1991, fue creado el Mercado Común del Sur MERCOSUR y estableció un área de libre comercio inicialmente entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Hoy cuenta con cinco miembros efectivos, uniéndose a los anteriores, Venezuela, teniendo como miembros asociados otros cinco países: Chile, Bolivia, Perú, Colombia y Ecuador. El MERCOSUR formó parte del proceso de globalización.

En la globalización, los países vecinos comenzaron a reunirse para fortalecer su desempeño comercial, a mover la economía valorizando las relaciones internacionales. El principal objetivo fue el proceso de globalización que confirma el mercado regional como respuesta de los países para

enfrentar los efectos desfavorables de la competencia (BERNAL-MEZA, 2000).

En ese caso, las competencias personales y colectivas diseñan nuevas posibilidades de desarrollo. El mercado latinoamericano, por ejemplo, consolidó un bloque de países latinoamericanos para enfrentar crisis económicas y geopolíticas. Para obtener ventaja, este bloque económico y cultural valora las características de nuestra región. Consecuentemente, a esta iniciativa le interesa proteger la competencia local de otros continentes. De acuerdo con Canclini:

El consumo sirve para pensar. El acceso, en el que coexisten formas antiguas de consumo con interacciones virtuales, también sirve para abrir las redes de una densa y conflictiva interculturalidad. Al acceder a los bienes a través de las redes expandimos nuestro horizonte de apropiación hacia otras sociedades y hacia los diferentes de nuestra propia sociedad. La coexistencia cercana con otras culturas acentúa las contradicciones nacionales y transnacionales. [...] Cuando decíamos que el consumo sirve para pensar, para discernir y distinguirnos de otros, apuntábamos al potencial de los actos de consumir para crear ciudadanía, para convivir. Tratamos de demostrar hace veinte años que muchas preguntas propias de los ciudadanos –a dónde pertenezco y qué derechos me da, cómo puedo informarme y quién representa mis intereses– se contestaban más en el consumo privado de bienes y de medios masivos que en las reglas abstractas de la democracia o en la participación colectiva en partidos y sindicatos desacreditados (2017, p. 20-21).

Y complementa:

Las diferencias en el consumo y el acceso pueden dividirnos entre generaciones, alejar un poco a las comunidades de adultos y viejos de las redes de los jóvenes. Pero quizá lo que más entorpece la convivencia es el envejecimiento de nuestras corporaciones políticas y económicas, sus trabas a la comunicación y la participación social innovadores. Para que otro mundo sea posible, necesitamos otra política, otros medios y otras redes (IBIDEM, p. 28).

Otro mundo posible requiere flexibilidad, desplazamiento y apertura, de lo contrario, será inalcanzable. El consumo es bueno para pensar, porque amplía la experiencia humana. Y una comunicación innovadora abarca la diversidad, por lo que permite intercambiar ideas, información, sugerencias, etc. Es una fuerza adicional para fortalecer la experiencia. Un mercado común al que aspira el MERCOSUR sirve para ampliar nuestra posibilidad económica y cultural. Nuestros vecinos deben ser tratados como nuestros socios y no como nuestros rivales.

Los protocolos de MERCOSUR claramente lo expresan en su constitución. Sin embargo, los que hacemos parte de esta experiencia de intercambio, sabemos que el proceso de integración cultural (RECONDO, 1997; JAGUARIBE, 2001), no es solamente un fenómeno inducido por acuerdos económicos y políticos, sino que debe venir desde abajo, con la conscientización de cada uno de los ciudadanos (BERNAL-MEZA, 2000; CONTURSI, 2002; MONETA, 2002; VIVA, 2011).

Para Teodoro:

As relações internacionais entre Brasil e Argentina do presente, retratam um passado de constantes diálogos acerca de assuntos desde aspectos culturais até de ordem econômica e política. A experiência vivida através da decisão em aprofundar os conhecimentos na Argentina, propiciou qualitativamente, profundas transformações no olhar e entendimento das alianças estratégicas na promoção do desenvolvimento econômico e social dos países membros do MERCOSUL. As trocas, o intercâmbio estudantil e de conhecimento, demonstram ser de grande valia na especialização dos países, principalmente, na formação e capacitação de profissionais (2017, p. 23).

En esta línea, algunos procesos iniciados con objetivos meramente económicos, como el MERCOSUR, han abierto nuevas posibilidades para el conocimiento de la sociedad, la cultura y la lengua del otro. La intención es trabajar los saberes locales, bien como las necesidades de nuestra región o territorio, partiendo del respeto y el conocimiento de las Lenguas Oficiales del MERCOSUR. Las lenguas redefinen una fuerza polisémica de regionalización e integración que el MERCOSUR vaya a alcanzar.

4. La Discusión

En general, la expectativa es fomentar una relación Argentina-Brasil y con ello conocer lo diferente. Sabemos que este

tipo de iniciativa, agrega valor para el desarrollo humano, contextualiza articulaciones estratégicas acerca del intercambio académico-tecnológico como mediación cultural de la diversidad entre Argentina y Brasil, ante la contemporaneidad.

Por eso, destacamos este convenio de Cooperación Internacional, al colaborar con la formación del sujeto y su educación profesional tecnológica. Ha sido y continúa siendo nuestra intención ofrecer condiciones ideales de desarrollo humano a través de la oportunidad con los acuerdos de Cooperación Internacional entre Instituciones de Enseñanza Superior. La cooperación a la que nos referimos corresponde a una *internacionalización cooperativa* definido por Guadilla (2005). Este autor aborda la internacionalización académica diferente de una internacionalización económica lucrativa. Esa cooperación trabaja con el fortalecimiento de las relaciones interinstitucionales diversificadas, en que interactúan las personas.

Sin duda, la oportunidad de una experiencia internacional ayuda en el desarrollo de la formación del sujeto y su educación profesional tecnológica. Entre contextos formales, de clases, como contextos informales en ámbito empresarial, los estudiantes tuvieron oportunidades para vivir y percibir diferencias mediante la transmisión de informaciones en sus respectivas áreas de conocimiento.

Desde el punto de vista de la democracia, nuestra experiencia internacional tiene como objetivo alcanzar el protagonismo (hiper)mediático de los estudiantes. El impacto de las tecnologías emergentes, por ejemplo, vuelve a repensar nuestros

valores ante las mediaciones culturales y la diversidad en América Latina.

Contra este processo de opressão contemporâneo emergem os novos protagonismos culturais e midiáticos a partir das contradições inerentes ao sistema capitalista na sua fase da sociedade da informação e mobilizando elementos das culturas populares, em particular na América Latina. A cultura, assim, transforma-se em novo território de conflitos de narrativas e de sentidos (OLIVEIRA, 2016, p. 22).

Ahora, la información es alterada en razón de ese protagonismo mediático y cultural, indicado por el autor, en que se percibe el flujo recurrente de posibilidades inusitadas. La información es más que un simple dato, es un valor a ser negociado.

A democratização das sociedades latino-americanas possibilita uma maior visibilidade das diferenças culturais e identitárias presentes no cenário latino-americano. Assim, a democracia faz com que expressões culturais negras, indígenas, femininas, populares passam a ter voz coletiva na esfera pública. Vozes estas que eram sufocadas pela ausência de liberdades civis e também por ser subsumida a reivindicação mais geral de "lutar pela democracia" (IBIDEM, p. 36).

Para existir hay que aparecer, tener visibilidad y ocupar su identidad. Los principales elementos recogidos en nuestro relato de experiencia para este texto reflejan algunos acontecimientos relevantes a constituir los intercambios de América Latina. Para ello, es funda-

mental resistir y ser resiliente. Es decir, tener la capacidad de esforzarse lo suficiente para superar las dificultades, al ultrapasarse los propios límites.

Las mediaciones culturales y la diversidad en América Latina demuestran diferentes maneras de enfrentar los escollos e intentar sobrevivir, sin sucumbir, sin preguntar. Nadie discute que el reencuentro de los pueblos latinoamericanos así como la promoción de valores y conocimientos científicos y culturales son objetivos de los países de América Latina. De los mismos, estas acciones tendrán proyecciones en el área de la ciencia, la tecnología y la investigación aplicada (GONZALEZ, 2011; GIANELLA, 2007).

Como relato de experiencia, consideramos una cuestión. Esta experiencia internacional, desde la UTN-FRA, busca principalmente la promoción del encuentro de los países de la región a partir de las lenguas (español y portugués) consideradas como guía de fortalecimiento entre los vínculos de nuestros países (Argentina-Brasil). El lenguaje atraviesa el objeto (y su representación) investigado y su contexto (como dato de cultura). La inmersión lingüístico-cultural y profesional contribuye a la comunicación humana, de hecho. No obstante, los aspectos discursivos fueron la principal preocupación con la integración cultural entre Argentina y Brasil.

Creemos que, en nuestro relato de experiencia, reconocer los códigos interculturales latinos es un factor importante para el desarrollo económico y social. En esta dirección, las mediaciones culturales son nuestra arma de combate. La sociedad contemporánea necesita repensar

sus valores, incluso de elección política y/o consumo.

Con esta experiencia, esperamos contribuir a la democratización de la Educación Internacional Superior de ambos países. Deseamos que este Programa de intercambio pueda replicarse y que continúe expandiéndose a lo largo y a lo ancho del mundo, aunque y, principalmente, entre más países de MERCOSUR.

5. Consideraciones finales

Los resultados propuestos y obtenidos por esta actividad internacional, entre países del MERCOSUR, demostraron la potencia de estas iniciativas en el ambiente académico. Queda claro también, que producir la interacción cultural entre los alumnos de ambas Facultades en Argentina y Brasil es necesario para el desarrollo académico, económico y social de una experiencia de internacionalización. Por supuesto, ese tipo de experiencia cambia a las personas para pensar, estratégicamente, en las experiencias futuras.

También, consideramos que es fundamental que el alumno tenga apertura para conocer el mundo, en el momento de la formación del sujeto y su educación profesional tecnológica, especialmente cuando la población estudiantil, nunca ha tenido la oportunidad para realizar un intercambio académico, cuyo esfuerzo comprende una "nueva/otra" expresión de reciprocidad y guía de posibilidades y flexibilidades. Así, podemos avanzar juntos. El intercambio,

entonces, provoca una transformación, un cambio que exige más cambio: una reorganización, algo extraordinario.

A modo de conclusión, se puede observar *a priori* que el nivel de satisfacción general de los alumnos es elevado. Sin duda, la dinámica de las clases, así como las visitas técnicas realizadas durante el Programa han sido los factores de mayor satisfacción de los estudiantes. Se pudo relevar, además, que los estudiantes indicaron como aspectos más favorables del intercambio: 1) el aprendizaje de la segunda lengua; 2) comprensión de la cultura propia y extranjera; 3) la ampliación de su universo cultural; 4) desarrollo de competencias; 5) resignificación de los valores familiares y sociales; 6) refuerzo de la confianza; 7) reconocimiento de las diferencias; 8) pertenencia/identificación con la institución de origen; 9) ampliación de sus redes de contactos; 10) mejores oportunidades laborales; 11) ruptura de prejuicios y estereotipos sobre culturas diferentes.

En síntesis, nuestro propósito reconoce una educación contemporánea que promueve la valoración de la diversidad cultural de la América Latina. Las mediaciones culturales y diversidad en América Latina dependen de nosotros. Uno de los principales objetivos es obtener versatilidad, estratégicamente, cuando se piensa la dinámica comunicacional y/o cultural de América Latina.

Para Perlongher (1997), imágenes elocuentes pueden surgir de “las ideas de la idea”... ■

Agradecimientos

Facultad de Tecnología [Fatec] Itaquaquecetuba/SP
Universidad Tecnológica de Avellaneda-UTN-FRA
Embajada brasileña en Buenos Aires
Museo Banco Ciudad
Logicalis

[ANDREA HIDALGO]

Máster en Enseñanza de Español como Lengua
Segunda por la Universidad Nacional de Córdoba,
Lic. en Tecnología Educativa, Prof. de Castellano,
literatura y latín, Coordinadora del Departamento
de ELE Universidad Tecnológica Nacional FRA,
Argentina.
E-mail: ahidalgo@fra.utn.edu.ar

[ELIZABETH HERRERA]

Professora da Fatec Itaquaquecetuba e Mestre em
Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-
Americana pela USP.
E-mail: hincapie012@yahoo.com.br

[WILTON GARCIA]

Artista visual, pesquisador e professor da Fatec
Itaquaquecetuba e do Mestrado em Comunicação e
Cultura da Uniso. Doutor em Comunicação pela ECA-
USP e Pós-Doutor em Multimeios pelo IA/UNICAMP.
Autor de *Feito aos poucos* (2013), entre outros.
E-mail: 88wgarcia@gmail.com

Referencias

ARNOUX, Elvira. Ámbitos para el español: recorridos desde una perspectiva glotopolítica. **Reverte**, Indaiatuba, ano 15, n. 6, 2007.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Sistema mundial y Mercosur**: globalización, regionalismo y políticas exteriores comparadas. Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro; Nuevohacer. Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

CANCLINI, Néstor García. Del consumo al acceso: viejos y jóvenes en la comunicación. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 10-30, sept./dic. 2017. Disponible en: <goo.gl/M2HqT6>. Acceso en: 20 enero 2018.

CANCLINI, Néstor García. **O mundo inteiro como lugar estranho**. São Paulo: Edusp, 2016.

CONTURSI, Eugenia. **Legislación político-lingüística del Mercosur**: avances y dilaciones a casi dos décadas del Tratado de Asunción, 2002. Disponible en: <www.linguasur.org.ar>. Acceso en: 3 enero 2016.

GIANELLA, Carlos. Polos tecnológicos: la interacción es la clave. **Nómada**, Ciudad de Guatemala, n.18, dic. 2007. Disponible en: <www.extranets.com.ar>. Acceso en: 1 mar. 2013.

GONZALEZ, Horacio. Tecnología y lengua nacional. **El País**, Buenos Aires, 14 mar. 2011. Página 12. Disponible en: <www.pagina12.com.ar>. Acceso en: 13 feb. 2013.

GUADILLA, Carmen García. Complejidades de la globalización e internacionalización de la educación superior – interrogantes para América latina. **Cuadernos del CENDES**, año 22, n. 58, p. 1-22 enero/abr. 2005.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Unesp, 2015.

JAGUARIBE, Helio. América Latina y los procesos de integración. **Amersur**, Buenos Aires, dic. 2001. Disponible en: <http://www.amersur.org/Integ/Jaguaribe.htm>. Acceso en: 8 enero 2017.

HIDALGO, Andrea Fabiana; HERRERA, Elizabeth Colorado. Internacionalización: un camino para la inclusión. **REGIT** – Revista de Estudos de Gestão, Informação e Tecnologia, Itaquaquecetuba, v. 8, n. 2, p. 101-110, 2017. Disponible en: <goo.gl/Cj4Feg>. Acceso en: 10 feb. 2018.

HIDALGO, Andrea Fabiana; HERRERA, Elizabeth Colorado. Experiencia de internacionalización entre la Universidad Tecnológica Nacional UTN-FRA y la Faculdade de Tecnologia. In: SEMINÁRIO TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, 1., 2017, Itaquaquecetuba. **Anais...** Itaquaquecetuba: Fatec, 2017. Disponible en: <goo.gl/sdSx1a>. Acceso en: 10 feb. 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.

MERCOSUR CULTURAL. **¿Qué es el MERCOSUR cultural?** Disponible en: <goo.gl/EJ6Wzc>. Acceso: 12 de enero de 2018.

MONETA, Carlos. **Integración, política y mercado en la era global**: Mercosur y el ALCA. Buenos Aires: Eduntref, 2002.

OLIVEIRA, Dennis. Novos protagonismos midiáticos-culturais: a resistência a opressão da sociedade da informação. **REGIT** – Revista de Estudos de Gestão, Informação e Tecnologia, Itaquaquecetuba, v. 6, n. 2, p. 17-37, jul/dic., 2016. Disponible en: <goo.gl/RxwwQm>. Acceso em: 27 nov. 2017.

PERLONGHER, Néstor. **Prosa plebeya**: ensayos, 1980-1992. Buenos Aires: Colihue, 1997.

RECONDO, Gregorio. **Identidad, integración y creación cultural en América Latina**. Buenos Aires: De Belgrano, 1997.

TEODORO, Luiz Fernando. Mercosul: internacionalização Brasil-Argentina. In: SEMINÁRIO TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, 1., 2017, Itaquaquecetuba. **Anais...** Itaquaquecetuba: Fatec, 2017. Disponible en: <goo.gl/sdSx1a> Acceso en: 10 feb. 2018.

VIVA, Julieta. **Mercosur cultural**. 2011. Disponible en: <www.bibliotecavirtual.unl.edu.ar>. Acceso en: 3 sept. 2017.

RAE, Real Academia Española. **Diccionario de la lengua española**. 23. ed. Barcelona: Espasa-Calpe, 2014. Disponible en: <http://dle.rae.es/?id=LseVlwq>. Acceso en: 20 mar. 2018.

O PLURALISMO DAS FORÇAS DO TRABALHO COMO CONDIÇÃO DA ESTRATÉGIA SOCIALISTA NA OBRA DE ISTVÁN MÉSZÁROS

[ARTIGO]

Frederico Daia Firmiano

*Universidade do Estado de Minas Gerais.
Fundação de Ensino Superior de Passos*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Desde sua constituição histórica moderna, as forças do trabalho lograram algumas conquistas importantes nas sendas da margem de concessão do capital, ainda na sua fase de ascensão histórica. No entanto, seus principais pilares de apoio, por pertencerem ao domínio do *círculo institucional mágico* da relação entre Estado político e sociedade civil, nunca puderam realizar o *sonho da construção gradual do socialismo*. Hoje, quando a crise estrutural do capital penetra em todos os domínios e níveis da reprodução social, por praticamente todo o planeta, o trabalho é impelido a *reconstruir-se/renovar-se sob a forma de um movimento extraparlamentar que recuse todas as determinações estruturais do capital* na elaboração de uma estratégia socialista ofensiva em contraposição às formas historicamente defensivas assumidas. Assim propõe István Mészáros (2009) na sua monumental obra *Para Além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Nos limites deste artigo, procuro explicar a complexa articulação entre a crise estrutural do capital e a necessidade histórica da ofensiva socialista, conferindo especial atenção àquele que, para nosso filósofo húngaro, é um dos maiores desafios da teoria marxista contemporânea: a construção do pluralismo como condição da estratégia socialista.

Palavras-chave: Crise Estrutural do Capital. Estado. Ofensiva Socialista. Unidade e Pluralismo. István Mészáros.

Since its modern historical constitution, the labor forces reached some important achievements along the concession margins of the capital, still in their phase of historical ascension. However, its main cornerstone, because they belong to the domain of the mystical institutional circle of the relationship between political State and civil society, have never been able to make the dream of the gradual construction of socialism comes true. Nowadays, when the structural crisis of the capital penetrates all domains and levels of social reproduction throughout virtually the entire planet, labor is driven to rebuild and renew itself in the form of an extra-parliamentary movement that rejects all structural determinations of the capital in the elaboration of an offensive socialist strategy as opposed to the historically defensive forms formerly assumed. This is what István Mészáros (2009) proposes in his monumental work, *Beyond Capital: Toward a Theory of Transition*. Within the limits of this manuscript, I try to explain the complex articulation between the structural crisis of the capital and the historical needs of the socialist offensive, focusing on what, for our Hungarian philosopher, is one of the major challenges of contemporary Marxist theory: the construction of pluralism as condition of socialist strategy.

Keywords: Structural Capital Crisis. State. Socialist Offensive. Unity and Pluralism. István Mészáros.

Desde su constitución histórica moderna, las fuerzas del trabajo alcanzaran algunos logros importantes en las sendas de la margen de concesión del capital, aún en su fase de ascenso histórico. Sin embargo, sus principales pilares de apoyo, por pertenecer al ámbito del *círculo institucional mágico* de la relación entre Estado político y sociedad civil, nunca pudieron realizar el *sueño de la construcción gradual del socialismo*. Hoy, cuando la crisis estructural del capital penetra en todos los dominios y niveles de la reproducción social, por prácticamente todo el planeta, el trabajo es impulsado a *reconstruirse/renovarse bajo la forma de un movimiento extraparlamentario que rechaza todas las determinaciones estructurales del capital* en la elaboración de una estrategia socialista ofensiva en contraposición a las formas históricamente defensivas asumidas. Así propone István Mészáros (2009) en su monumental obra, *Más allá del capital: hacia una teoría de la transición*. En los límites de este artículo, procuro explicar la compleja articulación entre la crisis estructural del capital y la necesidad histórica de la ofensiva socialista, prestando especial atención a aquel que, para nuestro filósofo húngaro, es uno de los mayores desafíos de la teoría marxista contemporánea: la construcción del pluralismo, condición de la estrategia socialista.

Palabras clave: Crisis Estructural del Capital. Estado. Ofensiva Socialista. Unidad y Pluralismo. István Mészáros.

Introdução

A obra de István Mészáros (1930-2017) constitui um monumento teórico construído ao longo da segunda metade do século XX. Assistiu, assim, aos melhores idos da “era de ouro” do capital, bem como aos piores anos de sua fase descendente. Ademais, acompanhou o longo movimento comunista do leste europeu e a ascensão e decadência de parte considerável da esquerda do segundo pós-Guerra, além da incorporação dos principais partidos socialistas/comunistas da Europa à *estrutura institucional de comando do capital*. Igualmente, seguiu as transformações mais significativas do marxismo ocidental, da socialdemocracia e a emergência do pós-modernismo e da proclamação do “fim da história”.

A investigação do desenvolvimento tendencial do capital o conduziu ao descobrimento da natureza da crise que, a partir dos anos 1970, passou a afetar a totalidade do complexo social do capital. Crise esta de natureza estrutural, pelo fato de inviabilizar os mecanismos históricos recorrentes de deslocamento das contradições do capital, colocando em xeque sua própria sobrevivência e o esvaziamento das opções de ajuste interno do sistema, a exemplo do keynesianismo ou mesmo do receituário de *Mont Pèlerin*¹, que ganhou

[1] A Sociedade de Mont Pèlerin foi fundada em 1947, após uma conferência organizada por Friedrich Hayek, na cidade próxima à Montreux, na Suíça, que dá nome ao grupo. Reuniu, em seu surgimento, economistas que, no quadro da crise do capital, a partir dos anos 1970, se tornariam expoentes do chamado “neoliberalismo”, a exemplo do próprio Hayek, como Ludwig von Mises, George Stigler, Milton Friedman, entre outros.

notoriedade quando do esgotamento das chamadas políticas anticíclicas.

Mas, muito distante do “estilo de pensamento trágico” frankfurtiano, que, nas penas de seus melhores filósofos, Adorno² e Horkheimer³, encerra o momento verdadeiramente crítico da dialética no polo da negação, suspendendo aí o conflito, István Mészáros identificou a necessidade de constituição histórica de uma ação comum e uma articulação estratégica consciente, de um pluralismo socialista em completa oposição à *falsa unidade* como meio patrocinador dos princípios socialistas (MÉSZÁROS, 2009, p. 812), restituindo a categoria da totalidade ao pensamento crítico, sob uma renovada base histórica.

Segundo Mészáros (2009), desde sua constituição histórica moderna, as forças do trabalho lograram algumas conquistas importantes nas sendas da margem de concessão do capital, ainda na sua fase de ascensão histórica. No entanto, seus principais pilares de apoio, por pertencerem ao domínio do *círculo institucional mágico* da relação entre Estado político e sociedade civil, nunca puderam realizar o *sonho da construção gradual do socialismo*. Hoje, quando a crise estrutural do capital penetra em todos os domínios e níveis da reprodução social, por praticamente todo o planeta, o trabalho é impelido a *reconstruir-se/renovar-se sob a forma de um movimento extraparlamentar que recuse todas as determinações estruturais do capital* na elaboração de uma estratégia

[2] Theodor W. Adorno, 1903-1969.

[3] Max Horkheimer, 1895-1973.

socialista ofensiva em contraposição às formas historicamente defensivas assumidas. Nos limites deste artigo, procuro explicar a complexa articulação entre a crise estrutural do capital e a necessidade histórica da ofensiva socialista, conferindo atenção àquele que, para nosso filósofo húngaro, é um dos maiores desafios da teoria marxista contemporânea: a construção do pluralismo como condição da estratégia socialista.

Desde logo, advirto o leitor sobre três aspectos fundamentais deste texto: o primeiro é que não tenho qualquer pretensão de esgotar o tema, que por sua vastidão deverá ocupar o pensamento crítico por muito tempo; o segundo é que, ao mergulhar no monumento teórico de Mészáros, particularmente em sua obra *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*⁴, buscando articular apenas algumas de suas categorias e argumentos, assumo o risco de produzir simplificações acerca desta que, sem sombra de dúvidas, é a maior e mais complexa arquitetura teórica marxista das últimas décadas; por fim, dada esta complexidade das articulações teóricas de Mészáros, que se desdobram em inúmeras questões teórico-práticas, optei por partir da concepção de crise estrutural do capital, seguida pela necessidade histórica da ofensiva socialista daí decorrente, buscando configurar brevemente o problema do Estado para, então, chegar ao núcleo do problema da construção do *pluralismo socialista*.

[4] MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução: Paulo Cesar Castanheira; Sérgio Lessa. 3. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

Da crise do capital à necessidade histórica da ofensiva socialista

Conforme Mészáros (2009, p. 241), todo sistema de reprodução sociometabólico tem seus limites intrínsecos ou absolutos que não podem ser transcendidos dentro de seus próprios marcos de referência. Assim, depois de estender seu domínio “[...] aos bolsões mais distantes e anteriormente isolados do planeta[...]”, o capital “[...]ativou os limites absolutos deste sistema de controle sociometabólico”, chegando ao fim de seu longo processo de ascensão histórica. O fato de coincidir com a derrocada do socialismo realmente existente no leste da Europa indica, pois, que aquele sistema não estava fora do raio de ação do capital – questão largamente analisada pelo filósofo húngaro e que foge ao escopo deste breve artigo. Para nossos propósitos, importa destacar que, ao alcançar seu pleno desenvolvimento, o sistema sociometabólico do capital esgotou seu recurso de exportação de suas contradições internas, constrangido pela redução drástica de sua margem de viabilidade produtiva. Decorre daí a crise estrutural que afeta a totalidade do complexo social, estrutural porque possui alcance global, caráter universal, contínuo, permanente e “rastejante”. (IDEM).

Historicamente, o capital é a mais poderosa estrutura totalizadora de controle societal, inexoravelmente absorvente, irrecusável e irresistível, não importa o quão repressiva seja a imposição de sua *função totalizadora* onde, eventualmente, encontrar resistência. Seu extraordinário dinamismo, determinado por sua orientação para a expansão movida pela acumulação, é o que lhe torna, contraditoriamente,

incontrolável, de modo que tal dinâmica é também sua deficiência fatídica.⁵

Diferentemente de outros sistemas históricos de metabolismo social, as unidades econômicas do capital não necessitam e nem são capazes de garantir um sistema social autossuficiente. Por essa razão, o capital pode se tornar um sistema global e altamente dinâmico, afirmando-se como o mais competente extrator de mais-valia, que ultrapassa todos os obstáculos e limites relativos que lhe forem impostos. Se por um lado isso implicou uma excepcional melhoria da produtividade, a condição contraditória disso foi a perda do controle do sistema reprodutivo, graças à tríplice ruptura de suas unidades internas, quais sejam:

- a) Produção e controle, que estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos;
- b) Produção e consumo, que adquirem independência e existência separada extremamente problemáticas;
- c) Produção e circulação, cujos microcosmos combinam-se em uma espécie de conjunto administrável, de modo que o capital social total seja capaz de penetrar no domínio da circulação global, em busca de superar a contradição entre produção e circulação.⁶

A ausência de unidade interna no sistema sociometabólico do capital constitui, assim, seus *defeitos estruturais*, que

não são apenas insubstituíveis, mas sim parte das estruturas vitais do capital. Por consequência, os antagonismos que daí emanam são necessariamente reproduzidos em todas as circunstâncias históricas da ordem vigente, independente da correlação de forças existente entre as classes em oposição fundamental.

A implicação desse modo de funcionamento próprio do sistema do capital nem sempre trouxe à tona com clareza o caráter fraturado de suas componentes internas. Assim, durante um longo período, seus *defeitos estruturais* induziram *positivamente* a expansão dinâmica desse sistema sociometabólico. Mas, ao se deparar com seus *limites absolutos*, suas estruturas vitais ativaram contradições latentes de um modo avassalador. Esses *limites absolutos* “[...] correspondem de fato à ‘maturação’ ou plena afirmação do valor sob condições marcadas pelo encerramento da fase progressista da ascendência histórica do capital” ou, dito de modo inverso:

[...] a fase progressista da ascendência histórica do capital chega ao encerramento precisamente porque o sistema global do capital atinge os limites absolutos além dos quais a lei do valor não pode ser acomodada aos seus limites estruturais (MÉSZÁROS, 2009, p. 226).

O significado concreto da tentativa de avanço para além de seus limites estruturais significa, hoje, a explosão de um conjunto grave de contradições sociais, generalizadas por todo o sistema de metabolismo social do capital, entre os quais, István Mészáros (2009) destaca (a) a contradição entre o caráter transnacional do capital e o

[5] Ibidem, p. 98-99.

[6] Ibidem, p. 105.

caráter nacional do Estado; (b) a eliminação das condições elementares da reprodução social; (c) a “liberação” das mulheres; (d) o desemprego estrutural. Isoladamente, cada um desses conjuntos de contradições implicam uma dimensão da vida social; juntos, intensificam a *força desintegradora* do sistema do capital, sobrepondo o *momento destrutivo* da expansão capitalista ao *momento civilizador*. Em outros termos, isso significa um profundo, complexo e extenso processo de *barbarização* da vida social, conforme chamou Netto (2013).

Mészáros (2009) nos alerta para o fato de que o esforço cada vez maior do capital em transcender seus limites não pode ser detido, de repente, a partir de uma suposta (auto) racionalidade, que reconheça que o sistema sociometabólico atingiu seus limites absolutos. Um dos aspectos mais problemáticos do capital é sua incapacidade de tratar as causas como causas, independente da gravidade de suas implicações. Seus limites devem ser tomados sempre como limites relativos, abertos à possibilidade de transcendência através da expansão progressiva da margem e da eficiência produtiva, mitigando por algum tempo os efeitos deletérios da estrutura fundamental causal do capital. O reconhecimento dos limites absolutos colocaria em questão a própria estrutura causal do capital. Assim, os problemas devem ser tratados como *disfunções temporárias*. Esta é, assim, sua fundamentação última: uma *causa sui*, cujo corolário das condições relativas historicamente limitadas, mas permanentemente absolutizadas exigidas pelo processo de reprodução do capital, é a relativização (irresponsável) das restrições absolutas. A título de ilustração, veja-se o modo de exploração

dos recursos ecológicos e naturais não-renováveis pelo capital.⁷

Uma das implicações da sua *causa sui* é a restauração permanente de suas estruturas reprodutivas, o que faz com que o capital tenha um modo de funcionamento reativo e retroativo. Mészáros⁸ denomina este mecanismo de *paralisante temporalidade restauradora do capital*, que permite, por exemplo, operações de salvamento de setores insolventes do capital, justamente porque seu quadro estrutural e sua estrutura de comando político – o Estado, sobre o qual falaremos brevemente mais adiante – permanecem inalterados. Nos termos dessa temporalidade, *a mudança social só é admissível se absorvida/assimilada à rede de determinações estruturais vigente*. Com isso, as verdadeiras transformações societárias qualitativas permanecem sempre inaceitáveis/inalcancáveis no interior da ordem vigente.

Para tanto, o sistema do capital conta com uma profunda e articulada rede de *mediações de segunda ordem*, que constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há escapatória. Elas se interpõem como mediações destrutivas das mediações de primeira ordem entre os seres humanos e a natureza e, graças a sua preponderância, seus apologetas convertem-nas na condição eterna de realização da produção e reprodução da existência humana, tais como a família nuclear, os meios alienados da produção, o dinheiro, o trabalho alienado, o mercado, as variedades de formação do Estado (estrutura de comando) do capital, entre

[7] Ibidem, p. 176.

[8] Ibidem, p. 177.

outras. Aqui emerge um importantíssimo desdobramento de sua teoria da crise estrutural, em direção à necessidade histórica da ofensiva socialista. Diz Mészáros:

[...] através das interconexões estruturais das partes que o constituem, o sistema do capital consegue se impor sobre os esforços emancipadores parciais que visam alvos específicos limitados. Com isso, os adversários da ordem estabelecida de reprodução sociometabólica, incorrigivelmente discriminatória, têm de enfrentar e superar não apenas a força positiva auto-sustentada de extração do trabalho excedente pelo capital, mas também a força devastadora negativa (a inércia aparentemente ameaçadora) de suas ligações circulares. É por essa razão que a verdadeira meta da transformação socialista radical deve ser o próprio sistema do capital com todas as suas mediações de segunda ordem (2009, p. 181).

O fato de as tendências e contradições do capital terem se generalizado pelo conjunto do sistema, encontrando seus *limites absolutos* e, simultaneamente, erguer-se um poderoso *círculo vicioso de mediações de segunda ordem*, impõe a qualquer alternativa socialista substantiva uma formulação, necessariamente, global. Disso decorre a necessidade de uma *teoria da transição* que estabeleça uma *direção global a ser seguida*, ao mesmo tempo que reconheça plenamente as circunstâncias limitadoras e a imediaticidade de *atalhos ideais*. Nesse sentido, Mészáros⁹ destaca que, perante o desafio da alternativa socialista, carecemos investigar como seria possível:

- a) produzir uma mudança radical salvaguardando a continuidade necessária do sociometabolismo;
- b) reestruturar de alto a baixo todo o edifício da sociedade;
- c) passar da atuação fragmentada das forças sociais à sua coesão no empreendimento criativo dos produtores associados;
- d) realizar uma genuína autonomia e descentralização dos poderes de decisão;
- e) transcender a divisão e a inércia circular entre sociedade civil e Estado pela unificação das funções do trabalho e da tomada de decisão;
- f) instituir uma nova forma de autogoverno aberto.

O filósofo húngaro argumenta largamente que mesmo as conquistas obtidas pela classe do trabalho, arrancadas das margens de concessão do capital durante sua fase de ascensão histórica, nunca se transformaram em *construções graduais do socialismo*, justamente pelo fato de se tratarem de concessões conjunturais realizadas sob condições favoráveis à expansão do capital. Sua referência histórica, aqui, são os “anos dourados” do “crescimento econômico”, durante mais ou menos as três primeiras décadas do segundo pós-Guerra, quando, vale dizer, o “movimento trabalhista” também experimentou seu auge. Não à toa, a capitulação do movimento trabalhista internacional coincidiu com o encerramento da fase ascendente do capital, marcando, igualmente, o momento de sua integração progressiva à es-

[9] Ibidem, p. 821.

estrutura institucional de controle político do capital. Sua desintegração sob a forma de reformismo foi, assim, concomitante aos processos progressivos, pós-década de 1970, de reversão daquelas conquistas por meio das quais se supunha estar *acumulando forças para o socialismo*.¹⁰

É sob tais condições – da mais profunda crise de realização do capital, que o converte em uma força totalitária potencialmente destrutiva e que penetra em todas as dimensões da vida, por praticamente todo o planeta, e da mais dura derrota, expressa pela *debacle* do “socialismo realmente existente” e do movimento trabalhista, socialista e comunista – que as forças do trabalho são compelidas a construir a viabilidade de uma *ofensiva estratégica que vise à transformação radical da ordem sociometabólica vigente*¹¹. Não por força de qualquer voluntarismo, mas em razão das próprias determinações objetivas do capital, em face da preponderância de seu momento destrutivo frente ao seu momento civilizador, ou, em outros termos, em razão da generalização do *barbarismo social* intrínseco aos expedientes devastadores que ora asseguram a continuidade da reprodução social perante seus limites absolutos.

Tal transição, do sistema de sociometabolismo do capital para a ofensiva estratégica, no entanto, passa necessariamente pela desmistificação – e pela proposição positiva para seu lugar – daquela que é uma das mais importantes *mediações de segunda ordem* do sistema socio-

metabólico, ao lado do trabalho alienado e do próprio capital: o Estado, ou a estrutura de comando político genuinamente garantidora do complexo social vital do sistema sociometabólico vigente. Vejamos brevemente como Mészáros (2015; 2009) concebe este Estado.

A teoria do Estado na obra de István Mészáros: breves indicações

Em razão de suas unidades produtivas isoladas – a tríplice fratura interna que configura seus defeitos estruturais –, o capital carece de uma estrutura corretiva compatível com tais parâmetros estruturais do capital, ou melhor, uma *estrutura totalizadora de comando político* que exerça uma *ação corretiva* capaz de viabilizar este modo de controle sociometabólico, assegurando e protegendo permanentemente a produtividade do sistema.

É graças ao Estado – esta estrutura totalizadora de comando político – que o capital consegue dominar a força de trabalho, impondo-lhe a ilusão de um relacionamento entre iguais. Sua estrutura legal é uma exigência absoluta para o exercício da *tiranía nos locais de trabalho*, com capacidade de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção, suas personificações, tais como controladores individuais, entre outros. *É uma forma alienada de restituir a fratura entre a produção e o controle* (MÉSZÁROS, 2009, p. 107).

O papel totalizador do Estado é igualmente fundamental para ajustar

[10] Ibidem, p. 844.

[11] Ibidem, p. 845.

suas funções regulatórias em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as desigualdades na distribuição e no consumo. Ademais, o Estado também assume a função de comprador direto nas mais distintas áreas e de mantenedor da infraestrutura de fornecimento de serviços de seguridade social, mitigando as contradições que surgem da fratura entre produção e consumo.¹²

Igualmente, no que diz respeito ao seu papel na criação da circulação como empreendimento global das estruturas internas fragmentadas do capital, o Estado precisa estimular um duplo padrão, em face da contradição insolvente que existe entre o fato de ser uma estrutura necessariamente nacional e o capital, por seu turno, necessariamente inter ou transnacional. Assim, internamente, o Estado precisa atuar perante a tendência à concentração e centralização do capital, a fim de não eliminar as unidades de produção (e o faz, por exemplo, com medidas anti-monopolistas, antitrustes, entre outras). Já no plano das relações exteriores, precisa operar exatamente ao contrário, desempenhando o papel de “[...] facilitador da expansão mais monopolista possível para os capitais sob sua proteção.”¹³

Como se vê, para o filósofo húngaro, as falhas estruturais de controle do sistema sociometabólico

[...] exigem o estabelecimento de estruturas específicas de controle capazes de complementar os constituintes reprodutivos materiais, de acordo com a necessidade totalizadora e a cambiante dinâmica expansionista do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 110).

Nesse sentido:

[...] seria completamente equivocado descrever o próprio Estado como uma superestrutura. Como estrutura totalizadora de comando político, o Estado dispõe de sua própria superestrutura (MÉSZÁROS, 2009, p. 119).

E como tal (com o perdão da insistência, como estrutura de comando abrangente do capital), o Estado não pode possuir qualquer autonomia com relação ao metabolismo social. Igualmente, “[...] está longe de ser redutível às determinações que emanam das funções econômicas do capital”; ao contrário, o Estado contribui para a determinação das funções econômicas diretas do capital, pois, sem o Estado, falta ao capital a dimensão coesiva necessária para o sucesso imperativo estrutural expansionista, que é a extração de mais-valia.¹⁴

Nesses termos, o Estado pertence à materialidade do sistema do capital, corporificando a dimensão coesiva de seu imperativo último, que está orientado para a expansão e extração de mais-valia¹⁵. Como fiador geral do modo de reprodução do capital – dirá Mészáros (2009) –, o Estado é

[12] Ibidem, p. 109.

[13] Ibidem, p. 111.

[14] Idem.

[15] Ibidem, p. 121.

a estrutura de comando perfeitamente adequada para a reprodução do capital, de modo que, sem o capital, o Estado também não se sustenta. Dito de outro modo, *Estado e capital formam uma força de reciprocidade auto-sustentada*.¹⁶

Aqui já é possível extrair uma implicação teórico-política da máxima relevância da defesa meszariana da materialidade do Estado e de sua imbricação na relação-capital, qual seja: qualquer forma de enfrentamento efetivo do sistema de sociometabolismo em todas as direções exige, pois, o enfrentamento de sua estrutura de comando político, igualmente, em todas as direções, de modo simultâneo e globalmente coordenado pelas forças do trabalho.

Ademais, o sistema sociometabólico do capital baseia-se na alienação do controle dos produtores, conforme apontamos anteriormente. Nesse processo, degrada o sujeito real da produção do capital, o trabalho. Ao fazê-lo, abate na prática o real relacionamento entre o sujeito das relações de produção do mundo material e seu objeto. Uma contradição deste processo é que, objetivamente, este sujeito real – a coletividade das forças do trabalho – precisa continuar existindo, sob pena de interromper a reprodução material e o intercâmbio fundamental do gênero humano com a natureza. Assim, o trabalhador precisa aceitar um sujeito acima de si, um *pseudo-sujeito* que opere esta mediação. Trata-se das *personificações do capital*. Sua função mediadora, no entanto, não lhes assegura o controle do conjunto do siste-

ma – radicalmente apartado da produção. Isso torna o sistema do capital um modo de controle sociometabólico *sem sujeito*, fazendo com que os imperativos do capital, sua lógica interna de funcionamento e operação, sua estrutura e dinâmica e suas exigências fetichistas precisem ser enfrentadas na sua totalidade, para além desta ou daquela *personificação*.¹⁷

Do ponto de vista da construção de uma ofensiva socialista, este aspecto – embora não desenvolvido aqui, em razão do pouco espaço de que disponho neste artigo – é da máxima relevância, pois o intento de substituir as formas de intercâmbio alienantes e alienadas do sistema do capital, com seu conjunto de mediações de segunda ordem, e sua correspondente estrutura de comando político, por formas verdadeiramente autênticas de reprodução social baseada nas necessidades humanas, deve enfrentar o complexo de determinações do capital.

A esta altura já é possível encontrar pistas para a pergunta sobre o porquê de as soluções tradicionais do Estado não conseguirem produzir o enfrentamento à altura das contradições agigantadas do capital em escala planetária. A resposta parece estar no fato de o Estado encarnar uma intrínseca função corretiva vital para o sistema sociometabólico produtor das contradições mais graves da humanidade. No limite, são essas contradições que exigem uma crítica radical aos termos de referência fundamentais do Estado, já que “[...] a modalidade historicamente estabelecida de tomada de decisão global afeta mais ou menos di-

[16] Ibidem, p. 122.

[17] Ibidem, p. 125-126.

retamente a totalidade das funções reprodutivas da sociedade [...].”¹⁸

O círculo institucional mágico da relação entre Estado político e sociedade civil e as ilusões quanto à reforma do capital

Pelo exposto até aqui, na concepção meszariana, o Estado exerce sua função corretiva sobrepondo-se às eventuais resistências encontradas como um *corpo alienado de tomada de decisões globais*. Assim, “como órgãos separados/alienados de controle político global, eles estão todos sob a exigência avassaladora de afirmar a ‘lei do mais forte’ [*might-as-right*] no interesse de cumprir suas funções corretivas invalidadoras da legitimidade do Estado...”. Por isso, a “lei” não pode funcionar, senão como “força”, prevalecendo como imposição legítima pelo Estado sobre qualquer forma de resistência em potencial. “A ‘lei’ se impõe ao decretar categoricamente a viabilidade constitucional de si mesma em sua simbiose com a relação estabelecida de forças.”¹⁹ Sua imposição, juridicamente incontestável – por mais contestável que seja! – pode seguir adiante, tanto sob as formações estatais ditatoriais como com o “*rosto sorridente* da democracia liberal”.

No momento de consolidação da crise estrutural do capital, porém, os li-

mites absolutos do sistema sociometabólico em questão prejudicam ainda mais a já comprometida viabilidade dessa forma totalizadora de controle político. Desse modo, os limites insuperáveis das formações estatais do capital, que pertencem ao domínio dos próprios limites absolutos do capital, não podem ser *politicamente corrigíveis*. No limite, o que está em questão é a *lei sobreposta acima dos indivíduos livremente associados por um órgão independente*, seja ele mais ou menos democrático, em oposição radical à *lei autonomamente determinada* pelos sujeitos históricos.²⁰

É nos termos acima formulados que Mészáros²¹ define a verdadeira questão a ser enfrentada: não se trata de opor a “democracia direta” à “democracia representativa”, ou qualquer mecanismo de tomada de decisão amparado pelo Estado burguês,

[...] mas a eficaz autorrealizável regulação de seu modo de existência pelos indivíduos sob condições de *democracia substantiva*, o que só é possível se as condições gerais de sua existência forem materialmente fundadas sobre células constitutivas qualitativamente diferentes (MÉSZÁROS, 2015, p. 21-22).

No entanto, os instrumentos de ação da classe trabalhadora estiveram, historicamente, profundamente atados ao Estado, formando o que Mészáros (2009), ironicamente, chamou de *círculo institucional mágico* da relação entre sociedade civil e Estado. Sobretudo os sindicatos – que ao lado dos partidos ligaram-se

[18] MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 17.

[19] Idem.

[20] Ibidem, p. 19.

[21] Ibidem, p. 21-22.

de algum modo ao Parlamento –, não raro, foram tomados como instrumentos pertencentes à *sociedade civil* e, por isso, podendo ser usados contra o *Estado político*, num movimento de verdadeira abstração da realidade objetiva segundo a qual o “[...] círculo institucional do capital é constituído por totalizações recíprocas entre sociedade civil e Estado, que se interpenetram e se apoiam um no outro” (MÉSZÁROS, 2009, p. 795).

É importante salientar que esses instrumentos foram produzidos pela classe trabalhadora durante a fase de ascensão histórica do capital e cumpriram importante função no processo de luta, organização da classe e garantia de conquistas, ainda que parciais e limitadas, arrancadas nas sendas da margem de concessão que o capital poderia fazer, justamente por estar em fase ascendente. Tais instrumentos, porém, caracterizaram-se, sobretudo, por uma *postura defensiva*. Acerca disso, Mészáros (2009, p. 791) realiza uma análise histórica de fôlego, buscando demonstrar que se o partido de vanguarda de Lênin foi criado para se defender do Estado policial, sob duras condições de clandestinidade, o stalinismo sequer compreendeu a distinção fundamental feita por Marx entre a revolução política e a revolução social, sendo truncado, ainda, pelo fato de a revolução não se espriar pela Europa, que o obrigou a desenvolver a esdrúxula estratégia do “socialismo num país só” – a despeito do *ímpeto original rápido decorrido da onda revolucionária*, experimentada pela Terceira Internacional. Os principais institutos da classe do trabalho, assim, estiveram estrategicamente posicionados na defensiva: assim também foi com a Primeira Internacional e com a Comuna de Paris.

A Segunda Internacional, por seu turno, e sua estratégia de “mudança gradual” teve, como se sabe, um destino sorumbático, “... traduzindo ao mesmo tempo sua capitulação defensiva na estrutura organizacional ossificada de uma ‘social-democracia’ corruptamente casada com a manutenção parlamentar capitalista.”²²

À luz da experiência histórica, István Mészáros demonstra como a pressuposição socialdemocrata, segundo a qual (a) seria possível reformar o capital e (b) conquistar os mais altos postos de comando do Estado, só poderia resultar em fracasso, como resultou. Primeiro porque o capital é irreformável, graças a sua incontornabilidade; segundo porque o Estado não é uma entidade acima da sociedade civil, capaz de impor-lhe uma forma de regulação independente da força material do capital, mas sim sua estrutura de comando político, conforme tentei demonstrar anteriormente. No limite, subjaz a esta concepção a existência de um poder que não existe e não pode existir como alavanca para a finalidade socialista. O caráter incontornável do capital não significa somente que não há margem para sua *reforma gradual até que as forças do trabalho alcancem o tão esperado instituto socialista*, mas também que o poder não é compartilhável.²³

O que daí decorre é a existência profunda de uma assimetria na relação de poder exercida entre o capital e o trabalho, evidentemente em favor do capital, cujo desdobramento consequente só pode ser um: de modo inequívoco, ao trabalho

[22] Ibidem, p. 729.

[23] Ibidem, p. 836.

resta basicamente duas alternativas, assumir sua condição como antagonista estrutural do capital ou permanecer a parte estruturalmente subordinada.²⁴

A força do trabalho na relação de poder com o capital, a princípio, é parcial e negativa, no sentido de atacar somente uma parte do sistema, com o objetivo parcial de garantir melhores condições para a continuidade do funcionamento da ordem sociometabólica. Esse aspecto a torna, porém, insustentável a longo prazo, dado o caráter de continuidade da reprodução social. Um exemplo bastante claro é o instrumento de greve, que, se por um lado pode assegurar, a depender das condições, conquistas mínimas para a classe do trabalho – cada vez mais reduzidas, em face da crise estrutural do capital –, por outro lado acaba por transferir os encargos para as forças do trabalho que não estão em greve. Desse modo, sua força potencialmente negativa precisa converter-se em força potencialmente positiva, sem se limitar a objetivos parciais, tornando-se, assim, verdadeiramente sustentável a longo prazo, como alternativa sistemática ao modo de produção capitalista.²⁵

É dessa concepção ainda – da assimetria da relação de poder entre capital e trabalho – que o filósofo húngaro vai extrair o problema da representatividade do capital e do trabalho, que se desdobrará na questão da unidade e do pluralismo, cujo significado para o capital e para o trabalho é radicalmente diferente, considerando a subordinação estrutural do segundo ao

primeiro numa relação sustentada por um complexo de mediações de segunda ordem, entre as quais uma forma de controle totalizadora alienada e externa ao trabalho.

Classe e representação, unidade e pluralismo na construção da ofensiva socialista

A rigor, o capital social total não é e não precisa ser representado, pelo fato de já estar no “controle” completo do processo sociometabólico de intercâmbio reprodutivo, incluindo seu mecanismo de controle político totalizador. Sua força centrífuga é mantida sob controle por meio de regras dominantes de suas determinações estruturais internas, que são compartilhadas por todos os diversos componentes particulares do capital, sob pena de não poderem operar entre si como *pluralidade de capitais*, afirmando seus interesses particulares, a partir das restrições estruturais globais e da autopreservação dinâmica do seu sistema social. É isso que mantém sob controle a força centrífuga de suas partes constituintes. Neste ponto o Estado alcança uma grande importância como estrutura reguladora global das contingentes relações políticas, mas, sobretudo, como um constituinte material do conjunto do sistema do capital, sem o qual este último não conseguiria se afirmar como força que controla o modo de reprodução sociometabólico.²⁶

[24] Ibidem, p. 837

[25] Ibidem, p. 838.

[26] Ibidem, p. 838-839.

Desse modo, o parlamento – instituído *par excellence* da democracia representativa – é uma parte igualmente essencial do sistema do capital na sua totalidade, como mantenedor da força centrífuga da pluralidade de capitais. O que a representação parlamentar realiza – uma das maneiras pelas quais o parlamento serve aos interesses do capital – são algumas das funções vitais no sistema sociometabólico, quais sejam, legitima e internaliza a imposição das regras sobre o trabalho e permite que a pluralidade de capitais encontre o necessário ponto de equilíbrio entre seus componentes particulares. Desse modo, o capital social total pode exercer suas regras na esfera política, sob as condições da democracia representativo-parlamentar.²⁷

Nesse sentido, os interesses particulares dos capitais podem ser representados no parlamento, sob o comando estrutural global político do capital social total, graças a sua sintonia com as determinações gerais do controle sociometabólico. Seus possíveis conflitos internos se compensam, pois nunca podem ser dirigidos contra o sistema sociometabólico, sem o qual não poderiam existir. Desde modo, a força reguladora da representação parlamentar para a pluralidade dos capitais é adequada como representação genuína e como preservação do poder do capital.

Pela mesma razão inversa, a representação e o parlamento não podem ter legalidade para o trabalho, ou, dito de outro modo, o trabalho não pode ser representado, uma vez que seu interesse au-

têntico é restituir uma forma de controle política interna que precisa estar conectada ao controle da própria reprodução sociometabólica. Ou, ainda, o trabalho não pode ser representado porque suas formas possíveis de representação tornar-se-iam, imediatamente, letras mortas, por não poderem – pela natureza alienada da forma de comando político da sociedade – alterar as determinações estruturais extraparlamentares próprias do modo de reprodução sociometabólico do capital.²⁸

O fato de a burguesia estar no poder efetivo, tanto no plano da regulação do sociometabolismo fundamental, quando no plano político, lhe assegura uma base objetiva – inexistente para o trabalho! – de autoidentidade unificadora. Disso decorre

a necessidade de uma ação estratégica consciente de um pluralismo socialista que reconheça as diferenças existentes no vasto mundo das forças do trabalho, em contraste a uma falsa unidade como único meio de patrocinar os princípios socialistas (MÉSZÁROS, 2009, p. 812).

Assim, enquanto para o trabalho a unidade é um sério desafio, para o capital o pluralismo é uma categoria problemática, *simulada*, em razão da contradição existente entre a diversidade de capitais e sua tendência ao monopólio – e por sua pressuposição absoluta do monopólio da propriedade privada em seu início.²⁹

O pluralismo socialista, diametralmente oposto, é uma exigência histórico-

[27] Idem.

[28] Ibidem, p. 838.

[29] Ibidem, p. 813.

-objetiva em razão da própria constituição das forças do trabalho na sociedade do capital que, por isso, carece de estratégias e mediações não apenas diferentes, mas em profundo contraste, para que seja capaz de enfrentar o complexo de dominação do capital, em direção ao reconhecimento das desigualdades existentes, mas não para preservá-las, senão para superá-las. É nesse sentido que Mészáros afirma que “[...] o empreendimento socialista é estruturalmente irrealizável sem a articulação plena com os múltiplos projetos autônomos e pluralistas da revolução socialista”.³⁰

Sob quaisquer formas existentes de parlamento ou de democracia representativa, a relação assimétrica entre capital e trabalho anula, necessariamente, os interesses emancipatório das forças do trabalho.³¹

Contraditoriamente, pelo fato de estar anulado na esfera política institucional do capital, que o enfrentamento efetivo do trabalho sobre o capital só pode se completar se conquistar a esfera política, reconstituindo-a e democratizando-a substantivamente, na perspectiva de vencer a radical alienação dos produtores livremente associados ao poder real de tomada de decisões.³²

Dito de outro modo, para Mészáros³³, a condição essencial para a realização das funções da reprodução material de um sistema socialista é a reconstituição do poder de tomada de decisões pelas

forças do trabalho, em todas as esferas de atividade humana, em todos os níveis de coordenação. E esta é uma tarefa já para a transição socialista, como “[...] característica definidora essencial do modo socialista de controle sociometabólico”.

Algumas considerações finais

Como fica patente na argumentação de Mészáros (2009; 2015) exposta aqui, o capital não é uma força estatal ou parlamentar, senão uma força objetivo-material de mais alta complexidade, que penetra todos os domínios da reprodução social, em todos os níveis, que opera de modo alienante e alienado, apartando as dimensões da economia e da política, necessária ao seu pleno desenvolvimento; e que tem no Estado e no parlamento uma espécie de *síntese política unificadora*, perfeitamente adequada ao modo alienado e alienante de sua reprodução sociometabólica.

Historicamente, o trabalho se adaptou a essa disjunção produzida pelo capital entre economia e política que, de modo bastante contraditório, permitiu seu ingresso no parlamento, pela via de seu “braço político” (o partido); enquanto isso, seu “braço sindical” disputou as conquistas para a classe no plano econômico, numa suposta sociedade civil autonomizada com relação ao Estado. Mas, ao fazê-lo, as forças do trabalho acabaram por reproduzir o modo alienado de relacionamento entre política e economia, tornando estéreis seus enormes esforços. Não é à toa que, a despeito da efetividade de seus

[30] Ibidem, p. 816.

[31] Ibidem, p. 840.

[32] Ibidem, p. 847-848.

[33] Ibidem, p. 840.

instrumentos de ação política, o trabalho não só deixa de avançar – em razão da redução drástica da margem de viabilidade produtiva do capital –, como vê suas conquistas históricas escorrerem pelo ralo.

Nesse sentido, é preciso destacar que a separação paralisadora do “braço político” e do “braço sindical” das forças do trabalho não foi nem acidental, tampouco o resultado da capitulação individual das lideranças do movimento socialista, mas o coroamento necessário da adaptação do movimento socialista à estrutura política institucional do capital e à disjunção estrutural entre as características políticas e econômicas do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2009, p. 853).

Nesses termos, a ofensiva socialista deve significar uma profunda reconstrução/renovação das forças do trabalho na sua integralidade, sob a forma de um

movimento extraparlamentar que recuse todas as determinações estruturais da ordem estabelecida. Isso não significa, em absoluto, um *movimentalismo*, como podem sugerir leituras apressadas do autor e ao sabor das teorias contemporâneas dos movimentos sociais e da sociedade civil; tampouco o abandono do problema do parlamento na transição socialista, cuja teoria socialista ainda não foi capaz de elaborar de modo exaustivo. Mas enfrentar, segundo Mészáros (2009, p. 856), o desafio teórico e político, segundo o qual afetar verdadeira e radicalmente o poder do capital significa restituir a totalidade das forças do trabalho, para que, desde a transição, assumam as funções produtivas decisivas do sistema e adquiram o controle sobre todas as esferas correspondentes de tomada de decisões políticas, numa ofensiva socialista fundada no pluralismo concreto de sua existência e não na unidade abstrata do capital. ■

[**FREDERICO DAIA FIRMIANO**]

Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da UNESP/campus Franca, e bolsista PNPd/CAPES; doutor em Ciências Sociais pela FCLar/UNESP; professor designado da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade Passos, onde coordena o Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Crise, Neodesenvolvimentismo e Direitos Sociais (GEIND), do CNPq.
E-mail: fredericodaia@hotmail.com

Referências

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões cerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cesar Castanheira; Sérgio Lessa. 3. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 50, n. 1, 2013. Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>. Acesso em: 15 Jul. 2018.

A COMISSÃO
DA VERDADE
NA IMPRENSA:
JUSTIÇA DE
TRANSIÇÃO,
MEMÓRIA E
JORNALISMO DE
RECONHECIMENTO

[ARTIGO]

Tamy Basso

*Universidade de São Paulo.
Escola de Artes, Ciências e Humanidades*

Vitor Blotta

*Universidade de São Paulo.
Escola de Artes, Ciências e Humanidades*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Neste artigo analisamos coberturas jornalísticas da Comissão Nacional da Verdade (CNV) por meio de um estudo quantitativo e qualitativo dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2015. A metodologia combina os conceitos de memória coletiva, reconhecimento e razão comunicativa com normas éticas do jornalismo, de modo a permitir uma análise empírica crítica de como esses jornais cobriram os trabalhos da CNV. Os resultados indicam que, apesar do potencial para contribuir para a formação de uma memória coletiva sobre a ditadura e o período transicional, promovendo o que podemos chamar de “jornalismo de reconhecimento”, as coberturas foram predominantemente reativas aos marcos estatais, pecando na contextualização e reproduzindo fatos já conhecidos, além de memórias hegemônicas e subjetividades dicotômicas.

Palavras-chave: Justiça de Transição. Comissão da Verdade. Imprensa. Memória. Reconhecimento.

In this article we analyse press stories on Brazil's National Truth Commission (CNV) through a quantitative and qualitative study of the newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* between January 1, 2010 and December 31, 2015. The methodology combines the concepts of collective memory, recognition and communicative reason, with ethical principles of journalism, allowing a critical analysis of the CNV in these newspapers. The results indicate that even though newspapers have the potential to contribute to the formation of a collective memory on the dictatorship and the transitional period, promoting what we can call “recognition journalism”, the stories were predominantly factual and reactive to state actions, with poor contextualization and producing more well-known facts, aside from hegemonic memories and dichotomic subjectivities.

Keywords: Transitional Justice. Truth Commission. Press. Memory. Recognition.

En este artículo analizamos reportajes periodísticos sobre la Comisión Nacional da Verdade (CNV, Brasil) con un estudio quantitativo y cualitativo de los periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* mientras 1 de janeiro 2010 y 31 de diciembre 2015. La metodología combina conceptos de memoria coletiva, reconocimiento y razón comunicativa, com normas éticas del periodismo, permitindo un análisis crítica de las coberturas de la CNV en esos periódicos. Los resultados indican que apesar del potencial de contribución a la formación de una memoria coletiva sobre la ditadura y el período transicional, haciendo lo que llamamos “periodismo del conocimiento”, las coberturas fueron predominantemente reactivas de los marcos estatales, pecando en la contextualización y reproduciendo hechos conocidos, memórias hegemônicas y subjetividades dicotômicas.

Palabras clave: Justicia de Transición. Comisión de la Verdad. Prensa. Memória. Reconocimiento.

Introdução

A transição do regime ditatorial brasileiro de 1964-1985 para a democracia acabou por colocar em segundo plano as violações de direitos humanos ocorridas no período, prevalecendo o esquecimento ante as medidas por justiça (ABRÃO, 2011). Somente em meados da década de 1990 que o Estado promoveu as primeiras ações de reparação e investigação das atrocidades cometidas por agentes do Estado contra civis. As iniciativas, contudo, não pareceram fazer com que o Estado efetivasse os direitos à verdade e à memória num sentido mais social e coletivo, o que talvez explique a continuidade das violações como também da cobrança por esclarecimento dos casos, abertura dos arquivos públicos e punição dos responsáveis. Estabelecidas no final de 2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹ e a Lei de Acesso à Informação (LAI)² representaram iniciativas novas no processo de justiça de transição brasileiro, procurando contribuir para uma institucionalização mais ampla dos direitos à verdade e à memória no Brasil.

A literatura da área indica que o modo como os mecanismos transicionais impactam sobre a memória coletiva

pode culminar em um futuro marcado ou não por violações de direitos humanos (SAVESBERG; KING, 2007). Assim, é fundamental reconstruir as narrativas decorrentes das instituições sociais nesses processos, para que seja possível compreender sua contribuição para a formação (ou não) dessas memórias coletivas e de uma cultura política democrática no país. A escolha de se analisar a Comissão Nacional da Verdade em jornais de grande circulação deu-se pela importância que a imprensa possui na formação da esfera e da agenda públicas, direcionando os debates públicos através da estruturação e propagação de informações e argumentos (HABERMAS, 2009).

Uma vez que a criação e os trabalhos da CNV foram rodeados por inúmeras polêmicas e críticas, e divulgados sobretudo em mídias impressas, cumpre indagar por meio de análises de suas coberturas os impactos da CNV sobre o debate público envolvendo a temática. Para tanto, é necessário um estudo apurado da cobertura e da divulgação dos relatórios publicados em mídias impressas de grande influência no debate, como a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Nessa análise, não somente as narrativas e representações das vítimas de violações são fundamentais, consideradas suas capacidades cognitivas e morais de narrarem suas próprias histórias e buscar justiça, como também a perspectiva dos perpetradores, contribuindo para entender suas causas mais profundas. Quando as representações e análises buscam transcender a dicotomia herói x vilão, ou a ideologia do “nós” e “eles”, é possível não só tornar público, como também evidenciar as ambivalências e exceções

[1] BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. v.1, 976 p. Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

[2] BRASIL. Decreto-lei nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta o direito constitucional de acesso à informação pública. **LAI** – Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

entre os grupos, seus potenciais autoritários e os possíveis modos de combatê-los³.

A pesquisa foi dividida em três principais eixos conceituais: justiça de transição, memória e reconhecimento. Como veremos, a metodologia de análise das matérias foi norteada principalmente pela teoria do discurso de Habermas (2009) – que permite uma diferenciação entre discursos jornalísticos a partir das “pretensões de validade” dos discursos teórico, prático e expressivo – e pela teoria do reconhecimento de Honneth (2014), que oferece instrumentos para uma crítica moral e afetiva dos discursos jornalísticos.

A partir dessas referências, é possível pensar no conceito crítico-normativo de um “jornalismo de reconhecimento”, que dá visibilidade às experiências de desrespeito individuais e coletivas, combate abordagens estereotipadas dos sujeitos retratados e leva em conta as condições sociais da produção, circulação e recepção das notícias. Analisando as coberturas da CNV a partir dessa perspectiva, pretendemos contribuir para a avaliação do debate sobre políticas de transição no Brasil e o papel do jornalismo nesse processo.

[3] “O que exigimos nesses julgamentos, em que os réus cometeram crimes ‘legais’, é que os seres humanos sejam capazes de diferenciar o certo do errado mesmo quando tudo o que têm para guiá-los seja apenas o seu próprio juízo, que, além do mais, pode estar inteiramente em conflito com o que eles devem considerar como opinião unânime de todos a sua volta” (ARENDETT, 1999, p. 318). Perpassando o clássico *Eichmann em Jerusalém* (1999), essa perspectiva teórica também se encontra em estudos mais recentes sobre traumas culturais (CARUTH, 1996).

1. Justiça de transição, memória e imprensa

Na passagem de governos autoritários para democráticos, a justiça de transição se utiliza de mecanismos diversos, tais como a reparação de vítimas, punição dos perpetradores e resgate da memória, na busca por um futuro sem a repetição das violações de direitos humanos do período. Entretanto, o grau de sucesso das políticas de transição depende dos interesses e contextos de cada país, o que faz com que alguns optem por investigar os crimes e promover a verdade e a justiça, enquanto outros priorizem a reconciliação por meio do esquecimento (SAMPAIO, 2014; LEMOS, 2014).

Defendemos a interpretação de que a anistia brasileira silenciou por muito tempo os crimes ocorridos durante a ditadura, gerando um falso clima de “reconciliação” no país. Ademais, esse “esquecimento institucional” (RICOUER, 2007) impediu a construção de uma memória mais coletiva sobre os fatos da época, dificultando uma discussão identitária e, conseqüentemente, maior pressão pela investigação das atrocidades cometidas. Somente com a pressão de organizações da sociedade civil por justiça e o resgate de “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989) é que foram feitas, por intermédio da Comissão de Anistia, indenizações às vítimas e famílias que sofreram diretamente violências praticadas pelo Estado.

A CNV foi criada com o intuito de ampliar o resgate dos acontecimentos passados para a construção da memória no presente. Contudo, o sucesso dos trabalhos das comissões depende não somente do modo como são estruturadas internamen-

te, mas também do impacto que almejam após o seu término (HAYNER, 2000). Nesse sentido, mais do que entender os instrumentos de transição, é preciso atentar para o modo como a divulgação de suas políticas exercem impacto na opinião pública. Isso porque o modo de circulação e articulação das informações pode igualmente ajudar ou atrapalhar na resolução de conflitos (PRICE; STREMLAU, 2012), com impactos na formação (ou não) de uma memória coletiva (SANGLARD; TRISTÃO, 2014).

A imprensa escrita, instituição fundamental da esfera pública (Habermas, 2009), dá visibilidade a diferentes histórias sobre o passado, e a disputa entre essas histórias se torna aquilo que Pollak (1989) denomina “negociação de memórias”. Desse modo, a atuação da imprensa na difusão de notícias e narrativas assume papel indispensável para o processo de justiça de transição e de resgate da memória. É a partir de sua análise que se pode compreender como se deram as negociações de memórias e seus impactos sobre o debate público a respeito da transição para a democracia.

2. Liberdade de imprensa como liberdade social: passos para um jornalismo de reconhecimento

Na obra *Direito da liberdade*⁴ (utilizamos a versão em inglês⁵), Honneth (2014) apre-

[4] HONNETH, Axel. **Das recht der freiheit**. Berlin: Suhrkamp, 2011.

[5] HONNETH, Axel. **Freedom's right: new directions in critical theory**. New York: Columbia, 2014.

sentia uma reflexão sobre conceitos de liberdade que podem ser utilizados para se pensar a liberdade de imprensa. Nessa reflexão, ao lado das conhecidas liberdades negativas dos filósofos contratualistas, que implicam uma ação *omissiva* do Estado e da sociedade em relação às condutas dos indivíduos, e a liberdade reflexiva dos teóricos da razão prática e da moral, que obriga uma autorreflexão entre o indivíduo e um auditório imaginário da humanidade, Honneth (2014) adiciona o conceito de *liberdade social*.

A liberdade social desloca o discurso do lugar privilegiado dos fatores que conduzem as ações individuais e coletivas, e retoma o foco nos processos afetivos e de autodeterminação em diversos níveis. Essa liberdade levaria à formação de uma “vida ética democrática”, uma vez que, ao invés de entender que a liberdade de um é inversamente proporcional às dos outros, e sua harmonização depende somente de cálculos de sucesso ou fracasso, seu exercício só faz sentido num contexto em que essas e outras liberdades são reciprocamente atribuídas uns aos outros. A liberdade social pode ser representada pela ideia dos professores e juristas Tércio Sampaio Ferraz Júnior e Juliano Souza de Albuquerque Maranhão em relação à liberdade na sociedade da informação: a liberdade de um não termina quando começa a dos outros; a liberdade de um começa *onde começam* as liberdades dos outros (FERRAZ JÚNIOR; MARANHÃO, 2008).

Aplicada ao conceito de liberdade negativa, a liberdade de imprensa parece se equiparar à liberdade de expressão individual, no sentido de ausência de

restrições sociais e estatais ao seu exercício, manifesta nas proibições à censura que aparecem tanto na Constituição Brasileira como na primeira emenda da Constituição dos Estados Unidos. A partir da liberdade reflexiva, se a exigência do imperativo categórico kantiano é de se promover um movimento em direção a um outro imaginado pelo indivíduo, a liberdade de imprensa se torna um dever que move ações positivas no sentido de realizar o direito fundamental à informação. Na obra *Imprensa e o dever da liberdade*, Eugênio Bucci (2009) apresenta essa perspectiva como pressuposto ético da prática jornalística. Assim, a liberdade de imprensa é o que garante o dever do jornalista de ser livre de outros imperativos que não o jornalismo e a produção de informação de interesse público. Contudo, Honneth (2014) entende que esse “salto discursivo” em direção ao outro da liberdade reflexiva é ainda hierarquizante e insuficientemente radical para promover um encontro concreto com um outro que se possa igualmente respeitar como a si mesmo.

A liberdade de imprensa como *liberdade social* assume um outro compromisso ético: de garantir que o exercício do direito à informação e o direito de informar considerem, em forma e conteúdo, as dimensões afetivas e de identidade dos sujeitos retratados, ou seja, suas subjetividades e histórias de vida. O tipo de jornalismo que deriva dessa ideia de liberdade pode ser chamado de “jornalismo de reconhecimento”, pois também combate lugares-comuns reprodutores de estereótipos sociais e antagonismos às vezes artificiais. Parece ser esse o conceito de liberdade de imprensa mais adequado a tratar de pro-

cessos de transição para a democracia, pois talvez seja o único capaz de oferecer condições para relações democráticas de identificação e reconhecimento recíproco entre todas as pessoas envolvidas nos espaços públicos irrompidos pelas práticas e meios de comunicação.

Quem pratica jornalismo de reconhecimento considera e respeita em suas matérias a subjetividade individual e os “sofrimentos de indeterminação” pelos quais passam os sujeitos em seus processos de socialização. Busca desconstruir estereótipos, papéis sociais e lugares-comuns, abrindo possibilidades de que leitores, escritores e pessoas representadas ou envolvidas, mesmo com posições conflitantes, sejam capazes de se identificar e reconhecer uns aos outros em suas semelhanças e diferenças, sem hierarquizações. Embora possa soar como uma interferência na liberdade editorial e profissional trata-se de regra pressuposta na prática de um jornalismo de qualidade. O jornalista deve “tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar”⁶, segundo o código de ética da categoria. Por outro lado, como o reconhecimento é muitas vezes um exercício de autorrestrrição individual para que o outro seja igualmente respeitado, um jornalismo de reconhecimento implica também às vezes não publicar algo que, ainda que de potencial noticioso, possa desprestigiar direitos fundamentais da dignidade humana em suas diversas dimensões.

[6] Art. 12, §3, III do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

3. Metodologia

Para construir os critérios de análise das matérias sobre a Comissão Nacional da Verdade no Brasil, criamos uma categorização inspirada na diferenciação que Habermas faz entre discurso teórico, prático-moral e estético-expressivo em suas teorias do discurso e da razão comunicativa (BLOTTA, 2013). Essa diferenciação, por sua vez, deriva das três críticas de Kant (razão teórica, razão prática e razão estética) e da diferenciação das esferas de valor que Weber identifica na modernidade (ciência, moral/direito e arte). Considerando que muitas vezes esses discursos acabam se sobrepondo em uma única matéria, a estratégia utilizada para selecionar as notícias centrou-se em qual obteve predominância entre elementos mais descritivos, morais e biográfico-culturais.

A partir dessa diferenciação entre o discurso teórico, cuja lógica se baseia em proposições de verdade, o discurso prático, de lógica justificatória ou moral-argumentativa, e o discurso estético e expressivo, de lógica avaliativa e psicológica, construímos cinco categorias para selecionar, quantificar e analisar quantitativa e qualitativamente as matérias a partir de seu conteúdo. Na análise qualitativa mais especificamente, interpretamos algumas matérias que chamaram a atenção e puderam representar de modo exemplificativo as relações entre as coberturas com princípios éticos sobre o jornalismo de transição e os conceitos de memória coletiva e reconhecimento aplicados ao jornalismo.

Os tipos de matérias são os seguintes: (1) *Discursos descritivo-factuais*: descrição de

documentos no geral e próximos passos dado pela CNV; (2) *Discursos descritivo-narrativos*: transcrições ou citações indiretas de falas sobre os trabalhos da CNV, incluindo as críticas e os depoimentos prestados, além das matérias que pormenorizaram os fatos; (3) *Discursos culturais*: promoção de eventos e informações referentes às ações estatais motivadas pelos trabalhos da CNV; (4) *Discursos testemunhais/biográficos*: biografia e/ou relato de vítimas e perpetradores da época, bem como testemunhos de terceiros (não envolvidos diretamente nos casos); e (5) *Discursos opinativos*: tom moral e crítico sobre os assuntos relacionados com a CNV, buscando justificar ou até mesmo compreender as normas sociais sobre o caso e sobre justiça de transição.

4. Análise Quantitativa

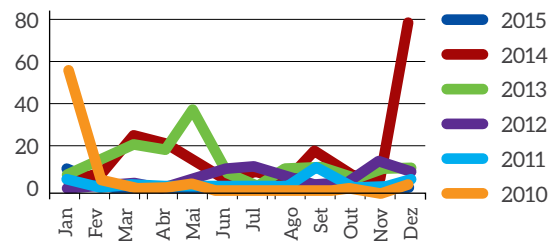
O período da cobertura sobre a Comissão Nacional da Verdade selecionado para a análise quantitativa data de 1 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2015. Em ambos os jornais foram contabilizadas matérias que apareceram mais de uma vez em cadernos diferentes, assim como matérias que possuíam seu título modificado, apesar de apresentar o mesmo conteúdo. Isso porque o título pode influenciar o leitor a acessar uma determinada matéria, assim como uma mesma matéria em cadernos diferentes pode aumentar a sua visibilidade. No caso de matérias por caderno, as duplicadas ou até triplicadas foram desconsideradas, pois o intuito da pesquisa é analisar o seu conteúdo, não justificando considerar as que apareceram repetidamente.

Utilizamos a combinação de palavra-chave “comissão nacional da verdade” nas ferramentas digitais de busca dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, chegando a 1522 matérias na primeira e a 1547 na segunda. Analisamos os resultados presentes nos cadernos “Poder” (*Folha de S. Paulo*) e “Política” (*O Estado de S. Paulo*), os quais chegaram respectivamente a 618 e 809 matérias no período.

De modo geral, identificamos que em ambos os jornais houve picos de matérias quando ocorreram eventos de caráter institucional, o que indica que as coberturas focaram na descrição das ações do Estado, como o lançamento do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (dezembro de 2009), a aprovação da Comissão Nacional da Verdade (novembro de 2011) e o lançamento de seu relatório final (dezembro de 2014). A diferença entre os dois jornais foi que *O Estado de S. Paulo* manteve um número maior de matérias publicadas nos períodos não marcados por ações institucionais, o que revela maior esforço e constância na abordagem do tema do que a *Folha de S. Paulo*.

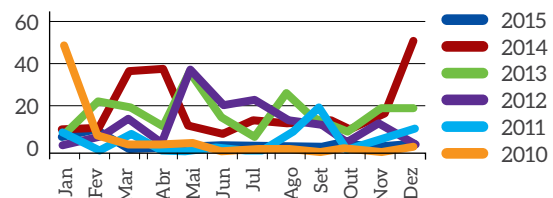
Ainda assim, é semelhante a distribuição de matérias entre ambas as coberturas, com picos em 2010 (77 *Folha* e 75 *Estadão*) e 2014 (216 *Folha* e 232 *Estadão*), os menores números em 2015 (23 *Folha* e 40 *Estadão*) e aumento em 2012 e 2013 em função da instalação dos trabalhos da CNV, do depoimento de Ustra e da exumação do corpo do presidente João Goulart para nova investigação sobre sua morte. A distribuição das matérias de cada jornal por mês em cada ano pode ser representada com os seguintes gráficos:

[Gráfico 1]
Distribuição de matérias/mês:
Folha de S. Paulo



Fonte: *Folha de S. Paulo* (2011-2015).

[Gráfico 2]
Distribuição de matérias/mês:
O Estado de S. Paulo



Fonte: *O Estado de S. Paulo* (2011-2015).

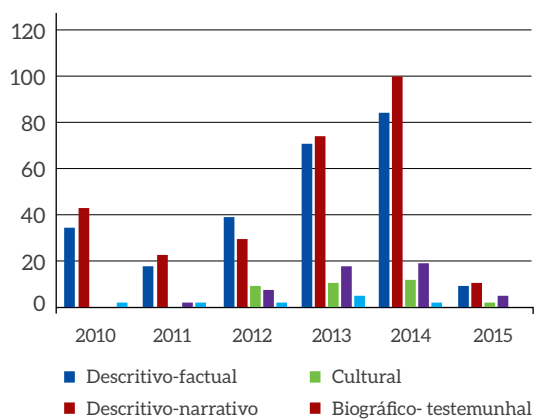
Em termos de tipos de discurso, em ambos os jornais houve uma quantidade significativamente maior e um certo equilíbrio de matérias descritivo-factuais e descritivo-narrativas sobre matérias com discursos culturais e biográfico-testemunhais, com uma leve predominância das últimas sobre as anteriores, principalmente no ano de 2014. Também em ambos os jornais as matérias opinativas e culturais possuíram, respectivamente, as menores quantidades em relação ao todo das amostras, o que indica uma preocupação mais descritiva do que ligada à visibilidade dos testemunhos e biografias.

As matérias biográfico-testemunhais tiveram maior incidência em sua série nos anos de 2013 (17 *Folha*, 14 *Estadão*)

e 2014 (18 *Folha*, 20 *Estadão*). Nesses, é necessário ressaltar que se sobressaíram tanto na *Folha de S. Paulo* quanto no *O Estado de S. Paulo* as narrativas dos perpetradores da época, com exceção do ano de 2012 no *Estado*, quando foram trazidos mais relatos biográficos e testemunhais das vítimas da repressão militar. Também foi predominante o discurso argumentativo crítico aos trabalhos da comissão, sobretudo as polêmicas sobre seus integrantes e por que o foco da comissão eram as violências cometidas pelos militares contra civis. Por fim, outra questão relevante foi o fato de serem trabalhados mais casos sobre pessoas mais conhecidas do que casos não antes vindos a público. Com os gráficos abaixo procuramos representar o número de matérias por discurso no período.

[Gráfico 3]

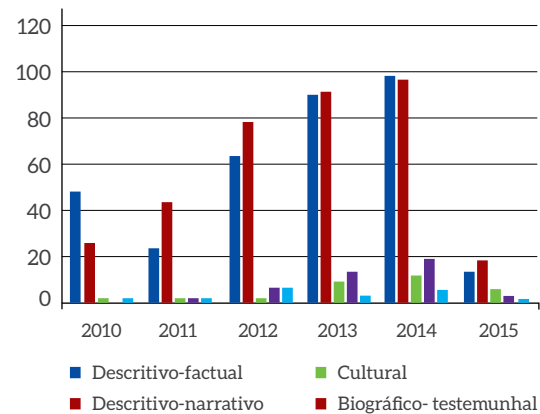
Número de matérias por discurso:
Folha de S. Paulo



Fonte: *Folha de S. Paulo* (2011-2015).

[Gráfico 4]

Número de matérias por tipo de discurso:
O Estado de S. Paulo



Fonte: *O Estado de S. Paulo* (2011-2015).

5. Análise Qualitativa

Devido ao grande número de matérias presentes em ambos os jornais, optamos por fazer outro recorte temporal para a análise qualitativa, este foi entre 2012, que marca o início dos trabalhos da CNV, e 2015, um ano após o seu término. As matérias *descritivo-narrativas* foram utilizadas para analisar a repercussão sobre temas ligados à justiça de transição e ao resgate da memória, pois além de terem sido numericamente mais expressivas, elas nos permitem debruçarmos sobre a forma pela qual foram destacados os assuntos polêmicos da CNV. Já a análise a partir do conceito de reconhecimento se deu a partir das matérias *biográfico-testemunhais*, isso porque a narrativa das histórias e/ou experiências de vida dos indivíduos que sofreram ou cometeram violações de direitos humanos se mostra indispensável para que se procure compreender como se dá o pro-

cesso de luta por reconhecimento na esfera pública democrática.

Nos tópicos seguintes, com base na teoria e exemplos que consideramos mais elucidativos nas matérias, discutiremos sobre as características das mesmas, como elas podem impactar o processo de transição, bem como suas relações com os conceitos de memória e reconhecimento.

5.1. A publicização dos debates da CNV pela imprensa escrita: promovendo reflexão ou imposição?

Uma das seis obrigações que o *Institute on War and Peace Reporting*⁷ destaca para jornalistas ao cobrirem situações de conflitos, e que também assumem grande relevância no pós-conflito, é a de reportar as informações de forma justa e equilibrada. Ao analisar as estratégias de construção da informação, Charaudeau (2006) argumenta que as mídias retratam a realidade a partir de um filtro particular, em que a seleção dos acontecimentos decorre em razão do tempo, espaço e importância do fato. Com isso, uma das estratégias da informação seria a de provocar o acontecimento, e a mídia, como formadora de espaços públicos, pode provocar ou fomentar as diferentes vozes conflitantes.

Entretanto, muitas vezes as informações disponibilizadas pela imprensa estão mais ligadas a questões personalistas do que ao interesse público, ocasionando a privatização da política e, assim, prejudicando o debate público (GRBESA, 2010). Visto que os trabalhos da CNV foram permeados por diversas polêmicas, analisaremos a forma como foram retratadas nos jornais e como podem ter impactado o processo de justiça de transição.

Em 2012, os embates ocorridos durante os trabalhos da CNV se deram principalmente pela não investigação dos crimes cometidos pelos opositores do regime, algo que ocasionou verdadeiro mal-estar entre grande parte dos militares. Diferente da *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* buscou incluir no debate diferentes opiniões para além de militares e membros da CNV, como as de ONGs⁸ e atores políticos⁹, por exemplo, presumindo-se uma maior contribuição para o debate sobre justiça de transição. Entretanto, no geral, elas não buscaram mostrar um cenário mais amplo e complexo, expondo todos os lados em uma só matéria.

Já em 2014, com a entrega do relatório final, uma parte significativa das matérias deu voz às opiniões acerca dos resultados apresentados. As críticas tecidas foram sobretudo negativas, tendo destaque a alegação da ausência de diver-

[7] Na segunda obrigação, "Duty to report fairly", é constatado que os jornalistas "have na obligation to report the conflict fairly and in a balanced way" (THE INSTITUTE ON WAR AND PEACE REPORTING, 2008).

[8] ARRUDA, Roldão. O Brasil precisa deixar claro que respeita Estado de Direito, diz ONG internacional. **Estadão**, São Paulo, 20 abr. 2012. Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/o-brasil-precisa-deixar-claro-que-respeita-o-estado-de-direito-diz-ong-internacional/>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

[9] WALTENBERG, Guilherme. Braga defende investigação de militares e militantes. **Estadão**, São Paulo, 15 maio 2012. Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,braga-defende-investigacao-de-militares-e-de-militantes,873234>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

sidade de atores, em sua maioria militares ou pessoas que possuem alguma relação com o exército. Foi também interessante observar que, mesmo quando apresentou o lado de setores mais favoráveis, as insuficiências da CNV já foram denotadas no próprio título, como “Historiadores elogiam relatório sem novidades”¹⁰ e “Entidades querem ações que vão além do texto”¹¹, por exemplo.

Outro ponto interessante foi que ambos os jornais realizaram uma entrevista cada com um dos membros da CNV, e em ambas as entrevistas pode-se perceber o tom de questionamento em relação aos trabalhos não realizados: “Isso chegou a ser sugerido [transformação do Arquivo Nacional em centro documental]”¹² e “Mas ainda existem muitos outros [casos não resolvidos]”¹³, por exemplo. Cumpre constar que a entrevista d’O *Estado de*

São Paulo foi com José Cavalcanti, único membro da CNV favorável em apurar o crime dos “dois lados”, tendo a entrevista sido quase toda permeada por perguntas sobre essa questão.

Embora seja fundamental o destaque dos pontos falhos da CNV, inclusive pelos setores que foram favoráveis à sua criação, o foco demasiado nas falhas pode acabar ocultando os avanços e a importância da CNV em trazer à tona violações de direitos humanos que estiveram silenciadas durante anos.

É digno de nota que ambos os jornais não fizeram um esforço maior em aprofundar o papel da CNV para além de caracterizá-la como investigação de violações de direitos humanos com um maior foco na última ditadura, o que poderia contribuir para o debate em torno desse polêmico assunto. Uma exceção a essa abordagem pode ser encontrada na entrevista realizada com Paulo Sérgio Pinheiro, em que os impactos de seus trabalhos na sociedade e na prevenção de direitos humanos foram mais aprofundados, além de mencionar experiências internacionais.¹⁴

Outro debate fundamental e bastante recorrente, inclusive no pós-CNV, deu-se em torno da Lei da Anistia. Esse debate trouxe uma grande pluralidade de vozes que ora eram exploradas em uma só matéria, ora eram apresentadas isoladamente, como um único ponto de vista.

[10] HISTORIADORES elogiam relatório sem novidades. **Folha uol**, São Paulo, dez. 2014. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560738-historiadores-elogiam-relatorio-sem-novidades.shtml>>. Acesso em: 8 jul. 2016.

[11] ENTIDADES querem ações que vão além do texto final. **O Estado de S. Paulo**, Rio de Janeiro, 11 dez. 2014. Notícia geral. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entidades-querem-acoes-que-vao-alem-do-texto-final-imp-,1605256>>. Acesso em: 8 jul. 2016.

[12] EX-INTEGRANTE diz que a comissão teve fim decepcionante. **Folha uol**, dez. 2014. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1565515-ex-integrante-diz-que-comissao-teve-fim-decepcionante.shtml>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

[13] EX-INTEGRANTE diz que a comissão teve fim decepcionante. **Folha uol**, dez. 2014. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1565515-ex-integrante-diz-que-comissao-teve-fim-decepcionante.shtml>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

[14] ARRUDA, Roldão. O único lado é o das vítimas. **Estadão**, São Paulo, 15 maio 2012. Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/o-unico-lado-e-o-das-vitimas/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

Entretanto, a abertura ao debate dada por ambos os jornais poderia ter sido precedida da contextualização do período e do porquê a Lei da Anistia ter beneficiado os dois lados, salientando as implicações disso para a redemocratização brasileira. É preciso ressaltar que o relatório final da CNV trouxe 29 recomendações¹⁵, que pouco ou nada ocuparam espaço nos jornais.

Portanto, como também mostrou a análise quantitativa, nem todos os debates repercutidos nos dois jornais buscaram explorar de forma mais expressiva as diferentes opiniões sobre o assunto tratado na matéria, estando ambos normalmente focados na intriga militares versus membros da CNV. Quando isso ocorreu, geralmente não se buscou elencar e sistematizar de forma mais abrangente as questões tratadas, envolvendo em uma única matéria as divergências opinativas e uma maior contextualização sobre o período histórico e o papel da CNV para a transição brasileira. Nesse sentido, parece plausível considerar que houve mais uma privatização e personalização do debate do que uma contribuição mais profunda para a formação de uma opinião pública.

5.2. Memória em retalhos

Enquanto Halbwachs (1990) acredita na existência de um caráter uniformizador da construção de uma memória oficial, Pollak (1989) argumenta que esta pode ser con-

frontada em momentos de crise. Quando isso ocorre, o que ele denominou “memórias subterrâneas” emergem e entram em disputa com as memórias oficiais:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 8).

Tendo em vista que essa disputa influi diretamente na construção da memória coletiva, bem como a importância dos meios de comunicação para não só esclarecer os fatos, como também difundir na sociedade, é fundamental se atentar às narrativas construídas nesses processos para que não se forme aquilo que Ricouer chamou de “memória manipulada”¹⁶ e, assim, a história não acabe novamente por ocultar fatos importantes e levá-los ao esquecimento.

Vimos na análise quantitativa que a repercussão de casos mais conhecidos foi notória em ambos os jornais. Ainda que o foco da CNV tenha sido investigá-los mais a fundo e romper com as versões oficiais da época, muitos outros casos tiveram uma publicização quase insignificante ou nem sequer foram noticiados.

[15] BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. v. 1. 976 p. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/49078/Brasil_-Comiss%C3%A3o_Nacional_da_Verdade._Relatorio_Volume_I__592_p_.pdf?sequence=7>. Acesso em: 11 jul. 2016.

[16] Segundo Paul Ricouer (2007), a “memória manipulada” surgiria uma vez que a ideologia, funcionando como justificativa de poder e de dominação, utiliza-se de narrativas para modelar a identidade do protagonista e fundamentar suas ações, manipulando a construção da memória.

Utilizando como exemplo o caso de João Goulart, que ganhou bastante repercussão, as matérias hesitaram em contrastar a versão oficial da época com a versão sobre o que supostamente teria acontecido de fato – ainda que não se tenha conseguido chegar a uma conclusão:

A versão oficial de que João Goulart morreu de enfarte sempre foi motivo de controvérsias. A tese de que o ex-presidente, que sofria de problemas cardíacos, foi envenenado ganhou força pelos depoimentos do ex-funcionário do serviço de inteligência uruguaio Mario Neira Barreiro (*O Estado de S. Paulo*, 19 de março, 2013).

Jango, deposto no golpe militar de 1964, **morreu durante seu exílio na Argentina, em 1976, de ataque cardíaco. A família do ex-presidente, porém, suspeita que ele tenha sido envenenado.** Seu corpo está enterrado no cemitério de São Borja (RS) (*Folha de S. Paulo*, 3 de maio, 2013, grifo nosso).

Algo que não foi muito explorado e que, além de contribuir para contrastar a versão oficial também é profícuo em resgatar o passado de forma mais ampla, é o embasamento mais pormenorizado dos fatos passados a partir da referenciação de documentos e acontecimentos históricos, beneficiando a construção mnemônica:

Para entender os motivos de sua deposição e o clima político da época, vale a pena ler o Discurso das Reformas de Base, que ele pronunciou no dia 13 de março de 1964, no célebre comício na Central do Brasil, no Rio (*O Estado de S. Paulo*, 12 de novembro, 2013, grifo nosso).

Esse embasamento consegue ser mais aprofundado quando a morte de Jango é ligada à Operação Condor. No entanto, a matéria se limitou em descrevê-la basicamente como sendo “um acordo firmado entre as ditaduras da América do Sul nos anos 1970 para perseguir os opositores dos regimes militares da região”¹⁷, inclusive nas próprias matérias que tratam única e exclusivamente dessa operação.

Identificamos que parece ter havido uma preocupação dos jornais em contrastar a versão oficial com as novas informações que as investigações estavam trazendo. No entanto, essas novas informações sobre o passado aparecem de forma mais isolada, como verdadeiros retalhos que não buscaram ser costurados. Isso acaba por dificultar uma melhor compreensão das violações de direitos humanos ocorridas e, assim, a construção de uma memória coletiva. Em 2015, os jornais poderiam ter realizado maior esforço em resgatar as memórias presentes no relatório, mas os casos que continuaram sendo noticiados, como o da exumação de Juscelino Kubitschek, permaneceram carentes de informações históricas. Portanto, como Charaudeau (2015) bem salientou, é perceptível que as mídias de massa atuam mais no sentido de prover aos cidadãos fatos fragmentados e difusos.

[17] MINISTRA diz que Câmara vai votar projeto de combate à tortura. **Folha uol**, São Paulo, mar. 2013. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1248407-ministra-diz-que-camara-vai-votar-projeto-de-combate-a-tortura.shtml>> Acesso em: 15 jul. 2016.

5.3. As condições para o reconhecimento a partir da imprensa escrita

A análise sobre reconhecimento nas matérias nos permitiu fazer uma divisão em *duas frentes principais*. De forma mais expressiva tivemos: I) tendências narrativas que dificultam experiências de reconhecimento, culminando na descontextualização e desconstrução biográfica; e de forma menos expressiva tivemos: II) aspectos inseridos nas narrativas que podem facilitar experiências de reconhecimento, sendo eles (i) o uso de relatos testemunhais; (ii) voz de terceiros na construção narrativa; e (iii) o uso de imagens. Essas características serão aprofundadas nos tópicos seguintes.

5.3.1. Descontextualização e desconstrução biográfica

A partir do caso peruano, LaPlante e Phenice (2009) mostraram a importância dos meios de comunicação de massa em locais de pós-conflito, de modo que uma mediação focada nos escândalos e logísticas acaba por atrair maior atenção do público para as controvérsias suscitadas durante o processo de transição. Segundo os autores “dado que a mídia tem o poder de dar forma à opinião pública, ela pode servir para mitigar ou provocar os extremos em sociedades polarizadas, e portanto a reação a mecanismos transicionais como comissões da verdade, julgamentos e reformas” (Ibid. p. 273)¹⁸.

Como abordagens estereotipadas podem afetar diretamente o sentimento de reconhecimento de um indivíduo na sociedade em que está inserido, o embasamen-

to e a verificação dos fatos são primordiais para que as polarizações de costume sejam criticadas e as subjetividades envolvidas sejam respeitadas.

Em ambos os jornais ficou nítida a pouca preocupação em aprofundar a descrição do perfil e história de vida das vítimas e perpetradores. No primeiro caso abaixo, a história de vida dos sujeitos se constrói a partir de sua participação em grupo de militância de esquerda; no segundo caso a subjetividade se liga à posição hierárquica assumida na instituição militar. Esse foco no papel social dos sujeitos pode ser notado nos trechos abaixo:

[...] foram todos **militantes da Ação Libertadora Nacional** (ALN) – organização de esquerda que, no começo da década de 70, sob a liderança de Carlos Marighella, **pegou em armas contra a ditadura militar** (*O Estado de S. Paulo*, 24 de fevereiro, 2014, grifo nosso).

Conhecido no período militar pelo **codinome de capitão Ubirajara**, que ele **renega**, Calandra **atuou por quase uma década no Doi-Codi** [...] (*Folha de S. Paulo*, 12 de dezembro, 2013, grifo nosso).

A ausência de mais detalhes sobre as pessoas e acontecimentos, desse modo, prejudica a emergência de subjetividades para além de seus papéis sociais e, mesmo que involuntariamente, contribui para manter ou até mesmo reforçar estereótipos já existentes.

Essa caracterização fragmentada é ainda mais evidente nas matérias que traziam mais de um depoimento, normalmente relegando os casos menos conhecidos a

[18] Tradução livre do inglês.

segundo plano. Muitas vezes somente se cita que houve um depoimento, mas sem maiores informações¹⁹. Inclusive, muito dos títulos das matérias só referenciavam pelo nome o indivíduo a ser tratado quando este era mais conhecido.

Nesse sentido, considerando já a menor visibilidade desses casos desconhecidos, os jornais poderiam ter realizado mais esforço para disseminá-los, abarcando, inclusive, informações acerca de reivindicações específicas que tenham feito determinados grupos diante da CNV, como os povos indígenas²⁰.

5.3.2. O uso de relatos testemunhais

O papel do testemunho para a construção de relações intersubjetivas é de grande relevância, possuindo a fala grande potencial para o processo deliberativo. As particularidades ressaltadas pelas histórias de vida contribuem para a criação de afinidades e identificações. Ao despertar detalhes e sentimentos, permite-se a transformação do passado em experiência e o pensamento reflexivo é enriquecido (OLIVEIRA, 2017; TELES, 2015).

Nesse aspecto, ainda que muitas matérias tenham carecido de um embasamento

contextual e biográfico mais aprofundado, como visto no tópico anterior, elas conseguiram ser mais exploradas no sentido de salientar como determinados episódios impactaram e ainda impactam o emocional desses indivíduos, além de conseguirem romper com estereótipos ao ressaltar aspectos mais particulares das histórias de vida, como pode ser observado nos trechos abaixo:

A radicalização do regime justificava a continuidade da nossa luta [...] É muito duro lembrar toda essa situação, mas é fundamental para que possamos construir um país mais justo e humano [...]. **Sofri a pior sensação da minha vida. A sensação de não poder morrer** (O Estado de S. Paulo, 28 de maio, 2013, grifo nosso).

À comissão Silva disse que as **memórias do massacre eram 'uma tortura na sua cabeça'**. Disse ainda que **saiu do Exército porque 'chegava um ponto em que não dormia sem calmante'** e que se **preocupava com a segurança de sua família** (Folha de S. Paulo, 19 de janeiro, 2015, grifo nosso).

Cumprir ressaltar, porém, que esse estilo narrativo pouco foi utilizado e muitas vezes acabou por reforçar ainda mais os antagonismos já existentes. Esse cenário fica bastante evidente no caso de Ustra, uma vez que, além de se referir aos grupos armados como “terroristas”, sua fala²¹ se aproximou bastante do que Arendt chamou de *banalidade do mal*, quando afirmou “Não sou assassino. Apenas cumpri

[19] THOMÉ, Clarissa. Militares perseguidos pela ditadura falam a CNV. **Estadão**, São Paulo, 12 ago. 2013. Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,militares-perseguidos-pela-ditadura-falam-a-cnv,1063312>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

[20] Na seção do Relatório da CNV (2014, p. 253) dedicada à violência contra povos indígenas durante a ditadura, há um tópico destinado a suas recomendações, as quais não são retomadas nas recomendações gerais feitas pelos membros da Comissão, o que tem sido objeto de fortes protestos dessas comunidades, da sociedade civil e das instituições públicas responsáveis pelo direitos e deveres fundamentais e difusos.

[21] NOSSA, Leonencio de. Ustra vincula Dilma a terrorismo e diz que apenas cumpriu ordens do exército. **Estadão**, São Paulo, 11 de maio de 2013. Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,ustra-vincula-dilma-a-terrorismo-e-diz-que-apenas-cumpriu-ordens-do-exercito-imp-,1030667>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

uma missão” e “admitiu ser uma peça do aparato repressor”. O coronel reformado se exime de suas responsabilidades ao ter compactuado com a tortura e a morte de muitas vítimas. Desse modo, a ausência de contextualização dificulta uma melhor compreensão sobre a época ditatorial e, assim, pode acabar prejudicando a identificação das ambivalências e exceções entre os grupos, os seus potenciais autoritários e as possíveis formas de combatê-los.

Então, ainda que os relatos tenham conseguido resgatar algumas subjetividades dos indivíduos retratados nas matérias, a carência de maiores informações sobre o perfil desses sujeitos e dados da época faz parecer que essas transcrições dos depoimentos foram utilizadas mais para chamar a atenção do leitor do que informar e gerar o debate.²²

5.3.3. A voz de terceiros na construção narrativa

Outro recurso que acabou aparecendo com frequência nas matérias foi o da inserção de opiniões ou comentários tanto por parte de membros da CNV, como de familiares ou pessoas próximas às vítimas. Contudo,

[22] É digno de nota que, no que concerne aos casos de violações de direitos humanos, em que a rememoração pode ser um ato difícil e até mesmo delicado, é imperioso que o jornalista saiba ponderar os conteúdos que irá repercutir, de modo que, caso seja a vontade da vítima, ela não sinta que sua privacidade está sendo exposta para além do que deseja, mas sem que isso implique em renunciar o direito da memória e da verdade. Como argumenta Kishi (2009, p. 183): “O direito personalíssimo da vítima ao resguardo está relacionado à defesa da intimidade. Se invocado, pode restringir a publicidade de atos processuais, mas não pode o resguardo prejudicar o direito à informação e à verdade buscada por outras vítimas ou qualquer interessado”.

em relação às vozes dos membros da comissão, elas se limitaram basicamente à de seu último coordenador, Pedro Dallari, e, em poucas ocasiões, à da psicóloga Maria Rita Kehl e do integrante José Carlos Dias.

Assim como no caso dos relatos transcritos, os comentários e opiniões expostos também contribuíram no ressaltado de particularidades dos sujeitos tratados e na quebra de estereótipos. Perpassando tal função, apresentaram utilidades diversificadas, como a de destacar possíveis incongruências nos depoimentos prestados; salientar a importância da CNV para que as vítimas pudessem expor as violências e os traumas vividos no período; e de alertar para informações positivas que os depoimentos trouxeram à tona, por exemplo. A título de ilustração, seguem os trechos abaixo:

Na avaliação do coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, **é importante o reconhecimento de que havia uma estrutura paralela voltada à prática de graves violações aos direitos humanos**. ‘Já havíamos registrado a prática de tortura na Polícia Civil’, disse (*Folha de S. Paulo*, 9 de setembro, 2014, grifo nosso).

Após o depoimento, o membro da CNV, José Carlos Dias, disse que **Magalhães perdeu uma oportunidade para contar sua versão sobre os atos cometidos durante a ditadura militar**. ‘Não se pode admitir que ele tendo sido delegado (de Petrópolis) quando a Casa da Morte fazia suas vítimas na cidade e não saiba de nada. Acho impossível, mas ele tem o direito de mentir em sua defesa’. Ele lembrou, porém, que **o delegado ‘está**

sendo desmentido por várias testemunhas e documentos' (*O Estado de S. Paulo*, 29 de julho, 2014, grifo nosso).

Esses comentários, contudo, apareceram de modo mais pontual nas coberturas, muitas vezes não possuindo grande impacto dentro das matérias para melhor elucidação dos casos, principalmente pela ausência de maior contextualização dos fatos descritos.

5.3.4. Utilização de imagens

Estudos sobre transições democráticas e literatura de testemunho identificam que o uso de linguagens narrativas junto a outras linguagens expressivas pode ser mais eficiente em transmitir as injustiças causadas por violações de direitos humanos do que representações meramente factuais e pretensamente mais realistas (CARUTH, 1996). Nessa medida, a combinação de imagens com a linguagem escrita pode, ao representar de modo mais indireto os casos, reconhecer os limites da representação dos traumas sofridos pelas vítimas (BLOTTA, 2016).

Focada na realidade dos fatos, a *Folha de S. Paulo* procurou utilizar de forma bastante significativa fotos das vítimas e dos perpetradores em suas matérias, incluindo-as em esquemas que buscavam sintetizar a história da pessoa e a investigação de seu caso. Esses recursos enriqueceram as biografias dos sujeitos retrados.

Ademais, o jornal também buscou disseminar em suas matérias, de forma mais ampliada que o *Estado de São Paulo*, os vídeos dos depoimentos prestados à CNV, assim como transcrições completas de alguns deles. Uma matéria, inclusive,

chega a conciliar descrição de partes do depoimento com áudios²³, o que pode contribuir para a maior atração do leitor pela informação que está sendo apresentada. A ausência de outras formas de representação narrativa e estética dos casos, contudo, ainda demonstra que as imagens são utilizadas num caráter mais descritivo do que para ressaltar e reconhecer os pormenores das histórias de vida e os sentimentos dos envolvidos.

Considerações finais

Após a finalização da CNV, muito se questionou sobre quais seriam os frutos dos seus trabalhos. Recomendações foram feitas por seus integrantes e medidas começaram a ser tomadas, como a mudança no nome de locais que referenciavam ditadores e perpetradores. Entretanto, como denotado pela própria queda de matérias sobre o assunto no ano de 2015, o debate em torno da transição brasileira parece não ter sido considerado de grande relevo para os jornais, o que muito possivelmente refletiu na falta de interesse da sociedade em torno do assunto.

Apesar do esforço dos jornais em acompanhar os trabalhos da CNV, parece plausível presumir que essa falta de interesse da sociedade também decorreu da forma de divulgação e construção das matérias,

[23] DEPOIMENTOS. **Folha uol**, São Paulo, maio 2014. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1459257-depoimento.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

cujo foco esteve principalmente nos casos mais conhecidos e nas polêmicas, além de muitas vezes apresentarem pouco embasamento fatorial e biográfico, o que acaba por prejudicar o resgate de subjetividades, o rompimento de estereótipos e a superação dos antagonismos no debate sobre justiça de transição. Defendemos, então, que a divulgação de informações por jornalistas deve estar sempre em equilíbrio com suas exigências éticas e técnicas, atentando para a especificidade das temáticas trabalhadas.

Ao focar na busca pela verdade e pela memória, não relegando determinadas histórias para segundo plano e construindo-as de maneira que subjetividades possam ser resgatadas, a prática jornalística facilita o exercício da liberdade social e, conseqüentemente, experiências de reconhecimento entre os envolvidos e o público. Caso contrário, as matérias que não dão mais visibilidade aos trabalhos da CNV e às violações de direitos humanos acabam contribuindo para gerar o que, a partir de Honneth, podemos denominar “patologia do reconhecimento”.

Essa patologia do reconhecimento seria resultado do que Honneth define como sendo patologia social²⁴, que pode dificultar a formação de relações intersubjetivas de respeito recíproco. Como se tratam de espaços de formação da vontade pública que foram por muito tempo privatizados por

grupos detentores de poder político e econômico, Honneth propõe algumas condições para tornar mais plurais as instituições da esfera pública: a “popularização” dos jornais impressos e a “socialização” das atividades jornalísticas, isto é, demandas por maior diversidade e participação da sociedade na produção e circulação de informação.

Se a liberdade de imprensa, como exercício de liberdade social, depende das condições éticas de comunicação e, conseqüentemente, de expectativas de reconhecimento, o enraizamento de processos de transição sobre a esfera pública também dependem de um jornalismo de reconhecimento, capaz de dar a devida publicidade às narrativas, identidades, histórias de vida e testemunhos que circulam na esfera pública. ■

[TAMY BASSO]

Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP).
Integrante, pela mesma instituição, do grupo de pesquisa A publicização do relatório da Comissão Nacional da Verdade na mídia impressa nacional: justiça de transição, memória e reconhecimento.
E-mail: tamy.basso1994@gmail.com

[VITOR BLOTTA]

Docente do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da USP. Pesquisador Associado do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP) e atual Presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP). É mestre e doutor em Direito pelo Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da USP.
E-mail: vitor.blotta@uol.com.br

[24] “[...] social pathologies arise whenever some or all members of society systematically misunderstand the rational meaning of a form of institutionalized praxis [...]. Such misinterpretations or disorders at the level of the reflexive appropriation of social practices generally lead to individual or collective modes of behavior that make it more difficult to take part in the process of social cooperation” (HONNETH, 2014, p. 113).

Referências

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ABRÃO, Paulo. A lei de anistia no Brasil: As alternativas para a verdade e a justiça. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p. 119-138, maio 2011.

ARRUDA, Roldão. O Brasil precisa deixar claro que respeita Estado de Direito, diz ONG internacional. **Estadão**, São Paulo, 20 abr. 2012. Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/o-brasil-precisa-deixar-claro-que-respeita-o-estado-de-direito-diz-ong-internacional/>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

ARRUDA, Roldão. O único lado é o das vítimas. **Estadão**, São Paulo, 15 maio 2012. Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/o-unico-lado-e-o-das-vitimas/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Art. 12, §3, III. São Paulo: ABI, 2009.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. v. 1, 976 p. Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta o direito constitucional de acesso à informação pública. **LAI** - Lei de Acesso à informação. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

BLOTTA, Vitor Sousa Lima. **O Direito da comunicação**: uma nova teoria crítica do direito a partir da esfera pública política. São Paulo: Fiuza, 2013.

BLOTTA, Vitor Sousa Lima. **You will never understand**: the monopoly of the place of speech through cultural trauma narratives in Brazil and Croatia. 2016. Manuscrito.

CARUTH, Cathy. **Unclaimed experience**: trauma, narrative and history. London: John Hopkins. 1996.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

DEPOIMENTOS. **Folha uol**, São Paulo, maio 2014. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1459257-depoimento.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

ENTIDADES querem ações que vão além do texto final. **O Estado de S. Paulo**, Rio de Janeiro, 11 dez. 2014. Notícias gerais. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entidades-querem-acoes-que-vao-alem-do-texto-final-imp-,1605256>>. Acesso em: 8 jul. 2016.

EX-INTEGRANTE diz que a comissão teve fim decepcionante. **Folha uol**, dez. 2014. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1565515-ex-integrante-diz-que-comissao-teve-fim-decepcionante.shtml>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio; MARANHÃO, Juliano Albuquerque de Souza. **Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie**, vol. 94, 2008, Heft 2.

GENERAL questiona relatório e a terrorista que é presidente do país. **Folha uol**, dez. 2014. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560310-general-questiona-relatorio-e-a-terrorista-que-e-presidente-do-pais.shtml>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

GRBESA, Marijana. Privatisation of politics in Croatia: analysis of the 2003 and 2007 parliamentary elections. Hrcak: **Portal of Scientific Journals of Croatia**, v. 16, n. 2, p. 57-78, jan. 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Ay, Europa!** Pequeños escritos políticos. Madrid: Trotta, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais: 1990, 133 p.

HAYNER, Priscilla Past truths, present dangers: the role of official truth seeking in conflict resolution and prevention. In: STERN, Paul; DRUCKMAN, Daniel (Orgs.). **International conflict resolution after the cold war**. Washington: National Research Council, 2000. p. 238-282.

HISTORIADORES elogiam relatório sem novidades. **Folha uol**, São Paulo, dez. 2014. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560738-historiadores-elogiam-relatorio-sem-novidades.shtml>>. Acesso em: 8 jul. 2016.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003. 291 p.

HONNETH, Axel. **Freedom's right**: new directions in critical theory. New York: Columbia, 2014.

THE INSTITUTE ON WAR AND PEACE REPORTING. **Guidelines on peace reporting**. Washington, 2008. Disponível em: <<https://ijnnet.org/en/blog/guidelines-peace-reporting>>. Publicado em 14 agosto de 2008. Acesso em: 10 ago. 2016.

KISHI, Sandra Akimi Shimada. Direito à informação e à participação na justiça de transição. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akimi Shimada (Coords.). **Memória e verdade**: a justiça de transição no Estado democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009. cap. 14, p. 273-291.

LAPLANTE, Lisa; PHENICIE, Kelly. Mediating post-conflict dialogue: the media's role in transitional justice process. **Marquette Law Review**, Michigan, ano1, v. 93, p. 251-283, 2009.

MINISTRA diz que câmara vai votar projeto de combate a tortura. **Folha uol**, São Paulo, mar. 2013, Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1248407-ministra-diz-que-camara-vai-votar-projeto-de-combate-a-tortura.shtml>> Acesso em: 15 jul. 2016.

NOSSA, Leonencio de. Ustra vincula Dilma a terrorismo e diz que apenas cumpriu ordens do exercito. **Estadão**, São Paulo, 11 maio 2013. Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,ustra-vincula-dilma-a-terrorismo-e-diz-que-apenas-cumpriu-ordens-do-exercito-imp-,1030667>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

OLIVEIRA, Vanessa veiga de. **Mídia, memória pública e Comissão Nacional da Verdade no Brasil**: a luta pela verdade e justiça como uma luta por reconhecimento, 396 p., 2017. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Manuscrito.

PRICE, Monroe Edwin; STREMLAU, Nicole. Media and transitional justice: toward a systematic approach. **International Journal of Communication**, Los Angeles, v. 6, p. 1077-1099, Dec. 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudo Históricos**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, 535 p.

SAMPAIO, José Aderson Leite; LEMOS, Eduardo Loureiro. Notas sobre o direito à memória e à verdade. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (Orgs.). **Direitos humanos atual**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 202-219.

SAVELSBERG, Joachim; KING, Ryan. Law and Collective Memory. **Annual Review of Law and Social Science**, Palo Alto, v. 3, Dec. 2007, p. 99-114.

SANGLARD, Fernanda Nalon; TRISTÃO, Marise Baesso. Relatos da ditadura: memórias divulgadas pela imprensa brasileira a partir dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun. 2014. p. 51-65.

TELES, Edson. **Democracia e Estado de exceção**: transição e memória política no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Fap-Unifesp, 2015.

THOMÉ, Clarissa. Militares perseguidos pela ditadura falam a CNV. **Estadão**, São Paulo, 12 ago. 2013. Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,militares-perseguidos-pela-ditadura-falam-a-cnv,1063312>> Acesso em: 7 jul. 2016.

WALTENBERG, Guilherme. Braga defende investigação de militares e militantes. **Estadão**, São Paulo, 15 maio 2012. Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,braga-defende-investigacao-de-militares-e-de-militantes,873234>>. Acesso em: 11 de jul. 2016.

METACRÍTICA:
EXPERIÊNCIAS
JORNALÍSTICAS
QUE
CONFIGURAM
NARRATIVAS DA
DIVERSIDADE

[ARTIGO]

Marta Regina Maia

Universidade Federal de Ouro Preto

Dayane do Carmo Barretos

*Universidade Federal de Minas Gerais
e Universidade Federal de Ouro Preto*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo apresenta uma discussão voltada para as possibilidades engendradas por experiências jornalísticas que acionam novas narrativas sobre a realidade. Consideramos, para efeito de análise, duas pesquisas finalizadas em 2017, que seguem um aporte metodológico da análise da narrativa das produções e dos livros-reportagem das jornalistas Eliane Brum, Fabiana Moraes e Daniela Arbex e as produções do projeto *Ponte: Direitos humanos, justiça e segurança pública*. Localizamos, a partir de um diagnóstico do campo jornalístico e por intermédio das análises, novos contornos estruturais, profissionais e estéticos do campo, o que configura um movimento de metacrítica – emergente dessas novas experiências –, e que promove narrativas plurais e diversas sobre a realidade.

Palavras-chave: Narrativas. Jornalismo. Metacrítica. Diversidade.

This article presents a discussion focused on the possibilities engendered by journalistic experiences that trigger new narratives about reality. For the purpose of analysis, we consider two researches completed in 2017, which follow a methodological contribution of the analysis of the narrative of the productions and the newsreels of journalists Eliane Brum, Fabiana Moraes and Daniela Arbex and the productions of the *Ponte project: Human Rights, Justice and public safety*. Based on a diagnosis of the journalistic field and through the analyzes, new field, professional and aesthetic contours are located, which constitutes a metacritical movement – emerging from these new experiences – and which promotes plural and diverse narratives about reality.

Keywords: Narratives. Journalism. Metacriticism. Diversity.

Este artículo presenta una discusión orientada hacia las posibilidades generadas por experiencias periodísticas que accionan nuevas narrativas sobre la realidad. Consideramos, para efecto de análisis, dos investigaciones finalizadas en 2017, que siguen una contribución metodológica del análisis de la narrativa de las producciones y de los libros-informes de las periodistas Eliane Brum, Fabiana Moraes y Daniela Arbex y las producciones del *proyecto Ponte: Derechos humanos, justicia e segurança pública*. Localizamos, desde un diagnóstico del campo periodístico y por intermedio de los análisis, nuevos contornos estructurales, profesionales y estéticos del campo, lo que configura un movimiento de metacrítica – emergente de esas nuevas experiencias –, y que promueve narraciones plurales y diversas sobre la realidad.

Palabras clave: Narrativas. Periodismo. Metacrítica. Diversidad.

Introdução

O nosso contato com a realidade revela tensões por vezes mais diretas, por vezes mais sutis, que, de alguma maneira, conformam os sentidos que traçamos para as ações e atitudes que configuram nosso cotidiano. Os contornos espaço-temporais delineados por esses sentidos nos indicam as trajetórias possíveis a serem seguidas. Esse movimento de construção narrativa tem como um dos alicerces a esfera comunicativa, mais propriamente, no âmbito deste artigo, a experiência jornalística.

Ao refletir sobre os saberes produzidos e ressignificados, em especial pelos meios de comunicação, estamos dizendo, a partir da visão de Dewey (1980), que esse saber não é simplesmente “transmitido” e recebido pelos receptores, mas sim compartilhado nas trocas cotidianas entre os sujeitos na esfera pública. Refletir sobre o caráter interacional para o qual aponta Dewey (1980), que confere ao jornalismo o papel de mediador social, é fundamental para problematizar o potencial crítico que emerge dessa relação entre sujeitos no processo comunicativo.

Isso posto, queremos falar, neste trabalho, sobre experiências jornalísticas que contribuem para promover narrativas da diversidade na contemporaneidade, além de levantar reflexões que nascem no seio da tensão entre esse modelo de produção jornalística arraigado nos ideais burgueses da modernidade e a emergência de novos discursos sobre a diversidade que a contemporaneidade traz para o jornalismo.

Queremos tensionar o campo jornalístico que ainda enxerga as redações como

o espaço fulcral da ação profissional. Eric Neveu (2010), estudioso da sociologia do trabalho dos jornalistas, faz um alerta sobre as novas condições de trabalho da área, visto que o empreendedorismo e o aumento de profissionais freelancer (e a própria precarização) redefinem a perspectiva da prática profissional que extrapola a dinâmica das redações (NEVEU, 2010). Estudo recente e realizado por pesquisadores brasileiros reafirmam essa tendência também no Brasil (FÍGARO, 2013).

Nosso intuito, neste artigo, é pensar o lugar da crítica no jornalismo não de forma unilateral, mas a partir da inspiração interacional, como um processo múltiplo e contínuo em que a sociedade e a prática jornalística se influenciam mutuamente. Defendemos aqui que a própria prática é reveladora de uma crítica, tanto no que se refere aos seus próprios rumos, como nas abordagens sobre as diversidades que as produções jornalísticas encetam.

Atualmente a crítica nos parece seguir duas frentes: 1) a crítica formulada enquanto tal, muito presente em pesquisas acadêmicas e observatórios da imprensa, e 2) a crítica que se configura a partir de novas experiências jornalísticas, que pela ação e modificação de formatos e modos de narrar chamam atenção para as potencialidades do próprio fazer. Sendo assim, nossa intenção, no escopo deste artigo, é investigar as potencialidades dessa segunda perspectiva nas reflexões sobre o jornalismo.

Como procedimento metodológico, apoiamos nossas inquietações e perspectivas na análise de narrativas a partir de duas pesquisas realizadas em 2017. A primeira consiste em uma dissertação de

mestrado (BARRETOS, 2017) que abordou a alteridade e a partilha de sentidos possíveis a partir da escrita de jornalistas brasileiras. Nessa pesquisa discutimos algumas possibilidades para o jornalismo contemporâneo, principalmente a partir do formato livro-reportagem. Desse modo, para o presente texto, decidimos trazer as proposições desse movimento analítico à luz de uma discussão sobre a crítica. A outra pesquisa (MAIA, DRUMOND e ANICETO, 2017) está ancorada no estudo de caso em consonância com a análise de narrativas produzidas no contexto do projeto *Ponte: Direitos humanos, justiça e segurança pública*¹, projeto que trabalha, na prática, outra perspectiva do jornalismo, consubstanciada na diversidade de fontes, na escrita humanizada e na evidenciação do jornalista-narrador.

Mediação, midiatização e interação

Desenvolver um estudo que aborde a prática jornalística não significa destacá-la do seu contexto de origem: o processo comunicativo. Desse modo, ao refletirmos sobre o papel do jornalismo na construção de sentidos acerca da diversidade, seja ela de sujeitos ou de processos sociais, devemos considerar o seu papel de mediação. Além disso, é necessário inseri-lo na lógica da sociedade contemporânea, em que a mídia exerce um papel significativo por mediar a relação entre os saberes e sentidos diversos do mundo

[1] PONTES: direitos humanos, justiça e segurança pública. Disponível em: <<https://ponte.org/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

e o sujeito receptor. Para Braga (2012, p. 32), “a ideia de mediação corresponde à percepção de que não temos um conhecimento direto da realidade – nosso relacionamento com o ‘real’ é sempre intermediado por um ‘estar na realidade’”. Logo, o sujeito enxerga o mundo sob a lente do seu “estar no mundo”, da sua inserção histórico-cultural com todos os seus elementos mediadores, como o trabalho, a história de vida, a educação e as suas experiências vividas (BRAGA, 2012). Essa inserção cultural do receptor já havia sido assinalada por Martín-Barbero nos anos 1980, superando uma visão calcada apenas nos meios, na influência da comunicação de massa, e introduzindo as mediações culturais como uma possibilidade de enfrentamento e resistência. O destaque aqui é para a perspectiva relacional que emerge desde as proposições do autor, com o receptor integrado em seus ambientes, sua cultura, suas relações.

É importante sinalizar o entendimento de mediação aqui para que possamos pensar o fenômeno da midiatização não a partir da centralidade dos meios e da importância dos aparatos tecnológicos, mas inserindo-o em meio ao processo social, interacional, ao processo comunicativo em sua complexidade, no qual está inserido o jornalismo.

Na sociedade de midiatização, a ‘cultura midiática’ se converte na referência sobre a qual a estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade (FAUSTO NETO, 2008, p. 93).

É nesse sentido que, para refletirmos sobre a diversidade, é necessário re-

fletir sobre a abordagem midiática, e em especial a jornalística, uma vez que os saberes e sentidos veiculados pela mídia possuem força simbólica e de disseminação na sociedade atual.

Se a mídia já faz parte do cotidiano e a midiaticização modifica os nossos processos cognitivos e sociais de apreensão da realidade, a atenção dada ao fenômeno deve articular os sujeitos, em uma perspectiva relacional, e os produtos midiáticos, além de dizer sobre a relação entre as pessoas e esses produtos. A midiaticização é tecnológica e social, cada vez mais importante no processo de atribuição de sentidos ao mundo pelos sujeitos.

En este sentido, la mediatización tiene consecuencias importantes sobre la manera en que el mundo aparece en la vida cotidiana y para ella; y también en este sentido la aparición mediaticizada proporciona, a su vez, un marco para definir y llevar adelante nuestra relación con el otro, en especial con el otro lejano, el otro que sólo se nos hace presente en los medios (SILVERSTONE, 2010, p. 169).

É observando essa crescente ascensão da mídia nas relações cotidianas, estabelecidas com os sujeitos e com o mundo à nossa volta, que propomos pensar o jornalismo. Mar de Fontcuberta (1993) já destacava algo nesse sentido em sua reflexão sobre a função do jornalismo e a importância da mídia no processo de tematização, que seria uma maneira de formar a opinião pública. Segundo o autor, “los medios de comunicación se han convertido en los principales impulsores de la circulación de conocimientos” (MAR DE FONTCU-

BERTA, 1993, p. 35). Seguindo essa linha, entendemos que as práticas e os produtos jornalísticos têm um papel fundamental na disseminação de sentidos e saberes que serão apropriados pela recepção, não de forma passiva, mas por meio de uma espécie de negociação na qual atuam também as experiências vividas, o arcabouço cultural e o contexto histórico-social.

A reflexão sobre a mediação e a midiaticização é fundamental, pois é ela que nos permite compreender o jornalismo em uma dimensão interacional, em que emissor e receptor não são polos extremos, mas se articulam na configuração de sentidos acerca da diversidade. Segundo Vera França (2016), a perspectiva relacional possibilita compreender a comunicação como “um processo de globalidade, em que sujeitos interlocutores, inseridos em uma dada situação, e através da linguagem, produzem e estabelecem sentidos, conformando uma relação e posicionando-se dentro dela” (FRANÇA, 2016, p. 158). A relação entre os sujeitos nessa visada de comunicação não é, portanto, unilateral, mas se baseia em uma mútua afetação e no compartilhamento de sentidos.

É necessário destacar que, ao falarmos em compartilhamento, em construção de mundo comum, não estamos pressupondo uma pacificação, uma concordância entre os sujeitos, tendo em vista que a tensão e o conflito estão presentes nas relações e também são promotores de sentidos. A imagem da partilha nos auxilia a pensar o caráter reflexivo da interação nas situações comunicativas, eliminando completamente a ideia de uma via de mão única, afinal, a disputa de sentidos também está prevista neste cenário.

A abordagem relacional da comunicação possui uma base pragmatista. Portanto, a mudança de paradigma de um modelo informacional para um modelo relacional da comunicação se dá pela via da ação dos sujeitos na constituição do mundo comum, da partilha de sentidos. Nas palavras de Quéré (2018, p. 24) a comunicação torna-se então “uma atividade conjunta de construção de uma perspectiva comum, de um ponto de vista compartilhado, com base de inferência e ação”.

O autor propõe a necessidade de tomar a comunicação como esquema conceitual para dar conta da atividade e da organização sociais, uma vez que, segundo o paradigma proposto por Quéré (2018) a comunicação seria o lugar da constituição social dos fenômenos, “como meio no qual emergem e se mantêm os objetos e os sujeitos, os indivíduos e as coletividades, o mundo comum e a sociedade” (p. 17).

Para tanto, o autor desenvolve uma discussão a partir da proposta de um modelo praxiológico da comunicação, em contraposição à tradição epistemológica que herdamos do século XVII. Segundo Quéré (1991), enquanto o modelo epistemológico parte de um esquema representacionista de produção e transferência de conhecimento, em que uma comunicação bem-sucedida consistiria na constituição de representações similares entre o comunicador e o destinatário, o modelo praxiológico, por sua vez, parte da ideia de uma modelagem de um mundo comum a partir da relação com os outros e com o mundo. “Então, para o modelo praxiológico, a comunicação é essencialmente um processo de organi-

zação de perspectivas compartilhadas, sem o qual nenhuma ação, nenhuma interação é possível”. (QUÉRÉ, 2018, p. 25). Assim, como podemos perceber, a perspectiva praxiológica tem origem na corrente pragmática, fundamentalmente antidualista e anticartesiana, o que torna necessário partir de uma dinâmica complexa, não-dual, para refletirmos sobre o agir comum no mundo entre os sujeitos.

Seguindo essa perspectiva, podemos dizer que não há um emissor e um receptor polarizados, mas sujeitos em relação, em uma situação comunicativa histórico, cultural e socialmente situada e conformada. Nas palavras de França (2016):

É preciso ir além da ideia de um produtor autônomo ou de um sujeito produtivista para acolher a imagem de um sujeito que, ocupando um lugar numa dinâmica relacional (em interações interpessoais ou em sistemas midiáticos complexos), está inserido em um contexto, é parte de uma coletividade, e naquela situação específica se vê afetado pelo outro (p. 159).

Tal articulação do processo de mediação, que prevê uma perspectiva interacional de que participam sujeitos diversos em contextos múltiplos, possibilita-nos entender potencialidades críticas. Isso porque, ao deixarmos de olhar para o jornalismo a partir de uma ideia de transmissão de informação e passarmos a problematizar o seu papel no compartilhamento de saberes e sentidos, que leva em conta todos os sujeitos envolvidos nesse processo, a crítica desponta como fruto dessa relação complexa e multilateral.

Novos contornos estruturais, profissionais e estéticos do jornalismo

Mas, afinal, de que jornalismo estamos falando? Refletir sobre a globalidade da prática jornalística no âmbito comunicacional requer uma problematização da atividade no cenário contemporâneo. Gislene Silva (2009) parte do conceito de campo em Bourdieu (1997), como um espaço social estruturado, instância onde se localizam certas práticas, um campo de forças. Ao tratar especificamente do jornalismo, Bourdieu (1997, p. 55 apud SILVA, 2009, p. 198) “define o campo jornalístico como um microcosmo que tem leis próprias, marcado por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsas que sofre da parte de outros microcosmos”. Há, portanto, tanto uma dimensão autônoma como um caráter dependente de outros campos, como o político e o econômico. A autora considera que, ao tomarmos o jornalismo como objeto, o nosso olhar não pode se restringir apenas à prática em si, limitando-se a descrever produtos ou rotinas produtivas; é necessário olhar para o fenômeno como um todo (SILVA, 2009).

Erik Neveu (2010) contribui para essa perspectiva ao afirmar que o jornalismo está inserido em tradições nacionais e possui uma forte vinculação temporal, histórica. O jornalismo brasileiro, por exemplo, que inicialmente se aproximou do estilo francês, mais literário e engajado politicamente, acabou influenciado pela tradição anglo-americana do século XX, que se firmou como referência. Assim, buscar uma definição de jornalismo transnacional, que não leve em conta contextos como

esse, não permite uma aproximação da realidade da prática. Dessa forma, não é possível desvincular a atividade jornalística do contexto histórico-social, bem como dos outros campos que influenciam a prática, como o político, o econômico e o cultural.

O jornalismo tem o mesmo caráter mutante da sociedade. Não é possível limitar o papel do jornalismo a um intérprete dos fatos quando, na verdade, ele possui um papel social, apropria-se da rede complexa da sociedade, com as relações e urgências que nela se estabelecem, mudando na medida em que ela se modifica, ou seja, constantemente. As pressões vivenciadas diariamente na profissão, tanto internas como vindas de outros campos, como o econômico, afetam os sujeitos jornalistas, as produções finais e, conseqüentemente, os sujeitos leitores, transformando o modo como a prática se efetua e é vista.

Por ser uma prática complexa, o jornalismo pode ser tomado a partir de algumas dimensões como: por sua missão ou função na sociedade; pelas suas características estruturais; pelas rotinas produtivas; como profissão; pela sua dimensão discursiva e narrativa. Devido a esse caráter multifacetário, cada pesquisa na área dos estudos em jornalismo tende a dar ênfase a algumas dimensões em detrimento de outras, mas é necessário ter em vista que se trata de um objeto amplo e complexo, envolto em uma série de mecanismos de outros campos e de grande importância social. Essa característica do campo dificulta a sua compreensão total, o que acaba por ocasionar, em contrapartida, uma tentativa de homogeneização do jornalismo, destacando-se aspectos

consensuais, buscando-se ainda determinar características essenciais, que contribuem para a legitimação da prática, e apagando sua multiplicidade de abordagens e particularidades.

Para Deuze e Witschge (2015), o plano moderno de colocar um objeto rebelde, como é o caso do jornalismo, sob controle, ocorre em consequência da busca pela construção de coerência e consenso. No entanto, os autores destacam que o jornalismo é feito e refeito todos os dias por jornalistas, é uma profissão em evolução, que necessita de uma ontologia do *tornar-se* ao invés do *ser*. O olhar sempre para o ambiente da redação, das organizações, já não basta, tornando necessário encontrar “maneiras de abordar o jornalismo em sua construção através das práticas cotidianas e da variedade de (auto)compreensões do jornalismo que cercam a profissão” (DEUZE e WITSCHGE, 2015, p. 24).

A inquietação dos autores nos inspira a perscrutar a prática jornalística não a partir do que seu discurso diz que ela é, na forma como ela se legitimou ao longo do tempo, mas buscando pistas de uma crítica que ocorre nas próprias produções. Narrativas que chamam atenção para tensões, desafios e angústias que não estão previstos nos manuais de redação, bem como apontam para possibilidades de narrar o diverso. Trataremos dessa questão de forma mais aprofundada no próximo item, aqui vale a indicação da importância de buscarmos novos olhares para encarar o fazer jornalístico.

Em um trabalho mais recente, os autores discutem a necessidade de conceituar o jornalismo para além das anti-

gas organizações. “O que o jornalismo é e o que é ser um jornalista pode ser entendido tanto em termos ideológicos quanto praxeológicos e não são mais dependentes do trabalho realizado dentro de instituições” (DEUZE e WITSCHGE, 2016, p. 12). Assim, as novas condições de trabalho, o empreendedorismo, o aumento de profissionais freelancer e a precarização redefinem o horizonte da prática, que não mais pode ser limitada e compreendida sob a dinâmica das redações.

A fim de ressituar os estudos em jornalismo é preciso compreender o cenário social mais amplo em que a prática se insere e que ela ajuda a constituir. Deuze e Witschge afirmam:

Uma chave para reorientar os estudos em jornalismo no sentido de compreender a condição humana em rápida mudança pode ser encontrada no projeto do fim do século XX de re-teorizar a própria modernidade, aferido pela sugestão de que a modernidade entrou em uma nova fase, formulada como uma modernidade segunda, em rede ou líquida (2016, p. 12).

Desse modo, da mesma forma que a prática jornalística se transforma a partir da liquidez de que trata Bauman (2001), ela é conformada por essa sociedade líquida moderna, na qual “incerteza, fluxo, mudança, conflito e revolução são condições permanentes da vida cotidiana” (DEUZE e WITSCHGE, 2016, p. 12). Com isso, a mídia e o jornalismo exercem um importante papel na exposição e expansão desse estado líquido da modernidade, ou seja, o jornalismo é, ao mesmo tempo, produto e resposta do ambiente instaurado.

Essa conformação da prática sob essa liquidez pode ser observada não só pela individualização da atividade jornalística ou por uma aceleração da produção com coberturas em tempo real e a instantaneidade, mas em iniciativas em resposta a esses sintomas, como é o caso da valorização de um jornalismo que investe em produções de caráter intensivo e extensivo que visam fazer frente a uma superficialidade da cobertura. Para tanto, sob uma perspectiva de um jornalismo que “torna-se” ao invés de “ser”, podemos perceber uma multiplicidade de dinâmicas, gêneros e formatos para a prática nesses tempos líquido-modernos, o que mostra ser possível, segundo os autores, falarmos em *jornalisms*, no plural, uma vez que não há mais como homogeneizar os processos e as produções jornalísticas, principalmente aquelas que buscam tratar da diversidade.

A dificuldade inserida nesse quadro, para os estudiosos da área, é a relação com um objeto cada vez mais fluido, o que evidencia a necessidade de reconsiderarmos antigos saberes que se baseavam em espaços bem organizados de trabalho e voltarmos o olhar para essa rede dispersa e fragmentada de jornalistas, observando que olhar para as rotinas de produção já não é mais suficiente para compreender as dinâmicas do campo (DEUZE e WITSCHGE, 2016).

À vista disso, os novos contornos estruturais, profissionais e estéticos do jornalismo atual expõem a fragilidade de antigos discursos sobre a prática, como os da objetividade e da imparcialidade que buscavam esconder o elemento persuasivo da atividade jornalística. Em contrapartida, ao colocar velhos cânones em

xeque, abrem-se novos caminhos para a compreensão da prática, como buscamos apontar neste trabalho.

Nesse esteio, Gislene Silva (2009), ao tecer suas críticas sobre o modo como se toma o jornalismo enquanto objeto, destaca que “categorias clássicas do jornalismo moderno – objetividade, imparcialidade, atualidade – não atendem à complexidade do processo comunicacional-jornalístico” (SILVA, 2009, p. 208). Tais categorias habitam discursos sobre a prática que se revelam em dissonância com a realidade e, portanto, devem ser tratados criticamente, sempre buscando um olhar além, que leve em conta que, por trás dessas características e parâmetros tidos como parte de uma essência jornalística, esconde-se um desejo de legitimação.

Dessa forma, a construção de um discurso sobre si mesma contribuiu para padronizar a prática jornalística; tentou-se materializar ideais como imparcialidade e objetividade no modelo de texto jornalístico tradicional, para que fosse assim reconhecido enquanto tal. Essa homogeneização do modo como a prática é vista se torna problemática na medida em que, ao criticar esse modo específico do fazer jornalístico, praticado pelas grandes empresas de jornalismo que possuem uma maior difusão e, portanto, maior acesso, promove-se um deslocamento dessa crítica para o jornalismo como um todo. Nesse ponto, a prática e o discurso sobre a prática se atravessam, constituindo um saber acerca do que seria o jornalismo, além de legitimar uma determinada forma de olhar e de narrar a realidade. No entanto, é necessário questionar: a complexidade do fazer jornalístico pode ser limitada a essa concepção?

É nesse sentido que a ação questionadora dos próprios repórteres e também dos leitores se faz fundamental. É ela que permite o tensionamento dos jornalismo possíveis para além de uma concepção limitadora que diz respeito às práticas hegemônicas e que não dá conta da multiplicidade de fazeres. E é esse movimento crítico que será abordado a seguir.

A metacrítica como materialização da experiência jornalística renovada

A dinâmica constituinte e instituinte de sentidos em nosso cotidiano é pautada pelo ambiente de mediações presentes em nosso espaço social, o que garante uma expressiva presença de materiais simbólicos em nossos movimentos interativos. Em todo caso, como não temos a pretensão de ampliar o escopo do presente trabalho, iremos refletir, em especial, sobre a mediação jornalística tal qual nos propõe o pesquisador Elton Antunes (2016). Ao discutir o papel das mídias noticiosas como integrantes de um processo mais complexo de interações, ele afirma que podemos pensar a mediação jornalística “como uma rede de circulação de notícias mas também de partilha de valores e de legitimidade” (ANTUNES, 2016, p. 54).

Antes, porém, de adentrarmos nessa esfera particular, propomos uma rápida discussão sobre a metacrítica como espaço de materialização de uma experiência que exprime os possíveis jornalismo em voga na contemporaneidade.

Ao trazer à tona o conceito de metacrítica, estamos, de alguma forma, explicitando o papel da crítica na atualidade. Trazemos aqui a perspectiva adotada por Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009), que questionam os motivos pelos quais a crítica ao sistema capitalista chegou a níveis mínimos no final do século XX (explicitando que o século XXI ainda está em seu início). Eles trabalham com a noção de “espírito capitalista”, em três períodos históricos, que seria a forma que o próprio sistema teria para agenciar e conformar o engajamento ao sistema. De maneira resumida, é possível dizer que o primeiro espírito trazia como mote a noção do capitalista empreendedor, burguês, uma clara referência ao que poderia ser chamado de capitalismo familiar; o segundo espírito, teria se organizado em torno da figura do diretor e dos executivos, tendo como foco a burocracia e a especialização; e o terceiro é o que envolve o capitalismo globalizado, em especial a partir das novas tecnologias.

Essas transformações no sistema capitalista não ocorreram como desenvolvimentos inerentes ao sistema, mas, de alguma forma, passaram por tensões ocasionadas pela ação dos movimentos sociais, instados a partir de determinadas críticas. A relação entre mudanças e críticas, portanto, é própria da realidade societária, que atravessa momentos instáveis em sua composição. Boltanski e Chiapello (2009) identificam quatro fontes de indignação em relação ao sistema capitalista:

a) como fonte de desencanto e de inautenticidade dos objetos, das pessoas, dos sentimentos e, de modo mais geral, do tipo de vida que lhe está associado; b)

o capitalismo como fonte de opressão, porque, por um lado, se opõe à liberdade, à autonomia e à criatividade dos seres humanos que, sob seu império, estão submetidos à dominação do mercado como força impessoal que fixa os preços e designa os homens e produtos-serviços desejáveis ou não, e, por outro lado, devido às formas de subordinação da condição salarial [...]; c) o capitalismo como fonte de miséria para os trabalhadores e de desigualdades com uma amplitude desconhecida no passado; d) o capitalismo como fonte de oportunismo e egoísmo que, favorecendo apenas os interesses particulares, revela-se destruidor dos vínculos sociais e das solidariedades comunitárias, em particular das solidariedades mínimas entre ricos e pobres (p. 73).

O modelo jornalístico mais tradicional, organizado a partir de instituições empresariais capitalistas, estaria em uma situação de passibilidade desse movimento de indignação. O que os autores dirão, entretanto, é que essas fontes de indignação não são articuladas e, muitas vezes, chegam a estados de oposição entre si. O que nos leva a questão da eficácia da crítica aos modelos de jornalismo existentes.

Se a crítica ao sistema, de modo geral, não tem conseguido promover grandes mudanças, é possível inferir que o modo de produção jornalística tradicional também não tem passado por muitas alterações. O que nos leva então para uma outra visada, reconhecendo na metacrítica um movimento crítico que por não ser exterior ao fazer jornalístico incide diretamente na prática profissional, com resultados distintos ao modelo ainda tido como hegemôni-

co. Dessa forma, surgem novos modos de experimentar o jornalismo que “empreendem uma crítica àquilo estabelecido como padrão, realizando-a não como uma análise sobre a mídia, mas no próprio fazer midiático” (SILVA e SOARES, 2016, p. 12).

Como forma de intervir de maneira original e pouco afeita aos ditames dos manuais de redação, vislumbramos, no escopo desse trabalho, a potência de novas atividades profissionais, muitas delas oriundas da conexão entre leitores, responsáveis por financiamentos coletivos, e outras vindas da iniciativa de jornalistas com larga experiência nas redações tradicionais, e que exercem o que poderíamos chamar de narrativas da diversidade. Essa modalidade de configurar experiências a partir de outras vozes, outras fontes e outras formas de captar e escrever sobre o real adquire inúmeras formas, como sites, livros e blogs. Uma perspectiva prismática que atende às diferenças, sem deixar de tocar nas tensões inerentes aos seres humanos em sociedade.

Para Medina (2006, p. 69) “comunhão, a plenitude da comunicação, ocorre na tríplice tessitura da ética, técnica e estética”. Essas três dimensões são fundamentais para o devido tensionamento das práticas jornalísticas. Problematizar essa tríade – ética, técnica e estética – nesse âmbito é um exercício que deve ser efetuado tanto pelos profissionais da área quanto pelos seus estudiosos. Buscando assim diminuir o hiato que existe entre o discurso e o dia a dia da atividade jornalística.

Nesse esteio, temos a dimensão técnica enquanto questão. No que se refere aos avanços tecnológicos, o desenvolvi-

mento da *web* como espaço para produção e distribuição de conteúdo jornalístico trouxe novas e inéditas possibilidades para a produção jornalística. No ambiente digital, novas ferramentas possibilitaram novos formatos e, sobretudo, a mescla de diversas linguagens já conhecidas, como vídeo, foto, áudio e texto em uma mesma reportagem. Ainda que na época do surgimento da internet alguns fatalistas pregassem o fim do jornalismo, o que ocorreu foi o inverso: iniciativas de produção jornalística independente, projetos ligados aos movimentos sociais e propostas que se baseiam no livre compartilhamento encontraram o seu lugar na *web*.

O baixo custo de manutenção, a possibilidade de uma narrativa que pode agregar diversos formatos, uma infinidade de espaço e uma fácil e rápida disseminação tornaram possível o advento de diversos projetos de jornalismo independente das grandes empresas de comunicação. Como é o caso de iniciativas como a *rede Jornalistas Livres*, a *Ponte Jornalismo*, a *Mídia Ninja* e a *Agência Pública*, que despontam no cenário comunicacional digital e promovem uma crítica aos moldes convencionais do jornalismo exercido nos grandes meios ao demonstrar que um novo modo de jornalismo é possível.

A *Agência Pública* representa uma proposta que se fixou na *web*, explorando o formato de agência, e produz, segundo seu site²,

[...] reportagens de fôlego pautadas pelo interesse público, sobre as grandes questões do país do ponto de vista da população – visando ao fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos (AGÊNCIA PÚBLICA, 2018).

As produções podem ser replicadas livremente desde que sejam dados os devidos créditos. A agência foi fundada pelas jornalistas Natália Viana e Marina Amaral, não possui fins lucrativos e é financiada por fundações como a *Ford Foundation* e a *Open Society Foundation*, além de contar com financiamentos específicos para algumas séries de reportagens, e por meio do *crowdfunding*³.

Já a proposta da *Mídia Ninja* e da *rede Jornalistas Livres* se baseia em uma rede de comunicadores e coletivos que se articulam para a produção de conteúdo jornalístico. Utilizam a internet para distribuir as suas produções e têm como proposta o livre compartilhamento. No caso da *rede Jornalistas Livres* não há uma gestão definida; todos os participantes produzem e disponibilizam o conteúdo no site.

Salvo as especificidades de cada um desses projetos, eles aglutinam algumas discussões sobre os rumos do jornalismo na atualidade, como a crítica à produção jornalística dos grandes veículos de comunicação e a invisibilidade de questões caras ao debate democrático e à promoção de direitos humanos na mídia tradicional.

[2] AGÊNCIA PÚBLICA, 2011. Disponível em: <<https://apublica.org/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

[3] Modelo de financiamento coletivo baseado na doação direta dos próprios leitores.

Além de uma crítica sobre a própria prática, suas dinâmicas e características, essas iniciativas trazem em suas produções modos de olhar para a diversidade que são por si só críticas a uma invisibilidade do diverso na chamada mídia tradicional, bem como a abordagens limitadoras e reducionistas das realidades múltiplas. Estamos falando aqui de um narrar que é ação crítica, como ocorre em *São Gabriel e seus demônios*,⁴ reportagem produzida pela jornalista Natália Viana (2015) e veiculada no site *Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo*. A produção foi vencedora na categoria Crônica e Reportagem do Prêmio Gabriel García Márquez de Jornalismo⁵ de 2016, premiação que é uma iniciativa da *Fundação para o Novo Jornalismo Ibero-americano* (Fnpi)⁶. Nessa produção, a jornalista aborda o alto índice de suicídio indígena, principalmente de jovens, na região de São Gabriel da Cachoeira, cidade localizada às margens do Rio Negro, no Amazonas.

A reportagem articula sentidos e saberes diversos que se referem ao modo indígena de ver e de experienciar o mundo, que, atualmente, não é mais apenas a partir de um conhecimento ancestral tradicional, mas que já ocorre a partir de

outras matrizes fruto da relação entre indígenas e população local, assim como a influência das igrejas evangélica e católica. Como problematiza a jornalista⁷:

A primeira coisa que é preciso saber ao chegar a São Gabriel da Cachoeira é que, debaixo do morro que ladeia a praia de areia branca e águas escuras, mora a Cobra Grande, pronta a engolir o visitante desavisado, seja índio ou branco, que se aventura sem cuidado nas fortes corredeiras. Ali onde está a igreja católica, azul e branca, e o imponente prédio da Diocese a paisagem é tingida pelo som furioso das águas, ininterrupto. À noite, quando o barulho dos carros e dos bares se aquieta, parece que as cachoeiras formadas pelas pedras do rio passam por cima da cidade e arrastam todo mundo para longe, como nas tantas histórias que se conta sobre jovens, meninos e meninas abraçados pela cobra do rio (VIANA, 2015).

Abordar essa multiplicidade é uma das marcas dessa produção, que foi laureada por uma iniciativa que premia produções jornalísticas que aliam rigor investigativo e cuidado narrativo na Ibero-América. Essa abordagem torna-se reveladora de tantas outras pluralidades que não aparecem em outras narrativas do jornalismo.

Além da crítica pelo narrar, a reportagem também se mostra questionadora

[4] VIANA, Natália. *São Gabriel e seus demônios*. **Agência Pública**, 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/05/sao-gabriel-e-seus-demonios/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

[5] PRÊMIO GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ DE PERIODISMO, 2016, Cartagena de Índias, Colombia. **Anais eletrônicos**... Cartagena de Índias, Colombia: Fnpi, 2016. Disponível em: <<http://www.fnpi.org/premioggm/el-premio-2/acerca-del-premio/?lang=pt>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

[6] Fnpi. Disponível em: <<http://www.fnpi.org/index.php?id=261>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

[7] VIANA, Natália. *São Gabriel e seus demônios*. **Agência Pública**, 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/05/sao-gabriel-e-seus-demonios/>>. Acesso em: 14 fev. 2018. Reportagem on-line.

da atividade jornalística, conforme podemos ver no trecho⁸:

Mas quem chega a São Gabriel e pergunta nas ruas, nos bares, nas igrejas vai ouvir que os suicídios são um problema do passado. Uma crise, um surto, pronto, passou, não se fala mais nisso. Faz tempo que o assunto não atrai jornalistas forasteiros rio acima, com seus gravadores e suas perguntas. É no passar vagaroso dos dias que os relatos começam a aparecer. E são muitos, em todo canto (VIANA, 2015).

Seguindo essa mesma perspectiva, temos outro exemplo inovador que é a *Ponte Jornalismo*, que se configura, segundo seu site⁹,

[...] como um canal de informações sobre Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos que surgiu da convicção de um grupo de jornalistas de que jornalismo de qualidade sob o prisma dos direitos humanos é capaz de ajudar na construção de um mundo mais justo (2014).

A iniciativa foi encaminhada pelos jornalistas André Caramante, Bruno Paes Manso, Caio Palazzo, Claudia Belfort, Fausto Salvadori Filho, Joana Brasileiro, Laura Capriglione, Luis Adorno, Maria Carolina Trevisan, Marina Amaral, Milton Bellintani, Natalia Viana, Paulo Eduardo Dias, Tatiana Merlino, Rafael Bonifácio e William Cardoso. O projeto contou, inicialmente, com o apoio financeiro da *Agência Pública* e, atualmente, conta

com o auxílio de mais de 40 instituições e 52 indivíduos divididos entre artistas, intelectuais, empresas de jornalismo independente, ONGs e coletivos nacionais.

Pesquisa realizada em 2017 por Maia, Drumond e Aniceto, que teve como norte metodológico o estudo de caso e a análise das narrativas jornalísticas a partir da transparência dos métodos de captação e da identificação das fontes principais das matérias e reportagens produzidas pela *Ponte*¹⁰, observou que há um equilíbrio no processo de produção das reportagens, em que pese a linha editorial do projeto evidenciar o compromisso com a justiça e os direitos humanos.

Um dos elementos importantes a ser considerado refere-se à forma de organização da *Ponte Jornalismo*. Temos aqui um caso em que o papel do jornalista aparece de maneira ativa e autoral, o que diverge do padrão rotineiro sustentado pelas empresas jornalísticas, que seguem parâmetros definidos a partir da chamada “objetividade” ou da “imparcialidade”.

Outro aspecto a ser considerado, e que mais condiz com a discussão aqui proposta, indica a presença de fontes variadas e diversas, o que conflita com a

[8] Idem.

[9] PONTE JORNALISMO, 2014. Disponível em: <https://ponte.org/>. Acesso em: 14 fev. 2018.

[10] A proposta da pesquisa era compreender como o processo de produção noticiosa da *Ponte* diverge das estruturas das narrativas jornalísticas tradicionais. Nesse sentido, foram selecionadas 12 reportagens veiculadas entre os meses de junho e julho de 2017 pelo veículo e empreendeu-se a identificação de suas fontes (em ordem de aparição, de forma a evidenciar a hierarquização das personagens consultadas), temas (através da manchete e linha fina) e elementos de subversão e transparência no processo narrativo.

publicação de matérias relacionadas à violência nos veículos tradicionais:

Das fontes consultadas para a construção das reportagens, 25 são fontes “da margem” (presidiários, detentos, usuários de drogas, moradores de comunidades periféricas, mulheres e minorias vítimas de opressão), dez são especialistas, quatro são fontes oficiais e oito seguem aos intertítulos “Outro lado” dentro das reportagens de denúncia – fontes que respondem pelos acusados, sendo eles muitas vezes assessores de imprensa ou advogados (MAIA, DRUMOND e ANICETO, 2017, p. 89).

O que se percebeu, a partir da análise das 12 reportagens da *Ponte*, é que a maioria absoluta das fontes advém da “margem”, situação inversa das publicações convencionais da área de segurança que priorizam os boletins de ocorrência e versões policiais para a produção das reportagens. Reconhecemos também a coerência do projeto, que ousa apresentar outras vozes no cenário comunicacional e, além disso, assume um relato humanizado dessas histórias que poderiam ser silenciadas, dada a condição periférica das fontes (seja geográfica ou politicamente).

As novas possibilidades trazidas pelo cenário digital, aliadas a uma postura crítica adotada por jornalistas que buscam olhar para a atividade a partir das suas potencialidades, abrem um novo horizonte de possibilidades. Ao tentar se desvincular da lógica de mercado buscando novas formas de financiamento e condições de produção mais baratas, há uma mudança significativa na dinâmica da prática jornalística, propiciando uma

maior independência na produção de conteúdo. Além disso, tensionar o modelo jornalístico tradicional a partir de propostas consistentes de um novo modo de produzir conteúdo jornalístico, de narrar e, assim, de compartilhar a realidade, é um importante ponto de partida para repensar o jornalismo atual.

No entanto, não foi o ambiente digital, com as suas ferramentas e potencialidades que destacamos aqui, que inaugurou as possibilidades críticas presentes em produções jornalísticas. Em pesquisa realizada para a produção da dissertação de Mestrado em Comunicação, na Universidade Federal de Ouro Preto (BARRETOS, 2017), tivemos como intuito refletir sobre a alteridade e a partilha de sentidos possíveis pela escrita jornalística. Essa investigação nos permitiu acessar relatos acerca da própria prática, assim como tensionar narrativas de livros-reportagem em busca de uma maior compreensão de uma relação entre sujeitos intrínseca ao jornalismo.

Trazemos essa experiência de pesquisa aqui, pois ela nos revelou uma crítica jornalística que se relaciona a uma dimensão ética. E não apenas a ética deontológica, prevista em um código de conduta, mas a ética que deriva da relação com o *outro*. Nesse sentido, muitos dos questionamentos e apontamentos encontrados apontavam na direção de uma complexidade ao abordar a diversidade, que diz respeito aos vários *outros* que estão imersos em realidades e processos distintos.

O próprio espaço do livro-reportagem é muitas vezes o local de ampliação da ex-

periência jornalística das redações. Obras como *O olho da rua*, de Eliane Brum (2008,) e *O nascimento de Joicy*, de Fabiana Moraes (2015), trazem relatos sobre o processo de produção de narrativas jornalísticas (nesses dois casos em particular de narrativas que foram veiculadas em veículos da imprensa tradicional: a revista *Época* e o *Jornal do Commercio*).

Já as produções de Daniela Arbex (2015), ainda que não tragam partes ou capítulos específicos para apresentar os bastidores da produção, também apresentam em suas narrativas aspectos da investigação. Desse modo, há o intuito de apresentar uma transparência dos procedimentos de captação, compartilhando esse processo com o leitor. A produção da autora analisada em nossa pesquisa, o livro-reportagem *Cova 312*, segue a característica principal da prática de Arbex: um profundo trabalho investigativo. Nesse sentido, a produção da autora em livro configura-se enquanto uma ampliação do trabalho jornalístico investigativo em que diferentes vozes, versões, documentos, dados e o olhar crítico da autora são articulados à experiência de apuração da jornalista durante a construção narrativa.

Um exemplo disso é a apresentação de versões contraditórias envolvendo uma mesma fonte, como no seguinte trecho:

Araken garante que Milton nunca soube que, ao invés do *Panfleto*, estava na verdade transportando armamento utilizado em Santa Catarina[...]. Edelson contesta a informação e garante que tanto ele quanto o irmão sabiam exatamente o que estavam carregando (ARBEX, 2015, p. 50).

Além de deixar transparecer o dissenso, a jornalista utiliza do mecanismo de transparência para descrever os passos da apuração e os desafios do cotidiano em uma redação jornalística de um jornal do interior:

Comecei pela localização dos amigos de Milton Castro que foram trazidos para Juiz de Fora com ele. Antes, porém, teria de encontrar, por telefone, seus parentes, já que o jornal não dispunha de recursos para uma viagem a Porto Alegre (ARBEX, 2015, p. 95).

A jornalista Eliane Brum (2008), em sua reportagem chamada *Um país chamado Brasilândia*, compartilha o desafio de tratar de uma vivência tão marcada pela diversidade na comunidade de Brasilândia, bem como a busca por um modo de olhar que possibilitasse uma maior compreensão da complexidade do cotidiano e dos sujeitos daquela comunidade sem cair no extremo da fantasia.

Meu desafio era continuar estrangeira para manter o olhar de espanto, necessário para ver uma camada além do óbvio. Mas sem me deixar contaminar pelo olhar de turista, aquele que enxerga a realidade filtrada pelos seus preconceitos ou pelas suas fantasias (BRUM, 2008, p. 302).

Já no que diz respeito a uma postura do próprio jornalista, Brum (2008) aciona uma crítica a um fazer jornalístico em certa medida automatizado, em que a responsabilidade com as fontes e personagens muitas vezes é deixada de lado. Na visão da autora:

[...] nenhuma reportagem é mais importante que uma pessoa. Nós sempre temos de dar para cada um que nos honra com a história de sua vida a explicação clara, honesta, de que isso vai ser contado para milhões de pessoas, vai se transformar em documento (p. 129).

Esse fragmento foi retirado do relato da jornalista sobre a reportagem *A casa de velhos*, da parte em que ela reflete sobre como inconscientemente expôs aqueles que confiaram suas confidências a ela. “Eu levei sua voz ao mundo de fora, mas os expus. Eu os tratei como personagens de ficção, não como gente real” (BRUM, 2008, p. 130). Essa autocrítica demonstra a necessidade constante de reflexão, fazendo com que o olhar do jornalista para o seu fazer se desenvolva no sentido de um comprometimento com as pessoas.

Em um movimento semelhante, Moraes (2015) partilha com seus leitores os problemas e reflexões vivenciados durante a produção de uma reportagem sobre o processo de redesignação sexual de uma mulher trans do interior de Pernambuco. Tratar dessa realidade que é vivenciada por tantas pessoas no país demandou uma crítica acerca de um fazer jornalístico que invisibiliza. A escolha da jornalista foi por produzir um relato pessoal e incluí-lo no livro que continha a reportagem na íntegra. No entanto, a narrativa da reportagem em si aciona reflexões que são próprias da experiência trans, como no seguinte diálogo que ela transcreve:

- Soubesse que tinham te dado como morto, João?

- Agora é Joicy, mulher

- Desculpa, eu esqueço. Soubesse? (MORAES, 2015, p. 68)

O livro *O nascimento de Joicy* possui uma singularidade no que se refere à reflexão sobre a prática jornalística. Na segunda parte do livro, Moraes (2015) expõe o seu convívio com a personagem Joicy, as dificuldades, os conflitos, os impasses que perpassam a relação entre jornalista e personagem. Desse modo, essa produção não só é reveladora da interação entre sujeitos no jornalismo para além da produção jornalística final, a reportagem, mas também tem como particularidade ser um espaço de reflexão da própria jornalista sobre o seu fazer.

Essa segunda parte inicia-se com a descrição de um momento delicado vivenciado por ela após a publicação da reportagem no jornal, em que Joicy a acusa de estar ficando com o dinheiro das doações que começaram a ser feitas por leitores.

Há inclusive quem diga que você vem ficando com todo o dinheiro que deveria me dar”, disse Joicy, falando de um telefone a quase 300 quilômetros de distância de mim. Eu estava acostumada a ouvir absurdos de diferentes graus nas conversas que mantínhamos a mais de um ano, mas a frase foi fulminante (MORAES, 2015, p. 91).

Assim, assumindo as questões limítimas que emergem da relação entre o repórter e o personagem e desenvolvendo uma autocrítica acerca desse processo de aproximação, Moraes destaca a necessidade de uma desconstrução da ideia de não-proximidade, de um não-envolvimento.

Mais do que deixar claro para o leitor o processo de construção da reportagem, a transparência é uma forma de refletir sobre a prática jornalística. “As situações descritas, possivelmente prosaicas em outras circunstâncias, trouxeram à tona meus próprios limites humanos, éticos e profissionais” (MORAES, 2015, p. 22).

É interessante perceber que as produções das jornalistas que fizeram parte do recorte dessa pesquisa e que apresentamos aqui tiveram grande visibilidade e foram reconhecidas por diversos prêmios. A série de reportagens publicada no *Jornal do Commercio* em 2011 e que em 2015 deu origem ao livro *O nascimento de Joicy* ganhou o Prêmio Esso¹¹ no mesmo ano. Em 2016, o livro foi finalista do Prêmio Jabuti. Já o livro *Cova 312* foi vencedor do prêmio Jabuti¹² na categoria livro-reportagem em 2016. Tal reverberação parece indicar para uma valorização de um fazer jornalístico que se propõe crítico. Eliane Brum, em 2017, por exemplo, ficou em primeiro lugar no ranking dos jornalistas mais premiados no Brasil.

Assim, seja a partir do ato de contar sobre os processos jornalísticos que culminaram em produções de fôlego, seja pela própria construção da narrativa dessas produções, a crítica na forma como compreendemos aqui está presente. Ela tensiona a prática jornalística e seus narrares

possíveis não só quando aparece de forma explícita, mas também quando consta nas entrelinhas do escrito.

Considerações finais

Consideramos, a partir de uma perspectiva relacional, que a experiência jornalística está localizada na dinâmica espaço-temporal dos fluxos sociais. Reconhecemos ainda que a dimensão dialética entre processos de configuração e de recepção ocorre diuturnamente na produção de sentidos proporcionada pelos meios de comunicação e, no caso específico deste trabalho, em novas experiências do fazer jornalístico contemporâneo. O que nos leva ao argumento de que o movimento crítico também pode ser assegurado por novas formas desse fazer, tomando-se o devido cuidado sobre a análise, conforme já alertávamos na pesquisa sobre a *Ponte*:

Não se trata, contudo, de romancear as condições de produção, recepção e circulação dessas narrativas, mas de reconhecer o ânimo que distingue tais modalidades de trabalho daquelas compreendidas pelas corporações jornalísticas orientadas pela noticiabilidade financeira e pelo dever de assessoria a atores políticos específicos (MAIA, DRUMOND, ANICETO, 2017, p. 73).

Achamos pertinente retomar, nestes apontamentos finais, a questão sobre o movimento que a crítica e a metacrítica podem desenvolver em certo período histórico. Conforme discutimos no item

[11] PRÊMIO ESSO DE REPORTAGEM, 2011, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife, Brasil: ABI, 2011. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/os-vencedores-do-premio-esso-de-jornalismo/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

[12] PRÊMIO BURITI, 58., 2016, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: <<http://www.brasilia.df.gov.br/premio-merito-buriti/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

sobre metacrítica, somente a crítica não aciona novas dinâmicas, mas ela pode contribuir, a partir dos movimentos e ações sociais, para alterar procedimentos e abalar estruturas hegemônicas. As pesquisas que foram objeto de discussão neste artigo evidenciam a abrangência de vários projetos desenvolvidos na *web*, que alcançam públicos variados (além de trazerem a diversidade como pauta cotidiana), bem como dos livros-reportagem, que conseguem atingir um número maior de pessoas (e ainda estender horizontal e verticalmente a própria reportagem).

Ao refletir sobre esses novos formatos, estamos também tensionando os processos de midiatização, que operam a partir dos fluxos simbólicos enredados pelas narrativas e que acionam temporalidades imbricadas pelas ações e ideias do passado, presente e futuro. Compreendendo a importância desse imbricamento, consideramos o espaço da experiência jornalística como um lugar potente para a abordagem da diversidade hoje.

As experiências indicadas neste trabalho expressam dinâmicas de um fazer jornalístico que “converte-se em pressuposto criador de um modo de fazer; um princípio que oferta sentidos éticos ao exercício da profissão, aos modos de relação com o outro, a dimensão ativa e transformadora implícita ao gesto de narrar” (MAIA, DRUMOND, ANICETO, 2017, p. 74). Configuram novos espaços de crítica a partir da própria prática cotidiana na medida em que fazem circular novas fontes e vozes no fluxo diário da comunicação.

Retomando a noção apresentada por Elton Antunes (2016), e amparadas

pelas pesquisas apresentadas, questionamos o caráter restritivo e reducionista de boa parte das veiculações noticiosas dos meios tradicionais que, muitas vezes, simplificam as notícias e invisibilizam certos atores sociais que, justamente, poderiam conferir maior pluralidade e complexidade aos fatos e fenômenos socialmente compartilhados. Reconhecemos, a partir dos estudos empreendidos em nossas pesquisas, a importância da visibilidade e da diversidade como elementos constituintes do poder hermenêutico da crítica e, mais particularmente, da metacrítica. ■

[MARTA REGINA MAIA]

Docente Associada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Líder do Grupo de Pesquisa “Jornalismo, Narrativas e Práticas Comunicacionais” (JorNaI/CNPq). Coordena projetos de pesquisa sobre narrativas jornalísticas, na interseção entre história, memória, crítica e midiatização.
E-mail: marta@martamaia.pro.br

[DAYANE DO CARMO BARRETOS]

Graduada em Jornalismo e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é professora substituta no curso de Jornalismo da UFOP.
E-mail: dayanecbarretos@gmail.com

Referências

AGÊNCIA PÚBLICA, 2011. Disponível em: <<https://apublica.org/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

ANTUNES, Elton. Na cena da notícia: vestígios do jornalismo no assassinato de mulheres. In: MARTINS, Moisés de Lemos; CORREIA, Maria da Luz; VAZ, Paulo Bernardo; ANTUNES, Elton. (Eds.). **Figurações da morte nos mídia e na cultura**: entre o estranho e o familiar. Braga: CECS, 2016. p. 49-69

ARBEX, Daniela. **Cova 312**. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

BARRETOS, Dayane do Carmo. **Experimentar encontros e compartilhar sentidos**: a escrita de si e do outro nas narrativas de jornalistas brasileiras. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, Minas Gerais, 2017.

BAUMAN, Zygmund. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Ève. O espírito do capitalismo e o papel da crítica. In: _____ . **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2009. p. 31-79.

BOURDIER, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: JACKS, Nilda; JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela. (Orgs.). **Mediação & midiatização** . Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012. p. 31-52.

BRUM, Eliane. **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida real. São Paulo: O Globo, 2008.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Além do jornalismo. **Leituras do jornalismo**, São Paulo, ano 2, v. 2, p. 1-31, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/ojs/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/74>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. O que o jornalismo está se tornando. In: **Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 8-21, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/478>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

DEWEY, John. **The publicand its problems**. Athens: Shallow Press, 1980.

FÍGARO, Roseli. Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**: E-compós, Brasília, v. 16, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2013.

FNPI, 1995. Disponível em: <<http://www.fnpi.org/index.php?id=261>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

FRANÇA, Vera. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (Orgs.). **Pesquisa em Comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016.

MAIA, Marta Regina, DRUMOND, Rafael; ANICETO, Caio Macedo Rodrigues. Prática metacrítica: a configuração de novas narrativas jornalísticas. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, DF, v. 13, n. 2, p. 72-95, ago, 2017.

MAR DE FONTCUBERTA, Maria de. **La noticia**: pistas para percibir el mundo. Barcelona: Paidós, 1993.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

NETO, Antonio. Fragmentos de uma analítica da midiaticização. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.

NEVEU, Erick. As notícias sem jornalistas. Uma ameaça real ou uma história de terror? In: **Brazilian Journalism Research**, BrasíliaDF, v. 6, n. 1, p. 29-57, 2010. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/246>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

PONTE JORNALISMO, 2014. Disponível em: <<https://ponte.org/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

PRÊMIO ESSO DE REPORTAGEM, 2011, Recife, Brasil. **Anais eletrônicos...** Recife, Brasil: ABI, 2011. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/os-vencedores-do-premio-esso-de-jornalismo/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

PRÊMIO GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ DE PERIODISMO, 2016, Cartagena de Índias, Colombia. **Anais eletrônicos...** Cartagena de Índias, Colombia: Fnpi, 2016. Disponível em: <<http://www.fnpi.org/premioggm/el-premio-2/acerca-del-premio/?lang=pt>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

QUÉRÉ, Louis. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (Org.) **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes**, São Paulo, ano 3, n. 1, p. 197-212, ago. /dez. 2009.

SILVERSTONE, Roger. **La moral de los medios de comunicación**: sobre el nacimiento de la polis de los medios. Buenos Aires: Amorrortu, 2010.

SOARES, Rosana de Lima; SILVA, Gislene. Lugares da crítica na cultura midiática. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 9-28, 2016. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/1140>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

VIANA, Natália. São Gabriel e seus demônios. **Agência Pública**, 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/05/sao-gabriel-e-seus-demonios/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

A DEMOCRACIA
PARTICIPATIVA
NO ÂMBITO
DO SISTEMA
NACIONAL DE
CULTURA (SNC):
REFLEXÕES SOBRE
A EFETIVIDADE
DOS SEUS
MECANISMOS

[ARTIGO]

Danilo Junior Oliveira

*Centro de Estudos Latino Americanos sobre
Cultura e Comunicação. Universidade de São Paulo*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Trata da participação social nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, apresentando algumas reflexões sobre a efetividade dos mecanismos participativos institucionalizados pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC) na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas na área da cultura. Aponta para a necessidade de avaliação da efetividade das instituições participativas.

Palavras-chave: Democracia Participativa. Políticas Culturais. Conselhos. Conferências. Efetividade.

It deals with social participation in the processes of formulation, implementation and evaluation of public policies, presenting some reflections on the effectiveness of the participatory mechanisms institutionalized by the National System of Culture (SNC) in the formulation, monitoring and evaluation of public policies in the area of culture. It points to the need to evaluate the effectiveness of participatory institutions.

Keywords: Participatory Democracy. Cultural Policies. Advices. Conferences. Effectiveness.

Se trata de la participación social en los procesos de formulación, implementación y evaluación de las políticas públicas, presentando algunas reflexiones sobre la efectividad de los mecanismos participativos institucionalizados por el Sistema Nacional de Cultura (SNC) en la formulación, seguimiento y evaluación de las políticas públicas en el área de la cultura. Apunta a la necesidad de evaluar la efectividad de las instituciones participativas.

Palabras clave: Facebook. Datos. Periodismo Independiente. Transparência. América Latina.

1. Participação social e políticas públicas

No Brasil, o processo de redemocratização do país, nos anos 1980, fez ressurgir uma sociedade civil organizada, com o progressivo aumento do associativismo e com a emergência de novos movimentos sociais unidos na luta contra a ditadura militar e na construção de um Estado Democrático, que viria a ser consolidado com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Vale destacar o amplo processo participativo ocorrido ao longo dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1987, que previa no seu regimento interno mecanismos e momentos de participação da sociedade, como, por exemplo, as emendas populares apresentadas ao primeiro esboço do texto da nova Constituição. Assim, como aponta Avritzer:

O Brasil foi considerado, até o início do seu processo de democratização, um país com baixa propensão associativa, fenômeno esse ligado às formas verticais de organização da sociabilidade política, decorrentes de um processo de colonização que constituiu uma esfera pública fraca e ampliadora da desigualdade social gerada pela esfera privada. [...] A forma de organização das políticas públicas no Brasil democrático tem relação direta com ações da sociedade civil durante o processo constituinte e na elaboração de legislação complementar. A sociedade civil brasileira se organizou nos anos 1985, 1986 e 1987 e propôs, pela via das emendas populares, uma legislação de interação entre sociedade civil e Estado nas políticas públicas (2005, p. 2 e 22).

Diante de tal contexto, a ideia de participação social perpassa toda a tessitura constitucional, sendo reconhecida como valor central na organização do Estado e no estabelecimento dos direitos fundamentais. No parágrafo único do primeiro artigo da Constituição Federal de 1988, está assegurado que o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou de maneira direta. Juntamente com a própria democracia, foram consagrados, na Constituição Federal de 1988, os mecanismos de participação social direta nas decisões políticas, tais como plebiscito, referendo e lei de iniciativa popular.

Em relação às políticas públicas, o mais importante a ser salientado é que a Constituição de 1988 institucionalizou a participação social nos processos constitutivos das políticas públicas, por exemplo, com a obrigatoriedade da criação de conselhos gestores participativos nos Estados e Municípios para acompanhar e controlar a aplicação de recursos recebidos do governo federal em áreas sociais estratégicas como saúde, educação e assistência.

Desse modo, a soberania popular foi chamada a participar das decisões sobre políticas públicas por meio de mecanismos diretos e permanentes, como conselhos de políticas públicas, orçamentos participativos, fóruns permanentes, comissões intergestoras etc. Tais mecanismos participativos institucionalizados têm papel estruturante na construção de políticas públicas democráticas, pois constituem espaços de: captação das demandas sociais para a elaboração dos programas de ação dos governos; monitoramento e avaliação da implementação das políticas; e mensu-

ração da eficiência da Administração na alocação e uso dos recursos públicos.

Note-se que, entre os anos de 2003 e 2010, ao longo dos governos do presidente Lula, foi realizada, nas mais diversas políticas públicas – incluindo as culturais –, uma série de escutas públicas, no modelo de conferências e audiências públicas. Além disso, foram criados ou reestruturados diversos conselhos participativos.

Entre 2003 e 2013 foram criados dezoito Conselhos e outros dezesseis foram reformulados. [...] De 1941 a 2013 foram realizadas 138 conferências nacionais, das quais 97 aconteceram entre 2003 e 2013 abrangendo mais de 43 áreas setoriais nas esferas municipal, regional, estadual e nacional. Aproximadamente, nove milhões de pessoas participaram do debate sobre propostas para as políticas públicas – desde as etapas municipais, livres, regionais, estaduais até a etapa nacional (BRASIL, 2013).

No primeiro governo da presidenta Dilma (2011-2014), as práticas participativas foram mantidas e, em alguns setores, ampliadas. Merece destaque a edição do Decreto n.º 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), importantes marcos na estruturação e sistematização dos diversos mecanismos participativos coexistentes no país.

Evidentemente, os instrumentos de participação social tornam-se ainda mais relevantes no atual contexto de crise democrática vivenciada no país. A crise nas democracias representativas, de um modo

mais geral, envolve a falta de identidade entre representantes e representados; a repetição cíclica das práticas do fisiologismo político; o alto custo da governabilidade no chamado “presidencialismo de coalizão”; a concentração dos meios de comunicação, dentre outras problemáticas.

Ao menos, potencialmente, os mecanismos participativos podem contribuir para direcionar as ações do Estado no sentido da concretização dos anseios da sociedade e dos objetivos previstos na Constituição Federal de 1988¹. Assim, a participação da sociedade civil nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas pode ser considerada como pressuposto da legitimidade da atuação do poder público.

2. A participação social nas políticas culturais

A, documento resultante da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (1982), recomendou princípios norteadores para as políticas culturais, destacando dentre eles o tópico *cultura e democracia*. Esse princípio indica que a democracia cultural requer ampla participação dos indivíduos

[1] Constituição Federal: “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

e da sociedade “no processo de criação de bens culturais, na tomada de decisões que concernem à vida cultural e na sua difusão e fruição”. Desse modo, a participação social foi consagrada como direito cultural, buscando garantir a participação de todos na definição das políticas públicas para a área da cultura. Além disso, a Declaração do México (1982) ainda destacou:

É preciso descentralizar a vida cultural, no plano geográfico e no administrativo para assegurar que as instituições responsáveis conheçam melhor as preferências, opções e necessidades da sociedade em matéria de cultura. É essencial, por consequência, multiplicar as oportunidades de diálogo entre a população e os organismos culturais.

De acordo com Donders e Laaksonen (2011, p. 100-101), “o direito de *participar da vida cultural* é um dos direitos culturais mais notórios, refletindo por excelência a relação entre os direitos humanos, a cultura e o desenvolvimento”. Esse direito está inserido em diversos instrumentos internacionais de direitos humanos; dessa forma, dentro do prisma da cidadania, a *vida cultural* deve ser compreendida para além das artes e da literatura, contemplando todos os modos de vida, com seus significados, valores e manifestações.

Com efeito, a *participação* tem duas perspectivas, uma passiva e outra ativa. Na passiva, trata-se de

ter acesso à vida cultural e usufruir de seus benefícios sem nenhuma forma de discriminação, [ou seja], ter acesso a informações a respeito da vida cultural e

ter o direito de que a vida cultural seja protegida e preservada, em especial seu patrimônio cultural e artístico (DONNERS; LAAKSONEN, 2011, p. 100-101).

Por outro lado, participar da vida cultural na perspectiva ativa implica a liberdade de “escolher e de mudar uma afiliação cultural e de contribuir livremente para a vida cultural e seu desenvolvimento por meio de atividades criativas ou outras”, o que remete ao “direito de participar do processo de tomada de decisão no que estiver relacionado à vida cultural.”²

3. A construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC)

Em 2003, Gilberto Gil assumiu o Ministério da Cultura (Minc) e a sua gestão buscou imprimir nas políticas culturais um conceito abrangente de cultura, contemplado nas dimensões: simbólica, cidadã e econômica. E como aponta Isaura Botelho (2001), o conceito ampliado de cultura necessita de políticas igualmente ampliadas. Sendo esse o caminho mais democrático para a atuação estatal, na medida em que compreende todos os indivíduos e grupos sociais como sujeitos culturais. Nessa perspectiva, as ações do Estado para promover os direitos culturais não se restringem aos artistas, intelectuais e instituições artísticas, haja vista que o caráter democrático do conceito amplo de cultura imprime nas políticas culturais as características da cidadania,

[2] Ibidem.

ou seja, o reconhecimento de todos como detentores de direitos culturais.

Na análise desse período do Minc, é possível “vislumbrar um efetivo esforço para a construção de políticas públicas de cultura no país, detendo-se mais na problemática da democracia cultural e dos direitos culturais” (CALABRE, 2012, p. 1). Contudo, para ser possível materializar o conceito amplo de cultura nas intervenções estatais – programas, projetos e ações culturais –, tornou-se condição *sine qua non* a criação de um sistema integrado de políticas públicas de cultura, com condições de promover a interação colaborativa de todos os entes federativos, com ampla participação social.

De acordo com Rubim (2007), o histórico brasileiro das políticas culturais é marcado por períodos de ausências, autoritarismos e instabilidades. E foi com essas tristes tradições que o governo de Lula e o ministério de Gil se defrontaram.

Vale lembrar ainda que, no campo das políticas culturais, a atuação do Estado brasileiro é, historicamente, marcada por uma grande desarticulação entre os entes federativos. Daí a necessidade de estruturação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) como espaço de articulação das relações intergovernamentais e de participação da sociedade civil.

O SNC pretende, nessa medida, consolidar institucionalmente as políticas públicas de cultura com o intuito de assegurar a cidadania cultural, pois, em decorrência da instabilidade institucional das políticas públicas de cultura, a eficácia dos direitos culturais resta inviabilizada.

Então, diante do histórico brasileiro das políticas culturais composto pela institucionalidade precária, instabilidade das políticas e baixa efetividade dos direitos culturais, o Ministério da Cultura, desde 2003, articula a construção do SNC.

Trata-se de sistema público, descentralizado e participativo, que, com os auspícios da Constituição Federal de 1988, institui um pacto, um processo de gestão compartilhada. O sistema busca ser o eixo estruturante do campo cultural, dando mais resistência às políticas públicas diante das alternâncias do poder, representando, ao mesmo tempo, uma política pública nacional e um modelo de gestão compartilhada (SILVA, 2013). Com estabilidade, institucionalidade e integração, as políticas culturais poderiam ser consideradas políticas de Estado, com ações planejadas que ultrapassem os períodos de gestão de governos específicos.

Desse modo, a intenção do SNC é adotar uma organização sistêmica para garantir a existência e a continuidade das políticas públicas para a concretização dos direitos culturais. Assim, para construir uma estrutura político-administrativa mais estável e resistente, o SNC organiza sistemicamente políticas, responsabilidades e recursos para a área cultural, por meio da articulação das relações intergovernamentais e das instâncias de participação da sociedade (BRASIL, 2011).

De acordo com o artigo 216-A, inserido na Constituição de 1988 por meio da Emenda Constitucional n.º 71, de 2012:

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de

forma descentralizada e participativa, instituiu um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (BRASIL, 1988).

Em síntese, pode-se afirmar que, com o intuito de garantir o pleno exercício dos direitos culturais, o SNC pretende:

- a) descentralizar a gestão das políticas públicas de cultura, fixando os papéis e as responsabilidades específicas de cada ente federativo (União, Estados, Municípios e DF);
- b) estabelecer um processo democrático de participação social em todas as fases do desenvolvimento das políticas culturais, sobretudo, por meio da criação de Conselhos de Políticas Culturais e da realização das Conferências de Cultura;
- c) incentivar o planejamento estratégico das políticas culturais nos mais diversos âmbitos, por meio da construção dos Planos de Cultura;
- d) democratizar o acesso aos recursos públicos para a cultura por meio dos Fundos Públicos de Cultura.

Do conjunto de elementos estruturais do SNC, três destacam-se, por sua essencialidade na lógica e no funcionamento do sistema, e são considerados obrigatórios: conselhos, planos e fundos. Essa tríade estrutural foi chamada de CPF da cultura. O estabelecimento de, ao me-

nos, esses três elementos, em cada ente federativo, é condição de existência concreta do SNC. Para além dos esforços do Governo Federal, a implementação efetiva do sistema depende da adesão dos Estados e municípios, que é voluntária, e da criação dos sistemas municipais e estaduais de cultura com seus respectivos conselhos, planos e fundos.

O SNC foi instituído por meio da Emenda Constitucional n.º 71/2012³ e, hoje, está previsto no artigo 216-A da Constituição Federal de 1988. No entanto, a sua plena implementação ainda requer a regulamentação por meio de lei⁴. Até março de 2018, 26 estados (portanto, todos, exceto o Pará) e 2566 municípios haviam aderido ao SNC⁵.

4. Os instrumentos participativos institucionalizados pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC)

A participação social na definição das políticas públicas da cultura representa um dos valores essenciais do Sistema Nacional de Cultura, por isso, a existência dos Conselhos de Políticas Culturais e a realização das Conferências de Cultura são elementos estruturantes e obrigatórios para os estados e municípios que querem fazer sua

[3] Após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 416/2005.

[4] Nesse sentido, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.º 4271/2016.

[5] Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação com o Ministério da Cultura.

adesão ao sistema nacional e criar seus sistemas estaduais ou municipais.

Os Conselhos de Políticas Culturais são órgãos de caráter deliberativo, que têm como principais atribuições:

- a) propor diretrizes para a política pública de cultura;
- b) aprovar e acompanhar o plano de cultura;
- c) propor as diretrizes gerais para a aplicação dos recursos provenientes dos fundos públicos.

Os conselhos devem respeitar na sua composição, no mínimo, uma paridade de representantes eleitos pela sociedade civil, em relação aos representantes indicados pelo governo. A composição dos conselhos deve atender a diversidade cultural, por meio dos segmentos artísticos e culturais, mas também deve contemplar a representatividade regional, levando-se em conta as questões territoriais. Dentre as vagas indicadas pelo governo, para além do órgão gestor das políticas culturais, devem ter representação os setores do poder público afins e transversais à cultura. A efetiva instalação do Conselho Nacional de Política Cultural ocorreu em 2007.

As Conferências de Cultura devem reunir, periodicamente⁶, a sociedade civil e o poder público em uma instância parti-

[6] “O Ministério da Cultura indica que as conferências municipais de cultura sejam realizadas a cada dois anos, sendo uma delas para discutir matérias de interesse local e a outra vinculada à Conferência Nacional de Cultura, convocada pelo MINC a cada quatro anos para discutir os rumos da política nacional de cultura” (BRASIL, 2013, p. 23).

cipativa competente para eleger as diretrizes gerais das políticas culturais e dos planos de cultura. Aos órgãos gestores das políticas culturais de cada ente federativo compete convocar e coordenar as conferências no âmbito do seu território de atuação, sempre considerando que a participação da sociedade civil deve ser predominante. As diretrizes aprovadas pela plenária final da conferência deverão orientar o plano de cultura, sendo detalhadas em programas, projetos, ações culturais e nas leis orçamentárias. Desde 2005, foram realizadas no Brasil três Conferências Nacionais de Cultura (2005, 2010 e 2013).

Conferência de Cultura é a reunião da sociedade civil (artistas, grupos artístico-culturais, cidadãos, agentes do sistema de cultura) e poder público para avaliação, análise e proposição de grandes diretrizes de políticas culturais. É a principal instância de participação popular do Sistema de Cultura. Elas estabelecem as macro diretrizes da política cultural, que devem ser detalhadas pelo plano de cultura, elaborado conjuntamente pelo órgão gestor, conselho de política cultural e fóruns organizados da sociedade civil (BRASIL, 2013, p. 23).

Destarte, os delegados que participarão das conferências nacionais deverão ser eleitos nas instâncias estaduais e municipais. As chamadas etapas preparatórias iniciam os debates nas bases, que, além de eleger delegados e prioridades para as etapas seguintes do processo de conferências, podem discutir as questões locais e servir como um importante momento de encontro e diálogo da sociedade com o poder público local.

Em 2005, a primeira Conferência Nacional de Cultura foi realizada com 1.300 participantes e foi o “ápice do processo de mobilização e de participação social [...]” daquele período (SILVA, 2013, p. 6). É preciso compreender que havia uma grande demanda de debates sobre políticas culturais represada na sociedade brasileira. Desse modo, a abertura do Estado ao diálogo representou o início de um novo momento para a participação social no desenvolvimento das políticas culturais. “Entre as etapas preparatórias – municipais, intermunicipais, estaduais e setoriais – e a plenária nacional, foram cerca de 400 encontros, que mobilizaram 60 mil pessoas, dentre gestores de 1158 municípios, de dez estados e do Distrito Federal” (VARELLA, 2013, p. 165).

Na plenária final da I Conferência Nacional de Cultura, foram eleitas 30 diretrizes prioritárias, e o maior destaque foi a criação do SNC. Também foram eleitas prioritariamente as propostas relacionadas à formalização e institucionalização dos componentes do sistema, como o Plano Nacional de Cultura e as formas de financiamento à cultura, além de haver sido tratada a democratização dos meios de comunicação e a integração de políticas de cultura e educação (SILVA, 2013).

Já a II Conferência Nacional de Cultura, ocorrida em 2010, contou com 1.400 participantes e foi antecedida por 3.216 conferências municipais e 26 estaduais, totalizando um número de participantes de 226.846 pessoas (BRASIL, 2011). Nessa conferência foram priorizadas 32 diretrizes e, mais uma vez, o destaque foi dado à necessidade de consolidação, institucionalização e implementação do SNC e dos

seus elementos componentes. A proposta mais votada na II Conferência foi relativa à necessidade de aprovação dos marcos normativos do SNC⁷.

De acordo com um registro interno do MINC, doze das 30 propostas de diretrizes da I Conferência Nacional de Cultura estão relacionadas à implantação do Sistema Nacional de Cultura. E, no caso da II Conferência, a análise do Órgão é de que esse fórum foi importante para o fortalecimento político do Sistema Nacional de Cultura, posto que a proposta que trata da sua institucionalização e implementação foi a mais votada dentre as 32 proposições prioritárias e dessas 32 diretrizes aprovadas, 20 delas fazem referência explícita ou implícita ao Sistema Nacional de Cultura. Destaca-se, entretanto, que o debate

[7] Eis a proposta mais votada da II Conferência Nacional de Cultura: “Consolidar, institucionalizar e implementar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), constituído de órgãos específicos de cultura, conselhos de política cultural (consultivos, deliberativos e fiscalizadores), tendo, no mínimo, 50% de representantes da sociedade civil eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos, planos e fundos de cultura, comissões intergestores, sistemas setoriais e programas de formação na área da cultura, na União, Estados, Municípios e no Distrito Federal, garantindo ampla participação da sociedade civil e realizando periodicamente as conferências de cultura e, especialmente, a aprovação pelo Congresso Nacional da PEC 416/2005, que institui o Sistema Nacional de Cultura, da PEC 150/2003, que designa recursos financeiros à cultura com vinculação orçamentária, e da PEC 049/2007, que insere a cultura no rol dos direitos sociais da Constituição Federal, bem como dos projetos de lei que instituem o Plano Nacional de Cultura e o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura Procultura e do que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Cultura”. A proposta foi considerada prioritária por 754 dos 883 delegados credenciados na conferência (BRASIL, 2010).

sobre o Sistema foi lançado pelo MINC já em 2003 (SILVA, 2013, p. 9).

A III Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2013, com a participação de 1.745 pessoas, entre delegados, convidados, observadores e profissionais. Contabilizando o número de participantes de todas as etapas das conferências de 2013, foi batido um recorde de participação: 450 mil pessoas (BRASIL, 2013). E a ideia de que o SNC precisa ser implementado e, definitivamente, consolidado foi a grande bandeira defendida pelos participantes da conferência.

A plenária final da III Conferência apontou como prioritárias as seguintes cinco diretrizes: a) a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 150/2003 (que visava vincular constitucionalmente um orçamento mínimo para a cultura); b) criação de lei que regulamente ao menos 10% dos recursos decorrentes do Fundo Social do Pré-Sal para a cultura; c) aprovação de Projeto de Lei que regulamente o Sistema Nacional de Cultura; d) formação e capacitação em gestão cultural; e e) fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura.

Contudo, nenhuma das cinco prioridades propostas pela conferência foi implementada. Com exceção da alínea “d” que, em alguma medida, foi realizada por ações isoladas, nenhuma outra diretriz foi levada à cabo pelos poderes públicos (executivo e legislativo). Ou seja, no tocante à temática da ampliação e democratização dos recursos financeiros (diretrizes a, b, c, e) o país ainda tem sua política de financiamento à cultura pautada, majoritariamente, em um formato excludente e equivocado de renúncia fiscal.

Além disso, é necessário refletir sobre a eficácia dos mecanismos participativos adotados pelo SNC. Por que as prioridades apontadas pela sociedade civil não foram efetivadas? É bem verdade que os mecanismos participativos contribuem para a consciência de participação política dos cidadãos e para o desenvolvimento da própria democracia (SOTO et al., 2010), o que pode ser considerado um valor em si mesmo. Entretanto, para poder aperfeiçoar a participação social no âmbito das políticas públicas, é necessário avaliar a efetividade dos mecanismos utilizados. Nesse sentido, é necessário buscar meios de avaliar a capacidade das deliberações participativas de se tornarem efetivas (AVRITZER, 2011), na medida em que elas podem não ser levadas em conta na tomada de decisão sobre as políticas públicas.

5. Reflexões sobre a efetividade dos mecanismos participativos institucionalizados pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC)

O SNC assumiu a complexidade de trabalhar com uma ampla concepção de cultura, alicerçada na promoção dos direitos culturais. Isso pode ser considerado um grande passo na construção de uma política cultural transversal, que perpassasse todas as dimensões do desenvolvimento humano e social. Por isso é necessário reconhecer o Sistema Nacional de Cultura como o grande marco institucional para as políticas culturais brasileiras e lutar pela sua efetiva implementação, pois é evidente que ele ainda se encontra no campo das potencialidades.

Os aprendizados institucionais ocorridos desde a redemocratização do país devem ser utilizados para aperfeiçoar os mecanismos participativos institucionalizados e corrigir suas disfunções, algumas já problematizadas por pesquisadores que se debruçam em estudos sobre a eficácia das instituições participativas brasileiras. Nesse sentido, é necessário buscar meios de avaliar a capacidade das deliberações participativas de se tornarem efetivas (AVRITZER, 2011), na medida em que elas podem não ser levadas em conta no momento da tomada de decisão sobre as políticas públicas.

O maior desafio para analisar a efetividade dos mecanismos participativos está na definição do meio mais adequado para mensurar a efetividade das deliberações participativas. No entanto, isso é uma consequência metodológica própria da discussão da temática (AVRITZER, 2011). Uma possibilidade é o estabelecimento de uma razão entre as deliberações resultantes dos mecanismos de participação social (metas estabelecidas) e as decisões efetivamente tomadas pelo Poder Público no planejamento e na execução do orçamento público (resultados obtidos).

Partimos de uma hipótese teórica – e aposta política – de que as políticas públicas construídas efetivamente em conjunto com a sociedade civil são mais comprometidas com a concretização dos direitos humanos. Mas, ainda assim, é necessário notar que os avanços institucionais conquistados em relação à participação social, concorrem com retrocessos, como a apatia política e o “cansaço participativo” gerado na sociedade civil diante das dificuldades e do descaso do poder público na implementação das deliberações construídas coletivamente, ou seja, diante da não realização do que foi defini-

do no âmbito das instituições participativas (conselhos, conferências).

Também é possível afirmar que os avanços notados em relação à institucionalização de mecanismos participativos no âmbito das políticas públicas disputam espaço com características bem acomodadas na estrutura do Estado e da sociedade brasileira (patrimonialismo, clientelismo, golpismo). Evidentemente, isso leva a máquina pública a atender interesses empresariais, partidários, eleitorais e até mesmo pessoais, em detrimento do interesse público.

Note-se, ainda, que as práticas participativas institucionalizadas sofreram grandes retrocessos depois que o Brasil passou pelo controverso processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Note-se que um dos primeiros atos do governo ilegítimo que substituiu a presidenta foi fechar o Ministério da Cultura – sendo obrigado a recriá-lo, pouco depois, diante das grandes mobilizações em defesa do órgão ocorridas por todo o território nacional. Além disso, o governo aproveitou o encerramento do mandato da gestão 2015-2017 do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), ocorrido em 17 de dezembro de 2017, para determinar uma “reestruturação” do colegiado, o que, na prática, deixou o país sem a atuação do colegiado. Por fim, a IV Conferência Nacional de Cultura, que deveria ter ocorrido em 2017, ainda não foi realizada pelo Ministério da Cultura. ■

[**DANILO JÚNIOR DE OLIVEIRA**]

Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC).
E-mail: daniloliveira@usp.br

Referências

AVRITZER, Leonardo. A Qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, Roberto Rocha Coelho (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação, Brasília: IPEA, 2011. v. 8.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação social no Brasil. **Opinião pública**, Campinas, v. 18, n. 2, nov. 2012.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil e Participação Social no Brasil**. Departamento de Ciência Política - UFMG, Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 272 p.

CALABRE, Lia. Problemáticas contemporâneas no campo das políticas públicas. In: ENCONTROS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 8., 2012. Salvador. **Anais...** Salvador: ENECULT, 2012.

DONDERS, Yvonne; LAAKSONEN, Annamari. Encontrando maneiras de medir a dimensão cultural nos direitos humanos e no desenvolvimento. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 11, p. 89-114, jan./abr. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei nº. 8.243**, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Articulação Institucional. **Oficina de Implementação de Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Apostila+-+Oficina+de+Implementa%C3%A7%C3%A3o+dos+Sistemas+de+Cultura.pdf/52b7f7bb-da35-4d1c-a18d-c5f7bacf9624>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Articulação Institucional. Conselho de Política Nacional Cultural **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/1099729/1429051/Documento+B%C3%A1sico+do+SNC.pdf/685edb37-c1c7-4018-96ef-37a7fd97c99c>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria n. 28**, de 19 de março de 2010. Publica regimento interno do Conselho Nacional de Política Cultural. Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 mar. 2010. Seção Diário 1. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/portaria-n%C2%BA-28-2010-minc-atualizada--510290/10883>. Acesso em: 26 jul. 2018.

OLIVEIRA. Danilo Júnior de. **Direitos culturais e políticas públicas**: os marcos normativos do Sistema Nacional de Cultura. 2015. 162 fl. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Danilo Júnior. Marco institucional para as políticas culturais no Brasil: o Sistema Nacional de Cultura. In: VASCONCELOS OLIVEIRA, Maria. Carolina. (Org.). **Políticas públicas de cultura**. São Paulo: [s. n.], 2016. p. 23-29.

DECLARAÇÃO universal dos direitos humanos. Paris: UNESCO, 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, n. 13. São Paulo: Revista Galáxia, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

SILVA, Adélia Cristina Zimbrão da. Conferências nacionais de cultura e seus desdobramentos em políticas públicas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS, 4., 2013. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

SOTO, Cecília; CANEDO, Daniele; OLIVEIRA, Gleise; SALGADO, Júlia. Políticas públicas de cultura: os mecanismos de participação social. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

UNESCO. Declaración de México sobre las políticas culturales. 1982. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

VARELLA, Guilherme Rosa. **Plano Nacional de Cultura**: elaboração, desenvolvimento e condições de eficácia. 2013. 223 fl. Dissertação (Mestrado em Direito). - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PRESENÇA
TRAVESTI E
MEDIAÇÃO
SOCIOCULTURAL
NOS PALCOS
BRASILEIROS:
UMA
PERIODIZAÇÃO
HISTÓRICA

[ARTIGO]

Emerson Silva Meneses

*Universidade de São Paulo.
Escola de Artes, Ciências e Humanidades*

Martin Jayo

*Universidade de São Paulo.
Escola de Artes, Ciências e Humanidades*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Os palcos brasileiros testemunharam diferentes momentos da trajetória cultural da transgeneridade. Com foco em artistas travestis do passado e do presente, este ensaio coloca em perspectiva a histórica relação entre transgeneridade e artes cênicas. Desenvolve uma periodização histórica para a presença travesti nos palcos brasileiros e, ao fazer isso, discute o papel que artistas travestis podem desempenhar como mediadoras socioculturais no processo de aceitação social da transgeneridade.

Palavras-chave: Gênero. Transgeneridade. Travestis. Mediação. Artes Cênicas.

Brazilian stages have witnessed different moments of the cultural trajectory of transgeneriness. Focusing on transvestite artists of the past and the present, this essay puts into perspective the historical relationship between transgeneriness and performing arts. It develops a historic periodization for the transvestite presence on Brazilian stages, and by doing so discusses the role that transvestite artists can play as socio-cultural mediators in the process of social acceptance of transgeneriness.

Keywords: Gender. Transgeneriness. Transvestites. Mediation. Performing Arts.

Los escenarios brasileños han testimoniado distintos momentos de la trayectoria cultural de la transgeneridad. Con foco en artistas travestis del pasado y del presente, este ensayo pone en perspectiva la histórica relación entre transgeneridad y artes escénicas. Desarrolla una periodización histórica para la presencia travesti en los escenarios brasileños, y al hacerlo discute el rol que artistas travestis pueden desempeñar como mediadoras socioculturales en el proceso de aceptación social de la transgeneridad.

Palabras clave: Género. Transgeneridad. Travestis. Mediación. Artes Escénicas.

Introdução

No teatro e mais recentemente no cinema e na TV, as artes cênicas dialogam há muito tempo com o travestimento e a transgeneridade. No Brasil, esse diálogo existe pelo menos desde o século 18.

No Brasil colonial, em que o ambiente teatral era quase exclusivamente masculino, o travestimento em cena era um recurso comum para suprir a ausência de atrizes. Como explica Trevisan (2000, p. 232), “geralmente relegadas à reclusão do lar, as mulheres do período colonial poderiam, *ipso facto*, gozar de má fama ao se exporem à curiosidade pública, do alto de um palco”. Quando havia mulheres atuando, estas não eram merecedoras de boa reputação, como observa o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire em sua *Viagem à Província de São Paulo*, de 1819: “Os atores eram todos operários, a maior parte mulatos; as atrizes, mulheres públicas. O talento destas últimas corria paradas com a sua moralidade” (apud PRADO, 1999, p. 27).

Desde então, a prática do travestimento veio se transformando com o tempo: de simples artifício para compensar a escassez de atrizes, chegou-se à representação de personagens femininas construídas para serem desempenhadas por homens cisgênero (como na cultura *drag*, por exemplo), bem como aos shows protagonizados por travestis no teatro de revista ou, ainda, à representação de personagens transgênero no palco e nas telas.

O presente ensaio tem por objetivo refletir sobre essa longa trajetória, colo-

cando em perspectiva histórica exemplos representativos de diferentes épocas. Como recurso para tanto, desenvolvemos uma periodização para a presença travesti nos palcos brasileiros, apontando uma ‘pré-história’ e quatro fases para esse fenômeno. O percurso percorrido pelo trabalho contribui para refletir sobre a relação entre artes cênicas, travestilidades e identidades de gênero, e permite ver como artistas travestis podem assumir importante papel de mediação no processo de aprendizagem social sobre a transgeneridade.

1. Nota metodológica: “não podemos não periodizar”

Do ponto de vista metodológico, este ensaio se apoia em uma revisão bibliográfica e documental. Explorou-se um variado espectro de fontes, incluindo bibliografia acadêmica (LION, 2016, 2015; GARCIA, 2007; KULICK, 1998; DELGADO, 2013; RODRIGUES, 2016 e SIMÕES; FACCHINI, 2009; entre outras) e não acadêmica (NUNES, 2015; PASCHOAL, 2016; WONDER, 2008; etc.), além de material jornalístico e outros documentos, que permitiram reunir elementos para produzir uma periodização.

Periodizações são um recurso frequentemente empregado para compreender ou representar a mudança histórica: consistem em dividir o passado em fases sucessivas e bem delimitadas, diferentes entre si mas suficientemente homogêneas em seu interior, por meio das quais se esquematizam processos de mudança (JAYO; RODRIGUES; MENDES, 2015).

Naturalmente, toda periodização reduz ou simplifica a realidade. Historiadores costumam reconhecer essa limitação: a prática da periodização é muitas vezes considerada um recurso discutível, influenciado pelos interesses, ideologia e lugar social de quem periodiza (ANDERSON, 2002 e CAMPOS; CANDIDO, 2013). Ainda assim, a História é sempre contada por meio de periodizações, das quais é difícil fugir pelas vantagens operacionais e facilidades didáticas que o recurso oferece. Nos termos do historiador Perry Anderson, a recusa à periodização é “algo mais difícil de ser dito do que de ser feito” (ANDERSON, 2002, p. 6).

A análise proposta neste ensaio se rende a essa constatação, bem como à máxima do teórico e crítico literário Fredric Jameson (2002), para quem “não podemos não periodizar” (JAMESON, 2002, p. 29). Isso posto, apresentamos na seção seguinte a periodização proposta, que esquematiza a evolução da presença travesti em palcos brasileiros em uma ‘pré-história’ seguida de quatro fases.

2. Uma pré-história e quatro fases para a presença travesti nos palcos brasileiros

2.1 Pré-história

No Brasil colonial, como apontado, por ser uma atividade extremamente marginal, o teatro foi território majoritariamente masculino e, assim, interdito a mulheres – ao menos as de ‘boa fama’. Somente com a chegada da família real portuguesa, em 1808,

a cena teatral começa lentamente a ganhar valor sociocultural e passa a receber alguns poucos atores e atrizes de companhias estrangeiras, embora ainda carregasse em grande parte o estigma da marginalidade. Trevisan (2000, p. 232) menciona as primeiras “atrizes francesas que chegaram ao Brasil para trabalhar em operetas, a partir de 1860, nos teatros das grandes cidades – especialmente no Rio de Janeiro”. Nesse período, segundo o autor, espetáculos com homens fazendo personagens de mulheres seguiam sendo numerosos, sobretudo quando se tratava de papéis cômicos.

Nesta que podemos chamar de ‘pré-história’ da presença travesti nos palcos, o homem travestido interpretava papéis de mulher, fosse para compensar a ausência de atrizes ou mesmo para produzir efeito humorístico. Aqui, assim como na cultura *drag* que veremos surgir muito depois, não cabe falar propriamente de artistas travestis. Na verdade, o que se vê no palco são fundamentalmente homens personificando personagens femininas.

2.2. Primeira fase: do transformismo da primeira metade do século 20 ao teatro de revista

Apesar de o travestimento cênico brasileiro contar com esses antecedentes que remontam ao período colonial, é só no século 20 que passamos a reconhecer com alguma segurança a presença de artistas travestis nos palcos do país.

Nos primeiros anos desse século, como documenta Nunes (2015), o ator transformista norte-americano John Bridges (ou João Bridges, como costumava ser creditado) se apresentava no Rio de

Janeiro imitando a atriz portuguesa Pepa Ruiz, de grande sucesso na época. Nas décadas de 1920 e 1930, houve ainda Aymond, nome artístico de Norberto Americo Aymonio, artista argentino atuante no Rio que apresentava pequenos espetáculos antes de exhibições cinematográficas, imitando atrizes da época.

Mas, em meio a estes e outros exemplos de transformismo, mais ou menos corriqueiros ao longo de toda a primeira metade do século, uma personagem à parte surgiu pouco depois de 1950, quando a Companhia Walter Pinto anunciou a chegada “da Europa” de Ivaná, uma voluptuosa artista de nome afrancesado que atuaria como vedete em sua nova montagem, denominada *É Fogo na Jaca*¹.

[Figura 1]

**Ivaná no espetáculo *É Fogo na Jaca*,
de 1953**



Fonte: Lion (2016)

[1] É FOGO na jaca. Montagem: Walter Pinto. Intérpretes: Ivaná; Mesquitinha; Natara Ney e outros. Rio de Janeiro: Teatro Recreio, 1953.

[Figura 2]

**Anúncio de outra montagem com Ivaná:
Não Aperta que eu Grito, de 1963**



Fonte: Folha de S. Paulo (1963)

A cena artística de 1950 era o auge dos chamados espetáculos de revista, que contavam com extensa equipe técnica e vedetes famosas. Walter Pinto revolucionou o gênero entre as décadas de 1940 e 1950, com luzes e coreografias grandiosas, coros numerosos e grandes orquestras. Coristas estrangeiras – principalmente francesas, argentinas e russas – eram contratadas para as produções, estreladas por atrizes e atores conhecidos, como Dercy Gonçalves, Grande Otelo, Mara Rúbia e Virginia Lane (LION, 2016). Em 1953 juntou-se a eles Ivaná, uma jovem vedete cujo nome de batismo era Ivan Monteiro Damião. Embora vendida ao público como uma artista francesa recém-desembarcada no Brasil, Ivaná/Ivan era na verdade de nacionalidade portuguesa. Tinha 20 anos de idade e já residia havia bastante tempo no Rio de Janeiro (NUNES, 2015).

Ivaná é frequentemente citada como a primeira travesti famosa do teatro brasileiro, crédito que ela por vezes corrigiu, nomeando o próprio Aymond como seu antecessor, conforme explica Nunes

(2015). Sua figura não era calcada na caricatura, mas sim no *glamour* típico das divas cinematográficas do período, e era construída com a clara intenção de ‘passar por’ mulher.

Na publicidade de seus primeiros espetáculos, a artista era apresentada como uma *vedette* francesa. Seu sexo era omitido, dando-se a entender que fosse mais uma artista mulher, ainda que a informação tenha chegado a aparecer em reportagens na mídia ainda em 1953, como as assinadas pelo crítico Paschoal Carlos Magno, no *Correio da Manhã*, e pelo repórter Ivo Serra, na revista *Manchete* (LION, 2016).

Apenas mais tarde esse dado começaria a ser valorizado pelos produtores de seus espetáculos, ao que parece como estratégia de marketing voltada a atizar curiosidade no público. “*Ivaná – homem ou mulher? – na sua última temporada no Brasil*” é o que se anunciou a respeito de *Não Aperta que Eu Grito*², espetáculo encenado em São Paulo em 1963, como se vê na figura 2. Aqui Ivaná continua sendo vendida como estrangeira de passagem pelo país, mas sua condição de gênero já passara a ser propagandeada como curiosidade. A essa altura, ela não fazia mais parte da Companhia Walter Pinto.

A curiosidade sobre o sexo de Ivaná era incentivada pela crítica, como, por exemplo, na já mencionada reportagem

de Ivo Serra na revista *Manchete*³, em que a *passabilidade* feminina da artista é ressaltada:

A publicidade foi formidável apresentando Ivan como a grande atração da revista. Metido em longos vestidos pretos e capas estampadas, fumando em longas piteiras, não foi dito nada sobre seu sexo, se homem ou mulher. E quando chegou ao palco ninguém imaginou que na verdade fosse um homem. Cantava como mulher, trajava-se como mulher e apresentava o ‘charme’ e o ‘sexy’ das grandes francesas das ‘boites’ cariocas. Depois o público descobriu que Ivana era apenas um homem desempenhando o papel travesti. O ‘cartaz’ aumentou. Aí além de trabalhar no Recreio ele foi para o Monte Carlo onde é grande sensação do ‘show’ da madrugada naquela casa (SERRA, 1953 apud LION, 2016, p. 12).

O fenômeno Ivaná sugere que nos anos 1950 já surgiam formas de transpor barreiras binárias de gênero e sexualidade. É sabido que Ivaná, ao menos durante boa parte de sua vida, viveu como homem e adotava vestuário masculino quando não estava em cena. É possível, porém, que ela tenha sido o que hoje se classifica como uma pessoa trans, levando-se em consideração a informação, dada por Nunes (2015, p. 166), de uma declaração que Ivaná teria dado à imprensa em 1961: o seu desejo de submeter-se a uma cirurgia para “mudança de sexo”.

[2] NÃO APERTA que eu grito. Montagem: Janette Bezerra. Intérpretes: Raquel Soraya, Terezinha Tapajós, Ivaná e outros. São Paulo: Teatro das Bandeiras, 1963.

[3] SERRA, Ivo. Ivaná, a grande dúvida. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, p. 22, set. 1953.

Seja como for – vedete trans, travesti ou artista transformista –, Ivaná foi uma performer que se apresentou a um público bastante popular e massificado. Chegou a estrear papéis femininos em diferentes filmes nas décadas de 1950 e 1960 – como, por exemplo, no longa *Mulher de Verdade*⁴ (Alberto Cavalcanti, 1954), em que contracenou com artistas populares como Inezita Barroso, Adoniran Barbosa e Paulo Vanzolini – o que significava transpor barreiras inimagináveis para a época.

Ivaná pode ser considerada uma artista precursora do questionamento dos valores cisnormativos enraizados na sociedade. Pode-se dizer que ela representa uma primeira e restrita geração de artistas transgênero – da qual também fez parte a cubana, radicada em São Paulo, Phedra de Córdoba – pioneira, no Brasil, de uma arte que encontraria seu maior impulso nas décadas de 1960 e 1970.

2.2. Segunda fase: o show business dos anos 1960 e 1970 e a travesti da família brasileira

Em meados de 2017, *Divinas Divas*⁵, documentário dirigido por Leandra Leal, ganhou espaço nos cinemas brasileiros. Nele seguimos a reunião de um grupo de artis-

tas travestis de geração posterior a Ivaná, que se tornaram populares nas décadas de 1960 e 1970. Ali estão Marquesa, Divina Valéria, Jane Di Castro, Camille K., Fujica de Holliday, Eloína dos Leopardos, além de Rogéria (figura 3), a mais famosa de todas.

[Figura 3]
Rogéria na década de 1970



Fonte: Paschoal (2016)

Rogéria (1943-2017), *née* Astolfo Barroso Pinto, começou sua trajetória profissional no final dos anos 1950, como maquiador de artistas em um canal de televisão. Em 1964 inicia carreira como atriz no teatro de revista, compondo, juntamente com outras artistas, aquele que é tido como um dos mais importantes espetáculos estrelados por travestis na história teatral brasileira: o *Les Girls*⁶, dirigido por Carlos Machado (PASCHOAL, 2016; RODRIGUES, 2016). Uma década depois do papel pioneiro exercido por Ivaná, agora o teatro de revista ganhava novo impulso com espetáculos como este, em que o

[4] MULHER de verdade. Direção: Alberto Cavalcanti. Intérpretes: Inezita Barroso; Adoniran Barbosa; Paulo Vanzolini; Ivaná e outros. Roteiro: Galeão Coutinho. [S.l.: s.n.], 1953. (1h40min), son., p.b.

[5] DIVINAS divas. Direção: Leandra Leal. Produção: Leandra Leal; Rita Toledo; Natara Ney; Carol Benjamin. Intérpretes: Leandra Leal; Rogéria; Marquesa; Jane Di Castro; Eloína dos Leopardos e outros. Roteiro: Leandra Leal; Lucas Paraizo; Natara Ney; Carol Benjamin. São Paulo: Vitrine Filmes, 2016. (1h50min), son., color.

[6] LES GIRLS. Montagem: João Roberto Kelly. Intérpretes: Rogéria; Divina Valéria; Brigitte de Búzios e outros. Rio de Janeiro: Boate Stop, 1964.

principal atrativo eram as artistas travestis. Como ressalta Delgado (2013, p. 49), “o público agora ia ao teatro não mais para ver um teatro de revista representado por corpos masculinos e femininos, mas sim, para ver corpos de travestis”.

Graças à sua participação nesse show, ainda nos anos 1960 Rogéria viaja à Europa, onde conhece uma prática que se tornava comum entre travestis à época, mas que ainda não chegara ao Brasil. Ela se torna uma das primeiras brasileiras, senão a primeira, a fazer uso da hormonização como recurso para alteração corporal (PASCHOAL, 2016). “Com a injeção de hormônios, meus peitos começaram a pular. Parei na terceira dose”, ela conta em depoimento a Paschoal (2016, p. 77).

Rogéria e as demais travestis artistas de sua geração alimentaram uma imagem carregada de *glamour* e sensualidade, ajustando-se às normas tradicionais de feminilidade e reproduzindo o ideal estético feminino. A imagem que construíram para si em cena, e também para suas figuras públicas na vida real, era a de mulher sedutora, *sex symbol*, *femme fatale*. Para tanto, como relata Paschoal (2016), fazia-se indispensável o uso de um figurino luxuoso, “com muitas joias, perucas e vestidos caros” (PASCHOAL, 2016, p. 51), que cumprisse o papel de valorizar e realçar as características femininas alcançadas graças à hormonização.

Com a década de 1970, veio a moda da androginia, influenciada, a partir dos palcos, por grupos como Dzi Croquettes e Secos & Molhados, que em sua composição visual e postura cênica também desafiavam os estereótipos de gênero, ex-

pressando uma tendência batizada nos Estados Unidos de *genderfucker* (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Em meio a esse ambiente, artistas travestis brasileiras continuavam causando impacto em boates europeias e nos palcos e telas brasileiros. Após sua volta ao Brasil nos anos 1970, Rogéria tornou-se ícone popular no país, atuando não apenas no teatro, mas também em cinema e televisão. Embora não tenha sido a primeira travesti a tornar-se atriz de TV, papel que coube, em 1977, a Cláudia Celeste (SILVA JUNIOR, 2017), certamente foi a mais popular e a de carreira televisiva mais longa, estendendo-se dos anos 1980 até sua morte em 2017. Sua popularidade rendeu-lhe um conhecido apodo que a acompanhou até o final da vida: “a travesti da família brasileira” (PASCHOAL, 2016).

Primeira artista travesti do Brasil a ser aceita como tal na cultura *mainstream*, elevada da condição de travesti dos palcos ou das telas à de travesti “da família brasileira”, Rogéria conseguiu, em grande medida, assumir um papel de mediadora cultural – ou sociocultural – para a questão da transgeneridade.

A noção de mediação cultural pode ser definida, por exemplo a partir de Abouddar e Mairesse (2016), como sendo o processo pelo qual, graças à ação de um intermediário (o mediador), indivíduos ou grupos sociais assimilam determinada proposição – seja ela cultural, política, etc. – com a qual, de outra forma, não tomariam contato. O mediador, que muitas vezes age espontaneamente, atua como um agente formativo, facilitador do contato e da aprendizagem com relação a determinado tópico ou proposição.

É nesse sentido que Rogéria pode ser vista em boa medida como mediadora, ao oferecer, por intermédio de sua figura pública e de sua presença em novelas e programas televisivos, referências ao grande público brasileiro, consumidor da cultura de massa, sobre questões relacionadas à identidade de gênero. Rogéria certamente acelerou o processo – sem dúvida ainda incompleto – de aceitação social da transgeneridade. Reflexo disso foi a cobertura jornalística do seu falecimento, em setembro de 2017. “Morre a atriz Rogéria”⁷, estamparam as manchetes dos principais veículos noticiosos do país: quem morria era a atriz, a mulher famosa e querida do público, com pouco ou mesmo nenhum destaque à sua transgeneridade. Significativo sinal de aceitação social, algo difícil de se imaginar antes dela em uma sociedade em que, historicamente, travestis e transexuais têm sua condição tão marcada pelo estigma e pela marginalização.

2.3. Terceira fase: O Vômito do Mito e a geração underground da década de 1980

“Eu sempre quis ser artista, e a Rogéria me serviu de referência desde a infância” (WONDER, 2008, p. 23). Assim se refere à diva-mediadora Rogéria aquela que costuma ser apontada como principal representante de uma geração imediatamente posterior de artistas travestis: Claudia Wonder (1955-2010).

[7] “Morre a atriz Rogéria aos 74 anos, no Rio de Janeiro” foi o título veiculado pelo jornal *O Globo* em 5 de setembro de 2017, tratamento semelhante ao dado pelos demais veículos de mídia do país.

Trata-se de uma geração nascida em geral nas décadas de 1950 e 1960 e que alcançou fama nos anos 1980. Diferentemente da geração anterior, que viveu o auge do período autoritário pós-1964 e manteve pouca ou nenhuma atuação política, vários nomes da geração de Claudia Wonder ganharam visibilidade como ativistas políticas e militantes por direitos LGBT. Além de Claudia, que fundiu a atividade artística (como cantora, compositora, escritora e atriz) à de militante, outras ativistas, todas ligadas à vida underground dos anos 1980, foram Brenda Lee (1948-1996), Andréa de Mayo (1950-2000), Janaína Dutra (1961-2004), entre outras. Nem todas tiveram atuação artística; todas, no entanto, tiveram marcada atuação política.

Outra diferença em relação às travestis da geração anterior é que, enquanto aquelas em geral tiveram carreiras longevas (muitas estando até hoje em atividade), as representantes desta nova geração tiveram em geral suas carreiras (e vidas) interrompidas de forma precoce, como costuma ocorrer à população travesti e trans do país. Além dos nomes já citados, foi este o caso da atriz e modelo Thelma Lipp (1962-2004), artista que alcançou notoriedade na mídia nos anos 1980 e 1990.

No que diz respeito à produção artística, no entanto, a diferença mais marcante refere-se à inauguração de uma estética *underground* que se contrapôs ao *glamour* da geração anterior, herdado do teatro de revista.

O espetáculo mais conhecido de Claudia Wonder, intitulado *O Vômito do*

*Mito*⁸, encenado em 1985 na célebre casa noturna paulistana Madame Satã, serve de exemplo para caracterizar esta mudança. No lugar do figurino caro e das joias vistosas, Claudia atuava nua. E na contramão do glamour hollywoodiano e da estética de *femme fatale*, o espetáculo fazia cruas referências ao estigma social que então recaía sobre homossexuais e travestis, com o surgimento da epidemia de aids.

A própria Claudia Wonder (2008) comenta essa transformação, tanto estética como política, em relação aos shows tradicionais de travestis. Diz ela, sobre a nova estética:

Eu queira vomitar todo aquele mito, aquela coisa que existia em cima do travesti e que era só aquilo. O que eram as plumas e paetês? Eu quis mostrar que o travesti pode fazer outra coisa, um artista não pode se limitar a um gênero de trabalho” (WONDER, 2008, p. 52).

E sobre o conteúdo político do espetáculo, a artista acrescenta:

Tinha aquela cena da banheira com groselha, que representava o sangue, numa época em que a Aids aterrorizava todo mundo. Eu ficava completamente nua, matava a cobra e mostrava o pau na banheira de sangue. E jogava esse sangue em todo mundo. Eu acho que foi isso, a ousadia e o momento certo de fazer a coisa. Era o rock, era o rock (WONDER, 2008, p. 52).

Era justamente ao rock e à contracultura dos anos 1980 que esta nova geração se filiava esteticamente (figura 4), fugindo aos estereótipos que marcaram a geração anterior. As artistas travestis surgidas nos anos 1980 já não perseguem uma imagem glamorosa, nem tampouco são divas no sentido usual da palavra. Claudia Wonder é uma diva underground, ao passo que Thelma Lipp, outra artista icônica da geração, se celebriza como jurada em programas populares de auditório, em paralelo à atuação em shows e em produções no teatro e cinema (RAMOS, 2000; BARREIROS; SÓ, 2005). Do ponto de vista estético, a única coisa que permanece inalterada não diz respeito ao que ocorre nos palcos, mas sim no corpo: a adesão às técnicas de transformação corporal para modelar formas femininas, seja com o uso de hormônios que caracterizou a geração anterior, seja com as cada vez mais modernas próteses cirúrgicas de silicone que surgem por esta época.

Hormônios e próteses que, façasse o parêntese, estavam fora do alcance de grande parte da população travesti e trans. Nenhuma das artistas aqui citadas, ao que se sabe, fez uso do silicone industrial que, como mencionado por Kulick (1998) e por Garcia (2007), vinha se disseminando a partir da década de 1970 entre travestis marginalizadas – em geral profissionais do sexo. As travestis das ruas, da mesma forma que as dos palcos, também viam como primordial a necessidade de transformação corporal, mas, sem acesso às técnicas mais caras, faziam uso de expedientes bem mais ineficazes e arriscados.

[8] O VÔMITO do mito. São Paulo: Madame Satã, 1985.

[Figura 4]
Claudia Wonder, vocalista de rock



Fonte: O Caralho do Rock (2015)

O declínio desta geração de artistas veio nas décadas de 1990 e 2000. Há quem o atribua – como faz a própria Claudia Wonder (2008) – à explosão da cultura *drag* nas boates e casas noturnas LGBT, a partir dos anos 1990. A popularidade e a concorrência das *drag queens* – que em regra geral não são travestis, mas homens cisgênero que se vestem de mulher apenas no palco – teriam exercido forte influência, expulsando do mercado muitas das artistas travestis.

Claudia Wonder (2008) atribui explicitamente à concorrência *drag* o ocaso profissional e o declínio pessoal de muitas artistas travestis de sua geração. A exemplo de Thelma Lipp, morta aos 42 anos de idade em 2004:

Mas como tudo na vida sempre acaba,
o boom dos travestis também acabou. A

década de 1990 trouxe consigo o fenômeno *drag queen*, e os convites para as 'bonitas' foram diminuindo. Thelma, sem trabalho e acostumada com o glamour, foi se prostituir. Não demorou muito, começou a sofrer de síndrome do pânico, doença que a fez ficar, durante cinco anos, confinada em seu apartamento a maior parte do tempo. Para fugir da síndrome, Thelma se refugiou nas drogas, agravando ainda mais o problema. Podemos entender a fragilidade de Thelma se pensarmos que, para se manter no mundo artístico, segundo um ditado da classe, é necessário 'matar um leão por dia'. Imagine então uma trans como Thelma, quantas feras não tem de vencer diariamente... A troca da fama e do glamour pela necessidade da prostituição foi um enorme baque. Uma pessoa que está acostumada à badalação e à fama que a

mídia proporciona, e, de repente, se vê obrigada a se prostituir, precisa ser muito forte para suportar essa mudança de 'cara' (WONDER, 2008, p. 120-121).

Era o início de um interregno na presença de travestis nos palcos brasileiros, que duraria até o início da fase atual, já na década de 2010.

2.4. Quarta fase (atual): depois do interregno drag, novas travestilidades

Para um novo século, novas travestilidades. Neste início do século 21 surge uma nova geração de artistas travestis, portadora de um novo discurso relacionado à corporalidade. Não existe mais a necessidade primordial de procedimentos biotecnológicos – tais como hormônios e próteses – para moldar o corpo. É apenas ao uso de

moda, por meio das escolhas vestimentares, que cabe o papel anteriormente depositado neles.

Raquel Virgínia e Assucena Assucena são dois dos exemplos mais conhecidos de travestis artistas desta geração. Elas são vocalistas do grupo musical paulista *As Bahias e a Cozinha Mineira*, formado em 2011 (figura 5), cujo repertório combate o machismo, a homofobia e, o que é mais claramente percebido em seus shows, a transfobia.

Assucena declara não se interessar em submeter-se a procedimentos de transformação corporal, sejam eles hormonais, cirúrgicos ou de qualquer outra ordem. Em entrevista concedida em 2016, ela diz que isso “seria transferir a natureza da minha identidade para o cirurgião. A necessidade é outra, é minha identidade como ser social” (apud FERRAZ, 2016).

[Figura 5]

As Bahias e a Cozinha Mineira: Raquel Virgínia no centro, Assucena Assucena em primeiro plano à direita



Fonte: Geledés (2016)

Esta nova geração de travestis afirma não necessitar de corporalidades protéticas para normalizar-se frente à sociedade que espera um corpo feminino. Para além de uma estética feminina tradicional, essas artistas contribuem para a proposição de uma estética travesti contra-hegemônica, não mais preocupada em reproduzir a aparência feminina cis-normativa. Algo muito próximo do que reivindica Letícia Lanz (2015):

Não podemos continuar aceitando, sem nenhuma problematização, a patologizada e ultrapassada hipótese de que a única saída da transgeneridade é o desenvolvimento de corpos capazes de preencher os requisitos e exigências das roupas que a sociedade já tem prontas e classificadas para vesti-los. O corpo transgênero deve ser legitimado como ele é (LANZ, 2015, p. 185).

No palco, não se trata mais de explorar a imagem de mulher em corpos transformados. Ao invés disso, surgem atrizes identificadas como cidadãs trans e inseridas na nova sociedade contrassexual de que fala Preciado (2014), na qual se dá a “desconstrução sistemática da naturalização de práticas sexuais e do sistema de gênero” (PRECIADO, 2014, p. 22). Essas artistas assumem papéis políticos dentro e fora de cena, com uma pauta simultaneamente estética e política que as diferencia das gerações anteriores.

Se permanecerão na contracultura ou se, a exemplo de Rogéria, conseguirão operar um processo de mediação cultural, ganhando espaço e reconhecimento para si e suas pautas na cultura hegemônica, é algo a ser respondido em um futuro próximo.

3. Reflexões finais: Deve-se parecer o quê? Deve-se mediar o quê?

A trajetória que procuramos descrever e esquematizar por meio de uma periodização sugere que artistas travestis, a partir do palco e das telas, podem promover e/ou mediar o debate social sobre gênero e transgeneridade.

Os exemplos analisados são certamente diferentes entre si e contribuem de formas distintas para essa constatação. Ivaná, artista cuja identidade de gênero fora de cena só é possível conhecer por especulações, mas que construiu para o palco uma identidade feminina, tem importância como precursora ou inauguradora, ainda na década de 1950, da presença travesti nos palcos brasileiros. Rogéria, por sua vez, foi uma glamorosa diva travesti dos anos 1960 e 1970 que, ao ser aceita na cultura dita *mainstream*, deu importante contribuição como mediadora para o processo de aceitação social da transgeneridade. Claudia Wonder é um ícone contracultural dos anos 1980 e uma pioneira da militância política LGBT. Raquel Virgínia e Assucena Assucena, por fim, lutam atualmente por visibilidade trans, produção de singularidades e fortalecimento de subjetividades – um repertório de valores em que a *passabilidade* feminina, tão cara para as gerações anteriores, deixou de ser prioridade.

O que mais claramente pode ser observado é que a construção identitária desses corpos travestis, ao longo das quatro gerações apontadas na nossa periodização, seguiu padrões de beleza – e de feminilidade – distintos: *glamour* e feminilidade exacer-

bada nas duas primeiras gerações, feminilidade *underground* na terceira, contestação da cisnormatividade na quarta e última.

Neste sentido, a travestilidade contestadora das artistas da quarta e atual geração é um fenômeno recente, que promete contribuir para que a sociedade cisnormativa compreenda que há femi-

nilidades variadas, não necessariamente cisnormativas, a serem respeitadas. Não é necessário “parecer” mulher cis para reconhecer-se ou fazer-se reconhecer como travesti ou mulher trans. Fazer avançar esta discussão a partir do palco, operando um processo de mediação sociocultural, é algo que se apresenta a esta geração como oportunidade. ■

[EMERSON SILVA MENESES]

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Têxtil e Moda da EACH-USP.

E-mail: emer.meneses@gmail.com

[MARTIN JAYO]

Professor da EACH-USP, doutor em Administração pela FGV-SP.

E-mail: martin.jayo@usp.br

Referências

ABOUDRAR, Bruno Nassim; MAIRESSE, Françoise. **La médiation culturelle**. Paris: Presses Universitaires de France, 2016.

ANDERSON, Perry. Internationalism: a breviary. **New Left Review**, London, v. 2, n. 14, p. 5-25, Mar./ Apr.2002.

BARREIROS, Edmundo; SÓ, Pedro. **1985: o ano em que o Brasil recomeçou**. São Paulo: Ediouro, 2005.

CAMPOS, Carlos Eduardo Costa; CANDIDO, Maria Regina. Dossiê: periodização histórica: debates e questionamentos. **Nearco**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 7-12, 2013.

DELGADO, Pedro Omar Lacerda. **Moldar a carne: a queerização do corpo no teatro de João Carlos Castanha**. 2013. 215 f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DIVINAS divas. Direção: Leandra Leal. Produção: Leandra Leal; Rita Toledo; Natara Ney; Carol Benjamim. Intérpretes: Leandra Leal; Rogéria; Marquesa; Jane Di Castro; Eloína dos Leopardos e outros. Roteiro: Leandra Leal; Lucas Paraizo; Natara Ney; Carol Benjamin. São Paulo: Vitrine Filmes, 2016. (1h50min), son., color.

É FOGO na jaca. Montagem: Walter Pinto. Interpretes: Ivaná; Mesquitinha; Natara Ney e outros. Rio de Janeiro: Teatro Recreio, 1953.

FERRAZ, Ana. O feminino mora aqui. **Carta Capital**, São Paulo, nov. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/924/o-feminino-mora-aqui>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. O cuidado do corpo entre travestis de baixa renda. **Sexualidades**, New York, n. 2, Apr. 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/nepaidsabia/images/BIBLIOTECA/PDF/artigos/o%20cuidado%20do%20corpo.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

JAMESON, Fredric. **A singular modernity: essay on the ontology of the present**. New York: Verso, 2002.

JAYO, Martin; RODRIGUES, Andrea Leite; MENDES, Silma Ramos Coimbra. De oprimido a bon vivant: trajetória do administrador brasileiro segundo a publicidade. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 24, p. 617-645, set. / dez. 2015.

KULICK, Don. **Travesti**: sex, gender and culture among Brazilian transgendered prostitutes. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**. São Paulo: Editora Transgente, 2015.

LES GIRLS. Montagem: João Roberto Kelly. Intérpretes: Rogéria; Divina Valéria; Brigitte de Búzios e outros. Rio de Janeiro: Boate Stop, 1964.

LION, Antonio Ricardo Calori de. É fogo na jaca: performance drag queen no teatro de revista dos anos 1950. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 23., 2016, Assis. **Anais eletrônicos**... Assis: UNESP, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467769323_ARQUIVO_EFogonaJaca-AnaisversaoREVISADA.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

LION, Antonio Ricardo Calori de. Ivaná: a grande dúvida no teatro de revista dos anos 1950. **Albuquerque**: Revista de História, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 102-120, 2015.

MULHER de verdade. Direção: Alberto Cavalcanti. Intérpretes: Inezita Barroso; Adoniran Barbosa; Paulo Vanzolini; Ivaná e outros. Roteiro: Galeão Coutinho. [S.l.: s.n.], 1953. (1h40min), son., p.b.

NÃO APERTA que eu grito. Montagem: Janette Bezerra, Intérpretes: Raquel Soraya, Terezinha Tapajós, Ivaná e outros. São Paulo: Teatro das Bandeiras, 1963.

NUNES, Diego. **Cá e Lá**: o intercâmbio cinematográfico entre Brasil e Portugal. São Paulo: Editora Matarazzo, 2015.

O VÔMITO do mito. São Paulo: Madame Satã, 1985.

PASCHOAL, Marcio. **Rogéria**: uma mulher e mais um pouco. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.

PRADO, Décio de Almeida. **História concisa do teatro brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 1999.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

RAMOS, Carlos Henrique. Um mito que volta. **IstoÉ Gente**, São Paulo, n. 54, 2000. Disponível em: <https://www.terra.com.br/istoegente/54/reportagem/rep_mito.htm> Acesso em: 21 ago. 2017.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. Artes de acontecer: viados e travestis na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX a 1980. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 90-116, 2016.

SERRA, Ivo. Ivaná, a grande dúvida. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, p. 22, set. 1953.

SILVA JUNIOR, Aureliano Lopes da. Para uma história dos concursos de beleza trans: a criação de memórias e tradição para um certame voltado para travestis e mulheres transexuais. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 50, set., 2017.

SIMÕES, Julio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-iris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WONDER, Claudia. **Olhares de Claudia Wonder**. São Paulo: Edições GLS, 2008.

APORTES
TEÓRICOS E
REFLEXÕES
SOBRE O RACISMO
ESTRUTURAL
NO BRASIL

[ARTIGO]

Humberto Bersani

*Universidade de São Paulo.
Faculdade de Direito*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O artigo pretende analisar o racismo enquanto um elemento estrutural de opressão no Brasil. Para tanto, são consideradas as contribuições teóricas de Jacob Gorender, Clóvis Moura, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, destacando-se o escravismo colonial e sistematizado, a economia colonial e a formação do capitalismo no Brasil. A partir do levantamento bibliográfico e estabelecidas as relações entre os referenciais, será apresentada uma proposta de compreensão do racismo estrutural.

Palavras-chave: Racismo Estrutural. Escravismo. Exclusão Social.

The article intends to analyze the racism as a structural element of oppression in Brazil. There are considered the theoretical contributions of Jacob Gorender, Clóvis Moura, Caio Prado Júnior and Nelson Werneck Sodré are taken into account, highlighting colonial and systematized slavery, colonial economy and the formation of capitalism in Brazil. From the bibliographical survey and established the relations between the references, a proposal will be presented to understanding of structural racism.

Keywords: Structural Racism. Slavery. Social Exclusion.

El artículo pretende analizar el racismo como un elemento estructural de opresión en Brasil. Para ello, se consideran las contribuciones teóricas de Jacob Gorender, Clóvis Moura, Caio Prado Júnior y Nelson Werneck Sodré, destacándose el esclavismo colonial y sistematizado, la economía colonial y la formación del capitalismo en Brasil. A partir del levantamiento bibliográfico y establecidas las relaciones entre los referentes, se presentará una propuesta de comprensión del racismo estructural.

Palabras clave: Racismo Estructural. Esclavismo. Exclusión Social.

Introdução

A opressão perpetrada pelo racismo no Brasil se traduz numa exclusão social identificada nos mais diversos espectros sob os quais se vise compreender os entraves que persistem na estrutura da sociedade brasileira.

O presente artigo se dedica ao estudo dos elementos concernentes ao racismo enquanto estrutura de opressão no Estado brasileiro, identificando as raízes históricas que lhe deram sustentação e propiciaram a cristalização desse elemento excludente na sociedade brasileira.

Para tanto, serão resgatadas as contribuições de Jacob Gorender, Clóvis Moura, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, de modo a estabelecer um arcabouço teórico voltado à compreensão do racismo estrutural.

Assim, pretende-se, a partir dos teóricos aqui apontados, questionar a origem do racismo no Brasil, bem como de que forma os modos de produção praticados no país atuaram na cristalização de uma forma de opressão tão profunda, desdobrando-se nas diversas faces pelas quais a marginalização social não apenas se consolidou, mas se reconfigura diariamente.

Elementos do racismo estrutural brasileiro

Em face do pressuposto de que o racismo atua enquanto estrutura de opressão, serão consideradas as obras de quatro autores que contribuíram para o debate sobre formação do Estado, sua transformação e sobre como o processo de colonização e o escravismo interferiram na história do Brasil e na consolidação da exclusão social como característica inerente ao país.

Primeiramente, será explorada a obra “O Escravismo Colonial”, de Jacob Gorender, seguida da “Dialética Radical do Brasil Negro”, de Clóvis Moura, passando-se, posteriormente, à “Formação do Brasil Contemporâneo”, de Caio Prado Júnior.

Por fim, a obra de Nelson Werneck Sodré, “Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil”, fechará o eixo teórico que contribuirá para a noção de racismo estrutural.

A escolha das quatro obras mencionadas se deu em função da crítica nelas contida e da contribuição fundamental que deram à construção de uma teoria para o debate da questão racial no Brasil, dotada de peculiaridades a serem consideradas. Não se pode ignorar, ainda, que a metodologia norteadora da presente investigação requer um referencial teórico que dialogue com os seus pressupostos, o que fortalece a escolha do mencionado conjunto de obras.

Com a análise de cada uma das obras, far-se-á, num momento posterior, um traçado conglobado dos autores estudados para buscar uma proposta conceitual acerca do racismo estrutural.

O “escravismo colonial” como modo de produção e o pensamento de Jacob Gorender

A obra “O Escravismo Colonial”¹, publicada em 1978, foi escrita antes e durante a prisão de Jacob Gorender, no período da ditadura militar.

A tese sustentada pelo autor promoveu uma grande transformação no olhar sobre a formação social brasileira, sob a ótica de que esta fora marcadamente escravista colonial, expressão que atribui o título à obra.

A partir de categorias como modo de produção e formação social, Gorender traça sua perspectiva sobre o processo de colonização no Brasil e o significado de suas práticas. Segundo ele, “o modo de produção é um modo de reprodução continuado das relações de produção e das forças produtivas”². Recorre, pois, a Marx para destacar alguns conceitos fundamentais de sua obra e estabelecer um diálogo com a teoria por ele apresentada.

Ao abordar o escravismo colonial como modo de produção do Brasil, aponta que não houve uma reprodução do modo outrora existente em Portugal, tampouco daquele estabelecido até então no Brasil. Por isso, entende que:

Impõe-se, por conseguinte, a conclusão de que o modo de produção escravista colonial é inexplicável como síntese

*de modos de produção preexistentes, no caso do Brasil. Seu surgimento não encontra explicação nas direções unilaterais do evolucionismo nem do difusionismo. Não que o escravismo colonial fosse invenção arbitrária fora de qualquer condicionamento histórico. Bem ao contrário, o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço. Deste determinismo de fatores complexos, precisamente, é que o escravismo colonial emergiu como um modo de produção de características novas, antes desconhecidas na história humana.*³

Com efeito, a afirmação de que “a formação social escravista teve no Brasil peculiaridades que só nele se encontrarão”⁴ revela uma possibilidade de posição na luta antirracista: a de que é preciso investigar o Brasil desde sua formação, considerando-se todas as suas peculiaridades, ou seja, o grande desafio é buscar soluções próprias e específicas, sem que haja uma importação desmedida das saídas apresentadas em (e/ou por) outros modelos. Até porque, como ressalta Gorender, “justamente aqui o escravismo colonial teve duração e riqueza de determinações maiores do que em qualquer outra parte”⁵.

O escravo constitui propriedade de seu dono e, por isso, deve se sujeitar à autoridade de seu proprietário – isso o coloca

[1] GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

[2] *Ibidem*, p. 58.

[3] *Ibidem*, p. 84.

[4] *Ibidem*, p. 88.

[5] *Ibidem*, p. 88.

como coisa ou “bem objetivo”⁶. Apresenta-se, aí, a contradição apontada por Brion Davis sobre o escravo: “ser coisa e ser homem”. É possível pensar também que tal contradição revela a existência concomitante de um bem objetivo paradoxalmente internalizado em um ser humano que, por tal condição, é dotado de subjetividade.

A primeira forma de reconhecimento do escravo como homem (e não coisa) pela legislação se dá com a responsabilidade penal⁷.

O escravismo colonial é estudado a partir da escravização negra como pressuposto, já que, segundo Gorender, ela teria proporcionado estabilidade ao modo de produção⁸.

Apresentam-se algumas leis específicas do modo de produção escravista colonial, as quais não devem ser vistas dissociadas umas das outras, mas sim organicamente articuladas. São identificadas, na obra, pela “Lei da Renda Monetária” (processo de transformação do excedente em dinheiro), “Lei da Inversão Inicial de Aquisição do Escravo” (aponta as três principais formas de aquisição do escravo, ou seja, captura, compra e criação na unidade escravista), “Lei da Rigidez da Mão de Obra Escrava” (compreendida no sentido de que, “se o escravo não se liberta do senhor, tampouco este se desfaz do escravo”⁹), “Lei da Correlação entre a Economia Mercantil e a Economia Natu-

ral na Plantação Escravista” (denomina a correlação estudada mediante o emprego do termo ‘bissegmentação’) e, por fim, a “Lei da População Escrava” (observa a relação estabelecida entre o movimento populacional, o tipo de formação social e o modo de produção, sendo posteriormente marcada pelo tráfico interprovincial, pois foi necessário redistribuir, para a região do café, os homens e as mulheres escravizados explorados nas regiões do açúcar e do algodão.

Nos Estados Unidos, viu-se uma situação diferente, pois seu principal produto de exportação era o tabaco, supérfluo e menos rentável se comparado ao açúcar. Isso refletia numa demanda menor do número de homens e mulheres escravizados, inclusive porque o preço deles foi aumentando com o passar dos anos. Dividiram-se, assim como no Brasil, as funções entre regiões exportadoras e importadoras de homens e mulheres escravizados. Houve, pois, a criação de homens e mulheres escravizados para fins específicos de comercialização.

A sociedade escravista era basicamente formada pela classe dos homens e mulheres escravizados e os plantadores (seus exploradores diretos). Na verdade, no gênero dos exploradores diretos mencionados por Gorender há, ainda, uma outra categoria, a dos mercadores.

O modo de produção escravista apresentado por Gorender pode, também, ser lido como a gênese do modo de produção capitalista estabelecido concomitantemente no Brasil. É possível entendê-lo como uma formação social dotada de particularidades que o situam em um viés

[6] Ibidem, p. 92.

[7] Ibidem, p. 94.

[8] Ibidem, p. 172.

[9] Ibidem, p. 245.

capitalista, ou seja, autêntico representante da gênese do capitalismo no Brasil. Essa chave é importante, pois ela revela a relação intrínseca entre o capitalismo e o escravismo, bem como a influência da ideologia advinda do referido processo histórico, contribuindo com a construção do racismo no Brasil.

O escravismo sistematizado e o pensamento de Clóvis Moura

A primeira edição da obra “Dialética Radical do Brasil Negro”¹⁰ foi lançada em 1994. Contribuição fundamental ao estudo dos elementos do racismo estrutural brasileiro, a obra guarda total pertinência com a reflexão sobre os elementos do racismo estrutural brasileiro, tendo em vista a estruturação nela contida e a perspectiva metodológica empregada pelo autor.

O escravismo brasileiro se divide, segundo o autor, nas fases de Escravismo Pleno e Escravismo Tardio, sendo a extinção do tráfico internacional de homens e mulheres escravizados, promovida pela Lei Eusébio de Queirós, no ano de 1850, o marco histórico que determina a passagem de uma fase à outra e possibilita o impulso para a construção teórica de Clóvis Moura.

O Escravismo Pleno pode ser identificado pelo predomínio do modo de produção escravista. E ao enxergar o escravismo

[10] MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

como modo de produção, nota-se que Moura estabelece um diálogo com o pensamento de Jacob Gorender. Trata-se, pois, de uma constatação que fortalece o caminho escolhido na presente investigação sobre o modo de pensar o Brasil e a centralidade das relações raciais enquanto elemento fundante da sociedade brasileira.

A sociedade de classes à época do Escravismo Pleno era composta basicamente por duas classes: senhores e escravizados. Dessa dicotomia, era possível observar os comportamentos e todas as imagináveis formas e espaços sociais para os quais ela poderia irradiar¹¹.

As contradições estabelecidas entre senhores e homens e mulheres escravizados representam, pois, o principal componente estrutural do modo de produção escravista.

A condição de ser escravo, apontada pelo autor, remete ao fato de que

O problema do escravo, ou seja, a sua caracterização essencial (de essência) não pode ser conceituado pela forma como ele (o escravo) é tratado por alguns senhores, alimentado, vestido e educado. Sua condição podia – mesmo em certas circunstâncias – e esta particularidade foi muito explorada pela literatura escravagista, daqui e dos Es-

[11] “Os antagonismos sociais, econômicos e étnicos verificados nessa época, as convergências e divergências ideológicas e de comportamento que surgiram nessa sociedade são, fundamentalmente, decorrentes das posições estruturais e do dinamismo dessas duas classes no espaço social. São conflitos antagônicos ou parciais, conscientes ou inconscientes nas suas características de ação social”. Ibidem, p. 36.

tados Unidos daquela época –, ser igualada a algumas categorias de trabalhadores livres europeus.¹²

Verifica-se, aí, mais uma importante chave conferida por Clóvis Moura ao estudar o escravismo: o perigo de se atentar à forma e não à essência. Fica explícita, no trecho transcrito, a aplicação do materialismo histórico-dialético como método de estudo empregado pelo autor.

O método já se anuncia no título da obra em estudo. A dialética radical pressupõe uma postura metodológica que requer a crítica pela raiz, imanente, ou seja, que parte da essência do objeto, e não das formas pelas quais ele se manifesta.

O Escravismo Pleno compreende o período que vai desde 1550 (aproximadamente) até 1850, por ocasião da Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico internacional de africanos escravizados, ou seja, passa por todo o período colonial (reinados de Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II). Ele se caracteriza “pelo fato de as relações de produção escravistas dominarem quase totalmente a dinâmica social, econômica e política”¹³.

Tudo o que se conhecia na sociedade brasileira da época tinha como essencial o modo de produção estabelecido entre as classes vigentes: senhores e escravizados.

A estratificação social também foi observada nesse período, conforme apontado pelo autor:

No caso particular do Brasil (como também nas demais áreas de trabalho escravo), para que a divisão desse tipo de trabalho funcionasse racionalmente, houve a necessidade de uma estratificação social no interior das relações escravistas, necessária e que se diferenciava de acordo com o gênero produzido.¹⁴

Com a vinda de Dom João VI ao Brasil, em 1808, o país passou por inúmeras mudanças. A liberdade de comércio aos poucos foi estabelecida, dando espaço para o que o autor, partindo do pensamento de Caio Prado Júnior, chama de Liberalismo Escravista. A proclamação da Independência não inviabilizou o escravismo e a lógica que ele impunha enquanto modo de produção. A mudança mais significativa teria sido a Lei Eusébio de Queirós, da qual “surgerà o embrião de uma burguesia epidérmica que nasce muito tarde como classe e que não podia desempenhar aquelas funções dinamizadoras atribuídas a uma burguesia clássica nos moldes europeus.”¹⁵ Ressalta, ainda: “aquilo denominado por Caio Prado Jr. de *O Império escravocrata e a aurora burguesa (1850-1889)* é o período no qual o escravismo entra em crise progressiva a que denominamos de *escravismo tardio*.”¹⁶

Apesar das peculiaridades regionais, o autor aponta quais seriam, segundo sua perspectiva metodológica, os “rasgos fundamentais do escravismo pleno”:

1) Monopólio comercial da Metrópole (1808).

[12] Ibidem, p. 48.

[13] Ibidem, p. 80.

[14] Ibidem, p. 71.

[15] Ibidem, pp. 78-79.

[16] Ibidem, pp. 78-79.

2) Produção exclusiva de artigos de exportação para o mercado mundial, salvo a produção de subsistência pouco relevante e que somente era suficiente em face do baixíssimo nível do poder aquisitivo (poder de compra) dos consumidores.

3) Tráfico de escravos da África de caráter internacional e o tráfico triangular como elemento mediador e mecanismo de acumulação na Metrópole.

4) Subordinação total da economia de tipo colonial à Metrópole e impossibilidade de uma acumulação interna de capitais em nível que pudesse determinar a passagem do escravismo para o capitalismo não dependente.

5) Latifúndio escravista como forma fundamental de propriedade.

6) Legislação repressora contra os escravos, violenta e sem apelação.

7) Os escravos lutam sozinhos de forma ativa e radical contra o instituto da escravidão.¹⁷

O escravismo tardio se faz presente, portanto, concomitantemente com a formação tardia da burguesia na sociedade brasileira, que se inicia neste segundo período do escravismo.

Já no Escravismo Tardio era perceptível a visualização de

três níveis de estratificação principais:

a) os escravos que continuavam sem nenhum direito e possibilidades de mobilidade quase igual a zero;

b) uma população camponesa composta de mestiços e negros livres sem terra;

c) a população composta de imigrantes que já possuíam terra, constituindo-se em uma camada de pequenos proprietários.

Na dinâmica desse processo que culminará com a Abolição em 13 de maio, diminui a população escrava, aumenta a de camponeses sem terra, descendentes de negros e índios – mestiços de um modo geral – e articula-se uma camada que se destaca da população de imigrantes e se constitui em pequenos grupos proprietários. O direito do acesso à terra é portanto excluído na prática das duas primeiras populações, permitindo-se, através da poupança individual, ou do apoio institucional, a posse da terra aos imigrantes bem-sucedidos.¹⁸

Surgiram, nesse período, os moradores de condição, submetidos aos senhores de engenho que não tinham mais condições de comprar homens e mulheres escravizados. Esses moradores permaneciam na propriedade do senhor de engenho e, em troca de moradia, trabalhavam para a fazenda.

Moura afirma que o Escravismo Tardio descambou no capitalismo dependente¹⁹. Viu-se, em tal período, a coexistência de relações escravistas e capitalistas, o

[17] Ibidem, pp. 82-83.

[18] Ibidem, pp. 116-117.

[19] Ibidem, p.121.

que contribuiu para a formação do cenário abolicionista.

A Guerra do Paraguai também exerceu forte influência no Escravismo Tardio. Os negros escravizados foram obrigados a lutar, ao lado do Exército brasileiro, contra um país que não tinha escravização. O próprio governo comprou milhares de negros escravizados para a guerra²⁰.

Com efeito, a Guerra do Paraguai onerou o Brasil de forma substancial, o que contribuiu para que o sistema escravista fosse decomposto.

Assim, o processo de transição do Escravismo Pleno para o Escravismo Tardio foi propiciado pelo bloco de poder escravista. O trabalho escravo seria substituído pelo livre e, por isso, fez-se necessária a busca por alternativas que viabilizassem a permanência da elite em sua posição social privilegiada.

Por isso, algumas medidas foram adotadas, tais como a Lei da Terra (a terra se apresentava como um obstáculo, e foi conservada com a edição da referida lei, afastando qualquer ameaça à sua posse), bem como o apoio dado ao movimento imigrantista.

O final do Escravismo Tardio teve a presença da ética do capitalismo. Ela se revela, por exemplo, pelo fato de que os escravizados fugidos passaram a ser contra-

tados por outros escravocratas, o que seria inadmissível sob a égide da ética escravista.

Infere-se, pois, que a Abolição foi interessante e útil ao quadro que se desenhava no país. Moura afasta a possibilidade de vê-la como uma revolução democrático-burguesa²¹, mas essa questão será aprofundada oportunamente, por ocasião do estudo da obra de Nelson Werneck Sodré.

Ademais,

A Abolição não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira. Substituiu o senhor de escravos pelo fazendeiro de café, sendo que os últimos tomaram o lugar dos primeiros como seus herdeiros diretos e continuadores, cristalizando-se, por outro lado, as oligarquias regionais do Nordeste e Norte também apoiadas no monopólio da terra, como os antigos senhores de escravos.

Não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra, sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação.²²

[20] “Na dinâmica social desenvolvida pela Guerra do Paraguai durante o seu transcurso podemos ver como as relações escravistas irão se modificando e se desarticulando, havendo uma modalidade de dinâmica social que irá redundar em um realinhamento de forças sociais e étnicas que irá caracterizar, cada vez mais, o escravismo desse período como *tardio*”. Ibidem, p. 144.

[21] Ibidem, p. 152.

[22] Ibidem, p. 152.

Algumas particularidades podem ser identificadas no racismo brasileiro, a começar pelo fato de que ele, segundo Moura, não foi “codificado e institucionalizado”²³.

A discriminação racial constituiu estratégia apropriada pelas classes dominantes desde a época do escravismo e, embora não se tenha admitido de forma explícita o racismo atrelado às instituições, não se pode afastar tal premissa, uma vez que se pretende colaborar, na presente pesquisa, com a noção de racismo estrutural, que transcende as instituições, passando inclusive por elas.

O modo escravista retirou dos negros a sua ancestralidade, violentando toda uma população e subjugando-a aos interesses inerentes àquele modo de produção, de forma que acarretou à população a anulação de sua condição humana, mediante o esfacelamento das referências que trazia consigo em todas as dimensões, tais como a família, o território, a personalidade, o idioma, a religião e todo estigma criado em torno das práticas dela constantes, entre outras.

É inquestionável a contribuição que a obra de Clóvis Moura dá ao estudo da questão racial no Brasil, mas não apenas a ela, pois ele fornece elementos em sua teoria para que se pense o Brasil. Sua insistência no fato de que o estudo do negro no Brasil deve ser feito levando-se em conta tanto as particularidades do escravismo praticado como as relações estabelecidas pelo modo de produção – relações essas atreladas à constituição de uma ideologia racista

[23] Ibidem, p. 217.

– conduz à premissa de que o racismo está na essência do capitalismo brasileiro.

A economia colonial como sentido da colonização e o pensamento de Caio Prado Júnior

A obra “Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia”²⁴ busca compreender alguns elementos essenciais presentes nesse período da História do Brasil, a iniciar pelo sentido da colonização, com posterior estudo sobre como o povoamento se deu, abrangendo a questão racial.

A busca pelo sentido da História requer a análise do “conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo”²⁵.

O resgate à essência da formação do Brasil revela que este foi constituído de forma vinculada ao comércio, e não para o povoamento. O interesse era por açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão, café; enfim, o olhar estava voltado para fora do país, de modo que o Brasil atenderia às demandas surgidas em torno desse contexto comercial. Toda a formação da sociedade e economia brasileiras estará adstrita aos interesses da colônia sob a ótica do comércio, o que refletirá nos mais diversos âmbitos sociais.²⁶

[24] PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

[25] Ibidem, p. 15.

[26] Ibidem, p. 123.

A questão racial constitui assunto que requer amplo aprofundamento sobre tal aspecto. E entre as três raças que participaram da formação do Brasil, é necessário considerar a diversidade nelas presente, de modo que ignorar tais peculiaridades prejudicaria a pesquisa que leva em conta o processo histórico da colonização.

A evolução étnica brasileira teve como uma de suas principais características a supervalorização do procriador. Não é à toa que a expressão “limpar o sangue” referia-se à “acentuação do influxo branco”²⁷.

O Brasil colonial teve sua organização agrária a partir de três elementos básicos, o latifúndio, o trabalho escravo e a monocultura. Tais elementos compõem o que Caio Prado chama de “grande exploração rural”, ou seja, “a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos”²⁸.

Assim, a síntese da economia colonial brasileira pode ser compreendida pelo seguinte:

De um lado, essa organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. Nessas bases se lançou a colonização brasileira, e nelas se conservará até o momento que ora nos interessa. Não há na realidade modificações substanciais do sistema colonial nos três primeiros séculos de nossa história. Mais

não se fez nesse período de tempo que prolongá-lo e o repetir em novas áreas ainda não colonizadas.²⁹

O trecho ora transcrito vai ao encontro da teoria apresentada por Clóvis Moura, uma vez que Caio Prado também entende que o sistema colonial não teria sofrido grandes mudanças durante os três primeiros séculos da História do Brasil, período este que Moura chamou de Escravismo Pleno.

A política econômica, portanto, reduziu “o Brasil à simples situação de produtor de alguns gêneros destinados ao comércio internacional”³⁰ durante o período de colonização.

Pela utilização dos homens e mulheres escravizados foi possível viabilizar as atividades mercantis estabelecidas na colônia e obter proveito desse processo na formação da sociedade brasileira.

A escravização indígena também foi explorada de forma diferente, se comparada à escravização dos negros. A população indígena teve a influência da educação jesuítica e contou com o estatuto dos índios, o que, embora não tenha afastado os indígenas da submissão imposta pela colonização, impediu que eles tivessem contato com as formas mais nefastas da escravização³¹.

Os negros, ao contrário, não receberam qualquer proteção, mas foram esbulhados em todas as dimensões imagi-

[27] Ibidem, p. 116.

[28] Ibidem, p. 127.

[29] Ibidem, p. 129.

[30] Ibidem, p. 131.

[31] Ibidem, p. 292.

náveis, sem que houvesse qualquer preparo para que adentrassem a sociedade que os incorporou compulsoriamente na condição de autênticos objetos voltados à satisfação dos objetivos mercantis.

Desde o início da formação do Brasil, os negros foram considerados apenas úteis ao modo de produção em que foram inseridos, de forma que compuseram a base da pirâmide social ao longo de toda a história do país, vistos como estranhos e incômodos no âmbito das relações sociais estabelecidas, eis que não partilhavam das mesmas identidades culturais, religiosas, entre outras, comparadas às do espectro hegemônico.

O homem ou mulher escravizado constitui o elemento central da colônia, mas foi marginalizado nas relações construídas, haja vista que “o trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado”³².

A contribuição de Caio Prado na análise do racismo estrutural reside no diagnóstico de que o capitalismo brasileiro possui uma forma específica de matriz histórica: a escravização. Portanto, não se pode pensar o capitalismo brasileiro isoladamente – e isso pode ser confirmado pela leitura das obras de Jacob Gorender e Clóvis Moura, mas fica mais nítido na obra de Caio Prado, tendo em vista o foco por ele atribuído à formação do Brasil no estudo do sentido da colonização.

[32] Ibidem, p. 364.

Portanto, o estudo do racismo estrutural não pode ser feito de forma dissociada da análise do capitalismo brasileiro, uma vez que tais elementos estão atrelados entre si e, dessa forma, é possível afirmar que o racismo está presente nas estruturas de opressão não apenas do próprio Estado, mas também de todas as relações constituídas a partir da ideologia socioeconômica que teve como fundamento o escravismo colonial e continua a reproduzir seus mecanismos de exclusão e marginalização.

Capitalismo e revolução burguesa no Brasil – o pensamento de Nélson Werneck Sodré

Nélson Werneck Sodré apresenta, na obra “Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil”³³, o olhar sobre a formação do capitalismo no Brasil, considerando os modos de produção, a estrutura colonial, o mercado de trabalho e o que ele considera como revolução burguesa no Brasil. Também se dedica ao estudo de Vargas e de sua relação com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A categoria “modo de produção” atua como base da análise feita por Sodré sobre a formação do capitalismo no Brasil

Outrossim, o modo de produção estabelecido na sociedade brasileira dos

[33] SODRÉ, Nélson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

primeiros tempos corresponde principalmente ao escravismo, pelo qual se nota que o Brasil pode ser entendido como uma “sociedade transplantada: uns chegaram para serem escravizados; outros, para serem senhores, ou encontraram condições para tal”³⁴. O escravismo é o modo responsável pelo desenho de uma sociedade de classes no Brasil, representada pelos dominantes (senhores de escravos) e dominados (homens e mulheres escravizados).

Contudo, o escravismo não teria sido o modo de produção exclusivo em todo o território brasileiro, haja vista o emprego do feudalismo em áreas secundárias. Sodré, assim, afasta a tese de que seria incompatível a coexistência de tal modo de produção com o escravismo pelo fato do primeiro ser, normalmente, um processo de desdobramento e continuidade que se faz ao longo da história. Para ele, a forma feudal se deu “na área vicentina, na área pastoril sertaneja, na área amazônica, na área pastoril sulina, na área mineradora, depois da derrocada da economia aurífera”³⁵.

A simultaneidade dos modos de produção vigentes e a dificuldade de se estabelecer, de forma estanque, a passagem das relações escravistas às relações feudais³⁶

[34] *Ibidem*, pp. 11-12.

[35] *Ibidem*, p. 21.

[36] “No Brasil, não poderia ocorrer identidade de processo, o que não significa que tenha havido ausência de processo. Os casos apresentaram, ainda aqui, diversidades, conforme a área e o tipo de produção. De modo mais amplo, é possível distinguir as relações feudais originárias, isto é, datadas dos primeiros tempos, e aquelas que surgiram da decomposição do escravismo, a partir do simples povoamento da área, que permaneceram mais ou menos estáveis ao longo dos tempos, até o quadro já complexo derivado de alterações significativas”. *Ibidem*, p. 23.

são as primeiras peculiaridades constatadas pelo autor, das quais emerge o fato de ser temerário importar, para o estudo do Brasil, modelos estabelecidos na análise de outros países, pois as particularidades presentes na sociedade brasileira impedem que se faça uma importação automática, sob pena de se fragilizar a qualidade do estudo a um universo de classificações e compartimentos. Ressalta que “o nosso país é um mosaico e não se distingue nele, senão por força de fantasia, processos puros e uniformes, generalizados”³⁷.

Com efeito, a estrutura colonial guarda origem no despreparo de Portugal para colonizar, pois isso requer múltiplas intervenções, seja no comércio, na ocupação, na organização do sistema produtivo ou no povoamento.

A produção tinha de ser grande e, conseqüentemente, demandava considerável contingente de força de trabalho. Para isso, encontrou-se no tráfico negreiro uma saída.

Sodré aponta as grandes peças da estrutura colonial como sendo a terra, o capital e a força de trabalho³⁸. Ele compartilha da afirmação no sentido de que o Brasil destinava sua produção ao mercado externo, sustentando que a colonização tinha, como linhas definidoras, “a especia-

[37] *Ibidem*, p. 28.

[38] “As grandes peças da estrutura estavam, pois, dispostas: a terra, que era virgem e extensa, ecologicamente favorável; o capital, levantado na área mercantil holandesa e ainda na portuguesa, e levantado pelo que poderia ter sido, então, conhecido como ‘iniciativa privada’; a força de trabalho, transferida da África, aproveitando a prática das empresas negreiras, largamente lucrativas”. *Ibidem*, p. 38.

lização ecológica; a ausência inicial de valor da terra e sua ampla disponibilidade; o regime de monopólio comercial”³⁹.

A concentração da renda proporcionada pela colônia no exterior caracteriza a economia colonial, sendo a sociedade colonial composta basicamente por duas classes (já mencionadas, mas convém ressaltar): “a dos senhores, que são os proprietários da terra e dos que nela trabalham, e são poucos, e a dos homens e mulheres escravizados, que fornecem o trabalho e estão presos ao engenho”⁴⁰.

O Estado colonial é dividido basicamente em duas fases, sendo a primeira referente ao período em que se delegou poderes à esfera privada e, a segunda, o período em que se retomou os poderes, com a concentração deles, desde o advento da mineração até a vinda de Dom João VI ao Brasil.

As ideologias coloniais são identificadas como as seguintes: a da metrópole, vinculada à classe dominante, que incorpora a discriminação e o racismo em suas práticas, inclusive com o respaldo da legislação; e aquela vinculada à classe dominada (homens e mulheres escravizados e servos) e, ainda, a ideologia da classe média ou pequena burguesia.

A ideologia dos homens e mulheres escravizados teria se dividido entre o desejo pela liberdade e a fuga espiritual.

A classe média tende a se projetar na ideologia da classe dominante, carregan-

do consigo um sentimento de repulsa por questões relativas à cor e às religiões dos homens e mulheres escravizados e, ao mesmo tempo, apresenta o anseio por mudança, haja vista a dificuldade de ascensão social.

Com o advento da república, é possível notar o crescimento das relações capitalistas e a gradativa aniquilação dos elementos presentes na colonização.

A sociedade brasileira ainda reproduzia, mesmo após o domínio colonial, o reconhecimento dos senhores, mas vê a formação de uma classe média, que se projetava naqueles.

O sistema colonial estava em crise e, com ele, o escravismo passa a ser um verdadeiro problema. Conforme observa Sodré,

O Brasil se modernizava e essa modernização correspondia ao avanço das relações capitalistas. Ora, tais relações exigiam a força de trabalho livre, isto é, o trabalho assalariado.

(...) Por diversos motivos – e não os genéricos, como uma ciência manca pretende estabelecer – o rendimento do trabalho escravo, além de tudo, era mais baixo do que o do trabalho livre.

(...) não ocorreu aqui a passagem do trabalho escravo ao livre, mas a substituição daquele por este.

Essas transformações exerceram enorme influência no processo de liquidação do trabalho escravo.⁴¹

[39] Ibidem, p. 40.

[40] Ibidem, p. 44.

[41] Ibidem, p. 66.

Vê-se, portanto, que o fim do trabalho escravo não foi uma manifestação da “benevolência” do Estado ou um reconhecimento do grande erro cometido ao se apropriar de tal forma de trabalho, mas sim uma necessidade imposta pelo processo de modernização instaurado. O fato de não ter havido uma passagem, mas sim a substituição abrupta do trabalho escravo pelo trabalho livre, com o prestígio conferido à força de trabalho imigrante, reforça ainda mais a exclusão social a ser enfrentada pelos africanos e seus descendentes.

Com efeito, diante do contexto mencionado, resta a constatação de que a existência e o término do trabalho escravo estiveram totalmente atrelados ao capitalismo no Brasil, razão pela qual torna-se imperativa a discussão da exclusão racial associada ao capitalismo em si e, portanto, à luta de classes que dele emerge.

No início de seu estudo voltado à Revolução Burguesa no Brasil, o autor afastou a ideia difundida, inclusive, entre pensadores marxistas, de que o Brasil era capitalista desde a etapa colonial. Ele alegou, inicialmente, ser curiosa tal afirmação por um aspecto cronológico, eis que a Revolução Francesa, bem como a Revolução Inglesa, datam de um período posterior ao século XVI. Explorou este argumento, considerando que a burguesia da colônia teria antecedido, seguindo aquela linha criticada, as próprias burguesias francesa e inglesa. Resgata, ainda, o entendimento de Marx segundo o qual nem todo dinheiro é capital.

Admite, entretanto, a coexistência de mais de uma forma de produção no Brasil durante o período colonial, mas

afirma que apenas no século XIX o Brasil teve condições que viabilizariam o capitalismo. Chama tal fase de Revolução Burguesa no Brasil, que corresponde à

alteração econômica, social e política que, resultante da luta de classes, colocou a burguesia no poder e lhe permitiu, pelo controle do Estado, realizar as alterações necessárias a restabelecer a adequação entre as novas forças produtivas e as relações de produção.⁴²

Alguns dados históricos mencionados pelo autor revelam as mudanças ocorridas e o próprio reconhecimento do Estado mediante a tomada de medidas condizentes com esse processo. O Código Comercial, de 1850, e o Código Civil, de 1855, representam dois exemplos de que a sociedade tinha passado por mudanças e apresentava outras demandas para atender a questão da propriedade e a chegada de empresas comerciais e industriais.

Aliadas, a Crise de 1929 e a chamada Revolução de 1930 contribuíram para a consolidação do capitalismo no Brasil. Resta nítido que Sodré, ao utilizar o materialismo dialético como método de análise da historiografia do Brasil, elucida, de forma fundamentada e contundente, o percurso histórico que trouxe o capitalismo como sistema socioeconômico ao Brasil, sem ignorar, contudo, as peculiaridades que caracterizam a formação socioeconômica do país.

É indubitável, pois, ao partir de sua obra como contribuição à formulação de

[42] *Ibidem*, p. 91.

uma teoria do racismo estrutural brasileiro, que o capitalismo e a ideologia racista são indissociáveis. Sabe-se que a utilização do trabalho escravo para a formação de excedentes viabiliza o capitalismo mercantil.

Por fim, cumpre indagar – e este é um questionamento propiciado por Sodré em sua obra – o que restou como herança colonial, ou seja, aquilo que, não obstante todas as transformações pelas quais o país passou, persiste difundido na sociedade. Isso fornecerá recursos para expor a manutenção da desigualdade como um resultado da própria atuação do Estado e das formas pelas quais ele se revela a seus membros, sobretudo os marginalizados desde os tempos longínquos.

Racismo estrutural

O percurso teórico até aqui construído, com o auxílio dos referenciais analisados, possibilita que se estabeleça uma reflexão acerca do racismo estrutural em si.

Antes disso, já que o presente objeto de estudo corresponde ao racismo estrutural, é necessário registrar a pertinência da utilização do termo “raça”.

A biologia afasta a existência de raças na classificação da espécie humana, pois não há evidências biológicas que corroborem essa subdivisão.

Contudo, ao transcender o olhar puramente biológico, passando ao aspecto histórico-sócio-político, é possível

concluir o contrário, consoante leciona Kabengele Munanga:

A realidade da raça não é mais biológica, mas sim histórica, política e social. A palavra continua sendo usada como uma categoria de análise para entender o que aconteceu no passado e o que acontece no presente.

O nó central do problema não é a raça em si, mas sim as representações dessa palavra e a ideologia dela derivada. Se até o fim do século XIX e início do século XX, o racismo dependeu da racionalidade científica da raça, hoje ele depende dessa variante biológica. Ou seja, o racismo no século XXI se reconstrói com base em outras essencializações, notadamente culturais e históricas e até aquelas consideradas politicamente corretas como a etnia, a identidade e a diferença cultural⁴³.

Segundo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães,

O conceito de “raça” não faz sentido senão no âmbito de uma ideologia ou teoria taxonômica, à qual chamarei de racialismo. No seu emprego científico, não se trata de conceito que explique fenômenos ou fatos sociais de ordem institucional, mas de conceito que ajude o pesquisador a compreender certas ações subjetivamente intencionadas,

[43] MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb-Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (Especial curso ERER)**, n. 12, p. 1-384, 2010. p. 11.

ou o sentido subjetivo que orienta certas ações sociais.

Tal conceito é plenamente sociológico apenas por isso, porque não precisa estar referido a um sistema de causação que requeira um realismo ontológico. Não é necessário reivindicar nenhuma realidade biológica das “raças” para fundamentar a utilização do conceito em estudos sociológicos.⁴⁴

Ainda sobre a questão conceitual, Colette Guillaumin afirma que “a invenção da natureza não pode ser separada da dominação e da apropriação dos seres humanos”⁴⁵. Segundo a socióloga:

Se a raça não existe, isso não elimina a realidade social e psicológica do fato da raça. Reconhecimento que não deve se confundir com a admissão da realidade racial como realidade biológica; isso seria condenar a ver uma realidade material que não contempla a influência das diferenças culturais sobre o funcionamento social.⁴⁶

[44] GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009, pp. 30-31.

[45] “*L’invention de la nature ne peut pas être séparée de la domination et de l’appropriation d’êtres humains*”. GUILLAUMIN, Colette. *L’idéologie raciste*. Paris: Éditions Gallimard, 2002, p. 352.

[46] “*Si la race n’existe pas, cela n’en détruit pas pour autant la réalité sociale et psychologique des faits de race. Reconnaissance qui ne doit pas se confondre avec l’admission de la réalité raciale comme réalité biologique; ce serait se condamner à voir dans une réalité matérielle qui ne recouvre pas les divergences culturelles l’origine d’un fonctionnement social*”. GUILLAUMIN, Colette. *L’idéologie raciste*. Paris: Éditions Gallimard, 2002, p. 92.

É inafastável, portanto, que, se há discriminações que guardam origem em um olhar racial sobre os seres humanos, elas devem ser estudadas a partir desse cenário.

Ademais, o fato de os movimentos sociais se mobilizarem na luta antirracista, apresentando suas demandas ao Estado para um debate público sobre a exclusão social que atinge determinado grupo, bem como de o Estado reconhecer a desigualdade racial e estabelecer políticas públicas voltadas à correção das distorções, conferem uma dimensão política à noção de raça. Isso sem deixar de lado o fato de que, no Brasil, o racismo esteve a serviço do sistema colonial, pois os negros escravizados foram dominados e apropriados durante tal período e, para além dele, atuaram na transição do país para o capitalismo e no próprio fortalecimento desse sistema socioeconômico, sempre em uma posição marginalizada. Mais uma razão para não se ignorar a dimensão política do racismo.

Outrossim, as raças existem em função do racismo enquanto ideologia. O sentido de se falar na existência de raças está atrelado ao diagnóstico de que, no Brasil, a raça ainda confere uma situação privilegiada ou não, sendo um elemento que fortalece a exclusão social, segregando o grupo que foi ignorado durante toda a história do país.

Pois bem. Partindo-se dos elementos do racismo estrutural brasileiro, emergem quatro constatações básicas que evidenciam a consolidação da ideologia racista no Brasil e as formas pelas quais ele se manifesta.

Primeiramente, considera-se a premissa de que o Brasil teve, como modo de

produção original, o escravismo colonial. Trata-se da peculiaridade que informa o papel desempenhado pelos africanos na formação do Brasil, bem como a gênese da ideologia racista aqui constituída.

Em segundo lugar, o olhar para o racismo sistematizado na obra de Clóvis Moura aponta para a necessidade de se verificar as variações das práticas escravistas ao longo da História do Brasil e a atuação do Estado nos divisores encontrados. Uma demonstração desse argumento é a afirmação de Moura de que a Lei Eusébio de Queirós teria sido o marco de passagem do Escravismo Pleno para o Escravismo Tardio, ou seja, trata-se da ingerência do Estado sobre a questão racial.

Um terceiro ponto a ser mencionado corresponde à economia colonial como sentido da colonização e da importância dos africanos trazidos como homens e mulheres escravizados na formatação da colônia e, conseqüentemente, na consecução dos seus objetivos.

O quarto marco teórico fortalece a noção de que não houve qualquer projeto de inclusão, por parte do Estado, referente aos africanos e seus descendentes que aqui vieram trabalhar como escravizados, com a anulação de toda a identidade e a posterior exclusão social decorrente do descarte pela inutilidade ao sistema colonial durante sua fase de modernização e depois dela, com a vinda dos imigrantes e a preferência pelo trabalho assalariado exercido por estes últimos.

É importante registrar que os dois primeiros autores (Jacob Gorender e Clóvis Moura) entendem o capitalismo no Brasil

como construção a partir de uma estrutura racista, o que faz com que o racismo seja um elemento estruturante do capitalismo brasileiro, enquanto os dois últimos autores (Caio Prado Júnior e Néelson Werneck Sodré) veem o racismo como uma manifestação da estrutura capitalista.

Com efeito, o Estado age sobre o racismo quer pela sua presença, mediante leis, políticas segregacionistas e de higienização, entre outras medidas, quer pela sua ausência, pois não enfrentou a questão racial em seu cerne, enraizada no país desde o período colonial.

Quando se trabalha a partir de políticas de ações afirmativas, como o sistema de cotas (nos âmbitos da educação e do trabalho), ou mediante a criação de um órgão com status de ministério (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) para tratar as políticas públicas voltadas à questão racial, o Estado revela o tratamento do assunto no âmbito institucional.

Por outro lado, o racismo também apresenta sua face institucional, seja pela violência praticada pelo Estado diariamente à população negra, pela Polícia Militar, seja pela forma como o Estado se revela em sua composição mediante a dificuldade de acesso ao poder e aos espaços de que dispõe (e isso será objeto de estudo oportunamente) ou, ainda, pela dificuldade de acesso a políticas públicas de qualidade.

Contudo, no presente estudo impõe-se a transcendência ao âmbito institucional, pois, além de a instituição constituir verdadeiro aparelho ideológico, é indubitável que a mudança das instituições não implica o término automático e perma-

nente do racismo. É muito mais complexo tratar questões que se revelam como autênticas manifestações ideológicas e, como o racismo é uma delas, sedimentado por séculos na história do país, aí reside um grande desafio no tocante à promoção dos Direitos Humanos.

Ressalta-se, dessa forma, que o racismo revela-se como um sistema que, no Brasil, por toda a sua história, está atrelado à luta de classes.

Em busca de uma proposta conceitual

O racismo estrutural corresponde a um sistema de opressão cuja ação transcende a mera formatação das instituições, eis que perpassa desde a apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, haja vista ser estruturante das relações sociais e, portanto, estar na configuração da sociedade, sendo por ela naturalizado. Por corresponder a uma estrutura, é fundamental destacar que o racismo não está apenas no plano da consciência – a estrutura é intrínseca ao inconsciente. Ele transcende o âmbito institucional, pois está na essência da sociedade e, assim, é apropriado para manter, reproduzir e recriar desigualdades e privilégios, revelando-se como mecanismo colocado para perpetuar o atual estado das coisas.

De todas as transformações ocorridas com os modos de produção ao longo da história, o racismo no Brasil pode ser considerado como produto desta ordem social

estabelecida pelo escravismo colonial, sendo, portanto, o elemento que permaneceu desde a gênese do Brasil, sobrevivendo a todas as transformações ocorridas, até o atual modelo neoliberal. O racismo está, assim, na essência do próprio Estado.

Segundo Dennis de Oliveira,

No caso específico de países que foram colonizados, como os da América Latina, que construíram sua base primitiva de acumulação com base no trabalho escravo de negros e indígenas; que passou por uma revolução burguesa de caráter conservador, que manteve estruturas aristocráticas e escravistas quase que intactas, a adoção deste modelo neoliberal aumenta um processo de exclusão que já existia, praticamente condenando ao extermínio os ocupantes deste segmento populacional. Este aumento se dá de duas formas:

a) de forma extensiva, ao ampliar o número de pessoas que entram na zona da exclusão social, num processo que podemos denominar de democratização da senzala;

b) de forma intensiva, ao intensificar os mecanismos de exclusão daquelas pessoas que já estavam na zona dos excluídos, num processo complementar que denominaremos de extermínio da senzala.

Os dois processos – democratização e extermínio da senzala – praticamente destroem a já combalida sociedade civil e transformam a cidadania num privilégio cada vez mais inacessível à maioria. Os direitos sociais, embora previstos legalmente, transformam-se

em letra morta diante da incapacidade dos poderes públicos garanti-los sem uma ruptura com todo o sistema social. A tendência à concentração de renda faz agravar ainda mais os problemas e, assim, a resolução destes exige cada vez mais investimentos vultuosos que significariam uma mudança dos rumos do desenvolvimento capitalista atual.⁴⁷

No dia 13 de dezembro de 2013, o Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Afrodescendentes divulgou um comunicado acerca da visita oficial feita ao Brasil durante o período de 3 a 13 de dezembro daquele ano.

O Grupo concluiu, em sua visita, aquilo que muitos pesquisadores dos mais diversos campos do saber já têm apontado há anos:

Os afro-brasileiros constituem mais da metade da população brasileira, no entanto, são sub-representados e invisíveis na maioria das estruturas de poder, nos meios de comunicação e no setor privado. Esta situação tem origem na discriminação estrutural, que se baseia em mecanismos históricos de exclusão e estereótipos negativos, reforçados pela pobreza, marginalização política, econômica, social e cultural.

Embora o Brasil tenha avançado na redução da pobreza, da pobreza extrema e das taxas de desigualdade, processo do

qual os afro-brasileiros se beneficiaram, constatamos que ainda há um grande contraste entre a precariedade da situação dos negros brasileiros e o elevado crescimento econômico do país. Os afro-brasileiros não serão integralmente considerados como cidadãos plenos sem uma justa distribuição do poder econômico, político e cultural.⁴⁸

De fato, o racismo estrutural é nítido e não demanda grande esforço para ser visualizado. Ele está difundido na sociedade, na ordem social vigente e a serviço dos privilégios que demarcam as classes sociais. Enfrentá-lo é uma forma de discriminação positiva e necessária, e não um racismo na mesma intensidade, ao contrário do que muitos dizem, pois trata-se da busca por mecanismos que promovam a desconstrução da ideologia que se traduz em inúmeras práticas discriminatórias diariamente, chancelando a exclusão de um grupo social específico.

Ao conceituar a cultura, John Thompson afirma que uma de suas formas simbólicas é a estrutural e, para isso, reflete acerca da estrutura. Aduz que:

Analisar a estrutura de uma forma simbólica é analisar os elementos específicos e suas inter-relações que podem ser discernidos na forma simbólica em questão; analisar o sistema corporifi-

[47] OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural – apontamentos para uma discussão conceitual**. Disponível em: <http://movimientos.org/es/dhplural/foro-racismo/show_text.php3%3Fkey%3D371>. Acesso em: 5 maio 2015.

[48] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. GRUPO DE TRABALHO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AFRODESCENDENTES. **Grupo de trabalho da ONU sobre afrodescendentes divulga comunicado final sobre visita ao Brasil**. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/grupo-de-trabalho-da-onu-sobre-afrodescendentes-divulga-comunicado-final/>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

cado em uma forma simbólica é, por contraste, abstrair a forma em questão e reconstruir uma constelação que se exemplifica em casos particulares. A estrutura de uma forma simbólica é um padrão de elementos que podem ser discernidos em casos concretos de expressão, em efetivas manifestações verbais, expressões ou textos.⁴⁹

Portanto, a perspectiva traçada pelo racismo estrutural confere a possibilidade de se tratar o racismo pela raiz, atentando-se à sua essência e às peculiaridades desde a formação do país, ou seja, da mesma maneira pela qual ele tem se revelado, significado e ressignificado ao longo da História do Brasil. É enxergá-lo não apenas pela forma como ele se mostra, mas sim pelo que ele é.

Considerações finais

O estudo ora realizado não teve como objetivo o esgotamento da compreensão de como o racismo se opera na sociedade brasileira, mas sim a elaboração de um resgate teórico para o apontamento de possíveis caminhos à análise.

Diante disso, o olhar para as raízes históricas que propiciaram a consolidação de um elemento que atua decisivamente na exclusão social consolidada no país possibilita a noção do caráter intrínseco

exercido pelo racismo na constituição da sociedade brasileira para, como consequência inevitável, transpassar a essência do Estado enquanto forma política a serviço do modo de produção imposto.

O racismo institucional se apresenta, nesse sentido, como uma das possibilidades para a leitura dessa forma de opressão, mas destaca-se que ele limita o horizonte de compreensão apenas ao plano das instituições.

Se, por um lado, é inquestionável o fato de que as instituições desempenham papel fundamental nas práticas racistas, por outro é imprescindível buscar a origem do sistema excludente e indagar se ele não transcende o viés institucional.

Com efeito, o olhar para o racismo enquanto elemento estrutural da sociedade brasileira representa uma perspectiva de ampliação do horizonte anteriormente mencionado, revelando no campo da teoria um cenário perceptível na prática: de que o racismo se encontra nas mais diversas relações estabelecidas no Brasil, sejam elas sociais, econômicas, políticas, culturais, entre outras. Não está apenas no plano da consciência, mas também da inconsciência. Em outras palavras, se biologicamente se refuta a existência de raças, o racismo, enquanto metáfora desse campo do saber, corresponde ao DNA do Brasil. ■

[HUMBERTO BERSANI]

Doutor em Direitos Humanos pela Faculdade de

Direito da Universidade de São Paulo – USP.

E-mail: hbersani@gmail.com

[49] THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. pp. 187-188.

Referências

- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- GUILLAUMIN, Colette. **L'idéologie raciste**. Paris: Éditions Gallimard, 2002.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**: Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, São Paulo, n. 12, p. 1-384, 2010.
- OLIVEIRA, Dennis de. Racismo estrutural: apontamentos para uma discussão conceitual. **MINCA**, [S. l.], mar. 2001. Disponível em: <http://movimentos.org/es/dhplural/foro-racismo/show_text.php3%3Fkey%3D371>. Acesso em 23 jun. 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **Grupo de trabalho da ONU sobre afrodescendentes divulga comunicado final sobre visita ao Brasil**. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/grupo-de-trabalho-da-onu-sobre-afrodescendentes-divulga-comunicado-final/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

POR QUE ESTUDAR LÍNGUAS AFRICANAS NO BRASIL?

[ARTIGO]

Margarida Petter

*Universidade de São Paulo.
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Foram muitas as línguas que o tráfico transatlântico transplantou para o Brasil, no entanto o estudo dessas línguas não atraiu a atenção dos estudiosos, que se dedicaram a outros aspectos da diversidade cultural africana, como religiões, danças, música, culinária etc. Este artigo aborda as motivações que levaram pesquisadores, linguistas em particular, a estudar (ou não) as línguas africanas entre nós, chamando a atenção para as duas vertentes desse estudo: as línguas que entraram em contato com o português no Brasil e as línguas que são faladas no continente africano. Examina-se, primeiramente, o contexto sociocultural que fomentou o interesse pelas questões linguísticas e que influenciou as análises feitas ao longo da história brasileira. Destaca-se a seguir a importância científica da investigação das línguas da África, tanto para a linguística quanto para o conhecimento da humanidade.

Palavras-chave: Línguas Africanas. Línguas Africanas no Brasil. Contato de Línguas.

Many African languages have been transplanted to Brazil by the transatlantic slave trade, but the study of these languages didn't attracted the attention of scholars who dedicated themselves to other aspects of African cultural diversity, such as religions, dances, music, cooking, etc. This text addresses the motivations that led researchers and linguists in particular to study (or not) African languages among us, drawing attention to the two dimensions of this study: the languages that came into contact with Portuguese in Brazil and the languages which are spoken on the African continent. It is firstly examined the sociocultural context that fostered the interest in linguistic issues and that influenced the analyses made throughout Brazilian history. Afterwards it is highlighted the scientific importance of the research on languages from Africa, both for linguistics and for the knowledge of the humanity.

Keywords: African languages. African languages in Brazil. Language contact.

El tráfico transatlántico transplantó a Brasil muchas lenguas, pero el estudio de esas lenguas no atrajo mucho la atención de los estudiosos, que se dedicaron a otros aspectos de la diversidad cultural africana, como religiones, danzas, música, culinaria, etc. Este documento aborda las motivaciones que llevaron a los investigadores y lingüistas, en particular, para estudiar (o no) las lenguas africanas entre nosotros, llamando la atención sobre dos aspectos de este estudio: los idiomas que entraron en contacto con los portugueses en Brasil y los que se hablan en el continente africano. Se examina, primero, el contexto sociocultural que fomentó el interés por las cuestiones lingüísticas y que influenció los análisis hechos a lo largo de la historia brasileña. Se destaca a continuación la importancia científica de la investigación de las lenguas de África, tanto para la lingüística y para el conocimiento de la humanidad.

Palabras clave: Lenguas africanas. Lenguas Africanas en Brasil. Contacto Lingüístico.

Introdução

O título deste artigo é uma pergunta propositalmente ambígua, que suscita duas leituras: a primeira, talvez a que seja feita pela maioria dos leitores, é a que indaga as razões de estudar as línguas africanas que aportaram ao Brasil, discutindo a sua permanência na atualidade. A segunda leitura diz respeito às motivações de, no Brasil, estudar as línguas faladas na África. Embora aparentemente sejam questões independentes, tentarei mostrar a pertinência e a conexão entre as duas questões.

Foram muitas as línguas que o tráfico transatlântico transplantou para o Brasil, no entanto o estudo dessas línguas não atraiu a atenção de muitos estudiosos, que se dedicaram a outros aspectos da diversidade cultural africana, como religiões, danças, música, culinária etc.

Os indivíduos que foram deportados para o Brasil provinham de áreas muito diversas, falavam línguas também diversas. Essas diferenças de origem eram apontadas nos documentos por meio da identificação ou designação dos portos de embarque, por nomes genéricos criados no Brasil ou, mais raramente, pelos seus próprios grupos étnicos (FARIA, 2004). As informações sobre a origem nem sempre eram corretamente declaradas ou reconhecidas pelos que faziam os registros. É por isso que se questiona o que significariam realmente algumas designações, como *mina*, *angola*, *congo* ou até mesmo *negro da costa*. Este último poderia ser um *benguela*, habitante ou proveniente do sul de Angola, de Benguela, ou da região da costa do ouro, do golfo da Guiné (BRÜG-

GER; OLIVEIRA, 2009; ÁLVAREZ-LÓPEZ, 2015). Os africanos não eram, portanto, identificados pelas línguas que falavam, mesmo porque elas eram desconhecidas dos colonizadores. A expressão linguística dos negros só foi observada quando estes falavam português e a partir desse fato se criou uma primeira separação entre os escravizados: os *ladinos*, que já dominavam a língua do branco, e os *boçais*, que ainda não se faziam entender bem na língua portuguesa. As línguas dos africanos foram, então, inicialmente vistas como um empecilho para o bom desempenho em português dos escravizados.

Convém lembrar que o fato de falar bem ou mal a língua portuguesa foi um indício importante para identificar os fugitivos, como bem retratam os anúncios de fugas no século XIX. Em grande parte dessas notícias, menciona-se que o procurado era “bem falante, de fala atrapalhada ou que fala embaraçado ou finge-se não saber falar.” (LIMA, 2015, p. 31-41) “Fingir não saber falar” foi uma estratégia de resistência importante utilizada pelos africanos que ajustavam o seu domínio do português segundo as circunstâncias do momento para parecer “boçal” e escapar à escravização, ou se mostrar falante e desinibido para passar por liberto na cidade. Isso porque a lei de 07/11/1831 – que proibia o tráfico estipulando que todos os escravizados que entrassem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficariam livres – criou para as autoridades o problema da identificação do africano ilegalmente escravizado; nesse momento, a língua, ou seja, a falta de domínio do português, tornou-se o critério para reconhecer os indivíduos ilegalmente comercializados e que se tornariam livres.

Foi, portanto, a partir do português falado pelos africanos que as línguas da África foram percebidas no Brasil, sendo consideradas, a princípio, como um elemento prejudicial ao aprendizado perfeito da língua da metrópole.

No Brasil, a pesquisa sobre as línguas africanas sempre esteve associada à busca de explicações para as diferenças entre o português brasileiro (PB) e o europeu (PE). Em consequência, as línguas africanas foram sempre coadjuvantes de uma investigação em que o foco não era a língua falada por africanos e afrodescendentes, cuja expressão linguística foi raramente registrada. Segundo Silva Neto (1950), os viajantes foram os que anotaram as primeiras impressões sobre a fala dos africanos escravizados, como a modificação fonética de vários sons, como o [r] que pronunciavam como [l] (como em *dalê* em vez de *dareí*) e *tá bom* por *está bom*. Somente a partir de 1831, a imprensa e a literatura vão retratar o falar diferenciado, “xacoco”, dos negros.

Na atualidade, Tania Alkmim (2007; 2009) vem estudando sistematicamente a representação da fala dos negros africanos e crioulos nos diferentes gêneros da literatura brasileira. Segundo a autora, o domínio da língua portuguesa por parte dos africanos vai tornar-se um elemento identificador importante (2009, p. 255) na análise “da representação linguística de negros e escravos na literatura brasileira do século XIX”. Haveria, em princípio, um português de brancos e um português de negros; este apresentaria uma oposição secundária, entre um português de africanos e um português de crioulos. Haveria marcas linguísticas comuns a africanos e

crioulos, mas aqueles apresentariam características próprias, não encontradas na fala de crioulos, que os identificariam como estrangeiros. Ao observar, no entanto, obras que retratam a fala de personagens brancos pouco escolarizados, da área rural sobretudo, a autora encontra uma outra clivagem que ultrapassa a separação entre *português de branco* e *português de negro*:

Tal proximidade sugere um novo olhar sobre a realidade linguística do Brasil do século XIX: crioulos não se destacaram linguisticamente do conjunto da população brasileira. Mais precisamente, os crioulos, diferentemente dos africanos, estariam perfeitamente integrados à comunidade linguística brasileira, como falantes de variedades linguísticas não padrão ou populares, distintas das variedades faladas pelos grupos letrados, social e culturalmente dominantes – o “português de brancos” (ALKMIM, 2009, p. 260).

Quanto à variedade brasileira do português, é na segunda década do século XIX, em um contexto social e político próximo da independência do país, que se publica um texto que foi considerado como uma das primeiras reflexões sobre a sua natureza (PINTO, 1978). Trata-se do artigo escrito pelo Visconde da Pedra Branca (1826, apud ALKMIM, 2012) para fazer parte do *Atlas ethnográfico* de Balbi¹ publicado no mesmo ano. Neste trabalho, inicialmente em francês, o autor apresen-

[1] BALBI, Adrien. *Atlas ethnographique du globe: ou classification des peuples anciens de modernes d'après leurs langues*. Paris: Chez Rey et Gravier, 1826. 42 p.

ta uma lista com 49 palavras usadas no Brasil e desconhecidas em Portugal, em que 16 delas provêm de “habitantes de colônias portuguesas de além-mar”, expressão eufemística para referir-se à origem africana dos vocábulos: *quindim*, *quitute*, *batuque*, *cochilar*, *xingar*, *muxingueiro*, *caçula*, *fuxicar*, *mocotó*, *mungangas*, *muxoxo*, *mulambo*, *mandinga*, *muxiba*, *quitanda*, *senzala* (ALKMIM, 2012, p. 23-24).

Foi no século XX, quando se instalava o debate sobre a identidade da língua nacional, que as línguas africanas, ao lado das línguas indígenas, mereceram maior atenção dos estudiosos. Para esses autores, as características específicas do PB se deviam ao contato do português com as línguas africanas e indígenas. Duas obras (MENDONÇA, 1933; RAIMUNDO, 1933) abordaram o tema e mostraram que, além de terem sido responsáveis por um importante conjunto de empréstimos lexicais, as línguas africanas provocaram mudanças em todos os subsistemas linguísticos do PB: fonético/fonológico, morfológico e sintático. No entanto, foi o glossário de palavras de origem africana apresentado nos dois livros que chamou a atenção dos demais estudiosos, e o léxico, por ser a face mais visível do contato, ficou associado mais diretamente ao tema da especificidade do português brasileiro.

O interesse pelo léxico levou à elaboração de diversos inventários lexicais, com o objetivo de rastrear “africanismos”, designação que serviu para identificar os empréstimos de línguas africanas no PB. Dentre os muitos trabalhos publicados regionalmente, sobretudo, cabe citar o mais recente, de 2001: “Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro”,

de Yeda Pessoa de Castro², a grande estudiosa da presença linguística africana no Brasil.

Na maior parte dos levantamentos lexicais apontados, é recorrente a menção a étimos do iorubá e do quimbundo, sendo que este último se distingue como a fonte do maior número dos empréstimos. Esses dados contribuíram para difundir a ideia de que somente essas duas línguas teriam participado ativamente do contato linguístico, simplificando, assim, a complexidade da situação do contato e negando a diversidade de línguas transplantadas para o Brasil, como apontado por Bonvini (2008, p. 30-31). A dificuldade em localizar fontes de pesquisa – dicionários de línguas africanas, sobretudo –, a falta de novas investigações e a prática de repetir o que disseram os autores precedentes explicam essa situação.

Mas, no Brasil, foram ou são faladas línguas africanas?

Dois trabalhos – um do século XVII e outro do século XVIII – são marcos históricos da presença de línguas africanas no Brasil. O primeiro é a “Arte da lengoa de Angola, oferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe & Senhora dos mesmos Pretos”, pelo Pe. Pedro Dias da Companhia de Jesus (como aparece no frontispício), publicada em Lisboa em 1697, na oficina de Miguel

[2] CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. 366 p.

Deslandes³, impressor de sua Majestade, mas redigida no Brasil, em Salvador. Seu autor era português de origem, mas vivia no Brasil desde sua infância; era jesuíta, jurista e médico. Seu trabalho, de 48 páginas, é a gramática de quimbundo, falada em Salvador pelos africanos escravizados oriundos de Angola. A obra destinava-se a facilitar o trabalho dos jesuítas que lidavam com os negros, com o objetivo de facilitar-lhes o aprendizado dessa língua, visto que não havia ainda nenhuma gramática sobre o quimbundo. A *arte* de Pedro Dias (1697) é considerada a primeira gramática escrita sobre essa língua.

O segundo documento sobre línguas africanas faladas no Brasil é “Lingoa g^al de Minna, traduzida ao nosso Igdioma, por Antonio da Costa Peixoto, Curiozo nesta Siencia, e graduado na mesma faculdade: E.^o” – título que aparece no frontispício do manuscrito “Obra Nova da Língua Geral de Mina”⁴, redigido em Ouro Preto por Antonio da Costa Peixoto, publicado em 1731, com uma segunda edição em 1741. Esse documento retrata uma situação linguística particular, resultante da concentração, no quadrilátero mineiro de Vila Rica-Vila do Carmo-Sabará-Rio dos Montes, de 100 mil escravos – regularmente renovados durante um período de 40-50 anos – originários da costa do Benin (designada *Mina* e situada, grosso modo, entre Gana e Nigéria). Essa situa-

ção deu origem a uma variedade veicular tipologicamente próxima das línguas africanas dessa mesma costa.

O manuscrito de Antonio da Costa Peixoto (1731), redigido com a intenção de facilitar aos senhores de escravos o aprendizado da língua utilizada nas minas, desvenda, ainda, uma mudança no panorama linguístico africano no Brasil: no século XVIII são as línguas da costa do Benin que estão em evidência, pelo menos nas regiões economicamente mais ativas e tendo em vista a ausência de documentos sobre o restante do país. Do ponto de vista linguístico, esse manuscrito se apresenta como uma lista de vocábulos em língua africana, traduzidos para o português, organizados por campos semânticos; traz também alguns diálogos e frases necessárias à comunicação mais urgente.

Embora o século XIX não nos ofereça uma documentação especificamente linguística como a dos séculos precedentes, confirmam-se dois fatos: a existência de um plurilinguismo africano, sobretudo em Salvador, e a identificação de uma maneira particular de expressão em português dos negros escravizados. Rodrigues (1977) inicia em 1890 estudos de antropologia afro-brasileira em Salvador e, embora reconhecendo sua falta de preparo para abordar o problema linguístico, formula as questões fundamentais para o conhecimento das línguas africanas faladas no Brasil: quais foram as línguas africanas faladas no Brasil? Que influência elas exerceram sobre o português do Brasil? (RODRIGUES, 1977, p. 121-152). Contribui para dar resposta à primeira indagação registrando dados linguísticos relevantes: coletou uma lista de 122 palavras de cin-

[3] DIAS, PEDRO. **Arte da lengoa de Angola oferecida a Virgem Senhora N. Rosario**: mãe e senhora dos mesmos pretos. Lisboa: Miguel Deslandes, 1697. 48 p.

[4] PEIXOTO, Antonio da Costa. **Obra nova delíngua geral de Mina de Antonio da Costa Peixoto**: Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora: publicado e apresentado por Luís Silveira. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1731.

co línguas africanas “diferentes, faladas na época em Salvador: grunçe (gurúnsi), jeje (mahi), (eve-fon), haussá, canúri e tapa (nupe)”. A respeito do *nagô* ou *iorubá* afirma ser a língua mais falada na Bahia “tanto pelos velhos africanos, de todas as origens, quanto por um grande número de crioulos e de mestiços” (RODRIGUES, 1977, p. 132).

E a partir do século XX, ainda há registros de línguas africanas?

A importante mudança socioeconômica promovida pela abolição da escravidão e pelo desenvolvimento da cultura do café, no final do século XIX, provocou a redistribuição dos africanos por todas as regiões do país e promoveu a difusão da língua portuguesa para todos os habitantes da nação. Nessa nova ordem social, as línguas africanas foram perdendo seu espaço de utilização, deixando de ser usadas em alternância com o português. As línguas gerais veiculares (quimbundo, mina, iorubá) passaram a ter seu emprego restrito a certos ambientes, seja sob a forma de línguas rituais reservadas aos cultos afro-brasileiros, seja sob a forma de línguas *secretas* (BONVINI, 2008, p. 50).

As chamadas *línguas secretas* estão abrigadas em comunidades constituídas por afro-descendentes localizadas nos estados de São Paulo (Cafundó) e Minas Gerais (Tabatinga). Até o presente só se tem registro dessas duas localidades, que estão documentadas em duas publicações prin-

cipais: Vogt e Fry (1996) sobre o Cafundó e Sônia Queiroz (1998) sobre a Tabatinga.

O Cafundó, bairro rural da cidade de Salto de Pirapora, está situado a 150 km de São Paulo. A comunidade é constituída por afrodescendentes, que conservaram o uso de um reduzido léxico de base banta, que é utilizado dentro da estrutura morfossintática do dialeto rural da região. Para os cafundoenses, a mais importante função da *língua*, ou da *cupópia*, como a identificam, é a de código secreto, restrito a membros da comunidade.

A Tabatinga, uma área da periferia de Bom Despacho, em Minas Gerais, foi tema da dissertação de mestrado de Sônia Queiroz, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais em 1983 e publicada em 1998 sob o título “Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga”. Apresenta uma língua semelhante à do Cafundó, com léxico de origem banta.

As duas comunidades negras, além de terem em comum um léxico de origem banta, manifestam o sentimento de falar uma língua africana, pois o fato de nomear de forma diferente dá-lhes a ilusão de que se trata de outro idioma, mesmo que a fonologia, a morfologia e a sintaxe sejam do português (PETTER, 2006, p. 122).

Registrou-se também em Patrocínio, cidade situada em Minas Gerais, no oeste do Triângulo Mineiro, a existência da *calunga*, uma linguagem utilizada por um pequeno grupo de falantes, que a consideram como um tipo de língua secreta. Da mesma forma que a *cupópia* e a língua da Tabatinga, a *calunga* apresenta um pequeno léxico de línguas bantas (quim-

bundo, umbundo e quicongo) e estrutura morfossintática do português vernacular local (BYRD, 2006, p. 62).

Vários estudos sobre a linguagem de comunidades quilombolas foram publicados, mas em nenhum deles se apontam palavras de origem africana interagindo com o português da mesma forma que se verificou no Cafundó e na Tabatinga. Mary Careno publicou em 1997 a tese defendida em 1991, na Universidade Estadual de São Paulo-Assis: *Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras*. Com o objetivo de descrever o dialeto da região sul do estado de São Paulo, o Vale do Ribeira, a mais pobre do estado, a autora coletou amostras de fala espontânea de falantes de três comunidades: Abobral, Nhunguara e São Pedro. Careno não encontrou remanescentes de línguas africanas no léxico; deparou com um dialeto rural em que, entre outros aspectos, observam-se alguns fatos particulares: na morfossintaxe há variação da concordância de número e gênero e, na fonologia, encontram-se algumas ocorrências das africadas [tʃ] e [dʒ] em contextos fonéticos não encontrados no PB, como em *cachorro* e *gente*. Os mesmos fatos fonéticos e morfossintáticos foram observados por mim e meus orientandos em outras comunidades do Vale do Ribeira, como Canguê e Pedro Cubas.

As comunidades negras isoladas, os quilombos atuais, instigaram pesquisadores a buscar vestígios de processos de crioulição (sobretudo Baxter e Lucchesi) que teriam ocorrido no passado. No entanto, as análises empreendidas confirmaram a hipótese levantada por Silva Neto (1950), de que, se houve línguas

crioulas no Brasil, essas ficaram isoladas e tiveram uma vida efêmera.

O mais extenso trabalho, com análises morfossintáticas da fala de quatro comunidades quilombolas de diferentes regiões do Estado da Bahia, foi publicado em 2009, organizado por Dante Lucchesi, Alan Baxter e Ilza Ribeiro. Nesse estudo, os pesquisadores definem o conceito de *português afro-brasileiro*, que apresentaria uma especificidade no universo mais amplo do português popular rural brasileiro, “pelas suas características sócio-históricas e linguísticas [...]” (LUCCHESI et al., 2009, p. 32).

Retomando: as línguas africanas documentadas nos séculos XVII e XVIII, quimbundo e língua de mina, que foram descritas ou registradas com o objetivo de facilitar a comunicação dos senhores com os africanos escravizados, tornaram-se hoje documentos importantes para o estudo científico das línguas africanas no Brasil e na África.

Desde o período em que se discutiu se o PB era ou não um crioulo, o contato linguístico entre línguas africanas e língua portuguesa passou a ser o tópico de estudo mais importante para explicar a especificidade do português que falamos. Porque estiveram presentes desde o início da colonização, as línguas africanas e as indígenas participaram da emergência do PB. Nos séculos XIX e XX, o léxico foi considerado o elemento identificador do contato; hoje os estudos linguísticos debruçam-se sobre outros níveis da organização linguística, a morfossintaxe e a sintaxe.

Em 2008, em minha tese de livre-docência, propus examinar o PB como

parte do conjunto linguístico constituído pelas variedades de português faladas em Angola e Moçambique, deslocando o foco da investigação para o *continuum* de formas que a língua portuguesa assumiu ao estender-se para o continente africano. Defendi a hipótese mais forte que se pode formular sobre as situações particulares de contato linguístico que se produziram em Angola, no Brasil e em Moçambique, assumindo que foi o contato com as línguas bantas que promoveu as semelhanças entre essas variedades de língua portuguesa. Na análise, busquei demonstrar que a incorporação de itens lexicais e a morfossintaxe de concordância revelavam o impacto da transferência de traços compartilhados pelas línguas bantas dos dois países. Nessa perspectiva, foram publicados vários estudos, dentre os quais se situam os trabalhos de Avelar e Galves (2014) e Negrão e Viotti (2008; 2011). Os primeiros abordam construções sintáticas do PB que podem ser aproximadas de estruturas encontradas em línguas bantas e no português falado na África, como as de *tópico-sujeito com inversão locativa*, observada em (a) no exemplo abaixo:

- a) “algumas concessionárias tão caindo o preço [do carro]”⁵
- b) *Em algumas concessionárias tá caindo o preço [do carro]. (AVELAR; GALVES, 2014, p. 255)*

Em (a) o verbo não concorda com o sujeito lógico (o *preço* [do carro]), mas com

o elemento em primeira posição (tópico) que é uma expressão locativa.

Negrão e Viotti (2008), considerando o contato entre o PB e as línguas bantas, fizeram a primeira tentativa de análise de sentenças impessoais do PB aproximando-as de sentenças passivas do quimbundo. A partir de sentenças como “A ponte construiu rápido”, que tem sido interpretada como uma sentença passiva com omissão do ‘se’ apassivador e “Esse trem já perdeu”, em que essa mesma análise (passiva com ‘se’ omitido) não pode ser feita, visto que o verbo ‘perder’ não admite construção passiva porque o sujeito não tem controle sobre a ação expressa pelo verbo, as autoras sugerem que se examinem essas construções do PB em comparação com construções de passiva impessoal do quimbundo.

Vários fatores colaboram para que não se tenha uma interpretação totalmente satisfatória para a situação de contato entre línguas africanas e português no Brasil: a dificuldade de interpretar os raros documentos e os apontamentos encontrados de diferentes gêneros literários; o interesse recente de pesquisadores por teorias de contato que abordem fatos linguísticos que ultrapassem o reconhecimento dos empréstimos lexicais; a falta de trabalhos descritivos sobre as línguas africanas transplantadas para o Brasil que possam assegurar a análise dos dados observados. Diante desse quadro, sentimos a necessidade de que os linguistas sensíveis aos estudos de descrição, história e contato de línguas dediquem-se mais ao estudo de línguas africanas, principalmente as que são faladas em países africanos de língua oficial portuguesa,

5 FÓRUM CARROS DE RUA. Disponível em: <<http://forum.carrosderua.com.br/index.php?show-topic=122656>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

pois elas estão entre as que têm recebido menor atenção dos pesquisadores.

Aqui chego à resposta para a segunda leitura do título desta fala: Por que, no Brasil, estudar as línguas da África? A resposta que se depreende do que venho expondo seria dizer que o conhecimento das línguas da África, ou seja, da Linguística Africana, permitiria apreender melhor o contato linguístico que se produziu no Brasil. Novamente estaremos diante do protagonismo do português tendo as línguas africanas como ancilares, coadjuvantes, dado que a língua portuguesa seria o ponto de partida para se chegar às línguas africanas.

Mas as línguas africanas podem e devem ser estudadas por si mesmas, por sua importância científica, por constituírem um manancial da diversidade linguística mundial – mais de 2000 línguas que constituem uma unidade genética notável, distribuída em quatro grandes troncos linguísticos: afro-asiático, nigero-congolês, nilo-saariano e coissan. Muitas dessas línguas ainda não foram descritas e muitas apenas têm registros lexicais. Ainda se pode afirmar que há muito a ser feito no que se refere à descrição e à documentação de línguas africanas.

No Brasil, a participação nessa pesquisa ainda é muito pequena, e só com as primeiras teses e dissertações dedicadas exclusivamente à descrição e análise de línguas africanas em universidades brasileiras é que o foco passou a ser não só a relação do português com línguas africanas, mas também a inserção do Brasil no cenário mundial dos estudos dessas línguas. O cenário ideal para essa inves-

tigação demandaria a criação de centros ou institutos de pesquisa voltados exclusivamente para a Linguística Africana, a exemplo dos países que possuem uma longa tradição nos estudos das línguas da África: Alemanha, França, Bélgica, Estados Unidos (PETTER; ARAÚJO, 2015).

Considerações finais

No Brasil, podemos afirmar que a Linguística Africana tem se consolidado nas duas últimas décadas, com a formação de linguistas dentro e fora do país, com o aumento de publicações voltadas para as línguas africanas e com a realização de pesquisas em nível de mestrado e doutorado. Um evento que marcou a presença brasileira num contexto internacional na área foi a edição especial do World Congress of African Linguistics (WOCAL) 6, em 2008⁶, na Universidade de São Paulo. Nesse evento, reuniram-se grandes nomes da Linguística Africana, além de pesquisadores brasileiros interessados nos estudos das línguas africanas.

Mas, se formos além da preocupação meramente linguística, e concordarmos com o fato de que toda língua viva é um registro especial da história e da cultura de seus falantes, a descrição e a documentação das línguas africanas podem

6 WORLD CONGRESS OF AFRICAN LINGUISTICS, 6., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.caldi.uct.ac.za/cal/wocal/2008-special-wocal-6-sao-paulo>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

assumir uma importância sócio-histórica adicional, como lembra o linguista norte-americano Tucker Childs (2003, p. 8): o estudo das línguas da África pode contribuir para o conhecimento da história da África e, quem sabe, pode ainda trazer algum esclarecimento sobre como a linguagem se desenvolveu e se propagou, se a África for realmente o continente onde a espécie humana apareceu pela primeira vez.

Penso que as razões apontadas para justificar a pesquisa sobre línguas africanas sejam suficientes para concluir que o pouco interesse pelas línguas africanas no Brasil só se explica pelo desconhecimento da importância desse estudo nos contextos local e mundial. ■

[MARGARIDA PETTER]

Professora livre-docente do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo; atualmente é professora sênior no mesmo departamento. Fez mestrado na Universidade de Abidjan, na Costa do Marfim, e doutorou-se na Universidade de São Paulo. Orienta pesquisas sobre línguas africanas e sobre o contato das línguas africanas com o português brasileiro. De maio de 2013 a abril de 2017, foi diretora do Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Áreas de pesquisa: línguas africanas na África e no Brasil; contato de línguas: português e línguas africanas. E-mail: mmpetter@usp.br

Referências

ALKMIM, Tania. Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX. In: CARMO, Laura do; LIMA, Ivana Stolze (Orgs.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 247-263.

ALKMIM, Tania. Os escravos e a língua: em busca de bases históricas para uma reflexão. In: RAMOS, Jânia Martins; ALKMIM, Mônica Guieiro Ramalho de. (Orgs.). **Para a história do português brasileiro**. Belo Horizonte: FALE; UFMG, 2007. p. 465-484.

ALKMIM, Tania. Um texto inaugural: o Visconde da Pedra Branca e o português do Brasil. **Stockholm Review of Latin American Studies**, Stockholm, n. 8, p. 21-33, mar. 2012. Disponível em: <<http://www4.iel.unicamp.br/projetos/afrolatinos/AlkmimSROLAS2012.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

ÁLVAREZ-LÓPEZ, Laura Beatriz. Quem eram os *minas*? Notas sobre a “nação” mina ao sul do Brasil e do Prata no século XIX. In: AVELAR, Junito; ÁLVAREZ-LÓPEZ, Laura (Orgs.). **Dinâmicas afro-latinas: língua(s) e história(s)**. Bern: Peter Lang, 2015. p. 43-70.

AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. **Revista de la Alfal**, n. 30, p. 241-288, 2014.

BALBI, Adrien. **Atlas ethnographique du globe: ou classification des peuples anciens de modernes d'après leurs langues**. Paris: Chez Rey et Gravier, 1826. 42 p.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e o português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Orgs.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 15-62.

BRÜGGER, Silvia; OLIVEIRA, Anderson de. Os benguelas de São João del Rei: tráfico atlântico, religiosidade e identidades étnicas: séculos XVIII e XIX. **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p. 177-204. Niterói, 2009.

BYRD, Steven. Calunga: an afro-brazilian speech. **Papia**, São Paulo, v. 16, p. 62-78, jun. 2006.

CARENO, Mary Francisca. **Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras**. São Paulo: Arte & Ciência; UNIP, 1997.

CHILDS, George Tucker. **An introduction to african languages**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2003.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. 366 p.

DIAS, PEDRO. **Arte da lengoa de Angola oferecida a Virgem Senhora N. Rosario**: mãe e senhora dos mesmos pretos. Lisboa: Miguel Deslandes, 1697. 48 p.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João del Rei, 1700-1850. 2004. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Orgs.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

FÓRUM CARROS DE RUA. Disponível em: <<http://forum.carrosderua.com.br/index.php?showtopic=122656>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

LIMA, Ivana Stolze. Diz que é forro: práticas de comunicação escrava em anúncios de jornal. In: AVELAR, Junito; ÁLVAREZ-LÓPEZ, Beatriz (Orgs.). **Dinâmicas afro-latinas**: língua(s) e história(s). Bern: Peter Lang, 2015. p. 21-41.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MENDONÇA, Raimundo. **A influência africana no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

NEGRÃO, Esmeralda; VIOTTI, Evani. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Orgs.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008. p. 179-203.

PEIXOTO, Antonio da Costa. **Obra nova de língua geral de Mina de Antonio da Costa Peixoto**: manuscrito da Biblioteca Pública de Évora: publicado e apresentado por Luís Silveira. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1731.

PETTER, Margarida (Org.). **Introdução à linguística africana**. São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, Margarida. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacira Mendes; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). **Quinhentos anos de história linguística no Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

PETTER, Margarida; ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. Linguística africana: passado e presente. In: PETTER, Margarida (Org.). **Introdução à linguística africana**. São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, Margarida. **Variedades linguísticas em contato**: português angolano, português brasileiro, português moçambicano. 2008. 211 f. Tese (Livre-docência em Filologia e Língua portuguesa) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil**: textos críticos e teóricos, 1820-1920: fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978. v. 1.

PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil**: textos críticos e teóricos, 1920-1945: fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978. v. 2.

QUEIROZ, Sônia. **Pé preto no barro branco**: a língua dos negros da Tabatinga. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

RAIMUNDO, Jacques. **O elemento afro-negro na língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1950.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. **Cafundó**: a África no Brasil: linguagem e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WORLD CONGRESS OF AFRICAN LINGUISTICS, 6., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.caldi.uct.ac.za/cal/wocal/2008-special-wocal-6-sao-paulo>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

ECONOMIA
CULTURAL
E CRIATIVA:
UMA
PERSPECTIVA
HISTÓRICA PARA
COMPREENDER
A FORMAÇÃO
DO CAMPO NA
CONTEMPORA-
NEIDADE

[ARTIGO]

Karina Poli

*Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Proponho aqui apresentar uma contextualização histórica dos processos evolutivos das políticas culturais internacionais, principalmente no contexto europeu, tendo como objetivo identificar e reconhecer as dinâmicas, influências e tendências que configuraram o campo da Economia Cultural e Criativa na contemporaneidade. Procurarei demonstrar, nessa contextualização, as transformações das proposições de políticas culturais ao longo de quase 60 anos para compreender a posição dos agentes e o modo como a convergência entre Cultura, Criatividade e Inovação determinou as aproximações das dimensões políticas e econômicas com a cultura, bem como compreender o papel da academia na construção do debate e legitimação desse campo como um importante elemento para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Políticas Culturais. Economia Cultural e Criativa. Indústrias Criativas. Desenvolvimento Local.

I propose here to present a historical contextualization of the evolutionary processes of international cultural policies, mainly in the European context, with the objective of identifying and recognizing the dynamics, influences and tendencies that have shaped the Field of Cultural and Creative Economy in contemporary times. I will try to demonstrate, in this context, the transformations of the cultural policy propositions over almost 60 years to understand the position of the agents and the way in which the convergence between Culture, Creativity and Innovation determined the approximation of the political and economic dimension in the culture, as well as to understand the role of the academy in the construction of debate and legitimation of field as an important element for local development.

Keywords: Cultural Policy. Cultural and Creative Economy. Creative Industries. Local Development.

En el contexto europeo, con el objetivo de identificar y reconocer las dinámicas, influencias y tendencias que configuraron el Campo de la Economía Cultural y Creativa en la contemporaneidad, propongo aquí presentar una contextualización histórica de los procesos evolutivos de las políticas culturales internacionales, principalmente en el contexto europeo. Busqué demostrar, en esta contextualización, las transformaciones de las proposiciones de políticas culturales a lo largo de casi 60 años para comprender la posición de los agentes y el modo como la convergencia entre Cultura, Creatividad e Innovación determinó las aproximaciones de las dimensiones políticas y económicas con la cultura, así como comprender el papel de la academia en la construcción del debate y la legitimación del Campo como un importante elemento para el desarrollo local.

Palabras clave: Políticas Culturales. Economía Cultural y Creativa. Industrias Creativas. Desarrollo local.

Introdução

Este trabalho compõe uma série de estudos que fazem parte da minha pesquisa de pós-doutorado, intitulada “A aglomeração e colaboração na economia cultural – comparações entre os centros criativos no Brasil e no Reino Unido”. Como recorte temporal tomei como base as políticas culturais entre os anos de 1960 até 2018 na Europa. Procurei demonstrar, nessa contextualização, as transformações das proposições de políticas culturais, ao longo de quase 60 anos, para compreender como os agentes se posicionaram durante a formação do campo da Economia Cultural e Criativa, e para analisar de que modo a convergência entre Cultura e Criatividade foi determinada pela aproximação dos campos político e econômico, bem como compreender como o campo acadêmico contribuiu para incentivar o debate e legitimar as relações entre Cultura, Criatividade e Inovação. Não pretendo neste artigo abordar todos os temas e especificidades que fazem parte deste contexto, e sim pontuar alguns acontecimentos para que seja possível compreender o processo de formação e consolidação do campo.

Para compreender o contexto da formação do campo da Economia Cultural e Criativa, usarei o texto *Culture 3.0 – Cultural Participation as a source of new forms of economic and social value*, de Pierre Luigi Sacco, Guido Ferrilli e Giorgio Tavano Blessi, três estudiosos da área que procuraram criar uma categorização das três fases das políticas culturais: a Cultura 1.0; a Cultura 2.0 e a Cultura 3.0. Inspirada neste trabalho, dividi o artigo em três partes. Cada parte do texto procura compreender,

ao longo das três fases, como as três perspectivas se constituíram historicamente. Na primeira parte do texto trabalhei com o período de 1960 até 2000. A fase da Cultura 1.0 é a mais longa e, dessa maneira, pode ser dividida em dois atos, considerando as transformações tecnológicas após 1980 e a internacionalização das políticas culturais. O primeiro ato é formado dentro da tradição clássica das artes, filosofia, ciência, em um contexto de políticas culturais que estabeleceu o valor público da arte e a ideia de democratização do acesso à cultura, e em meio a um contexto político em que a cultura se constituía também como uma plataforma por onde as vozes da resistência e da luta por identidades e minorias se colocavam coletivamente. No segundo ato, a ideia hegemônica de arte ocidental passou a disputar recursos com a cultura popular e de massa, impulsionada pelo incremento em investimento nas indústrias culturais, sobretudo na produção do audiovisual, e pelas discussões internacionais sobre livre mercado e propriedade intelectual. Após 1980 as instituições públicas desenharam programas estratégicos para reposicionar a Europa como centro produtor de cultura, incentivando a criação de programas regionais de recuperação do patrimônio histórico e desenvolvimento urbano para atração de fluxo turístico. A produção cultural não era compreendida como economicamente produtiva, colocava-se como instrumento para a construção de uma identidade nacional e para a recuperação de prestígio da região europeia. Países passam a defender a exceção cultural nos acordos de livre comércio como uma tentativa de equilíbrio e proteção do mercado cultural contra as forças hegemônicas norte-americanas. Da mesma forma, as agências multilaterais,

como a UNESCO, posicionaram-se com o discurso do desenvolvimento cultural e como interlocutoras na criação das políticas culturais no mundo.

Considerando-se todas as transformações com a Globalização e a Sociedade do Conhecimento, sobretudo após 1980, a exemplo da liberalização dos meios e estrutura das telecomunicações, a desindustrialização, a crise do desemprego estrutural e o aumento do mercado, é possível dizer que, neste período, constituiu-se um cenário perfeito para o conceito de empreendedorismo se colocar em diálogo com a criatividade e com a inovação para que protagonizassem o discurso do desenvolvimento, convergindo nas políticas culturais. Como foi identificado por Sacco, as mudanças nas concepções de políticas culturais não estabelecem uma relação cronológica direta com as transformações contextuais. Somente após os primeiros cinco anos do século XXI é que foi possível identificar a noção de Cultura 2.0 expressada nas políticas culturais. Na segunda parte deste artigo, procurei compreender como se deu a transformação para a Cultura 2.0 no período entre 2000 até 2014.

Na terceira parte procuro discutir a Cultura 3.0 como a fase que se inicia após 2014, identificando as tendências atuais do campo da Economia Cultural e Criativa. Procurei demonstrar como alguns acadêmicos apresentam a importância das comunidades e redes para a nova produção cultural e criativa, na geração de valor econômico e social e na construção de relações interdependentes entre vários setores internos e externos à Economia Cultural e Criativa, estabelecendo diálogos com diferentes instâncias políticas públi-

cas e agências de financiamento. Procurei, como esta pequena introdução, apresentar aos pesquisadores brasileiros referenciais e argumentos inéditos no país sobre novos paradigmas de política cultural, tendo como base a discussão dos processos históricos que determinaram seu desenvolvimento em âmbito internacional.

Cultura 1.0 – As bases das políticas culturais: Ato 1 (1960 até 1980) – O nascimento; Ato 2 (1980 até 2000) – a internacionalização

Segundo o texto *Culture 3.0 – Cultural Participation as a source of new forms of economic and social value*, a Cultura 1.0 representa o período inicial das políticas culturais. As primeiras proposições de política cultural estavam pautadas, sobretudo, no patrocínio e subsídio públicos. Essas primeiras concepções sofreram a influência das bases originais do patrocínio, praticado pelos Antigos Impérios, na Idade Média e no Renascimento. O patrocínio enquanto iniciativa do estado ou individual privada fundamentava-se na relação de troca entre o artista e o patrono, por onde a aplicação de recursos financeiros em produções artísticas legitimava o valor simbólico da arte e do artista, bem como o poder político e social do incentivador (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013).

A fase da Cultura 1.0 é a mais longa, abrangendo 40 anos da história das políticas culturais. Essa mesma fase pode ser dividida em dois atos: o ato 1, entre 1960 e 1980, e o ato 2, entre 1980 e 2000. Durante o primeiro ato, entre 1960 e 1980, as polí-

ticas culturais direcionavam-se à democratização do acesso à cultura e do subsídio público como forma de fomento à produção cultural. A distribuição dos recursos pautava-se na seleção de obras que representassem a produção artística nacional, com mecanismos de acesso muito limitados entre a produção cultural e as audiências. O patrocínio à arte, praticado pelos estados-nação modernos, assumiu uma função pública na construção da identidade nacional. Os estados passaram a compreender o papel simbólico da arte e da cultura, porém não a sua dimensão econômica, pois consideravam este um setor improdutivo (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013).

A arte, reconhecida como uma expressão humana, passa a ser vista como um direito de todo cidadão (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013). Os valores simbólicos da arte baseavam-se na distinção das qualidades estéticas, autenticidades, linguagens, em contraposição à cultura popular e à cultura de massas. Os artistas criticavam o utilitarismo e as racionalidades econômicas e se opunham à comercialização da cultura de massa. Por outro lado, a tecnologia ampliou e fortaleceu um mercado cultural de massas nas áreas de fotografia, cinema, música gravada, televisão, rádio, publicações, que estabeleciam acesso direto com as audiências, sobretudo após a segunda guerra mundial, entre 1960 e 1980. As políticas culturais originárias do ato 1 se constituíram sob o paradigma da democratização do acesso à arte e direcionavam a distribuição dos financiamentos públicos da arte para as artes clássicas e eruditas.

Os critérios para o fomento à arte baseavam-se em padrões legitimados pelas

tradicionais escolas artísticas de formação erudita. A arte se constituía parte de um campo de poder cujas relações com a educação e com a ciência salvaguardaram à cultura clássica ocidental um lugar de privilégio. No primeiro ato, a política cultural reconhece o valor intrínseco (qualidade, novidade/ inovação, unicidade, representação) da arte como justificativa para o investimento público. As primeiras discussões sobre os valores da cultura nas políticas culturais surgem no contexto das municipalidades francesas de esquerda, que questionavam os gastos do governo central alegando que as programações, os acervos dos museus não garantiam a audiência e não dialogavam com as referências e com a representação de mundo de grande parte daquela população (UFALINO, 2015). Os anos 1960 foram anos de bastantes transformações, principalmente no campo dos movimentos sociais/ culturais – de gênero, raça e sexualidade. Com a ebulição e a efervescência cultural dos anos 1960, passa-se a reivindicar uma ampliação do conceito de cultura e a necessidade de aproximação das políticas culturais com o universo cotidiano das pessoas. (MATELLART & MATELLART, 2003).

A forte influência dos movimentos das décadas de 1960 e 1970 consolidou as bases para a criação de uma política de identidade voltada para os direitos civis e sociais (YUDICE, 2006). Os movimentos das minorias (negros, mulheres, homossexuais), nos EUA, reivindicavam seus direitos civis e um lugar político coletivo, pautado nas identidades culturais. A revolta dos estudantes, em maio de 1968 na França, contestava o currículo escolar e a estrutura da formação universitária, contrapondo-se à ideia de cultura erudita hegemônica em favor da cultura popular

dos operários e camponeses. A identidade cultural se coloca como local de militância e ativismo na busca por direitos civis e sociais. Segundo Yudice, houve a formulação de uma alternativa cultural-política para as discussões sobre dominação, e a política de identidade tornou-se um meio para repensar acordos coletivos (YUDICE, 2006).

A dimensão econômica das políticas do primeiro ato da Cultura 1.0 restringia-se ao impacto dos financiamentos públicos no setor da arte. *Performing Arts: The Economic Dilemma – A Study of Problems Common to Theater, Opera, Music and Dance (Studies/Twentieth Century Fund)* foi a pesquisa desenvolvida por William Baumol e William Bowen em 1968 para analisar as decrescentes taxas de rentabilidade dos teatros tradicionais – sobretudo os do grande circuito da Broadway, muitos deles propriedades da Fundação Ford. Nessa pesquisa se concluiu pela existência da “doença dos custos” no setor das artes. Constatou-se uma crescente curva de custos variáveis: originada pelas necessidades de aportes tecnológicos (prédios, aparelhos) e pelos encargos de profissionais especializados (eletricistas, operadores etc). Por outro lado, a estrutura do setor, intensiva em trabalho, mostrava enormes dificuldades na promoção de ganhos de produtividade (MORAES 2008). Ou seja, as receitas geradas não cobriam os gastos de produção e manutenção, e os estudos de Baumol e Bowen foram fundamentais para justificar os subsídios públicos americanos no período entre 1960 e 1970.

As bases epistemológicas que fundamentaram as discussões sobre cultura, no plano das políticas culturais até 1980,

tiveram forte influência dos intelectuais franceses, alemães e britânicos. Por exemplo, Pierre Bourdieu e Michel Certeau, que deram suporte para fundamentar a existência de barreiras simbólicas no acesso à produção cultural oferecida pelo Estado. Já os estudos culturais de Raymond Williams, Thompson e Hoggard demonstram os interesses no consumo e na produção da classe operária na Inglaterra. Nos anos 1970, a teoria da dependência – leitura crítica e marxista dos processos de reprodução do subdesenvolvimento, visão estabelecida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – ganha espaço no debate internacional, denunciando a troca desigual nas relações internacionais no que diz respeito à cultura e à comunicação. Na década de 1960, a Teoria Crítica empreendeu-se em uma forte tendência aos estudos sobre a Cultura de Massa com a colaboração de Marcuse e Habermas (MATTELART, 2003).

A partir de 1975, a escola teórica da Economia Política se encaminha para uma reflexão sobre a mudança do termo indústria cultural, entendido pela Escola de Frankfurt como uma dimensão única que anula o espaço do pensamento crítico, para o conceito de indústrias culturais, que apresenta diversas maneiras para entender o processo crescente de valorização das atividades culturais pelo capital. Essa proposta teórica surge no contexto histórico das políticas governamentais de democratização cultural, entre 1970 e 1980, e a ideia de o Estado defender a diversidade cultural confrontada com a lógica comercial de um mercado em via de internacionalização. (MATTELART, 2003).

Uma escola muito importante foi a Economia Política da Comunicação e da Cultura. Um de seus principais pesquisadores foi Bernard Miège, que desenvolveu uma obra analisando diferentes setores das indústrias culturais. Segundo Marchi (2011), o interesse pelas indústrias culturais aumentou na França nos anos de 1970 no momento em que os monopólios públicos sobre as comunicações eram confrontados pela iniciativa privada que se internacionalizava. Havia uma preocupação local com as transformações da cultura em um campo de produção de mercadorias e valorização do capital (MARCHI, 2011, p. 59)

O ato 2 da fase da Cultura 1.0 consiste no período entre 1980 e 2000 e refere-se ao momento da liberalização do comércio internacional, do desenvolvimento da tecnologia da informação, da popularização do computador pessoal, da privatização dos meios de comunicação de massa e das estruturas de telecomunicações, da desindustrialização, do desemprego estrutural, do consumismo, dos novos tipos de fluxos de trabalho e migrações e de outros fenômenos transacionais. Neste período a inovação tecnológica ampliou a abrangência do comércio e colocou os Estados Unidos na liderança dos mercados culturais globais. E é nesse momento que se reconhece a dimensão econômica das indústrias culturais, assim como a sua força hegemônica e influência simbólica junto às audiências de massa. Entre 1970 e 1990 os ganhos das indústrias culturais tomaram proporções antes nunca vistas. A importância desses mercados culturais para o PIB dos países desenvolvidos começou a despertar a atenção de tomadores de decisões políticas (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013).

Ampliaram-se as ações governamentais de subsídio público para a cultura, a descentralização da administração e a criação de programas de incentivo para maior participação da iniciativa privada no investimento nas artes e na cultura. Dessa forma, a cultura passa a ter lugar garantido na agenda de instituições governamentais, agências multilaterais, bancos de desenvolvimento e organizações não-governamentais. Durante esse ato, diferentes políticas culturais foram concebidas a partir da ideia do desenvolvimento cultural. A ideia de desenvolvimento cultural não compreendia, nesse momento, o valor da cultura através de sua dimensão econômica, mas sim pelos seus impactos indiretos em outras atividades (como o turismo e a educação), conduzidos pela salvaguarda da herança cultural e das identidades nacionais. A Europa passa a entender as ações de políticas culturais como uma alternativa de se reposicionar como centro de produção cultural. Ações protecionistas, como cota de tela e subsídio público para produções culturais, visavam a ampliação do acesso e o fortalecimento do mercado cultural interno como formas de resistência aos grandes conglomerados de comunicação e entretenimento global (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013)

Um marco nas políticas culturais internacionais foi quando o partido Socialista Francês elege François Mitterrand, que coloca como ministro da cultura Jack Lang. Com base na ideia do desenvolvimento cultural, ele consegue ampliar os fundos do Ministério da Cultura Francês e coloca a França à frente no cenário internacional das políticas culturais. Jack Lang, junto com a União Europeia e a UNESCO, propagaram o paradigma do

desenvolvimento cultural. E nesse movimento surge o programa *European Capital of Culture*, em 1985, para incentivar as cidades europeias a criarem ações de desenvolvimento urbano aliadas a ações de políticas culturais.

A França, apoiada por vários outros países, não concordava com a ideia americana de colocar a produção cultural diante das regras de livre comércio internacional. A exceção cultural foi o termo que surgiu como conceito no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), em sua Rodada do Uruguai, de 1994, quando a França e os Estados Unidos divergiram quanto ao conceito dos bens das indústrias culturais. Alguns países defendiam que, além de bens comerciais, os bens culturais têm valor simbólico e geram propriedade intelectual. Solicitaram a exclusão dos bens e serviços audiovisuais das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). A exceção cultural permitiu alcançar um frágil consenso dentro da União Europeia sobre diversidade cultural, e a França esforçou-se para mudar o local do debate, da OMC para a UNESCO.

Uma das bases epistemológicas que contribuíram com as discussões sobre políticas culturais no segundo ato foi desenvolvida pela escola teórica dos Estudos Culturais. O conceito de multiculturalismo foi muito importante para a construção do discurso das políticas culturais do segundo ato. Para Hall (2013), estruturas e processos centrais das sociedades modernas sofreram alterações que abalaram os quadros de referência na concepção de identidade. As paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e na-

cionalidade fragmentaram-se. Segundo o autor, no mundo contemporâneo, o sujeito não tem mais uma identidade essencial, mas várias identidades, (trans)formadas continuamente em relação ao modo como é representado pelos sistemas culturais ao seu redor (HALL, 2013). Questões de identidade, alteridade, hibridismo e colonização fizeram parte das discussões sobre diversidade cultural que determinaram as fases da Cultura 2.0 e 3.0.

Um outro episódio político ocorrido no final da década de 1990 surge para transformar as políticas culturais e influenciar uma mudança paradigmática no entendimento da dimensão econômica da cultura. A criação do modelo inglês das políticas culturais para as indústrias criativas. Uma das principais mudanças da gestão de Tony Blair no governo do Reino Unido, em 1997, foi a criação do Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS). Sua gestão fecha o departamento de Patrimônio Histórico e reposiciona os programas do Art Council para criar um novo ministério e atuar nas áreas de Artes, Cultura, Esporte, Lazer, Mídia e Comunicação. Em 1998 o DCMS publicou o seu primeiro relatório, o *Creative Industries Mapping Document*¹. Nesse documento, o governo apresentou a nova definição de indústria criativa que reestabeleceu um novo escopo das políticas culturais, inserindo setores como moda, desenvolvimento de games, arquitetura, publicidade, design, desenvolvimento de tecnologia da informação, artesanato, artes visuais, dança, performance musical

[1] Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/creative-industries-mapping-documents-1998>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

e teatral, patrimônio, museu, cinema, indústria fonográfica, rádio e TV. Apresentou também um conjunto de informações em relação ao PIB e à geração de empregos, o que revelou a importância econômica das indústrias criativas.

O novo escopo das políticas culturais fundamentou o projeto *Creative Britain*, conhecido como um projeto político que envolveu medidas de transformação urbana, incentivou a formação de empreendedores, investiu em arte contemporânea e em museus com o objetivo de ampliar e fortalecer as novas indústrias criativas e reposicionar a imagem do Reino Unido como centro de criatividade e inovação. Os paradigmas do desenvolvimento cultural e da economia criativa trouxeram outros parâmetros de valor para estabelecer os critérios de financiamento público à cultura: os valores instrumentais. O valor instrumental reconhece a dimensão econômica da cultura, refletida na relação com outros setores na geração de propriedade intelectual, emprego, fluxo turístico e requalificação urbana. Segundo Mommaas (2004), a dimensão produtiva e o potencial econômico da cultura foram baseados em seu uso instrumental principalmente - como estratégias de regeneração urbana.

Segundo Garcia (2014), as cenas artísticas dos mais diversos lugares fomentou a ocupação cultural de espaços, muitas vezes em desuso ou abandonados, devido à desindustrialização e ao deslocamento das indústrias para polos internacionais de mão de obra barata. Segundo a autora, esses movimentos de deslocamento e ocupação espacial, principalmente nos centros urbanos das grandes cidades eu-

ropeias, acontecem entre 1980 e 1990, quando aparecem projetos de políticas culturais com foco para o desenvolvimento urbano, como o *European Capital of Culture* (GARCIA, 2014). A convergência entre cultura e economia no contexto urbano foi acentuada desde o final da década de 1990 com a expansão das técnicas de marketing de cidades e sua transformação progressiva para estratégias de *city branding*, prática que revelou o valor institucional da cultura.

Na Cultura 2.0 aparecem novas relações entre a produção cultural e a geração de valor econômico dominada pela expansão do mercado. As mudanças contextuais dos primeiros anos das políticas culturais mostraram uma expansão do espectro da cultura nas políticas culturais, no entanto, a produção cultural ainda se encontrava em meio às barreiras de acesso à tecnologia (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013).

A Cultura 2.0 - criatividade, cultura e inovação: o novo escopo das políticas culturais - 2000 até 2014

A fase da Cultura 2.0 refere-se ao período 2000 a 2014, período de grande crescimento do mercado cultural e da ampliação das audiências. Fatores como o barateamento dos equipamentos de produção cultural, do computador pessoal e, mais recentemente, do smartphone redesenharam o contexto das indústrias culturais e, conseqüentemente, das políticas culturais desse período. Na fase da Cultura 2.0, os tradicionais subsídios públicos dividiram

lugar com ações de desenvolvimento urbano, incentivo a novos modelos de negócios, treinamento ao empreendedorismo e empregabilidade. Com a desindustrialização e os novos modelos de divisão do trabalho e a ampliação das redes de telecomunicação, a inovação assume um papel importante na agenda política internacional, e a criatividade passa a mediar sua conexão com a cultura nos discursos de políticas públicas. O empreendedorismo e a tecnologia da informação tornam-se elementos chave no discurso para o desenvolvimento em direção à sociedade do conhecimento.

Durante as primeiras décadas dos anos 2000, a discussão sobre os valores da cultura permeavam os debates sobre a criação de modelos que pudessem representar o ideal de cultura na diversidade e os processos de mensuração de seu valor público. A concepção de valor público da cultura, aliada às noções políticas de diversidade, trouxeram novos elementos para a discussão sobre os valores intrínsecos da cultura para grupos sociais e culturais e suas audiências. O valor instrumental social da cultura para o desenvolvimento aparece no debate político em 2003 no Reino Unido, com o lançamento do documento *The value of culture cannot be expressed only with statistics*, da consultoria Demos. A ideia de aproximar os benefícios que a arte e a cultura trazem para a educação, a qualidade de vida, o bem-estar, a saúde, a assistência social, o meio ambiente e o desenvolvimento urbano fortaleceu argumentos sobre os impactos e valores da cultura para a sociedade, justificando outros aspectos não econômicos sobre a importância das políticas públicas de artes e cultura para os estados nacionais e cidades. (HOLDEN, 2004).

Segundo O-Kyung Yoon (2010), o consumo cultural torna-se elemento de discussão sobre o valor intrínseco da cultura, sob o ponto de vista dos processos individuais e subjetivos de criação de significados afetivos, intangíveis e múltiplos na relação com o bem cultural. O novo discurso em torno do valor cultural intrínseco tentou relacionar as implicações conceituais da arte pela arte – de representação, de autenticidade, de unicidade – com o entendimento da diversidade nas identidades culturais representadas na segmentação das audiências (O-KYUNG YOON, 2010).

Durante a fase da Cultura 2.0 não foi criado nenhum paradigma novo de política cultural, no entanto, aparece um esforço, sobretudo das agências multilaterais, como UNESCO e UNCTAD, para convergir interesses na concepção de proposições de políticas nacionais e internacionais para a Economia Cultural e Criativa. Na Cultura 2.0, as negociações sobre a liberalização da comercialização internacional da produção cultural passaram fazer parte da agenda política da UNESCO, que assume a mediação dos acordos entre os países sobre a exceção cultural e publica a Declaração da Diversidade Cultural em 2005 (MARTÍNEZ, 2009).

Em meio ao amadurecimento das questões sobre exceção cultural, o discurso da UNESCO procura justificar as ações de subsídio público para proteger a produção nacional e oferecer uma força para equilíbrio do mercado cultural. As perspectivas da UNESCO foram se transformando para mediar os conflitos inerentes à diversidade cultural (linguagens, conteúdos, etnias, gêneros, classes sociais, acessos e igualdade social), entendida como um direito huma-

no e a força de equilíbrio para o desenvolvimento. A UNESCO² assume um papel político ao discutir a diversidade cultural no mercado cultural e, em 2013, publica o relatório *Creative Economy Report: Widening Local Development Pathways* para demonstrar a importância estratégica da Economia Cultural e Criativa. Questões sobre culturas populares, minorias, colonização, aculturação são temas presente nas discussões sobre a liberalização do comércio da produção cultural e aparecem no documento. Segundo Enrique Martínez, a UNESCO assume o papel de promover a pluralidade, procurando fomentar políticas que ampliem os acessos aos canais e meios de comunicação para conteúdos que representem a diversidade de linguagens e culturas de maneiras mais democráticas (MARTÍNEZ, 2009).

A principal mudança da Cultura 1.0 para a Cultura 2.0 foi a diminuição do subsídio público à produção e acesso à cultura e um aumento nas ações de fomento ao empreendedorismo sob uma ótica da empregabilidade (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013). As políticas culturais da Cultura 2.0 deslocaram o centro de atenção das escalas nacionais e regionais para as escalas locais: as narrativas das identidades nacionais reconhecem as multiplicidades culturais inseridas nos espaços urbanos ou rurais. No início dos anos 2000, vimos a ampliação do uso de termos como *idades criativas*, *indústrias criativas* e *classe criativa* nos documentos de políticas culturais, que evocam

a criatividade, inovação e cultura como recurso de desenvolvimento local. Em 2004, a UNESCO cria o projeto *Rede de Cidades Criativa* para promover o desenvolvimento social, econômico e cultural de países desenvolvidos e em desenvolvimento, reunindo cidades que identificaram a criatividade como um fator estratégico.

Em 2008, a crise econômica e financeira mundial provocou uma queda na demanda global, além de uma concentração de 12% no comércio internacional (UNCTAD, 2010). Contudo, as exportações mundiais de produtos e serviços culturais e criativos continuaram a crescer, alcançando \$ 592 bilhões em 2008 – mais que o dobro do volume em 2002 –, o que indicou uma taxa de crescimento anual de 14% durante seis anos consecutivos (UNCTAD, 2010). Em 2008, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) lança o primeiro documento multiagência para propor modelos de mensuração dos resultados da Economia Cultural e Criativa. Em 2010, a UNCTAD lança o segundo documento mais abrangente, com parceria entre a UNESCO o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). O Relatório da UNCTAD compreende a Economia Cultural e Criativa como um setor econômico transversal, com um crescente e significativo impacto no comércio internacional.³

[2] CREATIVE ECONOMY REPORT WIDENING LOCAL DEVELOPMENT PATHWAYS. Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), for South-South Cooperation hosted by the United Nations Development Programme (UNDP).

[3] Reshaping cultural policies: a decade promoting the diversity of cultural expressions for development; summary. Publicado em 2015 pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura.

A alteração do termo “indústrias culturais” para o termo “indústrias criativas”, nas discussões acadêmicas sobre política cultural, foi recebida com críticas. Alguns críticos apontam o interesse de certos autores em esconder a ambígua contradição entre artes e negócios, para destacar os aspectos positivos de uma nova articulação entre criatividade, inovação e cultura, e apontam, sobretudo, críticas à nova setorização (GARNHAM, 2005). A perspectiva crítica à Economia Cultural e Criativa observa os modelos e agendas implementados, entendendo que estes escondem um posicionamento político neoliberal a serviço dos grandes capitais, deixando de observar as especificidades setoriais, culturais, locais. Esses autores críticos se fundamentam em teorias ligadas às áreas de artes e humanidades, como geografia humana, economia política da comunicação e da cultura, economia da cultura, estudos culturais, teoria crítica e teoria da cultura (PRATT, 2000; CUNNINGHAM, 2009; O’CONNOR, 2005; THROSBY, 2005; HESMONSDHALGH, 2006; GARNHAM, 2005; MARKUSEN, 2006; LEY, 2003; SCOTT, 2006).

Alguns trabalhos foram importantes na difusão de termos como *creative class*, *creative city*, *creative industries*, como, por exemplo, *The Rise of the Creative Class*, de Richard Florida (2001), *Creative industries: contracts between arts and commerce*, de Richard Caves (2000), *The Creative Economy How People make money from Ideas*, de John Howkins (2001), e *Creative city – A toolkit for the Urban Innovation*, de Landry (2000). A construção dos argumentos teóricos em favor dos novos termos nas políticas culturais se apoiou em teorias ligadas a competitividade e regionaliza-

ção, inovação, negócios, desenvolvimento urbano e econômico (FLORIDA, 2002; ASHEIM, 2007; CAVES, 2000; LANDRY, 2000). Alguns trabalhos sobre Economia Criativa se baseiam em estudos sobre Inovação e Competitividade, para observar a organização dos setores produtivos, destacando a formação de aglomerados ou *clusters* que reúnem os agentes das cadeias de produção em torno de um espaço geográfico. Entendem a competitividade como a capacidade de atração de investimentos, geração de inovação, empregos e desenvolvimento econômico. Usam referências de autores como Porter (1990), Marshall (1919), Lucas (1988), Storper (1997), Lundvall (1992) e Schumpeter (1934) para fundamentar os debates sobre criatividade, cultura e inovação (LAZZERETT; CAPONI; INNOCENTI, 2017).

Pratt (2004), Scott (1999) e Hesmondhalgh (2011) dialogaram criticamente com Florida, Howkins e Landry. Discutem sobre a gentrificação, sobre a precariedade do trabalho criativo como resultado da apropriação da cultura e das artes para defender uma política de privilégio ao capital financeiro e sua lógica econômica global. Markusen observa os estudos sobre os impactos culturais para a economia regional e descreve uma subestimação do potencial da cultura. Para Markusen (2006), os índices e modelos deixam de observar os trabalhadores autônomos e informais, seus processos produtivos e impactos locais (MARKUSEN, 2006).

Scott (1999) compreende a Economia Cultural e Criativa como o resultado das demandas que estão concentradas nas grandes cidades, cujas atividades culturais estão baseadas em diversas redes de

produtores que dependem dos complexos mercados locais e se organizam em torno dos *Milieus Criativos*, que são espaços importantes para os processos de inovação do campo criativo da economia da cultura (SCOTT, 1999). Hewison (2014) apresenta uma crítica à instrumentalização da cultura – especialmente no contexto inglês – e seus modelos de mensuração do valor da cultura e distribuição de recursos públicos. Para esse autor, tais instrumentos fazem com que os artistas, para conseguir fundos, busquem relacionar seus trabalhos artísticos a impactos sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, meio ambiente, diminuindo os espaços para trabalhos de linguagens artísticas experimentais e clássicas. A mensuração como instrumento de avaliação e controle do setor criativo, por parte do Estado, transferiu para os setores culturais tradicionais a preocupação de demonstrar os benefícios das artes e da cultura para desenvolvimento social e urbano (HEWISON, 2014).

O debate das políticas culturais nesse período refere-se à interposição entre políticas neoliberais de gerenciamento das ações públicas, políticas sociais de incentivo ao empreendedorismo e ao consumo cultural, aliadas a estratégias de desenvolvimento urbano e turismo. A literatura ilustrou uma divisão de pontos de vista com perspectivas teóricas diferentes acerca do conceito de desenvolvimento através da cultura. O valor instrumental social reposicionou o debate e apresentou um quadro multidimensional para os impactos das políticas culturais. Os valores intrínsecos e os valores instrumentais foram reformulados para dar conta de uma nova condução das políticas culturais com foco na relação entre criatividade, cultura e inovação.

A Cultura 3.0 – a fase contemporânea das políticas culturais – 2014 até 2018

Segundo Sacco, Ferrilli e Blessi (2013), a Cultura 2.0 foi caracterizada por uma ampliação da dimensão dos mercados culturais e das audiências culturais, enquanto a Cultura 3.0 é caracterizada pela ampliação do acesso à experiência da produção cultural. A predominância dos mercados culturais está cada vez mais interligada pela difusão e expansão de comunidades culturais e pelas práticas produtivas de seus membros, que através de trocas medianas e não mediadas pelo dinheiro, criam mercados, diminuem as escalas de produção e a velocidade das conexões ao utilizarem as plataformas online (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013). A marca da Cultura 3.0 é a transformação de audiências em praticantes da cultura e este fato vem desafiar os gestores na criação de novos instrumentos de medição dos impactos da cultura (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013).

Esta fase, ainda em processo de formação na Europa, tende reconhecer o valor do engajamento e da participação ativa de agentes na produção e no consumo cultural. Neste caso, o valor da cultura pode estar representado na experiência do engajamento, na busca pelo sentido cultural, social, na formação de comunidades de trabalho de produção e consumo cultural. Os autores argumentam, que nos tempos atuais os critérios para a distribuição do financiamento à cultura, na Europa, têm apontado um conjunto de impactos que dialogam com diferentes áreas das políticas públicas, como: meio ambiente, assistência social, inovação,

Soft Power, bem estar, saúde, educação, desenvolvimento urbano entre outras dimensões que reconhecem o valor cultural (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013).

No século XXI uma nova transição de era está impulsionando a relação entre criatividade, cultura e inovação na produção de conteúdos e conectividade digital (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013). Segundo Sacco e sua equipe, os argumentos sobre os efeitos da cultura e da criatividade foram trabalhados de forma sistemática, sem um contexto conceitual bem definido, o que não ajudou para despertar atenção e convencer os formuladores de políticas. A chave do argumento está em mudar o foco dos resultados econômicos da atividade cultural para os comportamentos que causam os impactos em diferentes esferas sociais e econômicas, ou seja, entender os efeitos da cultura fora da esfera cultural, considerando as maneiras como o acesso cultural pode mudar o comportamento dos indivíduos (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013).

Podemos considerar essa dinâmica comportamental como uma instância avançada da sociedade do conhecimento. A capacitação e a aquisição de habilidades não são meramente uma atividade individual, mas altamente social e dependem do ambiente social em que os indivíduos estão inseridos. O aspecto interessante da participação ativa é que os indivíduos não são simplesmente expostos a experiências culturais, mas são encorajados a explorar e personalizar as regras que os geram. (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013). A aquisição de habilidades culturais motiva os indivíduos a desenvolver a capacidade de expressão, eleva o nível de atenção e

filtragem crítica em direção ao conteúdo recebido, estimula a disposição de transmitir novos conteúdos, abrindo caminhos para uma variedade de novas formas de inovação e cocriação (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013). A participação cultural ativa, como apresenta Sacco, Ferrilli e Blessi, atua como motor do crescimento econômico endógeno em pequenas escalas locais e pode gerar consequências macroeconômicas indiretas, que não são insignificantes quando comparadas aos efeitos econômicos das indústrias culturais e criativas. Os autores destacam que na contemporaneidade as indústrias culturais e criativas não devem ser consideradas como um único setor, mas sim como a interseção entre vários setores por onde circula a produção simbólica (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013).

Em meio a esse contexto, o Arts and Humanities Research Council (AHRC), no Reino Unido, desenvolveu um programa para estudar o valor de engajamento e a participação cultural. O documento *Understanding the value of arts & culture*⁴ procura compreender o valor da arte e da cultura para indivíduos e sociedade. Entende-se o valor da cultura como aquele associado ao envolvimento das pessoas na troca de conhecimento, na produção e no consumo da arte e da cultura. O valor de engajamento como efeito da participação cultural ativa pode ser apreciado no envolvimento direto dos agentes na produção de conteúdo criativo; na aprendizagem individual e coletiva; nas práticas

[4] *Understanding the value of arts & culture*. Disponível em: <<https://ahrc.ukri.org/documents/publications/cultural-value-project-final-report/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

inovadoras transformadas em tecnologias sociais que promovem impactos nas esferas hiperlocais, locais e globais; nas formas de recepção, fruição e reprodução do conteúdo cultural. Valor econômico e social é produzido não apenas através da venda de produtos, serviços, mas também através da participação ativa e do engajamento dos agentes na produção cultural e nos processos individuais e coletivos de recepção e criação de significados afetivos, intangíveis e múltiplos. A cultura torna-se cada vez mais uma pré-condição para todos os processos de geração de valor. Segundo Sacco, a cultura não é mais um aspecto do uso do tempo livre, mas está entrenchada no tecido da vida cotidiana (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013).

De acordo com Pratt (2008) e Graff (2016), na nova agenda para a Economia Cultural e Criativa, o dualismo entre consumir e produzir deve ser repensado e compreendido através de uma relação de codependência inerente ao processo de produção cultural e criativa (PRATT, 2008). Uma análise dos agentes criativos pode demonstrar as relações simbióticas entre as partes (produtor e consumidor) na consolidação da cadeia produtiva em diferentes setores e indústrias culturais e criativas (PRATT, 2008). O consumidor torna-se parte do processo produtivo, uma vez que o acesso ao conteúdo cultural perde seu passivo tradicional e se torna uma forma de apropriação criativa por parte dos usuários.

As diferentes cadeias produtivas da Economia Cultural e Criativa se constituem e se desconstituem de acordo com as redes, recursos e conexões entre os agentes de seu campo de produção e consumo.

São impulsionadas por projetos temporários, muitas vezes financiados com recursos públicos. Funcionam através de uma dinâmica contínua de produção e consumo cultural, onde os agentes se conectam, desconectam e circulam pelo campo em que atuam para a criação, prototipação, validação, lançamento, difusão, circulação, fruição e reprodução do bem cultural e criativo. A inovação está representada nas cadeias de produção de valor que facilitam a tradução e a implementação de novas ideias através da cooperação de uma miríade de atores sociais e econômicos (SACCO, 2011; GRAFF, 2016).

A Economia Cultural e Criativa é constituída principalmente de Pequenas e Médias Empresas (PME). As escalas e estruturas típicas das empresas na Economia Cultural e Criativa são muito menores que os padrões classificados na definição de PME: são microempresas, freelancers, empreendedores individuais e com grande índice de informalidade, sobretudo nos países em desenvolvimento (SHIACH; NAKANO; VIRANI; POLI, 2017). São nas microescalas, hiperlocais e locais, que o campo da produção da Economia Cultural e Criativa circunscreve sua prática. *Hubs criativos* são aglomerações urbanas que promovem a conexão entre empreendedores, micro, pequenas e médias empresas do setor criativo (VIRANI, 2014). É nesses espaços que ocorre a criação compartilhada de conhecimento. *Hubs criativos são encontrados como provedores de espaço de trabalho, coletivos de empreendedores e plataformas digitais de relacionamento, entre outros* (SHIACH; NAKANO; VIRANI; POLI, 2017).

Os *hubs criativos* são aglomerações urbanas de dimensão hiperlocal. Essa

dimensão reflete a escala das comunidades, que se interessam e se envolvem com as esferas locais e identidades culturais, criando demandas por informações e produtos, consolidando mercados específicos (COOK, GEELS & BAKKER, 2016). Segundo Damian Radcliffe, a ideia de hiperlocal vem associada a pequenas áreas ou comunidades, que criam mercados específicos para audiências menores e mais segmentadas, onde são produzidos, circulados e consumidos conteúdos de nicho (RADCLIFFE, 2012). É nessas escalas onde os agentes se encontram e se conectam para sistematizar dinâmicas de produção e recepção dos bens simbólicos, de troca e acesso aos capitais culturais, sociais e econômicos que estabelecem a lógica das estruturas dos espaços sociais da produção cultural e criativa.

A Cultura 3.0 passa a compreender, como parte do escopo das políticas culturais, o universo digital e seus impactos na economia, na política, na cultura e na sociedade. Plataformas digitais e mídias sociais transformam-se em instrumentos e meios de produção cultural (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013). Na fase da Cultura 3.0, os efeitos indiretos – econômico e social – da participação ativa podem ser reconhecidos na transversalidade da cultura em programas para: inovação, bem-estar e sustentabilidade, coesão social, empreendedorismo, identidade local e economia do conhecimento. Nessa perspectiva, Sacco e sua equipe apontam a necessidade de um olhar interdisciplinar para compreender as interfaces entre economia, sociologia, medicina, meio ambiente, arte, tecnologia, educação, política, entre outros conhecimentos que demandam sua análise (SACCO; FERRILLI; BLESSI, 2013).

No âmbito das políticas culturais internacionais, segundo a UNESCO, os países em desenvolvimento ainda mantêm um distanciamento com relação à implementação de políticas de financiamento para toda a cadeia de valor cultural. Existe uma grande demanda por melhorias nas bases legislativas para a liberdade e a diversidade da mídia. A revolução tecnológica teve impactos na governança da mídia e das políticas culturais, bem como em todos os aspectos da cadeia de valor cultural, mas as implicações do ambiente digital, em rápida evolução, está transformando a configuração da Economia Cultural e Criativa para um modelo de rede, e poucos países têm uma estratégia para lidar com essas mudanças.

Considerações finais

O campo da cultura, muito influenciado pela noção clássica da autonomia da arte, constituiu-se como um espaço social onde os sujeitos, muitas vezes alienados dos processos econômicos, mas fortalecidos por valores intrínsecos da arte, atribuíram à cultura um papel simbólico importante em termos institucionais e educacionais. A força da concepção da arte pela arte e do papel da cultura como plataforma e lugar de fala para as minorias colocou o campo em uma posição de resistência contra os processos hegemônicos do capital, sobretudo após o fortalecimento do neoliberalismo como ideologia político-econômica. As discussões sobre cultura erudita e popular, bem como aquelas sobre a hegemonia dos meios de comunicação de massa, foram trazidas para o

debate político por agentes tradicionalmente formados pelas ciências humanas.

Após os anos 1980, as políticas culturais, impulsionadas pela força das indústrias culturais norte-americanas, passaram a reconhecer o impacto das tecnologias nos meios de comunicação de massa e a força hegemônica desses meios como estratégia de posicionamento econômico. Com a criação do paradigma de política pública com base nas indústrias criativas, aparece a primeira tentativa de aproximação do campo da cultura com o campo da inovação e da criatividade. Em meio às consequências da Globalização e da liberalização do mercado, alguns discursos políticos atribuíram à criatividade, à inovação e ao empreendedorismo o papel de reconfigurar as estruturas sociais da nova economia do conhecimento.

Os discursos das políticas culturais, com o surgimento da ideia de diversidade cultural, encontraram na perspectiva das escalas locais a possibilidade de implementar projetos de impacto social. O campo da Economia Cultural e Criativa hoje se constitui através das práticas de seus agentes e de suas relações com as dimensões políticas e econômicas. Os agentes se organizam em comunidades e se envolvem em processos de criação de significados individuais e coletivos. A participação cultural ativa como valor do engajamento atua como motor do crescimento em pequenas escalas locais. A formação de redes, aglomerados e *hubs* fomenta a criação dos *Milieux Criativos* e de ambientes com oportunidades de trabalho e consumo. A discussão contemporânea sobre o papel da Economia Cultural e Criativa deve considerar as capacidades de produ-

ção criativa individual e coletiva e os tipos de conexões e relações que organizam as forças de trabalho que o constituem.

A Cultura 3.0 apresenta as atuais tendências do campo da Economia Cultural e criativa no contexto internacional. A importância das comunidades e redes na construção de relações interdependentes entre vários setores internos e externos é evidente se observarmos a organização de seus agentes e as diferentes formas de produzir e consumir conteúdo cultural e criativo. Os efeitos da participação ativa podem ser reconhecidos na transversalidade da cultura em programas de inovação, bem-estar, sustentabilidade, coesão social, empreendedorismo, identidade local e economia do conhecimento, mas, para isso, é necessário um olhar interdisciplinar para compreender as interfaces entre economia, sociologia, medicina, meio ambiente, arte, tecnologia, educação, política, entre outros conhecimentos que demandam uma real compreensão da cultura nas esferas sociais, políticas e econômicas do mundo contemporâneo. ■

[**KARINA POLI**]

Karina Poli é doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Atualmente desenvolve, na mesma instituição, pesquisa de pós-doutorado no departamento de Cinema, Rádio e Televisão, sob supervisão do Prof. Dr Eduardo Vicente, em esquema sanduíche com a Queen Mary University of London e apoio da FAPESP.
E-mail: karinapolilc@gmail.com

Referências

ASHEIM, Bjorn; HANSEN, Hogni Kalso. Knowledge bases, talents, and contexts: on the usefulness of the creative class approach in Sweden. **Economic Geography**, London, v. 85, n. 4, p. 425–442, Sept. 2009. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1944-8287.2009.01051.x>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BAUMOL, W; BOWEN, W. **Performing arts: the economic dilemma - a study of problems common to theater, opera, music and dance** (Studies/Twentieth Century Fund) Cambridge: MIT Press, 1968.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução Sérgio Miceli, São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

CAVES, Richard Earl. **Creative industries**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

COOK, Claire; GEELS, Kathrin; BAKKER, Piet. **Hyperlocal Revenues in the UK and Europe - Mapping the road to sustainability and resilience**. Nesta: London, Jul. 2016.

CUNNINGHAM, Stuard. From cultural to creative industries: Theory, Industry and Policy Implications. **The Quartely Journal of Austrian Economics**, Cambridge, v. 102, n. 1, p. 54-65, Jan. 2009.

DE MARCHI, Leonardo. **Transformações estruturais da indústria fonográfica no Brasil, 1999-2009**: desestruturação do mercado de discos, novas mediações do comércio de fonogramas digitais e consequências para a diversidade cultural no mercado de música. 2011. 289 fl. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community**. New York: Basic Books, 2002.

GARCIA, Beatriz. Experience, Prospects for the Future Cultural Policy and Urban Regeneration. **Local Economy**, London, v. 19, n. 4, Feb. 2004. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0269094042000286828>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

GARNHAM, Nicholas. From cultural to creative industries. An analysis of the implications of the “creative industries” approach to arts and media policy making in the united. **Kingdom International Journal of Cultural Policy**, London, v. 11, n. 1, 2005.

GIRARD, Augustin. **Cultural development: experiences and policies**. Paris: UNESCO, 1983.

GREFFE, Xavier. From culture to creativity and the creative economy: a new agenda for cultural economics, **City, Culture and Society**, Michigan, v. 7, n. 2, p. 71-74, June, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877916615300163>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

GRODACH, Carl.; O'CONNOR Justin.; Gibson, Chris. Manufacturing and cultural production: Towards a progressive policy agenda for the cultural economy. **City, Culture, and Society, Michigan, 20 Apr. 2017**. Disponível em: <<http://isiarticles.com/bundles/Article/pre/pdf/105055.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: Lamparina, 2013

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HESMONDHALGH, David. **Cultural and creative industries**. The Sage Handbook of Cultural Analysis, 2007.

HEWISON, Robert. **Cultural capital: the rise and fall of creative Britain**. London: Verso, 2014.

HOLDEN, John. **Capturing cultural value how culture has become a tool of government policy**. Londres: DEMOS, 2004.

HOWKINS, John. **The creative economy: how people make money from ideas?** London: Penguin; Caves, 2000.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Tradução Suzana Alexandria. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KEA EUROPEAN AFFAIRS, **The Economy of Culture in Europe**. Brussels: KEA, 2006.

LANDRY, Charles. **The creative city: a toolkit for urban innovators**. London: Earthscan, 2000.

LEY, David. Artistic, aestheticisation and the field of gentrifications. **Urban Studies**, Thousand Oaks, v. 40, n. 12, p. 2527-2544, Nov. 2003. Disponível em: <https://tovarna.org/files0/active/2/6635-artists_aestheticisation_and_the.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

LAZZERETTI, Luciana; CAPONE, Francesco; INNOCENTI, Niccolò. Exploring the intellectual structure of creative economy research and local economic development: a cocitation analysis. **European Planning Studies**, London, v. 25, p. 1693-1713, Jun. 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09654313.2017.1337728>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MARTÍNEZ-SALANÓVA, Enrique. Medios de comunicación y encuentro de culturas: propuesta para la convivência. **Revista Comunicar**, Helva, v. 16, n. 32, p. 223-230, Mar. 2009. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/18107/1/26-salanova.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MATELLART, Armand; MATTELLAR Miche. **A história da teoria da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003

MOMMAAS, Hans. Cultural clusters, and the post-industrial city: towards the remapping of urban cultural policy. **Urban Studies**, Glasgow, v. 41, n. 3, p. 507-532, Mar. 2004.

MORAES Julio Lucchesi. Economia da cultura: a tradição anglo-saxônica. **Yumpu**, Diepoldsau, Oct. 2009. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12854192/economia-da-cultura-a-tradicao-anglo-saxonica-fipe>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MARKUSEN, Ann. Urban development and the politics of a creative class: evidence from a study of artists. **Environment and Planning A**, London, v. 38, p. 1921-1940, Oct. 2006. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.461.9261&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

OAKLEY, Kate; O'BRIEN, Dave. Learning to labour unequally: understanding the relationship between cultural production, cultural consumption and inequality. **White Rose**, Sheffield; York, v. 22, n. 5, p. 471-486, Jan. 2016. Disponível em: <http://eprints.whiterose.ac.uk/92581/3/Social_Identities_draft.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

O-KYUNG YOON. **Intrinsic and instrumental rationales in UK cultural policy**: negotiating cultural values in the climate of neoliberalism. 2010. 271 f. Thesis (Doutoral Philosophy) - Philosophy Department of Loughborough University, London, 2010.

PRATT, Andy. Urban regeneration: case study of Hoxton, London. **Sage Journals**, London, May 2004. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0042098009103854>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

PRATT, Andy C. **Creative cities**: the cultural industries and the creative class. London: Wiley Online Library, 2008. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0467.2008.00281.x>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

RADCLIFFE, Damian. **Here and now UK hyperlocal media today**. London: NESTA, 2012. Disponível em: <<https://www.nesta.org.uk/report/here-and-now-uk-hyperlocal-media-today/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SACCO, Pier Luigi. Culture 3.0: a new perspective for the EU 2014-2020 structural funds programming. **Inter Arts**, Barcelona, Apr. 2011. Disponível em: <<http://www.interarts.net/descargas/interarts2577.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SACCO, Pier Luigi; FERILLI, Guido; BLESSI, Giorgio Tavano. Culture 3.0: cultural participation as a source of new forms of economic and social value creation: a european perspectiva. **Amos Lab**, Finland: June 2013. Disponível em: <<http://www.amoslab.fi/wp-content/uploads/2014/06/Pier-Luigio-Sacco.-Culture-3.0-JCE-circ.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SACCO, Pier Luigi. **Culture 3.0**: the impact of culture on social and economic development, & how to measure it London: Creative Works, 2013. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/assets/jrc/events/20131024-cci/20131024-cci-sacco.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SHIACH Morag; NAKANO Davi; VIRANI Tarek; POLI, Karina. **Report on creative hubs and urban development goals (UK/Brazil)**. London: Creative Works, 2017. 53 p. Disponível em: <<https://qmro.qmul.ac.uk/xmlui/bitstream/handle/123456789/28705/Virani%20Creative%20Hubs%20and%20Urban%20Development%20Goals%20%28UK/Brazil%29%202017%20Published.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SCOTT, Allen J. The cultural economic: Geography and creative Field, of Creativity. **Media, Culture and Society**, London, v. 21, p. 807-817, Nov. 1999.

TIMBERG, Scott. **Cultural crash the killing of the creative class**. Yale Print University, USA, 2015.

THROSBY, David. **Economics and culture**. The Quartely Journal of Austrian Economics, Cambridge, v. 6, n. 2, p. 103-106, summer, 2001.

URFALINO, Phillippe. **A invenção das políticas culturais**. São Paulo: SESC, 2015.

VIRANI, Tarek Elie. Re-articulating the creative hub concept as a model for business support in the local creative economy: the case of Mare Street in Hackney. **Creative Works**, London, n. 12, p. 1-27, Apr. 2015.

WENGER, E. **Communities of practice**: learning, meaning, and identity. New York: CUP, 1998.

YSAR, Yudhishthir Raj. **Creative economy report**: widening local development pathways. Paris: UNESCO, 2013.

YUDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2006.